

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

EDSON FONSECA DE OLIVEIRA

**A AGRICULTURA URBANA E SEUS MODOS DE ORGANIZAÇÃO: UM ESTUDO
COMPARATIVO DE CASOS EM CURITIBA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA
2020

EDSON FONSECA DE OLIVEIRA

**A AGRICULTURA URBANA E SEUS MODOS DE ORGANIZAÇÃO: UM ESTUDO
COMPARATIVO DE CASOS EM CURITIBA**

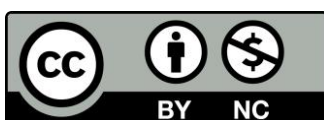
**Urban agriculture and its modes of organization: a comparative study of cases
in Curitiba**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Administração da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR).

Orientador: Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimetro

CURITIBA

2020



[Atribuição – Uso não
Comercial](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Atribuição - Uso Não Comercial (BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.

TERMO DE APROVAÇÃO

A AGRICULTURA URBANA E SEUS MODOS DE ORGANIZAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DE CASOS EM CURITIBA

por

Edson Fonseca de Oliveira

Esta dissertação foi apresentada às **14h00, dia 21 de agosto de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO, na Linha de Pesquisa **Tecnologia e Desenvolvimento Organizacional**, Área de Concentração **Organizações e Tecnologia**, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento
(PPGA/UTFPR)
Orientador

Prof. Dr. José Henrique de Faria
(PPGA/UTFPR)
Membro Interno

Prof. Dr. Renê Eugênio Seifert Junior
(PPGA/UTFPR)
Membro Interno

Prof. Dr. Fabio Vizeu Ferreira
(PPGA/UP)
Membro Externo

Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento
(PPGA/UTFPR)
Coordenador do PPGA

Câmpus Curitiba

Avenida: Sete de Setembro, 3165
80230-901 – Curitiba – Paraná - Brasil
Fone: (41) 3310-4545
www.utfpr.edu.br

Dedico este trabalho aos meus amores. Ao meu irmão Eduardo, sempre mais atento a mim que eu próprio. À minha edelweiss, Rafaella, alma da minha alma, incansavelmente ao meu lado. À Isadora, que ao colocar suas delicadas e tenras mãozinhas em meu rosto, olha em meus olhos e diz: “Pai, eu não gosto de você... Eu amo você!”

*“Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”*

Chico Buarque

AGRADECIMENTOS

Certa feita, um grande amigo disse: “é comum as pessoas buscarem mil e uma palavras para expressarem o que é amar, o que é o amor. Para mim, uma só basta: cuidar”. Concordo. Amar é cuidar.

Então, agradeço por todo o cuidado que recebi dos meus pais, José e Zélia, a quem devo a vida e tudo o que me tornei. Aos seis irmãos que me antecederam, Mirian, Edinelson, Gilson, Clézio, Eduardo e Lucíula. Sétimo filho, de todos eles recebi, e ainda recebo, cuidados.

Agradeço aos queridos amigos Dineu de Paula, Andreia Cechin, Jailson Cechin, Clede Costa, Isábel Ávila e Fábio Nocera. Àqueles que fiz no mestrado, Roberto França Júnior, Marina Bello e Luan Kolachnek. O fardo ficou mais leve na companhia deles.

Possivelmente cometi a injustiça de deixar algum nome importante de fora. Contudo, se o nome não está aqui, certamente reside no meu coração.

Meu muito obrigado aos professores Alexandre, Francis, Jurandir, Leonardo, Márcio, Ricardo e Rodrigo, mestres e doutores do PPGA, com os quais aprendi muito ao longo desta jornada.

Agradeço de todo o coração ao meu irmão, Eduardo, e à Rafaella, minha esposa. Ele, um segundo pai para mim, ela, a companheira de lutas, sem a qual nada disso seria realizado ou faria sentido. Não é por outra razão que dedico este trabalho a eles, assim como à minha querida filha, Isadora.

Ainda, é preciso indicar aqui os nomes de duas pessoas que transformaram minha vida: os professores Rene e Thiago. O primeiro, pela paciência, pela atenção, pelo papel importante na concretização deste trabalho. Ao professor Thiago devo agradecimentos especiais, talvez até desculpas pelo desafio que lhe impus. Além das aulas, do grupo de pesquisa, da coordenação do PPGA, que exige dele um comprometimento para além da conta, teve ele que administrar algumas crises e incertezas. Porém, funcionou e estamos aqui. Muito, muito obrigado mesmo, professor Thiago.

Por fim, agradeço à Mãe das mães pelo amparo, pela inspiração que me conduziu do começo ao fim desta jornada.

RESUMO

A agricultura urbana (AU) não é uma prática nova e sim um campo novo de pesquisa para a Administração, área em que os estudos sobre o tema são praticamente inexistentes. Ao longo de séculos, ela foi desenvolvida perto das famílias ou junto delas em suas casas. Contudo, por influência da Revolução Industrial, nos séculos XVIII, XIX e principalmente XX, surge a agricultura moderna, em uma época na qual se inicia um processo de deslocamento da produção para fora das grandes cidades. Tal processo é intensificado a partir de meados do século XX, período em que a Revolução Verde se impõe, evento também conhecido como Segunda Revolução da Agricultura (pós-Segunda Guerra Mundial). A despeito de tal cenário, o cultivo de plantas alimentícias no contexto urbano não deixou de existir. Fora isso, as perspectivas a respeito da temática ultrapassam a questão da produção e do consumo de alimentos, alcançando situações relativas à segurança alimentar, saúde e bem-estar das pessoas, engajamento, resiliência social e vida comunitária. Assim, realizamos esta pesquisa visando compreender como as iniciativas de agricultura em contexto urbano são organizadas e geridas. A metodologia utilizada consistiu em um estudo qualitativo comparativo multicase. Objetivamos caracterizar a agricultura realizada por quatro organizações situadas na cidade de Curitiba, compreender os seus modos de organização e realizar comparações. As organizações escolhidas foram denominadas Assistida, Vernacular, Autônoma e Politizada (nomes fictícios). O presente estudo constatou, em relação à Assistida, que a intervenção do poder público caminhou no sentido de racionalizar, burocratizar e formalizar excessivamente ações que em essência são revestidas de simplicidade. Quanto à Vernacular, verificamos que a convivencialidade, a origem comum dos integrantes, a afetividade e a informalidade da atividade fizeram com que a família mantivesse a tradição de plantar. As Organizações Autônoma e Politizada, por sua vez, estiveram próximas em ações e propósitos no que pertine aos modos de organizar a agricultura, tendo a primeira estabilizado suas ações com base na constituição de uma vida comunitária sólida, ao passo que a segunda, mais inovadora, tem dado sinais de fraqueza justamente pela ausência de engajamento de seus integrantes. Os resultados das análises sugeriram que a técnica administrativa convencional (representada pelo poder público local) aplicada à agricultura constituiu um fator desagregador da autonomia e da convivencialidade, na medida em que ficou clara a incidência de conflitos e principalmente a ausência de reconhecimento de espaços de convivencialidade. Embora haja convivencialidade no modo de a Organização Assistida organizar sua agricultura, ela tende a ser atacada pela formalização técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Modos de organização. Agricultura urbana. Segurança alimentar. Convivencialidade. Vida comunitária. Tradição.

ABSTRACT

Urban agriculture (UA) is not a new practice, but a new field of research for the Administration, an area in which studies on the subject are practically nonexistent. Over the centuries, it was developed close to families or close to them in their homes. However, due to the influence of the Industrial Revolution in the 18th, 19th and mainly 20th centuries, modern agriculture arises, a time when a process of shifting production out of large cities begins. Such a process is intensified from the mid-20th century, a period when the Green Revolution is imposed, an event also known as the Second Agriculture Revolution (post-World War II). Despite this scenario, the cultivation of food plants in the urban context has not ceased to exist. Furthermore, the perspectives on the subject go beyond the issue of food production and consumption itself, reaching situations related to food security, people's health and well-being, engagement, social resilience and community life. Thus, we conducted this research in order to understand how agricultural initiatives in an urban context are organized and managed. The methodology used consisted of a qualitative multi-case comparative study. We aim to characterize the agriculture carried out by four organizations located in the city of Curitiba, understand their modes of organization and make comparisons. The organizations chosen were Assistida, Vernacular, Autônoma and Politizada (fictitious names). The present study found in relation to the Assistida that the intervention of the government was moved towards rationalizing, bureaucratizing and excessively formalizing actions that in essence are coated with simplicity. As for Vernacular, we found that the conviviality, the common origins of the members, the affection and informality of the activity make the family maintain the tradition of planting. The Autônoma and Politizada Organizations were close in actions and purposes with regard to the ways of organizing agriculture, the former having stabilized its actions based on the constitution of a solid community life, while the latter, the most innovative, has given signs of weakness precisely because of the lack of engagement of its members. The results of the analyzes suggested that the conventional administrative technique (represented by the local government) applied to the agriculture constituted a disaggregating factor of autonomy and coexistence, insofar as it became clear to incidence of conflicts and mainly the lack of recognition of coexistence spaces. Although there is coexistence in the way of Assistida UA to organize its agriculture, it tends to be attacked by technical formalization.

KEYWORDS: Modes of organization. Urban agriculture. Food security. Conviviality Community life. Tradition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Filtros utilizados para levantamento de trabalhos	45
Quadro 2 – Crescimento urbano e sistemas alimentares	51
Quadro 3 – Relação de hortas comunitárias assistidas pelo poder público local e não assistidas	58
Figura 1 – Visão panorâmica da Organização Assistida, mar. 2019	87
Figura 2 – Visão panorâmica de um dos terrenos da Organização Vernacular, set. 2019	105
Figura 3 – Visão interna da horta da Organização Autônoma, fev. 2020	122
Figura 4 – Visão panorâmica da Organização Politizada, jan. 2020	141
Quadro 4 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Assistida	169
Quadro 5 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Vernacular	174
Quadro 6 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Autônoma	181
Quadro 7 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Politizada	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU	Agricultura Urbana
CEASA	Central de Abastecimento
CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GEAE	Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAU	Lei da Agricultura Urbana
ONG	Organização Não Governamental
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba
RUAF	Parceria Global sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares
RV	Revolução Verde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.1.1	Objetivo geral	20
1.1.2	Objetivos específicos	20
1.2	JUSTIFICATIVAS.....	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	MODOS DE ORGANIZAÇÃO	23
2.2	O MODO CONVENCIONAL DE ORGANIZAR	24
2.3	O MODO ALTERNATIVO DE ORGANIZAR	29
2.4	CONCEPÇÕES DE URBANO E RURAL	33
2.4.1	Considerações a respeito do urbano e do rural na modernidade.....	34
2.4.2	Um novo tempo, apesar dos perigos	37
2.4.3	Convergência de entendimentos acerca do urbano e do rural bem como aspectos político-administrativos.....	41
2.5	A LITERATURA SOBRE AGRICULTURA URBANA	46
2.5.1	Estado da arte em estudos sobre AU	47
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
3.1	DELINEAMENTO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	60
3.2	ETAPAS DA PESQUISA.....	63
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA	65
3.4	COLETA DE DADOS	67
3.5	ANÁLISE DE DADOS	75
4	AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS	78
4.1	O PODER PÚBLICO LOCAL	79
4.1.1	Os agentes públicos envolvidos.....	82
4.2	APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ASSISTIDA.....	86
4.2.1	Histórico da Organização Assistida.....	87
4.2.2	Perfis dos integrantes da Organização Assistida	88
4.2.3	Aspectos relativos à AU praticada na Organização Assistida	93
4.2.4	O atual momento da Organização Assistida	97
4.3	APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO VERNACULAR	103
4.3.1	Histórico da Organização Vernacular.....	106
4.3.2	Perfis dos integrantes da Organização Vernacular	108
4.3.3	Aspectos relativos à AU praticada na Organização Vernacular	111
4.3.4	O atual momento da Organização Vernacular	116

4.4	APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA.....	120
4.4.1	Histórico da Organização Autônoma.....	123
4.4.2	Perfis dos integrantes da Organização Autônoma	126
4.4.3	Aspectos relativos à AU praticada na Organização Autônoma	129
4.4.4	O atual momento da Organização Autônoma	136
4.5	APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLITIZADA	139
4.5.1	Histórico da Organização Politizada	142
4.5.2	Perfis dos integrantes da Organização Politizada.....	144
4.5.3	Aspectos relativos à AU praticada na Organização Politizada.....	148
4.5.4	O atual momento da Organização Politizada	155
4.6	O MODO DE ORGANIZAR A AGRICULTURA URBANA DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS.....	160
4.6.1	O modo de organizar da Organização Assistida	161
4.6.2	O modo de organizar da Organização Vernacular	169
4.6.3	O modo de organizar da Organização Autônoma	174
4.6.4	O modo de organizar da Organização Politizada.....	181
5	COMPARAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS.....	188
5.1	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS PERFIS DOS INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS	188
5.2	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE A AGRICULTURA URBANA PRATICADA NAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS	190
5.3	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS MODOS DE ORGANIZAR DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS	195
5.4	RESULTADOS.....	201
6	ANÁLISES ADICIONAIS E DISCUSSÕES	204
6.1	AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS E SEUS MODOS DE ORGANIZAR.....	205
6.2	DISCUSSÕES GERAIS	213
6.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
	REFERÊNCIAS.....	218
	ANEXO	226

1 INTRODUÇÃO

A prática de uma agricultura organizada iniciou-se há cerca de 10.000 anos, em um contexto em que homens e mulheres fixavam moradia em lugares gradualmente preparados para o plantio de grãos. Cultivava-se trigo e criava-se animais para consumo como galinhas e porcos. À medida que a quantidade de indivíduos a serem alimentados crescia consideravelmente, foram surgindo as primeiras cidades e técnicas foram desenvolvidas (HARARI, 2015). Durante esse período, decretou-se o fim da era dos caçadores coletores e as cidades cresceram em tamanho e contingente de habitantes.

Ao longo da história da humanidade procedeu-se dessa forma. Tanto a agricultura quanto a pecuária foram desenvolvidas perto das famílias ou junto delas em suas casas. Contudo, por influência da Revolução Industrial nos séculos XVIII, XIX e principalmente XX, surge a agricultura moderna, época em que se inicia um processo de deslocamento da produção para fora das grandes cidades. Nesse período a industrialização modifica a realidade, as tradições e as culturas das cidades, as quais passam a concentrar fábricas e operários, que se deslocam do interior juntamente com suas famílias para viver nos grandes centros. Assim é desenhado o fenômeno da urbanização.

A natureza, outrora servidora dos caçadores coletores que dela dependiam para viver e se alimentar, e posteriormente as cidades que cresciam, inclusive produzindo sua própria comida, passam a ser dominadas pela técnica, por avanços tecnológicos e científicos (ELLUL, 1968; SCHWANTES, 2018) a serviço de uma agricultura moderna e eficiente. Esse é o contexto típico da sociedade capitalista industrial, embebida em ideais de crescimento econômico e financeiro, pautando-se em uma lógica de produção e consumo constantes. Inicialmente a custo de precarização da mão de obra nas fábricas em grandes centros, em seguida mediante o emprego de tecnologias químicas e de mecanização, e dessa forma industrializando a agricultura.

A urbanização das cidades impulsionada pela onda industrializadora resultou na dicotomia campo-cidade, pessoa-natureza, situação em que mesmo grandes centros, historicamente produtores de seu próprio alimento, passam a ser consumidores, comprando o que é cultivado longe por organizações do seguimento agrícola. Desta forma, é estabelecida uma relação de dependência com produtores externos afeitos ao sistema de capital e toda a cadeia que os envolve, cuja comercialização é feita em larga escala tal como se conhece.

Assim, passa a prevalecer um modelo convencional em que a agricultura utiliza aparatos técnicos para ampliar sua produção. Nesse quesito, há emprego de mecanização, agrotóxicos e fertilizantes químicos, com a realização de mutações genéticas das espécies cultivadas, transformação esta iniciada em meados do século passado e denominada Revolução Verde (RV), quando surgem os transgênicos (OTTMANN, 2011). Para realizar esse intento, hectares e mais hectares de terras são utilizados para o plantio de poucas culturas como batata, milho, soja, trigo e arroz, por exemplo. Eram as chamadas monoculturas, sempre visando o lucro, e nesse caso superando a questão da satisfação das necessidades alimentares propriamente. Ainda, o Brasil herda dos Estados Unidos da América (EUA) essa estratégia (SCHNEIDER, 2014).

A despeito de tal cenário, a agricultura realizada no contexto urbano não deixa de existir. Ocorre que tal prática perdeu força em decorrência do crescimento das cidades e conseqüente diminuição dos espaços das propriedades (quintais) onde costumeiramente se plantava e criava animais. Soma-se a isso a determinação de uma cultura alimentar baseada quase que exclusivamente em ir ao supermercado e comprar o que se deseja, ou seja, alusiva ao sistema alimentar convencional (SCHNEIDER, 2014), em que a preocupação com uma alimentação saudável, inclusive, não é necessariamente uma prioridade. Por essa razão é que organismos como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) têm alertado para o aumento dos níveis de obesidade, sendo uma das grandes apoiadoras das práticas de agricultura urbana (AU) ao redor do mundo.

Subjacente a isso, parece estar fragilizada a RV, a qual um dia ambicionou acabar com a fome no mundo por meio de avanços científicos e tecnológicos a

serviço de uma agricultura moderna (FENIMAN, 2014). Ademais, nos últimos anos tem aumentado a conscientização de parte da sociedade a respeito dos males causados pelo consumo de alimentos cultivados à base de agrotóxicos, sementes e mudas geneticamente modificadas. Isso sem contar os infortúnios provocados por conservantes e afins empregados na produção de grande parte dos produtos industrializados.

Quanto às perspectivas a respeito da AU, que ultrapassam a questão do consumo de alimentos em si, salientamos que diversas iniciativas internacionais e nacionais têm sido analisadas por intermédio de estudos sobre o fenômeno na atualidade. Deste modo, além da crise da produção agrícola de base técnica, destacamos que pesquisas sobre AU têm ido ao encontro de questões como segurança alimentar, saúde e bem-estar das pessoas, engajamento, resiliência social e vida comunitária (ALTIERI et al., 1999; CANTOR, 2010; COMASSETTO et al., 2013; FENIMAN, 2014; COSTA et al. 2015; CISNEROS, 2016; NAGIB, 2016; ILLICH, 1976;). Esses fatores têm orientado a produção de alimentos em bases sustentáveis em centros urbanos, e no Brasil há tempos compõem as agendas políticas de cidades como Teresina, Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba, por exemplo.

Em âmbito internacional, duas grandes cidades dos EUA, no caso Nova Iorque com seus *community gardens* (jardins comunitários) no Bronx, e Detroit, têm-se posicionado frente a uma provável crise técnica (OTTMANN, 2011). Em suas iniciativas de AU é praticada a renovação sustentável de ambientes e disseminado um ideário de resiliência e vida comunitária.

Décadas atrás considerada a capital mundial do automóvel e por isso apelidada de *motor city* (cidade motor), após sobreviver a algumas crises ao longo do século passado, Detroit acabou decretando falência em 2013. Má administração, corrupção, violência e o corte final aplicado pela crise mundial de 2008 a fizeram sucumbir (NICHOLS, 2013; GITTLESON, 2015; BATISTA, 2017). Seu colapso desencadeou um êxodo de cerca de um milhão e trezentos mil habitantes, passando de dois milhões para aproximadamente 713.000.

Entre escombros, prédios e quadras abandonadas, uma crise de abastecimento tomou conta da cidade, pois os supermercados também partiram. Coube aos cidadãos remanescentes a busca de uma saída para o problema da falta de fornecimento de alimentos. A solução encontrada partiu da iniciativa dos moradores, que se organizaram em torno da AU, e nesse quesito a cidade ressurgiu (DAVISON, 2017). A outrora portentosa “cidade motor” hoje se destaca na área de iniciativas agrícolas sustentáveis capazes de produzir vida comunitária e alimentação saudável a partir do trabalho de seus próprios cidadãos, o que tende a lhes conferir soberania alimentar. Eles cultivam uma quantidade diversificada de alimentos (hortaliças, frutas, etc.) e os ofertam a preços justos em feiras e mercados próximos aos consumidores¹.

Sob o ponto de vista das iniciativas globais relativas à produção de alimentos em grandes cidades de países em desenvolvimento, segundo a ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), está praticamente concluído o processo de urbanização da América Latina. Independentemente de haver alguma defasagem nessa informação, lançada em 2014, trata-se de dado relativo a um possível emprego da AU com a finalidade de promover segurança alimentar em grandes centros. Por sinal, como se perceberá no decorrer da pesquisa, a segurança alimentar é uma questão que compõe a agenda política do município de Curitiba.

Em prosseguimento à abordagem iniciada nos últimos parágrafos, ainda em 2014, a FAO divulgou o *ranking* das 10 cidades latino-americanas mais bem posicionadas em relação à prática de AU. No topo da lista encontra-se a cidade de Havana, reconhecida pelo emprego de tecnologias voltadas para o cultivo de vegetais na água, os organopônicos, solução encontrada diante da pouca disponibilidade de espaços e condições do solo na região. De acordo com Feniman (2014), em Cuba é realizado o plantio de hortaliças, bem como a criação de pequenos animais em espaços ociosos, sendo 14,6% da área urbana do país utilizada para esse fim.

¹ A experiência de Detroit e outras informações a respeito das potencialidades da AU constam do documentário *Sementes Urbanas*, bem como é relatada no vídeo *How urban agriculture is transforming Detroit* (*Como a agricultura urbana está transformando a cidade de Detroit*), produzido pelo site TED.com.

Em relação às demais cidades latino-americanas que lideram o *ranking*, na sequência aparecem (2) a Cidade do México, (3) Antígua e Barbuda no Caribe, (4) Tegucigalpa em Honduras, (5) Manágua na Nicarágua, (6) Quito no Equador, (7) Lima, capital do Peru, (8) El Alto na Bolívia, (9) Belo Horizonte no Brasil, e (10) Rosário na Argentina. Uma peculiaridade em relação à capital do Estado de Minas Gerais é o fato de a AU ser considerada como uso legítimo do solo. Somado a isso, segundo Coutinho (2010), a capital mineira foi a primeira cidade brasileira envolvida em projetos de AU reconhecida internacionalmente em 2005 pela RUAF² (Parceria Global sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares), entidade composta por 28 organizações internacionais, inclusive a FAO.

O atual momento do Brasil tem direcionado atenções para a questão da AU. Neste sentido, quanto a longevidade de tal prática em terras brasileiras, cidades como Teresina, a região do Distrito Federal e a já mencionada Belo Horizonte têm proposto medidas há três décadas (SCHWANTES, 2018).

Em relação à cidade de Curitiba, lugar desta pesquisa, a capital do Paraná tem fomentado políticas desde 1986, conforme Lei Municipal n. 6.817/1986. Nessa época iniciou-se o plantio em hortas comunitárias na região Sul, em áreas pertencentes a uma companhia estatal federal de energia elétrica. Organizadas pela comunidade local, as hortas foram posteriormente institucionalizadas e passaram a ser assistidas pelo poder público. Subsequente a isso, a Lei n. 11.266/2004 entrou em vigor e com ela uma nova política municipal de abastecimento. Chama a atenção o teor do artigo 31 da referida lei por incentivar o cultivo de hortaliças, plantas medicinais e grãos em imóveis públicos e privados. Tempos depois, o original Plano Diretor de Curitiba (Lei n. 2.828/1966) foi revisado pela Lei n. 14.771/2015 e adequado à atual Política Municipal de Abastecimento. A partir daí a AU passa a ser tratada não apenas como uma política de abastecimento, mas também de meio ambiente. Além disso, a Lei n. 14.771/2015 representou um avanço por reconhecer como legítima a prática da agricultura ao incentivá-la nos incisos XIX do artigo 62, que diz respeito às diretrizes sobre o meio ambiente, VI e XII do artigo 103 de diretrizes gerais no que concerne ao abastecimento.

² O objetivo da RUAF é tratar de questões problemáticas relativas aos grandes centros urbanos, como políticas de segurança alimentar, migrações do campo para as cidades, desemprego, alta de preços, entre outras.

Dando sequência cronológica ao conjunto de ações políticas que culminaram no reconhecimento da AU na capital, é apresentado o 1.º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (PLAMSAN 2016/2019), cujo objetivo, conforme descrito em sua apresentação, seria honrar a tradição inovadora da cidade no que se refere às ações de segurança alimentar e nutricional. Por fim, surge o principal instrumento a respeito do tema: a Lei n. 15.300/2018, ou Lei da Agricultura Urbana (LAU) municipal. Essa norma passou a autorizar a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de AU, tornando-se um marco legal relativo à questão em Curitiba.

Deste modo, os dispositivos legais (locais) acima mencionados, bem como os estudos levantados (de diversas áreas do saber) estariam propensos a oferecer suporte argumentativo que acena para um provável reestabelecimento das relações entre cidadãos e natureza (em ambientes urbanos) por meio da AU. Nesse caso, representam um movimento em curso e que consiste no emprego de experiências implementadas em grandes cidades e periferias, visando contemplar necessidades sociais, ambientais e econômicas. Almeja-se, quiçá, propiciar uma transição para modelos de urbanização sustentável inclusive.

Quanto ao aporte teórico levantado, este revelou serem praticamente inexistentes os estudos de Administração a respeito do tema. Nesse sentido, a AU apresentou-se majoritariamente enquanto fenômeno analisado por pesquisadores de áreas como Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Geografia, Economia, Biologia, Meio Ambiente e afins, conforme Ottmann (2011), Feniman (2014), Schneider (2014), Schwantes (2018), Nagib (2016), Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), Martins (2018), entre outros.

Por outro lado, como forma de caracterizar os modos de organizar a AU relativos às investigadas, contamos aqui majoritariamente com o suporte de autores críticos pertencentes à área de estudos organizacionais. Por meio de tais perspectivas, buscamos entendimentos sobre os modos convencional e alternativo de organizar, bem como encontramos concepções sobre os contextos urbano e rural. Assim, é significativa a contribuição de autores como Boehs (2016, 2018), Faria (2007, 2014, 2015), Vizeu (2010), Silva e Guedes (2017), Hocayen-da-Silva, Vizeu e

Seifert (2015), Hernandes (2016), Faria e Meneghetti (2010), Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), Child (2005), entre outros.

Assim, apesar dos prováveis avanços da AU, tanto no plano social como político, pouco sabemos sobre como essas iniciativas são organizadas e geridas. De que modo os atores relevantes em cada uma das iniciativas de AU coordenam suas ações? Quais seus focos de ação, interesses, necessidades e desejos? Quais os impactos das iniciativas em seus contextos de atuação? Há inovação em suas práticas? Ainda que a AU tenha sido foco de investigação em diferentes áreas do conhecimento, é importante reconhecer que estudos na área da Administração são ausentes. Como já dito, nossa busca por estudos com foco em AU nos periódicos especializados da área identificou pouquíssimos trabalhos. Em outros termos, constitui-se temática que, apesar de sua relevância social e ambiental, tem sido ignorada por estudos na área da Administração.

Todavia, os esforços de pesquisa progrediram e devido a isso foram reunidos elementos considerados satisfatórios para a concretização do estudo. Nesse sentido, procuramos estruturar o trabalho a partir de três dimensões de análise propensas a descrever os modos de organização da AU das investigadas, (1) considerando suas relações com o poder público, (2) como meio para obter segurança alimentar e (3) fomentar a vida comunitária.

Dessa forma, diante do exposto até aqui e tendo em vista a necessidade de o fenômeno ser analisado sob o ponto de vista da Administração, os encaminhamentos realizados originaram um problema central de pesquisa: de que maneira se manifestam os modos de organização da AU em Curitiba com base nos casos investigados? Logo, por meio dos encadeamentos demonstrados ao longo do trabalho, a fim de atender aos objetivos da pesquisa, intentamos oferecer resposta satisfatória a tal questionamento. Uma vez realizada a introdução, avançamos aos objetivos da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo geral

Caracterizar a AU realizada pelas organizações selecionadas na cidade de Curitiba e os seus modos de organização.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Descrever as organizações selecionadas, apontar suas características, modos de organizar e compará-las;
- b) Avaliar a proximidade das ações realizadas pelas organizações selecionadas com o modelo organizacional convencional ou com o alternativo;
- c) Identificar as premissas que orientam a AU praticada pelas organizações selecionadas.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Conforme discorreremos em nossa introdução, predominou, em relação aos trabalhos sobre AU selecionados para a realização da pesquisa, uma grande quantidade de publicações provenientes da lavra de pesquisadores filiados às áreas de Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Geografia, Economia, Biologia, Meio Ambiente e afins, conforme Ottmann (2011), Feniman (2014), Schneider (2014),

Schwantes (2018), Nagib (2016), Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), Martins (2018), entre outros.

Praticamente inexitem estudos em Administração voltados para a AU, ou propriamente quanto aos seus modos de organização. Essa constatação, no entanto, nos instigou a compreender melhor o fenômeno. Para tanto, procuramos caracterizar os modos de organizar a AU relativos às organizações selecionadas, contando com o suporte de autores críticos pertencentes à área de estudos organizacionais, no caso Boehs (2016, 2018), Faria (2007, 2014, 2015), Vizeu (2010), Silva e Guedes (2017), Hocayen-da-Silva, Vizeu e Seifert (2015), Hernandez (2016), Faria e Meneghetti (2010), Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), entre outros. Nesse sentido, estamos atentos ao fato de que os estudos organizacionais estabelecem conexões com disciplinas como “administração, economia, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, política, filosofia, saúde, engenharia (com destaque para a ergonomia), entre outras” (FARIA, 2014, p. 18). Logo, ao lado do desafio de trazer um novo campo para a área da Administração, surgiu também a oportunidade de adquirir, ao menos em parte, conhecimentos de outras áreas que foram reunidas nesta pesquisa, a qual, portanto, tem caráter multidisciplinar.

Quanto ao ainda restrito interesse por pesquisas relativas à agricultura em contexto urbano no terreno da Administração, inferimos que tais iniciativas sejam consideradas arcaicas pela comunidade acadêmica, quiçá, pela simplicidade, ou devido ao emprego de tecnologias intermediárias³. Contudo, entendemos serem práticas sustentáveis, que compreendem sabedoria vernacular⁴, respeitam os limites da natureza e, também, em que se procura questionar o sistema vigente. Nessa direção, o estudo pode ter também relevância ao se aproximar da proposta de inovação social (BEZERRA-DE-SOUSA; SEGATTO; MORAIS-DA-SILVA, 2017), já que, mesmo que as investigadas não sejam empresas propriamente, o papel que tais organizações desempenham visa atender demandas sociais.

³ Braçais, possivelmente vistas como rudimentares, já que vivemos em meio a inúmeros avanços tecnológicos propensos a suprimir a atuação humana.

⁴ De acordo com Feniman (2014, p. 40), “a língua, a culinária, a arquitetura, a vestimenta e a religião são características que ajudam a distinguir uma cultura de outra, gerando uma grande diversidade de expressões. Estas ações cotidianas que identificam um povo são chamadas de práticas vernaculares. Vernáculo é algo produzido localmente”. Conforme essa concepção, consideramos sabedoria vernacular como aquela típica de sua região, de seu ambiente de origem.

Além disso, consideramos as atenções que o poder público e a sociedade civil têm dado à AU na atualidade, sendo então oportuno, buscar uma melhor compreensão do fenômeno. Assim, parte da lacuna tende a ser preenchida, e de nossa parte buscamos fazê-lo de forma consistente sob o ponto de vista da Administração. Além disso, procuramos levar em consideração o atual conceito de organizações, segundo as concepções de Child (2005), Faria (2007, 2014, 2015), diferentes entre si, e que procuramos harmonizar conforme exposições realizadas ao longo do trabalho.

Por fim, entendemos que a pesquisa contribui, tanto em âmbito acadêmico quanto social, no sentido de examinar e apresentar resultados a respeito de experiências vernaculares, convivenciais e de relações autônomas, em que a atividade de AU se organiza e floresce, independentemente da presença de uma lógica administrativa técnica. Ademais, o estudo contribui no sentido de apresentar resultados a respeito da gestão da AU assistida pelo poder público local, que, em oposição ao exemplo anterior, age em conformidade com uma lógica administrativa técnica.

Assim, realizadas as justificativas, partimos para o capítulo relativo ao referencial teórico. Nele discorreremos sobre modos de organização, modos de organização convencional e alternativo, concepções de urbano e rural e o estado da arte sobre o estudo de AU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Parte do referencial teórico sobre AU que dá suporte a este trabalho é proveniente de múltiplas áreas do saber, e isso se deve à escassez de estudos da área da Administração sobre o tema. Diante de tal situação, fez-se necessária uma amarração teórica propensa a estabelecer conexões entre estudos sobre AU, modos de organização, modos de organização convencional e alternativo, bem como um enfoque sobre concepções de urbano e rural.

Desta forma, considerados os objetivos gerais e específicos da pesquisa, dispusemos o quadro teórico de referência da seguinte forma: primeiro trataremos resumidamente da questão dos modos de organizar, discorrendo sobre os modos convencional e alternativo na perspectiva de autores nacionais da área de estudos organizacionais; em seguida realizaremos uma abordagem alusiva às concepções de urbano e rural, em boa parte conforme a visão de autores nacionais, novamente da área de estudos organizacionais; e, por fim, efetuaremos a exposição sobre o estado da arte dos estudos sobre AU.

2.1 MODOS DE ORGANIZAÇÃO

A despeito da quase ausência de estudos sobre AU em Administração, os contornos que a temática tem apresentado permitem que o fenômeno seja analisado sob o ponto de vista organizacional, até porque são diversos os modos de organizar no contexto social da atualidade.

Segundo Boehs (2016), o escopo do que se pode reconhecer como organização é amplo e abrange corporações, Exército, escolas, hospitais, igrejas, prisões, tribos, grupos étnicos, empresas, faxinais e a própria AU, que incluímos também nesse rol, entre outros. Isto é, há algum tempo esses modelos podem ser

compreendidos em suas nuances devido a características como dinamismo social, contradições e estruturação peculiares (FARIA, 2014). Ademais, organizações são “mais do que um simples conjunto de arranjos para obter os resultados desejados por meio de um esforço coletivo” (CHILD, 2005, p. 8), extrapolando dessa forma a visão clássica da administração de empresas.

Assim, práticas organizacionais contemporâneas, ou organizações propriamente, têm características e configurações próprias que aludem aos seus modos, superando, portanto, as definições convencionais de empresa. Logo, “existem diversas maneiras de organizar para satisfazer uma determinada exigência funcional, e a escolha de uma delas é tanto uma questão de preferência social como de racionalidade científica” (CHILD, 2005, p. 9).

A associação de indivíduos com interesses comuns enquanto expressão que remete à ideia de organização (BOEHS, 2016) está alinhada aos tipos de organização investigados nesta pesquisa. Para um melhor entendimento dos casos, fez-se necessário o levantamento de publicações que abordassem, de forma contextualizada, a visão de pesquisadores da área de estudos organizacionais quanto ao viés burocrático da Administração (em perspectiva crítica). Dessa maneira, faz parte dessa revisão a análise panorâmica da lógica utilitarista, originada a partir do modelo burocrático, que padroniza os modos de organizar além de estipular e normatizar também condutas para satisfação das “leis do mercado” (SERVA, 1996).

Assim as subseções seguintes tratarão do modo convencional de organizar, alusivo ao sistema de capital e que tem na burocracia seu principal norte, e do alternativo, modelo que procura se distanciar do primeiro.

2.2 O MODO CONVENCIONAL DE ORGANIZAR

Uma vez superados os modos de organização social e político característicos do período feudal, sobre os quais não discorreremos neste trabalho, ocorreu em meados do século XIX a definitiva ascensão do capitalismo enquanto sistema

econômico preponderante em grande parte do mundo (VIZEU, 2010). A partir daí, com a materialização do moderno conceito de organização industrial, foram estabelecidos modelos otimizados de produção. Eis que se aprimorou então o chamado capitalismo financeiro e se consolidou uma visão de eficiência e produtividade desenfreadas (BOEHS, 2016; VIZEU, 2010).

A título de esclarecimento, as denominações acerca dos modos convencional e alternativo de organizar variam de acordo com cada autor (a) e corrente de pensamento a que se filiam, não se limitando apenas a tais termos. Nesse caso, a denominação “modo hegemônico”, ou “modelo hegemônico”, apresenta sentido análogo ao modo (ou modelo) convencional de organizar.

Em continuidade, “o desenvolvimento e o progresso, na ótica do sistema capitalista global, rumam para um governo mundial sob a égide do fundamentalismo do mercado, em que subordinam os Estados e as sociedades” (SILVA; GUEDES, 2017, p. 685). Desse modo, reproduzem-se comportamentos e entendimentos universais a respeito do capitalismo, somados a uma cultura de consumo de massas. As consequências desse modo convencional ou hegemônico de pensar, agir e produzir deve-se à “condição predominante na sociedade contemporânea dominada pelas organizações burocráticas e industriais” (BOEHS, 2016, p. 27). Ainda, segundo Hocayen-da-Silva, Vizeu e Seifert (2015), são criados laços indissociáveis entre um modelo dominante industrial influenciado por uma racionalidade instrumental tipicamente burocrática, que tornou hegemônico o modo de produção na modernidade.

De acordo com o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2020), o adjetivo *hegemônico* deriva do substantivo feminino *hegemonia*, que significa supremacia, preponderância, superioridade, e segundo a mesma fonte, “de acordo com Antonio Gramsci (1891-1937), poder político que se origina da liderança, da autoridade ou do consenso intelectual ou moral, que difere da superioridade decorrente do uso da violência” (HEGEMÔNICO..., 2020).

Sem ambição de avaliar a questão sob o ponto de vista gramsciano, depreendemos que o consenso a que se refere o filósofo italiano equivale à

aceitação (da sociedade). Aceitação, tal como reconhecido e descrito por Weber⁵, é o ideal devido a sua racionalidade – associação de meios e fins, viabilizando assim uma produção eficiente e econômica quanto ao dispêndio de recursos (HERNANDES, 2016; BOEHS, 2016), cuja produção é direcionada ao lucro e o consequente acúmulo de capital. Nesses termos,

Weber analisa o processo de racionalização da sociedade na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. O desencantamento do mundo, baseado no cálculo utilitário de consequências, substitui a mediação das relações sociais que antes estavam baseadas na tradição e no carisma. Uma racionalidade instrumental-legal se institui e modifica as relações na sociedade, fazendo com que a burocracia moderna se consolide com a razão materializada desse processo histórico. (FARIA; MENEGHETTI, 2010, p. 3).

Assim, ao passo que fica para trás a perspectiva típica do período feudal, tanto do ponto de vista das relações sociais quanto produtivas (artesaniais, artífices⁶ e agrícolas essencialmente), o modo burocrático passa a ser gradativamente abraçado pelo sistema de capital (FARIA; MENEGHETTI, 2010). Por meio de uma racionalidade burocrática, a definição das tarefas que precisam ser efetuadas, a impessoalidade, ou seja, a desconsideração de valores pessoais como crenças e valores individuais, e a imposição de normas específicas⁷ passam a ser determinantes (BOEHS, 2016).

⁵ Segundo Hernandez (2016, p. 39), “a organização burocrática descrita por Weber (1963), sob a forma de tipo ideal por meio de suas características, associa meios aos fins. Assim, ela seria caracterizada principalmente por aspecto racional. Racionalizar, nesse contexto, seria a adequação entre meios e fins. Conceito derivado deste primeiro é a eficiência, segundo o qual a economia de tempo e de recursos deve fazer parte de um processo de otimização que eleve a produção industrial a um patamar no qual haja a maximização da produção com a minimização de custos e recursos”.

⁶ O termo *artífice* é classificado na língua portuguesa como substantivo masculino de dois gêneros, com o sentido de “trabalhador, operário, artesão que produz algum artefato ou que professor alguma das artes” (HOUAISS, 2009). Entretanto, fugindo à regra da gramática tradicional, em nosso trabalho optamos por utilizá-lo como adjetivo, com a função de atribuir a qualidade de trabalho realizado de forma manual, eventualmente com apoio de alguma ferramenta.

⁷ Instituição de uma racionalidade instrumental-legal, que influencia todas as relações sociais, não se limitando apenas ao contexto das organizações em geral, tanto públicas quanto privadas.

A convergência entre a perspectiva burocrática, que passa a ser também uma característica de Estado, e a lógica capitalista, com a qual a filosofia do cálculo utilitário das consequências se alinha, proporcionam uma associação conveniente. Em relação a isso, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 575) afirmam:

A história apresenta-se como resultado das contradições, cujas forças produtivas de uma época são superadas por outras e responsáveis por estruturar uma nova forma de organização produtiva. O sistema de produção capitalista está baseado na exploração do capital sobre o trabalho, forma de exploração que difere do sistema escravo, porque no capitalismo, as pessoas precisam ser “livres” para vender sua força de trabalho. O capitalista, no entanto, pagará em forma de salário pelo trabalho em função da demanda de forças de trabalho disponíveis para serem exploradas. No desenvolver da história do atual sistema econômico, várias são as racionalidades que mascaram ou simplesmente negam que essa realidade ainda seja a dominante. Tais racionalidades fazem parte de uma ideologia que se instituiu como forma de promover a reprodução histórica do sistema de produção de capital.

Tal concepção, de orientação marxista, consolida o entendimento de que a burocracia passa a servir quase que exclusivamente aos interesses do mercado, contexto em que uma racionalidade econômica de natureza instrumental norteia o *modus operandi* no âmbito das organizações, além de influenciar a sociedade como um todo.

Porém, é preciso esclarecer que nem sempre burocracia e capitalismo coexistiram, até porque historicamente aquela antecede este. Traços de hierarquia, seleção de pessoas, divisão de tarefas e coordenação estiveram presentes na China de 206 a.C. a 220 d.C, onde governos de inclinação burocrática perduraram até o início do século XX (CHILD, 2005). Tal burocracia denominada patrimonial, oposta ao modelo capitalista, também orientou civilizações como a do Egito e Roma antigos (FARIA; MENEGHETTI, 2010). Durante a Idade Média, organizações eclesíásticas contavam com a especialização de papéis, hierarquias e regras bem definidas, engendradas por meio de alta formalização “que funcionava muito bem para a acumulação de riqueza, embora deixasse pouco espaço para o indivíduo” (CHILD, 2005, p. 32).

Com a ascensão da classe burguesa no decorrer da Idade Moderna é que a burocracia ganha força entre corporações públicas e privadas, embasando-se em premissas racionais elegais de administração, as quais posteriormente seriam refinadas e passariam a compor os trabalhos de F. W. Taylor (CHILD, 2005), por exemplo. A transformação para uma sociedade de mercado foi definitiva com o advento da Revolução Industrial, período que compreendeu uma explosão tecnológica e ocasionou sensível aumento da produtividade nas manufaturas (VIZEU, 2010). Na Inglaterra do final do século XVIII, as atividades agrícolas tradicionais passam a ser suprimidas por uma economia rural capitalista, enfraquecendo seguidamente as formas coletivas e comunitárias de produção e instituindo uma lógica utilitária (HOCAYEN-DA-SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015). Por fim, “a eficiência desenvolvida nas fábricas e os baixos custos associados à produção de grande escala proporcionaram às fábricas uma capacidade de produção que nenhuma oficina artesanal jamais alcançaria” (HERNANDES, 2016, p. 39).

Ainda, Serva (1996) e Vizeu (2010) reforçam que organizações produtivas de natureza burocrática se guiam por uma racionalidade dita instrumental, na qual o produtivismo (eficiência), a maximização de ganho econômico, o acúmulo de capital, são prioridades. Logo, “à racionalidade instrumental atribui-se, portanto, a condição predominante na sociedade contemporânea dominada pelas organizações burocráticas e industriais” (BOEHS, 2016, p. 27).

As organizações regidas por tal diretriz, também conhecidas como formais, tornam-se proeminentes na sociedade contemporânea, cujas interações são por elas mediadas (BOEHS, 2018), devido à necessidade de sobrevivência por meio de trabalho assalariado oferecido aos funcionários nas indústrias. Nesse sentido, segundo Child (2005) e Boehs (2016), há relações de autoridade, divisão de trabalho nas perspectivas horizontal e vertical, níveis de hierarquia e especialização de tarefas. Ou seja, normas, procedimentos, padrões que tornam as práticas homogêneas e previsíveis, sempre com foco no resultado, na produtividade acima de tudo.

Diante desse cenário e com as concepções de organizações públicas e privadas permanecendo sob a égide da burocratização (FARIA; MENEGHETTI, 2010), resta claro que o modo convencional ou hegemônico de organizar está consolidado.

Assim, a despeito da prevalência do modo convencional ou burocrático de organizar, na sequência avaliaremos resumidamente o que a literatura selecionada tem afirmado sobre o modo alternativo ou não convencional de organizar.

2.3 O MODO ALTERNATIVO DE ORGANIZAR

Sob o prisma dos estudos críticos organizacionais, seara da maioria dos autores citados até aqui, entendemos as organizações como “construções sociais complexas, dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais culturais, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias” (FARIA, 2014, p. 92).

Tal perspectiva, ao avançar para além da conservadora concepção de Administração de Empresas, possibilita uma (re)visão capaz de identificar e ao mesmo valorar diversas práticas organizacionais contemporâneas, muitas delas norteadas por modo(s) oposto(s) ao convencional.

Assim, considerar que existem alternativas para instituições públicas, privadas, industriais, artífices, entre outras, mais adequadas com a realidade do século XXI, implica buscar opções mais democráticas, e, por conseguinte, mais próximas dos interesses da sociedade (CHILD, 2005). Ainda, o autor utiliza a expressão “novas formas organizacionais” frente às convencionais, argumentando que um rompimento com o modelo burocrático se justificaria, entre outras razões, pelo fato de que “muitas vezes a empresa precisava desviar-se das regras e estruturas formais para funcionar com eficácia” (CHILD, 2005, p. 32). Em busca das tais novas formas, um olhar mais atento para questões como inovação em termos de dinâmicas relacionais, adaptação a diferentes demandas, tecnologias e ambientes, são vistos pelo autor

como modos mais orgânicos (naturais) de organizar, e nesse caso com hierarquia reduzida.

O emprego da expressão “novas formas organizacionais” também está presente no trabalho de Delagnello e Machado-da-Silva (2000), que corrobora o entendimento de que novos modelos passaram a ser discutidos a partir de meados do século XX. Segundo os autores, um novo fundamento era apresentado enquanto opção à lógica instrumental burocrática. Por esse ângulo:

As ideias enfatizadas pelos autores pós-modernistas podem ser distinguidas de duas maneiras: como forma de ver e entender a realidade social, mais precisamente como abordagem organizacional, ou como discussão das manifestações concretas de formas organizacionais alternativas, as quais constituem embriões da ruptura com o modelo burocrático predominante na sociedade contemporânea. (DELAGNELLO; MACHADO-DA-SILVA, 2000, p. 21).

O estudo realizado à época, segundo os autores, indicava que poderiam ser desenvolvidos modos de organização alternativos à estrutura burocrática, os quais seriam, assim como observado por Child (2005), mais adequados às diferentes formas de organizar típicas da contemporaneidade.

Além disso, e em oposição ao modelo burocrático de organizar, no qual “à racionalidade instrumental atribui-se, portanto, a condição predominante na sociedade contemporânea dominada pelas organizações burocráticas e industriais” (BOEHS, 2016, p. 17), emergem estudos sobre uma racionalidade denominada substantiva. Delagnello e Machado-da-Silva (2000) afirmam não haver no referido tipo de racionalidade o cálculo utilitário de consequências, e sim valores relativos às ações humanas, no caso valores pessoais, éticos, morais. Ainda, autores como Rothschild-Whitt (1979), Serva (1996) – principal disseminador no Brasil –, Hocayenda-Silva, Vizeu e Seifert (2015) e Boehs (2016; 2018) estariam alinhados à perspectiva da racionalidade substantiva. Segundo Serva, (1996, p. 14):

A razão substantiva é um atributo natural do sujeito, reside na psique humana. Por meio dela, os indivíduos poderiam ordenar a sua vida pessoal

na direção da autorrealização, contrabalançando a sua própria busca de emancipação/autorrealização com o alcance da satisfação pessoal, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de buscá-la. As chaves para esse balanceamento seriam o debate racional e, sobretudo, o julgamento ético-valorativo permanente das ações.

Assim, a orientação mediada pela razão substantiva enquanto modo alternativo ou contra hegemônico de organizar contemplaria os valores do indivíduo que age, produz, vive e realiza seu trabalho considerando a ética, a religião, aspectos afetivos e tradições (BOEHS, 2018). Portanto, situação diferente daquela permeada por atividades definidas, calculadas e desumanizadas (FARIA; MENEGHETTI, 2010), orientadas pela razão instrumental, em que a eficiência e a lógica da produtividade preponderam (VIZEU, 2010).

A razão substantiva está presente também nas chamadas formas não convencionais de organização. A esse respeito, Hocayen-da-Silva, Vizeu e Seifert (2015, p. 22) manifestaram-se no sentido de que:

Podem ser entendidas como agrupamentos humanos que expressam um modo de organização, forma de condução das atividades e práticas de produção alinhadas a uma racionalidade substantiva, arraigada a princípios de solidariedade, reciprocidade, redistribuição, domesticidade e convivialidade, além de traços singulares que representem uma identidade cultural própria.

Entre as organizações não convencionais identificadas por Serva (1996), destacam-se as organizações coletivistas, isonômicas, organizações do movimento alternativo, contra-instituições, empresas alternativas na França, Bélgica e Quebec (no Canadá), entre outros. Não nos manifestaremos a respeito de todas elas, à exceção das coletivistas.

Rothschild-Whitt (1979) realizou um trabalho de investigação de organizações consideradas alternativas, oriundas de movimentos denominados antiautoritários que aconteceram nos EUA durante a Década de 1960. Tais organizações, mais adequadamente denominadas coletivistas, atuavam em seguimentos como educação, alimentação, saúde, mídia, energia, vestuário entre outros (SERVA,

1996). Essas entidades abriram mão dos pressupostos da filosofia burocrática de gestão, havendo compartilhamento de saberes por parte de seus integrantes, compromisso ético e moral, além de não visarem lucro. Logo, suas práticas produtivas pautavam-se na racionalidade substantiva.

O modo alternativo de organizar aqui considerado, apesar de se apresentar enquanto opção ao modelo convencional, é minoritário, assim como os estudos a respeito deles em Administração (BOEHS, 2016). A onipresença do modelo organizacional burocrático orientado por uma razão instrumental tende a permanecer hegemônico, tendo em vista a sua relação com o sistema de capital. Nesse sentido, recente pesquisa de Adversi (2018), em estudo comparativo de casos sobre organizações ditas não convencionais, atestou haver influências do modelo burocrático nos modos das organizações observadas, embora fossem sustentadas em grande medida por uma racionalidade substantiva quanto ao seu funcionamento, ou seja, podendo ser consideradas alternativas. Nesse caso, o que foi constatado por Adversi (2018) aludiria ao fato de as organizações alternativas por ela analisadas conterem traços de burocracia (BOEHS, 2016), embora inspiradas por uma lógica baseada na razão substantiva.

Por fim, o modo alternativo de organizar encontra respaldo tanto do ponto de vista científico quanto social. Pode ser visto enquanto construção mediada por “relações de produção, intercâmbio e cooperação para além da eficiência, buscando qualidade e suficiência da sociedade” (SILVA; GUEDES, 2017, p. 689). Ou seja, aspectos que se opõem ao modelo convencional e sua predisposição ao cálculo utilitário das consequências.

Deste modo, estabelecidas algumas distinções entre o modelo convencional e alternativo de organizar, transitamos para os subtópicos relativos às concepções de urbano e rural e suas distinções, consideradas relevantes para o encaminhamento da temática sobre os modos de organizar a AU que procuramos investigar.

2.4 CONCEPÇÕES DE URBANO E RURAL

A exposição anterior a respeito dos modos convencional e alternativo de organizar, com a avaliação do sentido de um e outro em sua relação dialética, fez-se necessária. Tal procedimento será reproduzido em parte nesta passagem, já que usualmente o urbano e o rural são colocados em lados opostos em termos conceituais.

Todavia, as concepções e diferenciações entre ambos não aparentam ser consensuais. Inclusive, há entendimento de que o urbano e o rural estejam mais próximos do que distantes na atualidade. Porém, sob o ponto de vista histórico, parece não restar dúvida de que a concepção de urbano está indissociavelmente vinculada ao fenômeno da industrialização moderna.

Nesse sentido, a transformação empreendida pelo capitalismo industrial é o fator originário do que se entende por urbano na modernidade (HOCAYEN-DASILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015), sendo que, por si só, a brevidade dessa constatação confere um direcionamento quanto ao entendimento que buscamos. No entanto, a distinção entre o urbano e o rural, ou a designação do que um ou outro representa em termos sociais e econômicos, conforme a realidade atual (RAMOS, 2007; SCHNEIDER; BLUME, 2005; SANTOS, 2000; BOEHS, 2016), não se apresenta assim tão definida, e isso se deve às modificações pelas quais o rural passou a partir das décadas de 1980 e 1990, especialmente no Brasil.

A literatura selecionada trouxe entendimentos sobre o urbano e o rural procurando relacioná-los às seguintes perspectivas: (1) Histórica, devido à Revolução Industrial, contexto em que o urbano é uma consequência da expansão fabril orientada pela lógica capitalista; (2) Do sentido de rural relacionado ao estilo campesino, de lida com a terra, de tradições, de trabalho artífice e de vida simples; (3) Do rural, em oposição ao urbano como lugar onde se exercem atividades agropecuárias em larga escala, com foco no lucro, ou agronegócio como recentemente se designa; (4) Da visão de autores que afirmam haver pontos de

convergência entre ambos devido aos novos rumos da economia de capital; e, por fim, (5) a delimitação proveniente de aspectos político-administrativos.

Desta maneira, passamos para as subseções que tratam do tema considerando tais possibilidades de interpretação conforme a revisão de literatura.

2.4.1 Considerações a respeito do urbano e do rural na modernidade

A concepção proveniente da lavra de autores clássicos como Marx e Weber parte da perspectiva da divisão da sociedade em classes antagônicas. De acordo com Ramos (2007) e Alves (2008, p. 128), “a dicotomia urbano-rural nada mais era do que a representação da própria sociedade dividida em duas classes sociais”, estando de um lado aqueles favoráveis ao sistema de capital e de outro os que o combatiam, isso no contexto da Europa do século XVII. A partir dessas considerações, ao urbano atribuíam-se o novo, o moderno; ao rural, o ultrapassado, o antigo.

Durante a transição do período feudal (fim da Idade Média) para o moderno, conjuntura em que a classe burguesa gradativamente ascende ao poder na Europa, são lançadas as sementes do que posteriormente viria a ser o capitalismo (CHILD, 2005; SEIFERT; VIZEU, 2015). Em seguida, este se consolida devido à aliança instituída com o modo burocrático orientado pela razão instrumental, sobre o qual discorreremos na seção anterior. Nesse sentido, era preciso mais para que toda uma realidade quanto aos modos de conviver, produzir e consumir fossem drasticamente alterados (LIEPIETZ, 1989; CHILD, 2005; ALVES, 2008; COUTINHO, 2010). E assim ocorreu por força de uma onda de inovação tecnológica a partir de meados dos séculos XVIII, XIX e XX, como se sabe, revolucionária.

A Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra junto a seus desdobramentos subsequentes, sendo incluso o contexto pós-industrial no século XX, no qual o modo de produção fordista eclode (LIEPIETZ, 1989), foram determinantes. Uma consequência desses acontecimentos foi o deslocamento

maciço de moradores do interior (campesinos) para as cidades onde as fábricas se instalavam. Logo, a era da industrialização trata-se do acontecimento “que marcou um novo período da história moderna, cuja atividade industrial se torna preponderante em relação à agrária, dando condições absolutas para a expansão da economia capitalista” (VIZEU, 2010, p. 784). Diante desse cenário, a transformação da sociedade tradicional para uma sociedade orientada a atender aos interesses do mercado leva à origem dos centros urbanos. Esses locais são assim denominados por reunirem indústrias atuantes em seguimentos diversos, bem como cidadãos, agora mão de obra assalariada, operária, que continuamente deixam pequenas cidades do interior em busca de uma vida promissora em um “novo mundo”. Nesses locais se encontraria progresso e trabalho, e se entendia haver melhores oportunidades. No entanto, “os antigos camponeses foram marginalizados nas periferias dos centros urbanos e submetidos a condições desumanas de sobrevivência” (HOCAYEN-DA-SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015, p. 231), não sendo obviamente esse o contexto de urbano, do novo, do progresso por eles esperado.

Posto isso, a constituição do urbano decorre do robustecimento da industrialização iniciada na Europa, que ao suplantando a lógica produtiva e o estilo de vida característicos do período anterior, desloca massas de indivíduos do rural para grandes centros (VIZEU, 2010). Estes concentram tanto empresas quanto a mão de obra necessária em uma mesma região, algo conveniente sob o ponto de vista do cálculo utilitário de consequências, norteado pela racionalidade instrumental (CAITANO; SERVA, 2012). À vista disso. Essa observação encontra respaldo em Hocayen-da-Silva, Vizeu e Seifert (2015, p. 229), pois:

Até o início do século XIX, a base social da humanidade apresentava-se como sendo rural. A economia girava em torno de atividades camponesas e de artesãos. Neste contexto, as relações entre grupos dominantes com a maioria da população eram baseadas nas diferenças entre os senhores detentores da propriedade da terra e os lavradores, que, na condição de arrendatários, dedicavam-se à agricultura e à pecuária.

Na passagem supra, os autores fazem remissão à Inglaterra em período anterior ao dos novos processos de manufatura que alteraram de forma decisiva os

rumos da humanidade. Segundo apontam, foram restringidas as atividades nos campos abertos onde se realizava agricultura, criação de animais, partilha de saberes e manutenção de tradições, por meio das quais se garantia a subsistência dos envolvidos. Isso, claro, para satisfação de interesses econômicos.

Antes de tal interferência, havia interações entre as pessoas, trocas de experiências e cooperação em um ambiente no qual não imperava a lógica de absoluto controle das relações produtivas (SILVA; GUEDES, 2017), das novas tecnologias, das inovações industriais. Respeitava-se a natureza, e, para além da preservação de costumes e tradições, compartilhava-se também o que era produzido. Alves (2008, p. 85) discorre as transformações ocorridas após a superação desse período, afirmando que:

As inovações tecnológicas passaram a corromper as práticas seculares de produção agrícola que eram sustentadas na reprodução do saber tradicional dos produtores rurais, alterando significativamente a forma com que estes vinham interagindo no âmbito familiar, com o mercado consumidor, e sobretudo, com o meio ambiente em que se dava a produção agrícola.

Conforme esse modo, não se concebia até então a ideia de uma indústria em que os fins justificassem os meios, em que a vertiginosa produção industrial em detrimento da convivencialidade fosse inquestionável (ILLICH, 1976) tal qual ocorrera tempos depois. De acordo com esse autor (1976, p. 37):

Uma sociedade convivencial é uma sociedade que oferece ao homem a possibilidade de exercer uma posição para autonomia e mais criativa, com auxílio das ferramentas menos controláveis pelos outros. A produtividade conjuga-se em termos de ter, a convivencialidade em termos de ser.

Ao contrário dos preceitos de produtividade e convivencialidade presentes na sociedade de outrora, os ventos da mudança sopraram com força. E assim o modelo tradicional de agricultura e de vida comunitária foram gradativamente transformados, tendo em vista que:

Uma economia sem fins exclusivos de acumulação de capital não define ricos e pobres, os meios de produção agem para o equilíbrio da vida de todos os seres vivos, já que natureza e homem são seres vivos parte de uma unidade. Observam-se limites para o manejo da natureza e uma mudança na finalidade do trabalho, que migra da acumulação para a manutenção da vida. (SILVA; GUEDES, 2017, p. 689).

Assim, ao contrário do disposto nesta última citação, uma nova comunidade, um novo agrupamento passa a predominar e a ter características urbanas (HOCAYEN-DA-SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015). Ainda, a subsistência outrora obtida por meio de “uma relação de comunhão e mérito entre homem e natureza num contexto de grupo” (SILVA; GUEDES, 2017, p. 689) torna-se sobrevivência no final do século XIX, na medida em que se passa a ter trabalho assalariado nas fábricas localizadas em centros urbanos (BOEHS, 2016; HOCAYEN-DA-SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015).

Subsequente a isso, com a passagem para o século XX, novos rumos favorecem mais o modo convencional de organizar no contexto urbano. A concepção da linha de montagem tipicamente fordista, as tecnologias desenvolvidas no período entre guerras com seus avanços científicos e tecnológicos aceleram e ampliam o escopo do movimento industrial (LIPIETZ, 1989; ALVES, 2008; BOEHS, 2016), o qual atinge o seguimento agrícola.

É sobre isso que trataremos no próximo subtópico em continuidade às nossas considerações sobre o urbano e o rural.

2.4.2 Um novo tempo, apesar dos perigos

O título escolhido para este subtópico, como se perceberá, guarda relação com os entendimentos que continuamos a obter a respeito do urbano e do rural.

As sucessivas inovações tecnológicas que compuseram (e ainda compõem) o modo convencional de organizar, influenciadas no início do século XX pelo sistema fordista de produção, superaram as barreiras das fábricas e buscaram atingir outros setores da economia com vistas a ampliar níveis de produtividade e eficiência (LIPIETZ, 1989; ALVES, 2008; FENIMAN, 2014; BOEHS, 2016). Um deles foi o agropecuário. Nesse sentido, os perigos a que nos referimos no subtítulo acima estão relacionados ao fenômeno da RV, cuja abordagem, segundo a literatura visitada, diz respeito ao contexto internacional e brasileiro.

Durante o período entre guerras e posterior à Segunda Guerra Mundial, um conjunto de inovações até então orientadas para esses armistícios, cujas pesquisas e desenvolvimento se deram essencialmente nos EUA, foram redirecionadas para seguimentos como o da agricultura e pecuária (ALVES, 2008)⁸. Por meio de pacotes tecnológicos, conforme expressam Alves (2008), Coutinho (2010), Ottmann (2011), esses seguimentos passam a ser decisivamente influenciados por uma lógica de modernização, de industrialização enquanto desdobramento do modo convencional de organizar. Por força disso, houve intensa mecanização na agricultura, visando alta produtividade para fins de exportação de *commodities*, opção pelo cultivo de limitadas culturas como soja, arroz, milho, feijão, algodão, produzidas em larga escala e utilizando extensões cada vez maiores de terras, e que resultou nas monoculturas.

Entre os efeitos decorrentes da disrupção operada pela RV, destacam-se: (1) A mecanização, que racionalizou sobremaneira os processos produtivos no campo, com grandes empresas utilizando tratores, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras e sistemas de irrigação entre outros; (2) Os fertilizantes químicos e os pesticidas – estes cuja designação é amenizada pelo emprego de expressões como defensivos agrícolas ou agroquímicos, em verdade agrotóxicos ou simplesmente veneno; (3) O desenvolvimento de novas variedades vegetais geneticamente alteradas, os chamados transgênicos; e (4) A criação maciça de animais confinados

⁸ De acordo com Alves (2008, p. 74), “Particularmente no que diz respeito ao uso de insumos químicos, a literatura tem apontado que a influência do capital sobre a agricultura tornou-se mais acentuada a partir do período pós-guerra, quando as indústrias bélicas tiveram que encontrar alternativas para o consumo da matéria-prima utilizada na confecção de armas químicas cujo uso havia sido abolido nas frentes de batalha, mediante o acordo efetuado entre as nações na Convenção de Genebra”.

como aves e suínos, bem como caprinos e especialmente gado, entre outros. Deste modo, foi e (ainda é) significativo o aumento da produtividade no terreno da agricultura e da pecuária, doravante orientados por um intenso processo de industrialização específico, conformado em bases de inovações científico-tecnológicas.

Um dos argumentos favoráveis à RV envolvia a questão “de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola” (OTTMANN, 2011, p. 27), supostamente garantido por meio das tecnologias, mecanismos e produtos químicos já mencionados. Ainda, segundo Feniman (2014, p. 11):

A revolução verde, fenômeno sociotécnico que produziu, por um lado, degradação genética de espécies animais e vegetais altamente adaptados a contextos geográficos específicos e, por outro, uma alta dependência energética tanto para produção como para distribuição, baseada principalmente em combustíveis fósseis que provocam alto impacto ambiental. Mesmo se desconsiderássemos esses fatores e focássemos apenas no argumento de que houve um aumento considerável na produção de alimentos por meio da revolução verde e da indústria alimentícia, os dados demonstram que a quantidade não foi capaz de proporcionar uma distribuição equitativa.

Assim, a despeito de haver uma justificativa razoável, no caso relativo ao combate à fome, prevalece a constatação de que a industrialização da atividade agropecuária acabaria sendo um acontecimento inevitável, inerente à lógica do sistema de capital, norteado por uma racionalidade instrumental técnico-científica.

Por outro lado, a industrialização aplicada ao contexto rural, de acordo com Alves (2008), Hocayen-da-Silva, Vizeu e Seifert (2015), com o emprego de inovações tecnológicas, resultou na alteração das características do rural, atribuindo a ele também aspectos de urbanidade⁹. Bem recepcionados em países subdesenvolvidos como o Brasil (LIPIETZ, 1989), os aparatos e orientações advindos da industrialização na agricultura e pecuária, nas mãos de homens de

⁹ Não nos referimos a todo o ambiente rural, à todas as cidades do interior de um país vasto como o Brasil. Mas, conforme a literatura apontou, os novos contornos da economia fizeram com que empresas antes localizadas exclusivamente em grandes centros partissem para o interior, modificando a sua conformação.

negócios, culminaram em práticas eficientes voltadas para a satisfação de demandas do mercado.

Desta forma, a obtenção “das novas tecnologias pelos produtores rurais iria redundar no aumento da produção e da produtividade e, como consequência natural, no aumento da renda familiar, sinônimo de desenvolvimento rural” (ALVES, 2008, p. 80). Quanto ao aumento da produção e produtividade, isso se comprova devido à lógica ser a da eficiência e do acúmulo de capital. Já o aumento da renda familiar é questionável. Tal demanda, de ordem social, é apenas uma entre tantas questões complexas que compõem as políticas de Estado.

Ainda, uma consequência relacionada ao fenômeno da RV foi a transformação das regiões campestres quanto ao seu aspecto ambiental original (SILVEIRA; BORGES; FONSECA, 2007). O modelo de agricultura realizado conforme padrão norte-americano, ou de países de clima temperado, contrasta com as características de países de clima tropical como é o caso do Brasil (ROMEIRO, 2007; HIRAKURI, 2012). Além disso, a imposição de práticas oriundas de países do hemisfério Norte, especificamente quanto ao tipo de solo, por exemplo, que em determinadas regiões congela na superfície, e necessariamente precisa ser revirado com uso de máquinas na época do plantio, contrasta com os do hemisfério Sul, forrageiro, ou seja, que pela acumulação de material orgânico mantém seus nutrientes na superfície, variando de 10 a 100cm de profundidade (ROMEIRO, 2007).

Dessa forma, a técnica e a cientificidade presentes no modelo implementado pela RV, se sobrepôs à naturalidade do meio ambiente original (ROMEIRO, 2007). Efeitos como assoreamento e poluição dos rios por agrotóxicos, erosão dos solos, substituição de matas virgens para estabelecimento de pastagens e sobretudo o esgotamento a que se submete o solo em decorrência da não rotatividade de espécies devido à opção pelas monoculturas (ALVES, 2008; ROMEIRO, 2007) são elementos que contribuíram para a transformação das características do meio ambiente rural brasileiro a partir dos anos 1960.

Assim, a Revolução Industrial e a ascendência do capitalismo a ela inerente em todas as suas fases, conforme a literatura indicou, trouxe perspectivas

relacionadas à dicotomia urbano vs. rural vinculada ao processo de industrialização, inclusive no campo por conta do estabelecimento das monoculturas na agricultura.

No próximo subtópico, abordaremos resumidamente algumas questões sobre transformações ocorridas nos contextos urbano e rural, a ponto de haver entendimentos acerca de uma possível interseção entre o conceito de um e outro, bem como a definição de um ou outro por meio de zoneamento.

2.4.3 Convergência de entendimentos acerca do urbano e do rural bem como aspectos político-administrativos

Questões relativas à definição de um novo meio rural associado, o conceito de ruralidade, bem como alguns aspectos político-administrativos que resultam em definições formais de zoneamento – critério político-administrativo para definição do que é urbano e rural –, serão aqui considerados conforme a bibliografia levantada.

Um aspecto que remete a uma possível convergência entre os sentidos de rural e urbano, cuja discussão iniciou nos anos 1970 (LIPIETZ, 1989; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000), tem relação com o recrudescimento do sistema fordista de produção que ocasionou processos de descentralização das indústrias. Assim, importantes organizações cujas instalações se localizavam costumeiramente em grandes centros, conforme a escolha pela descentralização, passam a se dirigir para regiões menores, periurbanas e até rurais (ALVES, 2008). Devido a isso, características sociais e ambientais tipicamente rurais passariam por processos de transformação em decorrência do deslocamento de grandes empresas que optaram por lá se instalar, levando para essas localidades traços de urbanidade (ALVES, 2008). Desta forma, seria supostamente benéfica a ida de grandes empresas (não agrícolas), sob o fundamento de que surgiriam novas oportunidades de trabalho para além do agrícola (SCHNEIDER; BLUME, 2005; IBGE, 2017; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000). Em contrapartida, a influência do modo industrial de organizar a agricultura com emprego de novas tecnologias, inclusive de informação,

ocasionaria uma relativa queda no número de empregos (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000) no campo. Eis aqui uma questão paradoxal, um traço de união entre o urbano e o rural decorrente da lógica de descentralização industrial.

Prosseguindo, as dimensões atuais (pós-anos 2000) quanto aos modos de organizar a produção, agora não apenas agrícola no contexto rural, e sim multifacetadas e tecnológicas (RAMOS, 2007) seguem adicionando elementos que mais e mais aproximam o rural do urbano. Nesse ponto, a discussão evoca também o conceito de ruralidade, enquanto modo de viver e produzir interiorano (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000; SCHNEIDER; BLUME, 2005). Não se trata apenas do rural, e sim de ruralidade, perspectiva em que o urbano e o rural interagem ativamente. Nesse sentido, as atividades agrícolas e pecuárias, embora ainda caracterizadoras do campo, passam a dividir seu espaço com outras atividades típicas da urbanidade atual. Deste modo:

Em paralelo a essas transformações, o espaço rural tem sido foco de valorização para fins não agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade de matéria-prima, mão de obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos, etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos, etc.). (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000, p. 166).

Na mesma direção é o entendimento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que visualiza o novo rural conforme suas “ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, periurbanas e urbanas” (2017, p. 9). Ainda, soma-se ao conceito do novo rural um conjunto de atividades não agrícolas, que conforme Graziano da Silva e Del Grossi (2000) corresponde ao agronegócio, denominação das atividades agrícolas na era da tecnologia, assim como atividades não agrícolas envolvendo turismo, lazer, prestação de serviços e ações imobiliárias entre outras. Ainda, conforme Schneider e Blume (2005, p. 110), não subsistiria divergência “quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa” na medida em que

“os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluidos, permeáveis e transpassados”.

Logo, o que anteriormente e exclusivamente caracterizava o novo, o moderno, por força da industrialização que moldou os centros urbanos, passa a compor também, no caso do Brasil, significativas parcelas de regiões rurais a partir do século XXI. Assim, tem sido atualizada a caracterização do urbano e do rural, nesse caso, para além da tradicional visão dicotômica, decorrente do período pós-Revolução Industrial.

Ainda, é preciso considerar, quanto à nova configuração do rural, as ligações estabelecidas com a questão da pluriatividade (IBGE, 2017; SCHNEIDER; BLUME, 2005; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000; WANDERLEY, 1996), movimento identificado a partir dos anos 1980 que alterou o modo de organização da agricultura familiar no campo. Segundo os autores, pluriatividade consistiria em realizar atividades para além da agrícola, enquanto alternativa para a conservação da própria agricultura familiar. A razão disso seria o impacto sofrido por influência de novos arranjos que se operaram no campo, entre eles a descentralização industrial, tornando a agricultura familiar insuficiente em termos de geração de renda para as famílias praticantes (BOEHS, 2016). Isso implica dizer que aqueles que aderiram (por necessidade) a outros trabalhos, que não somente o da agricultura realizada no seio da família, no sentido da pluriatividade, o fizeram para a manutenção da agricultura nos moldes familiares.

Intentando delimitar os principais entendimentos de urbano e rural para além da ótica de ambos apenas como opostos, e a literatura, conforme até aqui demonstrado contribuiu para isso, faz-se necessário também analisar critérios político-administrativos.

Sob o prisma formal, a delimitação de um município como urbano ou rural abarca critérios político-administrativos, as densidades populacional e demográfica, bem como o papel da população em relação à economia (IBGE, 2017, p. 11)¹⁰. De acordo com o referido órgão:

¹⁰ Segundo o IBGE (2017, p. 37), “O Decreto-lei n. 311, de 02.03.1938 que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil, constitui-se em um marco legal de diferenciação entre espaços

No Brasil, o Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 associa a delimitação de zonas rurais e urbanas aos municípios. Contudo, muitas vezes as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial dos municípios sem que a legislação consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e das atividades econômicas.

Diante do que observamos até aqui, a literatura revisada atestou haver considerável transformação no contexto rural, que embora se mantenha agrário, aproximou-se do meio urbano devido ao processo de industrialização que se estendeu a ele. Isso implica dizer que a delimitação político-administrativa estabelecida precisa considerar as mudanças pelas quais os municípios passam em termos sociais, espaciais e econômicos, o que identificamos por força da revisão de literatura. Logo, estipular, determinar o urbano e o rural, implica ir além de uma definição meramente formal de zoneamento, questão complexa devido ao dinamismo dos contextos social e econômico.

Para Schneider e Blume (2005), o Decreto n. 311/1938, marco legal a respeito do rural e do urbano no Brasil, definidor do conceito de cidade, é anacrônico, algo que se estende inclusive (ao relativamente recente) Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001, que peca, segundo Alves (2008), por não apresentar um conceito de cidade contextualizado com a realidade.

Apesar da insatisfação para com as duas maiores legislações nacionais a respeito do tema, os municípios brasileiros possuem competência constitucional para legislar sobre seu zoneamento. Um exemplo é a lei de zoneamento de uma cidade como a de Curitiba, representada pela Lei n. 9.800/2000, a qual definiu limites oficiais e a considera totalmente urbana. Por meio de tal delimitação, além da caracterização da cidade, viabiliza-se também o atingimento de objetivos fiscais, conforme a lógica burocrática de organizar que orienta a administração pública.

rurais e urbanos no País. Ele estabelece, entre outros aspectos, os critérios objetivos para diferenciação entre cidades e vilas, pois até aquele ano não havia distinção entre estas duas unidades político-administrativas e as sedes de municípios podiam ser vilas ou cidades, dependendo das condições de sua criação”.

Por mais que critérios normativos, espaciais e políticos procurem estabelecer um caráter definidor quanto ao urbano e ao rural a uma determinada cidade, em verdade, é sua conformação política, social e econômica que realmente oferecerá uma designação adequada. Soma-se a isso também as interações entre os modos de as empresas se organizarem, optando por mover olhares para o interior, tornando a formalidade da lei, a delimitação geográfica dos mapas e o comportamento das populações locais algo complexo de se definir.

Ainda, devido à lógica do sistema de capital, que além de implementar a RV seguiu transformando também os modos de organizar a economia em contextos rurais ao descentralizar operações industriais para aquelas localidades, definições concretas a respeito do que seja um ou outro exigem um olhar mais detido. Por essa razão é que autores como Schneider e Blume (2005) bem como Alves (2008) defendem ser necessário considerar novas formas de delimitar o urbano e o rural. De acordo com eles, é preciso superar a visão dicotômica do urbano industrial frente ao rural supostamente não industrializado.

Deste modo, as concepções entre o rural e o urbano, sob a perspectiva dos modos de organização das empresas e das atividades econômicas realizadas em tais contextos, parecem estar hoje mais próximas do que distantes em termos conceituais. Cidades rurais têm herdado, à medida que vão sendo industrializadas, características de centros urbanos. Por outro lado, no que tange à AU, a agricultura que acabou sendo fortemente associada ao contexto rural e limitada às monoculturas tenta florescer nos grandes centros, resgatando tradições e promovendo vida comunitária, conforme verificaremos adiante nesta pesquisa.

Assim, em razão de termos realizado abordagens sobre os modos de organização, convencional e alternativo, bem como sobre as concepções de urbano e rural, conforme o quadro teórico de referência levantado, passamos a seguir ao subtópico relativo à AU propriamente.

2.5 A LITERATURA SOBRE AGRICULTURA URBANA

Conforme já mencionado, ante a constatação de serem escassos os trabalhos específicos de Administração a respeito do assunto, partimos para a pesquisa em outros seguimentos. Dessa forma, localizamos trabalhos pertencentes às grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Exatas, Biológicas e de Saúde, tanto nacionais quanto internacionais.

Em relação ao aspecto multidisciplinar das publicações, é pertinente frisar que os periódicos internacionais, predominantes na coleta, não trabalham com divisões por áreas temáticas nos mesmos moldes que no Brasil. Nesse sentido, como forma de clarificar o aspecto metodológico relativo ao levantamento de trabalhos, por meio do Quadro 1, procuramos demonstrar o procedimento de seleção das produções acadêmicas. Nele são apontadas as bases e filtros utilizados durante a coleta de artigos, dissertações e teses.

Quadro 1 – Filtros utilizados para levantamento de trabalhos

Bases	Idioma: Português ¹¹	Idioma: Inglês	Revisados por pares	Mais relevantes	Título, Resumo e Palavra-chave	Levantados	Selecionados
Capes	X		X	X	X	24	15
BDTD	X				X	35	3
Scielo	X			X	X	9	1
Spell	X			X	X	2	2
Springer		X		X	X	115	5
Outros	X	X				25	4
Totais						210	30

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda no que diz respeito ao quadro teórico de referência sobre AU, esclarecemos que apesar de ter havido suporte teórico propenso a orientar nossas análises, consideramos igualmente (ou até mais) relevantes as informações obtidas por ocasião da coleta de dados em campo.

¹¹ Embora a palavra-chave *agricultura urbana* tenha sido digitada em português nos campos de busca dos portais da Capes e Scielo, dessas ações retornaram diversos artigos em língua espanhola, provenientes de alguns países da América Latina (além do Brasil).

Neste sentido, entende-se, aqui, que a metodologia a ser adotada em uma investigação científica é dada não só pelas teorias disponíveis e pelas próprias condições do sujeito pesquisador, como pela condição do objeto de pesquisa, ou seja, não existe uma metodologia tecnicamente padronizada que se aplicaria a qualquer objeto em quaisquer circunstâncias. [...] A pesquisa começa pelo real para chegar aos conceitos e teorias que o expliquem. A exposição segue o caminho inverso, indo dos conceitos mais simples que ajudam a “iluminar” o modo como a realidade opera, para os mais complexos que permitem a representação do real em sua forma teórica, (ideal) [...] O pesquisador, ao conversar com o real, apreende dele o que ele manifesta e procura extrair dele o não manifesto. (FARIA, 2014, p. 94-104).

O “não manifesto” nesse caso consistirá naquilo que abordaremos especificamente no tópico de análises, discussões e considerações finais, ou seja, as descobertas realizadas. Contudo, adicionamos propositalmente a perspectiva de FARIA (2014) neste momento do trabalho devido às informações que eclodiram das ações do campo que, em alguns momentos, não se coaduram propriamente com a bibliografia levantada a respeito da AU em estudos das grandes áreas que mencionamos no início desta seção.

Após esses esclarecimentos, avançaremos para os subtópicos que discorrerão propriamente sobre o estado da arte em estudos sobre AU.

2.5.1 Estado da arte em estudos sobre AU

Conforme informado nas justificativas deste trabalho, a AU não é uma prática nova e sim um campo novo de pesquisa para a Administração. Nesse sentido, fontes histórico-literárias e teórico-político-filosóficas indicam que as ligações entre agricultura e grandes centros remontam ao período Neolítico, avançando para a época das cidades modernas (BOUKHARAEVA et al., 2005). Seu enfraquecimento, porém, é intensificado partir de meados Século XX, período em que a RV se impõe (OTTMAN, 2011; FENIMAN, 2014), evento também conhecido como Segunda Revolução da Agricultura (pós-Segunda Guerra Mundial).

Ao avaliarmos o fenômeno em perspectiva histórica, verificamos também se tratar de uma estratégia de sobrevivência para muitos povos em circunstâncias delicadas como no caso de guerras e recessões, e, em geral, em condição de pobreza. Deelstra e Girardet (2000) descrevem situações em que o cultivo de alimentos nas grandes cidades foi essencial para os alemães no período subsequente à Primeira Guerra Mundial, quando uma opção para viver era cultivar o próprio alimento. Referem-se também ao contexto do Reino Unido quanto ao segundo grande armistício mundial. Nessa época surge o *Dig of Victory* em 1941 (BRITISH, 2019), campanha que estimulou o plantio de alimentos em regiões urbanas da Grã-Bretanha.

Ao buscarmos conceituações próximas da realidade atual, Slater (2001, p. 635) afirma que a AU “significa atividades de agricultura e jardinagem (como produção de vegetais, criação de animais, hidroponia, flores e jardins ornamentais), em áreas tanto urbanas quanto periurbanas”¹². Pode ser vista também “como crescimento, processamento e distribuição de alimentos e outros produtos através do cultivo de plantas e raramente criando gado dentro e ao redor das cidades para alimentar populações locais” (GAME; PRIMUS, 2015, p. 1). Ademais,

Trata-se de atividades agrícolas que ocorrem em vazios urbanos cuja produção é voltada para o autoconsumo ou venda no mercado local. Interage com as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do urbano, contudo não é legitimada enquanto uma atividade urbana formal. (COUTINHO, 2010, p. 6).

Assim, práticas de AU tendem a articular dimensões sociais, ecológicas e econômicas em contexto urbano. Contudo, hoje vive-se um período de transição no qual a AU tem sido reconhecida a partir do início da década de 2010, vide a Lei 15.300/2018 (LAU curitibana) por exemplo, ao contrário do que afirma o autor da citação à época. Fora isso, ações populares e medidas políticas têm alcançado certa convergência para que o fenômeno se legitime no caso curitibano, por exemplo. Ademais, é possível endenter que se trata de um acontecimento inerente à

¹² Áreas fronteiriças aos grandes centros e ao mesmo tempo integradas a eles, como as regiões metropolitanas, por exemplo.

existência humana, espontâneo, com utilização de recursos locais, que pode ser enxergado sob prisma individual, governamental e organizacional. No que pertine ao trabalho realizado nas hortas urbanas, há relações com o fenômeno das migrações de indivíduos do campo para a cidade (SCHWANTES, 2018). Ainda, em hortas comunitárias assistidas ou não, a produção visa contribuir com a alimentação dos envolvidos.

Práticas de AU em grandes centros “trazem a possibilidade de diversificar o uso do solo urbano, ao atribuir ao solo a fertilidade que devolve o seu valor de uso e o sentido de matéria-prima para o cultivo de alimentos” (COUTINHO, 2010. p. 13). Tal entendimento alude à ideia de que dele somos parte, o solo, e ele pode nos prover boa parte dos alimentos de que necessitamos, mesmo que habitemos metrópoles – concepção integral, ou holística. Ainda, propicia reflexões sobre uma possível cidade sustentável a ser planejada para o futuro e para todos (DEESLTRA; GIRARDET, 2000). Ademais, pode se apresentar sob a forma de inovação do ponto de vista social (BEZERRA-DE-SOUSA; SEGATTO; MORAIS-DA-SILVA, 2017) com vistas a atenuar a fome e a pobreza procurando diminuir níveis de insegurança alimentar e nutricional.

Ottmann (2011), Schneider (2014), Feniman (2014) e Schwantes (2018), pesquisadores da região de Curitiba e pertencentes às áreas de Agronomia, Meio Ambiente e Gestão Urbana, respectivamente, apresentaram algumas características relativas às práticas de AU que investigaram. Entre elas, destacamos as seguintes: 1) Readequação das cidades para viabilizar um novo modelo de urbanização que invista em medidas sustentáveis voltadas a ações de segurança alimentar; 2) Reaproximação da produção e do consumo entre os atores envolvidos; 3) Reação positiva face às adversidades determinadas pelo sistema convencional por meio de autoabastecimento, ou seja, resiliência que orienta os agricultores a lidarem com recessões e crises, tal qual a experienciada no Brasil quando da greve dos caminhoneiros; 4) Produção de alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, inclusive aumentando a variedade para além da ofertada nos mercados, para consumo próprio, doação ou troca com vizinhos e demais sujeitos e/ou comercialização em feiras próximas; 5) Satisfação e bem-estar ao consumir os próprios alimentos e até mesmo pela atividade realizada na lavoura; 6) Utilização de quintais em residências

ou espaços em apartamentos mesmo que limitados; 7) Ocupação de terrenos baldios por intermédio de hortas comunitárias por exemplo, auxiliando as autoridades locais e/ou proprietários na gestão desses imóveis, muitas vezes abandonados e servindo como depósito de entulhos; 8) Revitalização e recuperação de áreas degradadas; 9) Conservação do solo, drenagem e oxigenação da cidade; 10) Atenção e estímulo a comunidades carentes, permitindo que a força de seu trabalho proporcione acolhimento, alimentação, inclusão e reconhecimento perante a sociedade; 11) Indistinção quanto aos perfis dos sujeitos interessados em realizá-la; 12) Promoção da AU por meio do reaproveitamento de resíduos orgânicos urbanos, em perspectiva de circularidade com uso de composteiras produtoras de adubo e nutrientes utilizados para a preparação da terra; 13) Gestão familiar dos resíduos orgânicos (lixo orgânico) gerados, transformando-os em recursos conforme indicado no item anterior; 14) Colaboração com a administração municipal, pois tais resíduos não terão o aterro sanitário como destino, reduzindo o nível de poluição do meio ambiente; 15) O aumento de tal prática pode propiciar um processo de aculturação da população, desencadeando a redução de emissões de carbono em função da diminuição do transporte de alimentos em longas distâncias; 16) Preservação do meio ambiente e cultura local, inclusão social e governabilidade participativa; e 17) Fortalecimento de laços familiares, vida comunitária e autonomia das pessoas.

Ainda, a AU praticada em alguns lugares do mundo pode ter diferentes motivações, tendo neste caso laços com a cultura do local onde se realiza. Isso implica dizer, por exemplo, que a lógica por trás da AU realizada nos *community gardens* do Bronx em Nova Iorque difere daquela pertinente aos horteiros dos bairros Fanny e Parolin em Curitiba (OTTMAN, 2011). No bairro nova-iorquino cultivava-se para relaxar, interagir com os demais, falar sobre política, traçar diálogos sobre o bem-estar da população local, entre outros, ao passo que nos bairros curitibanos se trata de uma tentativa de complementar a alimentação dos moradores locais (OTTMAN, 2011), que segundo a autora poderia ser mais bem-sucedida inclusive.

Por outro lado, há convergência de entendimentos no sentido de apontar que as práticas da AU têm intencionalidade genuína (SCHNEIDER, 2014; FENIMAN,

2014). Critica-se os malefícios do sistema alimentar convencional e a relação de dependência construída por meio de uma cadeia produtiva fornecedora de alimentos, que dita regras e cerceia a capacidade de escolha dos habitantes das grandes cidades. Por essa razão, um dos impulsionadores da AU seria uma suposta autonomia, a independência, a possibilidade de lidar com crises tratando o assunto sob o ponto de vista da alimentação como uma questão de segurança alimentar (SCHNEIDER, 2014; FENIMAN, 2014).

Na medida em que uma transição se opera, aparentes benefícios não apenas relativos à busca de uma alimentação saudável (livre de agrotóxicos) são obtidos. Procura-se readquirir o contato com tradições familiares, com a natureza, constituem-se ligações afetivas com os demais envolvidos (ILLICH, 1976), exercita-se a cooperação, alimenta-se os necessitados que participam do cultivo, há trocas de produtos e o lucro não é objetivo principal. Logo, reforça-se ganhos sociais, ao passo que limitações de espaço, tanto em residências quanto em apartamentos, não são necessariamente impeditivos.

Em perspectiva global atinente ao tema, em um estudo denominado *Framework for the urban food agenda* (Estrutura para a agenda de alimentação urbana), a FAO (2019)¹³ apresenta dois painéis comparativos contendo situações alusivas ao crescimento urbano e sistemas alimentares, representada pelo Quadro 2.

Quadro 2 – Crescimento urbano e sistemas alimentares

A - Demografia urbana e sua relação com recursos naturais urbanos	B - Sistemas alimentares no contexto de um mundo em urbanização
55% da população mundial reside em áreas urbanas e 85% vive em ou a cerca de 3 horas de um centro urbano de aproximadamente 50 000 pessoas.	Quase um terço dos alimentos produzidos para consumo humano é perdido. Alimentos e resíduos verdes compreendem mais de 50% de todos os resíduos municipais, que é comumente o maior orçamento para a maioria das administrações locais.
881 milhões de pessoas vivem em favelas, um aumento de quase 200 milhões de pessoas desde 1990.	Em países de baixa renda, o gasto com alimentos nas cidades pode corresponder até a dois por cento do total das despesas domésticas, enquanto a agroindústria representa mais de 50% da adição de valor da manufatura.

¹³ Órgão internacional voltado para questões pertinentes aos grupos sociais que padecem de carências alimentares e que encontram na prática da AU uma opção viável no combate à fome.

A projeção de 2,5 bilhões de aumento na população mundial global significa que em 2050 dois terços das pessoas viverão em áreas urbanas, 90% deste aumento terá lugar na África ou Ásia.	Moradores urbanos consomem até 70% da oferta de alimentos em países com grandes populações rurais.
Até 2030 o número de megacidades (10 milhões de habitantes ou mais) terá aumentado de 31 para 40.	60% das terras cultivadas irrigadas e 35% das terras cultivadas com sequeiro está dentro de um raio de 20km de aglomerações urbanas.
Em 2016, 60% e 80% dos refugiados mundiais e pessoas que se deslocavam internamente viviam em áreas urbanas.	Nos últimos 26 anos, a incidência mundial de obesidade tem aumentado constantemente. Hoje, mais de 2 bilhões de adultos estão acima do peso ou obesos; em áreas urbanas isso é evidenciado por um número crescente de excesso de peso em mulheres grávidas obesas.
Hoje, as cidades ocupam 3% da superfície da Terra, mas respondem a cerca de dois terços da demanda de energia primária e 70% das emissões globais de dióxido de carbono. Junto com capital, serviços públicos e habitação, a comida é um dos maiores setores em termos de geração de gás com efeito estufa baseado no consumo e emissão <i>per capita</i> .	Devido ao aumento da urbanização desde os anos 1990, o estilo de vida nas cidades contribuiu muito para o consumo de alimentos processados com baixo valor nutritivo, que em países de renda média aumentou anualmente em 5,45% entre 1998 e 2012.

Fonte: FAO (2019)

Quanto aos dados apresentados no quadro, em regra não se pode alegar desconhecimento quanto ao fato de a maioria da população mundial residir em ou próxima aos grandes centros, e nele são apresentados números a respeito disso. Indica-se, ainda, projeções de crescimento populacional para as décadas seguintes, com ênfase nas parcelas da sociedade que vivem em situação de vulnerabilidade. Demonstra-se também haver um desequilíbrio entre as dimensões de território em que se encontram as metrópoles e a quantidade de habitantes que nelas reside e que ainda residirá, considerados também impactos relativos ao meio ambiente – questões atinentes às degradações ambiental e social.

Os dados apresentados no quadro geram reflexões propensas a nortear o fomento de políticas públicas de planejamento urbano, devendo ser dedicada atenção aos modos de vida urbanos, especialmente no que tange à alimentação e, por conseguinte, à possibilidade de obtenção de segurança alimentar. Ao associarmos os aspectos gerais atinentes à AU, sendo ela vista como atividade integrante de gestões públicas locais, é possível reconhecer que:

O impacto da cidade se estende muito além de seus limites físicos. Além disso, as cidades são confrontadas com um número crescente de pessoas e, portanto, um número crescente de bocas para alimentar. Juntamente com outras iniciativas, a agricultura urbana, portanto, tem um papel importante em contribuir para a sustentabilidade futura das cidades. (DEELSTRA; GIRARDET, 2000, p. 45).

Logo, parece fazer sentido que ações de planejamento urbano, movimentos sociais, assim como governamentais, sejam concebidos no sentido de contemplar a AU como opção para contribuir com a alimentação dos habitantes de grandes centros, especialmente aqueles em condição de pobreza. Ainda, conforme já mencionado, se trataria de ações regeneradoras, tanto de relações humanas quanto de meio ambiente, evitando perdas e desperdícios, bem como visando fomentar um modelo de urbanização em que o estímulo à AU seria um elemento constituinte.

Outro ponto que se retoma envolve a questão do consumo (ou anti-consumo) relacionado ao estilo de vida convencional. Nesse caso, a produção do próprio alimento em grandes cidades configuraria uma reação à lógica industrial (COMASSETTO et al., 2013). Outra opção seria tratar a AU como atividade de jardinagem, incluindo no escopo desta a produção de alimentos. Deste modo se proporcionaria bem-estar, realização pessoal e reencontro com práticas ancestrais. Nessa perspectiva, a atividade de AU, bastante valorizada em países da Europa, cujos índices de consumo de produtos ultraprocessados tem diminuído na atualidade (MARTINS, 2018), poderia/deveria ser incentivada em países em desenvolvimento como o Brasil com vistas a atenuar o consumo de produtos industrializados.

Há também o aspecto agroecológico da agricultura praticada em grandes centros, como medida que poderia viabilizar saúde, vida comunitária e inclusão social (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015). Tais considerações partiriam da verificação dos efeitos positivos na qualidade de vida de participantes de uma horta comunitária desenvolvida no terreno de uma unidade de saúde na cidade de Embu das Artes, em São Paulo. Nessa experiência, além da produção de orgânicos, o envolvimento da comunidade teria proporcionado o resgate de saberes tradicionais e contribuído com a saúde dos participantes, alguns portadores de doenças crônicas inclusive (COSTA et al., 2015). Entretanto, a nota desfavorável observada nesse caso foi a sua interrupção pela autoridade local devido a restrições orçamentárias (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE et al., 2015).

Em continuidade, no que diz respeito à América Latina como um todo, as publicações selecionadas conduziram ao entendimento de que o trabalho em hortas e jardins urbanos pode viabilizar uma regeneração da vida nos grandes centros, inclusive para além da questão da alimentação saudável.

Em San Cristóbal de las Casas, no estado mexicano de Chiapas, há décadas a AU tem colaborado não apenas para a produção de alimentos, mas especialmente contribuído para avanços em questões sociais, ambientais e econômicas (CISNEROS, 2016). Um estudo abordando o crescente avanço de camponeses para a cidade de Palmira, na Colômbia, destacou esforços comunitários a fim de educar pessoas quanto aos benefícios de se produzir o próprio alimento nos quintais de casa (MEDINA, 2017). Além desse incentivo, buscou-se uma educação conscientizadora e emancipatória, relativa às necessidades da comunidade local vulnerável.

Em Bogotá, capital da Colômbia, cultivou-se batatas do tipo *papa criolla* no terraço da Faculdade de Engenharia do Programa de Engenharia da Corporação Universitária *Minuto de Dios* (CASTRO, 2015). Objetivando desenvolver um alimento que compõe a base da alimentação da população colombiana, o projeto foi realizado em ambiente urbano e orientado por princípios sustentáveis. O plantio ocorreu em grandes galões de plástico reaproveitado, contou com fertilizantes orgânicos, terra e água. Os resultados, que contaram com medições estatísticas, identificaram ser viável tal forma de cultivar batatas, tanto pela qualidade quanto quantidade alcançada, guardando, a experiência, relação com a questão da segurança alimentar.

Foi contemplada, no contexto da América Latina, a agricultura familiar praticada em ambiente urbano, tratada como atividade microempreendedora sustentável denominada *Producción Limpia* (produção limpa) (BEATRIZ, 2009). Hortaliças, flores, frutas, plantas aquáticas, peixes, moluscos, crustáceos, entre outros, foram cultivados por meio da iniciativa. Realizada na cidade de Valdivia, no Chile, a pesquisa de Beatriz (2009) avaliou o desempenho de empresas com o perfil mencionado, tendo sido constatado quanto aos modos de organização que elas dão lucro, geram empregos, além de as formas de comercialização de produtos

ocorrerem, em regra, junto aos próprios produtores, sendo mínimo o fornecimento para supermercados.

Na cidade argentina de Bahía Blanca, província de Buenos Aires, igualmente contemplou-se a questão da agricultura familiar urbana (QUINTERO; MATÍAS, 2013). Em meio à uma crise social e econômica que assolou a Argentina na década de 1990, decorrente das políticas neoliberais postas à época e que aumentaram as desigualdades, algumas ações públicas visaram minorar os problemas de abastecimento de alimentos aos mais pobres, entre elas o *Pro-Huerta* (Pro-Horta). Esse programa nacional promove a AU por meio de hortas e granjas orgânicas para autoconsumo familiar e comunitário. Segundo Quintero e Matías (2013), tal ação promoveu inclusão das pessoas necessitadas e ofertou a elas um novo sentido de vida por meio do trabalho nas hortas, modificando paisagem e cultura local. Um aspecto central a respeito do *Pro-Huerta*, seria a sua capacidade de articulação com outras entidades da sociedade com a finalidade de estabelecer uma rede de cooperação para desenvolvimento local e territorial. Nesse sentido, “as autoridades do Pro-Horta começam a perseguir objetivos que transcendem o assistencialismo para buscar alternativas que permitam o crescimento econômico da localidade” (QUINTERO; MATÍAS, 2013, p. 110).

Entre as justificativas que compõem o movimento de AU ao redor do mundo, estão a resiliência, soberania e combate à insegurança alimentar (ou obtenção de segurança alimentar). Nesse sentido, um país de vanguarda na realização desses quesitos é Cuba, cujo pioneirismo e capacidade de inovação, associando conhecimentos tradicionais e novas tecnologias, foram frutos de premente necessidade.

A política de Cuba data de 1997, quando o governo decidiu fomentar a agricultura urbana em todo o país. O programa de agricultura urbana e periurbana estabeleceu em La Habana uma rede de suprimentos agrícolas, empresas municipais de sementes, unidades de produção de clínicas de compostagem e veterinária. Os jardineiros têm direito a seguro agrícola e a créditos para produção. (FAO, 2014, p. 4).

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início dos anos de 1990, findou também o apoio ofertado a Cuba pelo bloco por intermédio de um mercado que consumia quase que a totalidade dos bens produzidos pelo país caribenho (ALTIERI et al., 1999). Somou-se a isso os cortes relativos a financiamentos, assim como benefícios, subsídios e fornecimento de petróleo e derivados deste (SILVA; JOHNSON; ARCE, 2014). Ou seja, o país entrou em colapso, tendo a situação piorado em função do posterior isolamento comercial que viera a sofrer nos anos subsequentes por força de embargos econômicos. Esse é o cenário em que floresceu o desenvolvimento da AU em Cuba.

O contexto de crise fomentou a união de esforços entre urbanistas, agricultores e cientistas na busca de tecnologias alternativas objetivando o surgimento de um novo modelo de produção agrícola. A situação de insegurança alimentar promoveu uma disrupção para com o modelo convencional agrícola então vigente. Houve também a manifestação espontânea de grupos organizados, determinante para a concretização da AU durante um processo de transição (ALTIERI et al., 1999). Assim, uma resposta para a fome surgiu daqueles que, principalmente em Havana, decidiram cultivar plantas alimentícias em suas residências (quintais, floreiras, sacadas), já que os alimentos fornecidos com abundância e a preços baixos pelo governo simplesmente desapareceram do dia para a noite.

Ainda, formas de AU observadas nos municípios da Cidade de Havana (Cotorro, Havana do Leste e Guanabacoa) e de Havana (San Jose de Las Lajas e Bauta) sinalizaram para outros aspectos quanto ao modo de obtenção de alimentos em centros urbanos: o resgate de tradições campesinas outrora substituídas pelos métodos agrícolas convencionais (HERNANDEZ et al. 2010). Essa desvinculação com o modelo de produção convencional, segundo demonstra o estudo citado, fez ressurgir, por exemplo, o sistema múltiplo de cultivo (policultivos), o qual, conforme Hernandez et al. (2010, p. 5), representa “a máxima expressão da agricultura sustentável tropical”, supostamente mais adequado e produtivo. A união entre diferentes espécies de plantas alimentares levaria a um benefício mútuo entre elas – juntas consumiriam a mesma terra, água, nutrientes, além de dificultarem o aparecimento de ervas daninhas.

Em Havana, segundo a FAO (2014, p. 8) “a agricultura urbana e periurbana forneceu aproximadamente 6.700 toneladas de alimentos para quase 300.000 de pessoas em escolas, centros de saúde pública, hospitais e outras instituições da cidade em 2013”. Deste modo, pode-se afirmar tratar-se de uma resposta às monoculturas que ocupam enormes territórios, contam com aditivos agrícolas químicos, agrotóxicos para eliminação de pragas e, muito embora produzam em larga escala, geram desperdício. Há ainda a questão da suscetibilidade a eventuais crises de abastecimento que podem obstar a chegada dos alimentos para os supermercados devido a grandes deslocamentos.

Quanto a isso, Jurgilevich et al. (2016) aponta em seu estudo sobre transição para a economia circular no sistema alimentar que a perda de alimentos pode atingir até 40% da produção, estando o desperdício presente em todas as fases (plantio, transporte e comércio) e também nos lares dos consumidores. A pesquisa trata ainda de questões como a emissão de gases poluentes pelo elevado número animais presentes na atividade pecuária. Apresenta dados que apontam estar havendo uma severa diminuição nos níveis de fósforo no solo de diversas localidades da Europa onde se pratica a agricultura de grande proporcionalidade. O fósforo é considerado essencial para atividade agrícola industrial. Logo, práticas de AU, consoante o *Framework for the urban food agenda*, poderiam/deveriam considerar que “a gestão sustentável de recursos envolve adotar práticas ambientalmente amigáveis de produção, promovendo práticas inteligentes em termos de clima e diversificação de culturas, evitando perdas alimentares e reduzindo o desperdício” (FAO, 2019, p. 15).

Ainda, vistos conjuntamente, os trabalhos selecionados aduzem que o indivíduo precisa se reconhecer como parte integrante do meio ambiente onde vive (COMASSETTO et al. 2013), e a prática de AU significa uma reação, dadas as condições ainda pouco sustentáveis que se apresentam no atual contexto de vida nos grandes centros. Os altos níveis de poluição decorrentes, também em parte, do não reaproveitamento de resíduos orgânicos e eventuais crises de abastecimento, podem ser indicativos de fraqueza dos meios convencionais de produção de alimentos.

Em continuidade, um modo peculiar de organização de AU tem se manifestado atualmente, representado por hortas comunitárias não assistidas pelo poder público, autônomas. Iniciativa próxima da chamada “jardinagem libertária”, cuja inspiração remete à mobilização originada na década de 1970 em Nova Iorque denominada jardinagem de guerrilha (*guerrilla gardening*) (HARDMAN; LARKHAM, 2014), em oposição à RV já mencionada. Essas hortas caracterizam-se por ações de ocupação de espaços públicos e terrenos baldios com a finalidade de se constituírem hortas urbanas. As feições desse tipo de iniciativa visam promover conscientização coletiva sobre a relevância da AU, podendo as hortas se tornar um centro de diversas ações sociais (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

Iniciativas assistidas e não assistidas de AU, como a mencionada no parágrafo anterior, parecem contribuir com produção de alimentos em grandes centros. No caso de Curitiba, esforços conjuntos entre o poder público local, o Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica (GEAE, 2018) e o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA, 2018), incluso o trabalho de Feniman (2014), resultaram em um mapeamento no qual 33 organizações praticantes de AU em Curitiba foram identificadas. Nessa apuração tanto as assistidas quanto as não assistidas, organizadas por grupos independentes, foram relacionadas. O Quadro 3 indica a relação de iniciativas organizadas de AU em Curitiba, identificadas formalmente, tanto assistidas pelo poder público local quanto não assistidas.

Quadro 3 – Relação de hortas comunitárias assistidas pelo poder público local e não assistidas

	Organização	Bairro	Assistida	Não assistida
1	Casa da Videira	Sta. Felicidade		X
2	Horta do Jacu	Bom Retiro		X
3	Coletivo Mão na Terra	Matriz		X
4	Terminal Barreirinha	Juvevê	X	
5	Casa da Rita	Boa Vista		X
6	Horta da Ciclovia do Cabral	Cabral		X
7	Casa do Pedro	Bacacheri		X
8	Escadaria Comestível das Mercês	Mercês		X
9	Horta da Veg Veg	Mercês		X
10	Horta Comunitária Calçada de Cristo	Cristo Rei		X
11	Horta do Cajuru	Cajuru	X	
12	Horta Bosque Gomm	Batel		X
13	Horta Four Coworking	Rebouças		X

14	Comunidade Parolin	Parolin		X
15	Associação Conjunto Itatiaia	CIC	X	
16	Eletrosul - Associação Vitória Régia I	CIC	X	
17	Eletrosul - Associação Vitória Régia III	CIC	X	
18	Eletrosul - Associação Santa Cecília I	Tatuquara	X	
19	Eletrosul - Associação Moradias Paraná I	Tatuquara	X	
20	Eletrosul - Associação Santa Rita I	Tatuquara	X	
21	Eletrosul - Associação Santa Rita II	Tatuquara	X	
22	Eletrosul - Associação Santa Rita V	Tatuquara	X	
23	Bela Vista da Ordem	Tatuquara	X	
24	Eletrosul - Associação Vitória Régia II	CIC	X	
25	Eletrosul - Associação Santa Cecília II	Tatuquara	X	
26	Eletrosul - Associação Moradias Paraná II	Tatuquara	X	
27	Eletrosul - Associação Moradias Paraná III	Tatuquara	X	
28	Eletrosul - Associação Moradias Paraná I	Tatuquara	X	
29	Eletrosul - Associação Santa Rita III	Tatuquara	X	
30	Eletrosul - Associação Monteiro Lobato	Tatuquara	X	
31	Guaraqueçaba I e II	Umbará	X	
32	Eletrosul - Associação Jardim Dom Bosco	Campo de Santana	X	
33	Eletrosul - Associação Moradias Rio Bonito	Campo de Santana	X	

Fonte: Adaptado de GEAE, CPRA e SMAB (2018), disponibilizada pelo deputado estadual Goura Nataraj.

Assim como verificado nas publicações selecionadas, a trajetória da AU em Curitiba, pelo que foi visualizado, envolve questões relativas à pauta da segurança alimentar, algo que se perceberá logo no início da abordagem sobre os dados coletados. Outrossim, a devolução da possibilidade de os cidadãos cultivarem parte de seus alimentos em casa, ou em iniciativas comunitárias, tende a reforçar um reencontro com suas origens. Logo, antes alienadas da produção dos alimentos que consomem, as pessoas envolvidas com a prática de AU passam a ser protagonistas, mesmo que produzam apenas parte do que irão consumir.

Deste modo, abordadas as questões relativas ao referencial teórico, mesmo com a impressão de estarmos longe de esgotar o assunto, avançamos para o capítulo dos procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos empregados para a consecução da pesquisa. Nele discorreremos sobre seu delineamento e delimitação, etapas, sujeitos investigados, coleta e análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização do estudo procuramos adotar uma estratégia baseada em uma análise qualitativa (YIN, 2016) multicase de natureza descritivo-exploratória (YIN, 2005). Tal escolha proporcionou um contato direto com eventos característicos às quatro organizações investigadas, ocasiões em que foram considerados os pontos de vista dos sujeitos que integraram o estudo.

Nesse sentido, “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2005, p. 21). Ao realizarmos observações e entrevistas (a maioria não estruturadas), apreciamos as perspectivas dos envolvidos, visualizamos elementos subjacentes e significados que remeteram ao tipo de agricultura que praticam e respectivos modos de organização.

O estudo de caso é um método que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Deste modo, havia limitações, especialmente sob a perspectiva organizacional, a respeito dos modos de organização da AU que procuramos descrever ao longo da realização do trabalho. Ainda, a qualidade heurística do estudo de caso permitiu que seu emprego viabilizasse descobertas e razões não explícitas, e às vezes até ocultas envolvendo um problema de pesquisa (MERRIAM, 1997; BARDIN, 2016). Esse é um

aspecto a ser considerado e que encontra convergência com a lógica que diz respeito à teoria que pode surgir a partir de estudos de caso (BRYMAN; BELL, 2011).

Assim, a despeito das possibilidades (e limitações), a estratégia escolhida permitiu avaliar “em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou mais pessoas” conforme Stake (1995, apud CRESWELL, 2007, p. 32). Somado a isso, evocamos novamente Yin (2005) no sentido de que um estudo de caso pode ser composto de técnicas como entrevistas abertas ou semiestruturadas e análise de informações. Ainda, tal modalidade se encaixa na perspectiva de estudos relacionados a fenômenos atuais, tais quais os afeitos às organizações ligadas à AU nesta capital por nós investigadas.

A respeito da temporalidade, ou propriamente do espaçamento de tempo em que a coleta de dados ocorreu, o estudo possui corte transversal (KUMAR, 2005). Todavia, isso também guardou relação com as possibilidades (e limitações) do pesquisador, que buscou tirar o melhor proveito possível nas oportunidades e formas que encontrou para obter os dados, conforme descrito no subtópico 3.4, relativo à coleta efetuada. A despeito disso, e assumindo o risco de incorrer em algum tipo de inadequação processual no que diz respeito à forma utilizada na coleta dos dados, evocamos Faria (2015, p. 16), já que o nosso entendimento também é o de que:

A pesquisa não se realiza de forma automática, direta e simples. Toda a pesquisa comporta momentos distintos, porém integrados, em seu processo de realização. Tais momentos não se reduzem a contatos e tampouco à quantidade de vezes que o sujeito pesquisador estabelece relações com o objeto de sua pesquisa, mas às formas como essas relações se desenvolvem e se transformam. São, de fato, momentos caracteristicamente distintos e integrados de apropriação do real pelo pensamento a partir do real.

O risco a que nos referimos ao recorrer a um fundamento proveniente da Epistemologia Crítica do Concreto (ECC), como forma de sustentar a maneira pela qual se orientou o processo de coleta dos dados, diz respeito ao conservadorismo por trás de nossa escolha: o método adotado para tratamento dos dados obtidos é a

análise qualitativa de conteúdo, conforme se observará no subtópico 3.5, relativo às análises efetuadas. Caso o procedimento metodológico fosse norteado integralmente pela perspectiva da ECC (FARIA, 2015), nossa orientação em se tratando de procedimentos metodológicos deveria, *a priori*, aurir-se ao menos em uma das três teorias seguintes: 1) Fenomenologia; 2) Estruturalimo; e 3) Funcionalimo, algo que não fizemos. Contudo, explicitamos que as perspectivas da ECC, bem como as concepções de diversos autores vinculados aos estudos organizacionais críticos, compõe o *corpus* deste trabalho. Esse norte pôde ser observado no capítulo relativo às referências bibliográficas, bem como persistirá ao longo do desenvolvimeno do trabalho, em capítulos subsequentes. Feito esse esclarecimento, prosseguimos ainda discorrendo sobre o delineamento e delimitação do trabalho.

O delineamento e delimitação da pesquisa consistiu em um estudo comparativo de casos entre quatro organizações afeitas às práticas de AU na cidade de Curitiba. A finalidade é caracterizá-las, tentar compreender seus modos de organizar, inclusive procurando posicioná-las frente aos modelos convencional e alternativo, e, por conseguinte, atender aos objetivos do trabalho. Assim, o intento da pesquisa foi empreender uma investigação empírica, em que o fenômeno foi examinado conforme perspectiva da realidade cotidiana dos sujeitos envolvidos. Subsequente a isso, direcionamos o constructo para perspectiva da Administração.

Ao adotarmos uma estratégia baseada em um estudo qualitativo multicascos de natureza descritivo-exploratória nos termos apresentados, procuramos identificar proximidades e contrastes entre as organizações (YIN, 2005) por meio de comparação. Isso guardou relação com as observações e entrevistas realizadas, momentos em que evidências surgiram e foram registradas. Posteriormente, os dados foram reunidos e tratados, sendo colocados lado a lado com o referencial teórico, consideradas as percepções do pesquisador, e analisados, para ao fim desta dissertação tecermos considerações derradeiras.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

Abaixo indicamos oito etapas que compuseram a pesquisa.

Primeira etapa: Consistiu, em janeiro de 2019, no levantamento de produções acadêmicas locais (teses e dissertações), acesso aos dispositivos legais do município e sites oficiais onde o assunto AU estava presente.

Segunda etapa: Redundou, entre fevereiro e abril de 2019, na ida ao campo que proporcionou percepções a respeito da AU praticada na capital, compreendendo as seguintes ações: 1) Reunião com o secretário de abastecimento do município com o objetivo de dialogar sobre AU; 2) Reunião com dois gestores por ele indicados e a ele hierarquicamente subordinados na qual apresentaram informações mais detalhadas, devido ao envolvimento direto com a AU assistida na capital; 3) Contato com duas organizações praticantes de AU assistida, em conjunto com uma gestora vinculada ao poder público; e 4) Interação com três organizações afeitas à AU não assistida. Os feitos relativos aos itens 1 e 2 resultaram em registros por escrito dos principais aspectos abordados, ao passo que as ações pertinentes aos pontos 2 e 3 proporcionaram observações, fotografias, realização de perguntas que surgiram no momento, registros de áudio, transcrições e apontamentos. Ainda, esclarecemos que as incursões indicadas nos passos 1 a 4 supra não contaram com um roteiro prévio e/ou perguntas pré-estabelecidas. Por intermédio das abordagens realizadas nos itens 1 e 2, obtivemos os seguintes entendimentos sob o ponto de vista da administração municipal, primeiro: em relação à visão geral sobre o assunto e enquanto política pública, e, segundo: sobre as ações dos agentes vinculados à pasta e diretamente ligados às lideranças praticantes de AU em hortas comunitárias assistidas. As conexões apontadas nos itens 3 e 4 contribuíram no sentido de gerar percepções a respeito da AU sob o ângulo de quem as pratica cotidianamente. Por fim, *ad initio* coletamos os dados que geraram substrato para o desenrolar da pesquisa.

Terceira etapa: Envolveu, entre abril a julho e dezembro de 2019, assim como em janeiro de 2020, a revisão de literatura mediante busca e seleção de

publicações sobre AU. Dos portais da Capes, Scielo e Spell retornaram artigos científicos brasileiros e de países latino-americanos de língua espanhola. Dos cadernos Springer, publicações em inglês de diversos países. Houve, ainda, o emprego da técnica bola de neve quanto ao levantamento de produções acadêmicas brasileiras (teses, dissertações e artigos) sobre os modos de organização convencional e alternativo, bem como de concepções sobre o urbano e o rural.

Quarta etapa: Consistiu, em maio de 2019, na definição das organizações a serem investigadas, com as quais já tínhamos estabelecido um contato inicial e coletado dados, e nas quais enxergamos haver elementos suficientes para serem estudadas e comparadas. Das cinco visitadas uma foi excluída por realizar, pelo que percebemos, um tipo de agricultura exatamente igual ao daquela que a seguir chamaremos de Organização Assistida. Os nomes fictícios designados tanto visaram à preservação de suas identidades, quanto foram escolhidos/motivados devido à proximidade ou distanciamento do *modus operandi* de cada uma em relação ao modelo organizacional dominante, de acordo com nossas percepções de momento, assim como um provável aspecto inovador. Os casos selecionados foram a (i) Organização Assistida, (ii) Organização Vernacular, (iii) Organização Autônoma e (iv) Organização Politizada, todas localizadas na cidade de Curitiba. O critério de escolha de cada uma residiu nas impressões que surgiram no momento das aproximações. A primeira, muito vistosa, de ampla dimensão, com muitos participantes e seguindo uma tendência nacional quanto ao estabelecimento de hortas comunitárias embaixo de linhas de transmissão de energia elétrica. A segunda guarda relações com o próprio pesquisador, pois é uma iniciativa realizada por membros de sua família. A terceira, uma ONG, com uma trajetória de quase duas décadas de existência, conhecida na cidade pela atuação de seu líder no que diz respeito à AU, entre outras ações. A quarta e última é a mais jovem e, em princípio, a mais inovadora de todas as organizações. Lá foi estabelecido um modo bastante singular de se praticar agricultura. Inclusive, tempos depois, durante a realização da coleta de dados, descobrimos que a quarta e a terceira organizações mantinham contato e trocavam experiências. Em resumo, os critérios para escolha das organizações foram as peculiaridades a respeito da agricultura que no momento das aproximações pudemos verificar. Após termos considerado que as quatro

estariam propensas a atender aos até então anseios de pesquisa, não realizamos mais diligências no sentido de conhecer outras iniciativas.

Quinta etapa: Resultou, entre agosto de 2019 a maio de 2020, em mais ações para coleta de dados. Ao longo desse tempo realizamos interações por meio de visitas, observações, entrevistas, contatos telefônicos, envio de mensagens via aplicativo WhatsApp e trocas de e-mails. Em regra, interagimos com as organizações por meio de suas lideranças, exceção feita nas oportunidades em que contatamos os demais integrantes com a finalidade de obter informações sobre os seus perfis e razões que os moveram a praticar AU.

Sexta etapa: Abrangeu, entre fevereiro a junho de 2020, a fase em que realizamos as descrições das quatro organizações investigadas. Elas foram apresentadas tendo sido contemplados os seus históricos de surgimento, perfis de integrantes, aspectos relativos à AU praticada e atuais momentos vivenciados. Culminou também na explicação dos modos de elas se organizarem.

Sétima etapa: Integrou, entre abril a julho de 2020, a análise dos dados e as comparações entre as quatro organizações investigadas.

Oitava etapa: Compreendeu, em maio e julho de 2020, na derradeira análise dos dados, contemplando o posicionamento organizacional das investigadas, um exame crítico quanto ao modo de organizar e as considerações finais.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram selecionadas quatro organizações localizadas Curitiba, conforme já mencionado, para as quais dirigimos nosso olhar com a finalidade de compreender os modos de organizar a agricultura praticada no contexto urbano.

Como imaginado, cada organização possuía especificidades em relação aos perfis dos participantes, o que guardou relação com o tipo de AU praticada. Diante

de tal constatação, esclarecemos que foi adotado um critério não linear quanto aos procedimentos utilizados durante a coleta de dados junto a eles.

Entre as investigadas, a Organização Assistida foi a que apresentou o maior número de componentes, também maior área para plantio, bem como quantidades de cultivares¹⁴ produzidos, e isso se deve à sua localização e natureza de horta comunitária amparada pelo poder público local. Quando iniciamos a incursão, a horta contava com 105 participantes, sendo que ao final da coleta de dados havia 88. Sofia (nome fictício), uma das iniciadoras e líder da organização desde o surgimento, foi a nossa principal fonte para obtenção de dados. Com ela interagimos mais intensamente, e tal escolha se deveu ao seu protagonismo frente à organização. Além dela, selecionamos 11 participantes ativos da horta e lhes fizemos perguntas com o fito de obter informações sobre seus perfis e conhecer resumidamente as razões que os levaram a integrar a iniciativa. Deste modo, os participantes considerados para a pesquisa foram os seguintes: Sofia, Marina, Fernando, Alice, Manuel, Cláudia, Jeremias, Solange, Lauro, Cristiane, Iolanda e Breno (nomes fictícios).

A Organização Autônoma contava com 10 membros ao tempo da coleta de dados. Diferente das outras três organizações, suas atividades não se restringiam apenas à prática de AU. Por esse motivo, não empreendemos contato com todos os participantes, priorizando apenas dois deles: Plínio (nome fictício), líder, iniciador e principal divulgador das ações da casa, e Fernando (nome fictício), também fundador e responsável pelo trato com a agricultura no âmbito da organização. Contudo, por ocasião da entrevista realizada com Fernando, este discorreu de forma geral a respeito dos perfis de todos os participantes.

A Organização Vernacular tinha seis participantes em sua composição à época da coleta de dados. As informações relativas ao fundador, Marcos, falecido em abril de 2014, partiram das interações realizadas com sua viúva, Maria, e seu filho, André. Este, por sua vez, é o líder da horta, com o qual interagimos de forma acentuada e quem entrevistamos formalmente. No entanto, também conversamos

¹⁴ Não fazemos aqui referência à diversidade de espécies, e sim à quantidade simplesmente, ainda mais que a Organização Assistida tem por característica cultivar apenas hortaliças comuns, conforme será indicado no tópico relativo à sua apresentação.

com os demais integrantes, fazendo perguntas e tirando dúvidas. Deste modo, os participantes considerados para a pesquisa foram: Maria, Pedro, João, André, Filipe e Ester (nomes fictícios).

A Organização Politizada, quando de seu surgimento em dezembro de 2017, era composta por cinco indivíduos, entre eles Henrique (nome fictício), seu líder. Em 2018, passou a contar com aproximadamente 20 participantes, conforme seu relato quando realizamos nossa primeira visita em abril de 2019. No entanto, em todas as oportunidades nas quais lá estivemos para realizar observações, conversas e a principal entrevista com Henrique, não havia mais ninguém além do próprio. Em fevereiro de 2020 ele afirmou haver apenas mais dois sujeitos ativos, sendo que um deles tinha presença esporádica. Tentamos realizar contato com os dois indivíduos restantes, contando inclusive com a ajuda de Henrique, mas não obtivemos êxito. Portanto, apenas ele foi o integrante considerado neste caso.

Nenhum entrevistado requisitou que lhe fosse atribuído um nome fictício, não havendo manifestações também a respeito da preservação das identidades (nomes) das organizações investigadas.

3.4 COLETA DE DADOS

Os procedimentos metodológicos aplicados para o desenvolvimento deste trabalho compreenderam algumas ações que antecederam e ao mesmo tempo contribuíram com a coleta de dados junto às organizações selecionadas.

A primeira delas foi uma visita guiada àquela que seria denominada neste trabalho por Organização Autônoma, em uma manhã de sábado de maio de 2018, ocasião em que lá permanecemos até a hora almoço, para o qual o pesquisador foi convidado. Na oportunidade tivemos um primeiro contato com a dinâmica de funcionamento da agricultura praticada e demais atividades, tendo Plínio discorrido sobre os princípios norteadores da instituição.

A segunda consistiu em uma reunião efetuada no início de fevereiro de 2019 com o responsável pelas políticas e medidas de abastecimento e segurança alimentar no município de Curitiba. Por intermédio dessa aproximação, obtivemos informações a respeito da visão e realizações do poder público local sobre a questão da AU. Na ocasião fizemos registros por escrito (anotações).

A terceira foi um desdobramento do evento ora mencionado, quando nos reunimos com dois servidores/gestores responsáveis pelo acompanhamento das atividades relativas às hortas comunitárias assistidas de Curitiba, uma semana após o encontro anterior. Nesse contexto tomamos nota dos principais aspectos que vieram à tona ao longo da interação, a qual viabilizou, inclusive, o contato com a Organização Assistida.

Assim, conforme o cenário apresentado, a primeira, a segunda e a terceira experiências supra relatadas contribuíram com informações e saberes relativos à AU em curso na cidade – conforme a perspectiva dos envolvidos. Essas ações acabaram influenciando nas escolhas dos casos, bem como preparando terreno para as posteriores coletas de dados primários. Daqui em diante discorreremos sobre tais diligências, dentro do possível, em ordem cronológica.

Na tarde do dia 18 de março de 2019 fomos até a Organização Autônoma, nesta altura já selecionada para fins de realização do estudo comparativo. Lá estando, mais uma vez fizemos um *tour*, agora acompanhados de Fernando, o qual mostrou a horta e realizou uma exposição sobre as atividades de agricultura em curso. Em seguida dialogamos com Plínio, que discorreu sobre a lógica de funcionamento da organização e principalmente sobre a agricultura por eles praticada. Na ocasião captamos imagens, realizamos observações, efetuamos perguntas que foram surgindo e fizemos apontamentos por escrito.

Na tarde do dia 25 de março de 2019 nos dirigimos à horta que posteriormente designaríamos por Organização Assistida. Na ocasião conhecemos Sofia, a líder, realizamos observação e tiramos fotografias, fizemos perguntas que surgiram no momento, registramos tudo em áudio (com a devida autorização) e posteriormente transcrevemos, além de realizarmos apontamentos. Ao término dessa incursão nos dirigimos a outra horta comunitária assistida, distante cerca de

20 minutos da anterior. Era fim de tarde e após nos apresentarmos à líder, realizamos os mesmos procedimentos mencionados a pouco.

Na tarde do dia 8 de abril de 2019 fomos até a horta por nós denominada Organização Politizada. Conhecemos o líder, Henrique, percorremos as instalações, realizamos observação e tiramos fotografias, fizemos perguntas que surgiram no momento, registramos tudo em áudio (com a devida autorização) e posteriormente transcrevemos, além de realizar apontamentos.

Até aqui houve uma certa linearidade em relação aos procedimentos de coletas de dados. Frisamos, ainda, ter optado por uma abordagem livre, não tendo preparado roteiros e, por conseguinte, realizado entrevistas não estruturadas, cujos teores foram registrados por captação de áudio e/ou redigidos conforme indicado.

A respeito dos dados obtidos junto à horta nominada Organização Vernacular, procedemos de forma distinta das demais, tendo a possibilidade de realizar incursões mais regulares, e isso tem relação com dois aspectos: 1) A proximidade do pesquisador em relação à iniciativa, realizada por membros de sua família; e, 2) Devido ao fato de a agricultura praticada acontecer, via de regra, em manhãs de sábado, domingo e por vezes em feriados ao longo do segundo semestre de 2019 e início de 2020.

Assim, nas manhãs de sábado dos dias 10 de agosto, 14 de setembro, e de domingo do dia 7 de dezembro, em 2019, bem como na tarde de sábado do dia 25 de janeiro de 2020 realizamos visitas com o objetivo de investigar a agricultura praticada pela Organização Vernacular. Em tais oportunidades, interagimos com seus integrantes, em especial com André, que devido à sua centralidade na organização prestou a maioria das informações. Em tais ocasiões realizamos observações, tiramos fotografias, fizemos perguntas que surgiram no momento e realizamos anotações.

Na tarde do dia 8 de novembro de 2019, retornamos à Organização Politizada, cujo acesso é livre a qualquer interessado, independentemente do horário. Realizamos observação, fizemos fotografias e gravamos vídeos.

Nessa época surgiu a informação de que a Organização Autônoma estaria se transferindo para um novo imóvel, retirando-se das instalações onde iniciamos a coleta de dados, e onde se encontrava desde 2017. A transição para um novo endereço de fato ocorreu em dezembro de 2019. Além de implicar um processo de adaptação para seus integrantes, tal mudança impactou nosso procedimento de coleta de dados, pois a AU teria que ser iniciada do zero no local.

No dia 24 de janeiro de 2020 ligamos para Sofia, líder da Organização Assistida, e fizemos perguntas gerais a respeito das atividades em curso e sobre uma questão burocrática em especial – que será descrita posteriormente na apresentação da organização em tópico específico. Ato contínuo, agendamos uma visita para a manhã do dia 29 de janeiro de 2020, com a finalidade de fazer observação e realizar o que depois acabou se transformando em uma espécie de *brainstorming*.

No dia 24 de janeiro de 2020, efetuamos contato telefônico com Henrique, igualmente fazendo perguntas gerais sobre a Organização Politizada e também objetivando um retorno a fim de realizarmos nova observação que, igualmente, acabou depois se transformando em uma espécie de *brainstorming*. Agendamos uma visita para a tarde do dia 3 de fevereiro de 2020.

Durante toda a manhã do dia 29 de janeiro de 2020 permanecemos na Organização Assistida. Na ocasião observamos as atividades realizadas, captamos imagens por meio de fotos e vídeos e interagimos com alguns participantes que lá estavam. Mas, sobretudo fizemos perguntas para a líder, e conforme já dito, por meio de uma espécie de *brainstorming*. Esse procedimento redundou em uma série de relatos a respeito de questões como: gestão da horta, aspectos burocráticos, conflitos internos, horta do *chef*, apoio do poder público, sustentabilidade financeira, regras de segurança, comercialização de orgânicos, técnicas e tecnologias empregadas entre outros. Mediante autorização de Sofia, a conversa toda foi registrada em áudio. Ao término do encontro, perguntamos se ela podia nos indicar 10 participantes ativos da horta para contatarmos posteriormente, algo com o que assentiu.

Durante a tarde do dia 3 de fevereiro de 2020 estivemos na Organização Politizada, oportunidade em que realizamos observação, captamos imagens e fizemos vídeos, tendo especialmente feito perguntas ao líder, por intermédio de uma espécie de *brainstorming*. Essa abordagem redundou em uma série de relatos sobre os seguintes conteúdos: questões relativas à gestão da horta, condição de ocupação pública, utilização de resíduo doméstico, compostagem, conflitos, cultivares, sustentabilidade financeira, convivencialidade, comercialização de orgânicos, técnicas e tecnologias empregadas, entre outros. Mediante autorização de Henrique, a conversa foi toda gravada em áudio.

Na ocasião supra relatada, Fernando, da Organização Autônoma, compareceu no local, tendo sido interrompida temporariamente a conversa que estava sendo travada com Henrique. A razão de sua visita tem relação com a parceria havida entre as duas organizações. Deste modo, aproveitamos o ensejo para nos dirigir também a Fernando, informando-o de que precisaríamos continuara com a realização da coleta de dados junto à organização da qual ele faz parte, e que seria necessário agendarmos uma visita. Ele respondeu que estavam bastante ocupados devido à já mencionada mudança e processo de adaptação, mas que isso poderia ser viabilizado oportunamente.

No dia 12 de fevereiro de 2020 entramos em contato com Sofia, da Organização Assistida, via WhatsApp, com a finalidade de obter informações sobre uma reportagem que foi apresentada em um programa local sobre agricultura, pecuária e tradições. Em determinada edição, o programa exibiu uma matéria que tratava da AU em Curitiba, tendo incluído a Organização Assistida entre as hortas apresentadas.

Em algumas oportunidades, ao longo dos meses de fevereiro e março de 2020, trocamos mensagens com Sofia na medida em que pequenas dúvidas surgiam, ocorrendo o mesmo em relação a Henrique.

Antes de prosseguir, esclarecemos que a fase final da coleta de dados passou por adaptações em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Em função das portarias publicadas na segunda quinzena de março de 2020, o isolamento social alcançou também as organizações investigadas, as quais tiveram

suas atividades afetadas. Tal situação redundou em constante envio de mensagens de texto e áudio via aplicativo WhatsApp, algumas ligações e encaminhamento de e-mail.

Após elaborarmos um questionário com 13 perguntas (iguais para todos) com o objetivo de realizar entrevista estruturada (ANEXO I), no dia 31 de março o enviamos via WhatsApp a Sofia, líder da Organização Assistida. No dia primeiro de abril, com uso do referido aplicativo recebemos suas respostas por escrito. No mesmo dia 31 o enviamos por e-mail a Henrique, líder da Organização Politizada. No dia 2 de abril, via WhatsApp, recebemos suas respostas por meio de áudios, posteriormente transcritos. No dia 10 de abril repetimos a ação, agora com André, líder da Organização Vernacular, e Fernando, responsável pelas ações de AU junto à Organização Autônoma, encaminhando o questionário para os e-mails pessoais de ambos. Tanto André quanto Fernando entregaram suas respostas igualmente por e-mail no dia 14 de abril.

Após reiterada solicitação, no dia 18 de abril, via WhatsApp, recebemos de Sofia os números de telefones celulares de 11 integrantes ativos da Organização Assistida – havíamos pedido a ela indicações por ocasião da visita realizada em 29 de janeiro. Ato contínuo, contatamos todos por WhatsApp por meio de mensagem de voz seguida de texto com perguntas sobre seus perfis, razões de participarem da horta e se direcionavam resíduo orgânico doméstico na horta. Ao longo de 10 dias todos responderam por meio de mensagens de texto e a maioria de áudio, as quais foram transcritas.

No dia 26 de abril, mais uma vez por WhatsApp, contatamos Henrique, da Organização Politizada, com objetivo de obter informações sobre os dois sujeitos que integram a organização além dele, sobre os quais até então praticamente não tínhamos dados. Na oportunidade, ele nos informou que um deles não possuía telefone, tendo passado o número do outro, para o qual ligamos e enviamos mensagens, mas sem obter resposta. No dia 11 de maio relatamos o ocorrido a Henrique, que informou que o participante em questão estava com o smartphone quebrado e sem internet. Ademais, devido ao isolamento social, não se viam há quase dois meses.

Quanto à obtenção de dados relativos à Organização Autônoma, esta pesquisa contou com a contribuição da recente pesquisa de Adversi (2018) e do trabalho de Feniman (2014), algo não angariado em relação às demais. Além disso, reportagens, vídeos, informações em redes sociais e postagens sobre o atual momento da Organização Autônoma, realizadas periodicamente por seu líder, contribuíram enquanto fontes de dados secundários.

Em termos de procedimentos, quando iniciada a coleta de dados, à época da reunião efetuada com o responsável pelas medidas e políticas de abastecimento e segurança alimentar no município, foram realizados apontamentos que resultaram em cinco páginas escritas à mão (em caderno universitário). Tais anotações originaram quatro páginas digitadas no Word contendo observações pessoais do pesquisador. Ainda, ao nos reunirmos posteriormente com gestores vinculados ao responsável ora mencionado, foram realizadas anotações que geraram cinco páginas e meia escritas à mão (em caderno universitário). Esses apontamentos propiciaram cinco páginas digitadas no Word contendo observações pessoais do pesquisador.

O total de áudios captados durante a fase de coleta de dados a respeito da Organização Assistida redundou em cerca de duas horas de gravação. Desse total de áudios gravados, 51 minutos foram transcritos na íntegra e resultaram em 19 páginas de transcrição. Não transcrevemos os 70 minutos restantes por apresentarem informações repetidas e/ou consideradas menos expressivas para pesquisa. Entretanto, todo o áudio foi ouvido por três vezes a fim de selecionarmos o que era pertinente. Os apontamentos provenientes das observações redundaram em 11 páginas escritas à mão (em caderno universitário), bem como em cinco páginas digitadas no Word com observações pessoais do pesquisador. Tanto com a líder quanto com os 11 integrantes entrevistados foram trocadas mensagens de áudio que totalizaram 29 minutos de registros, bem como um total de 285 mensagens de texto, ambas por meio do aplicativo WhatsApp. Não houve troca de e-mails.

O total de áudios captados durante a fase de coleta de dados a respeito da Organização Vernacular redundou em cerca de uma hora de gravação. Não realizamos a transcrição de tais áudios, os quais consistiram em conversas objetivas

e às vezes fragmentadas. Exceção feita aos áudios captados com o líder, André, mais extensos, os demais condiziam com os perfis dos participantes: acanhados e de pouca conversa. Entretanto, todo o áudio foi ouvido por três vezes a fim de que selecionássemos o que era pertinente. Os apontamentos provenientes das observações redundaram em 25 páginas escritas à mão (em caderno universitário). Foram trocadas mensagens de áudio somente com o líder, que totalizaram seis minutos de registros, bem como um total de 80 mensagens de texto, ambas por meio do aplicativo WhatsApp. Além disso, foram trocados dois e-mails também com o líder.

Não foram realizadas gravações de áudio durante a fase de coleta de dados a respeito da Organização Autônoma, sendo, conforme já dito, obtidos dados secundários principalmente por meio da recente pesquisa de Adversi (2018). Os apontamentos provenientes das observações redundaram em dez páginas escritas à mão (em caderno universitário), bem como em cinco páginas digitadas no Word com observações pessoais do pesquisador. Foram trocadas mensagens de áudio que totalizaram seis minutos de registros, bem como um total de 80 mensagens de texto, ambas por meio do aplicativo WhatsApp. Ainda, foram trocados seis e-mails com Henrique, responsável pela agricultura no âmbito da organização.

Por fim, o total de áudios captados durante a fase de coleta de dados a respeito da Organização Politizada redundou em aproximadamente duas horas e meia de gravação. Desse total de áudios gravados, 91 minutos foram transcritos na íntegra e resultaram em 25 páginas de transcrição. Não transcrevemos os 42 minutos restantes por apresentarem informações repetidas e/ou consideradas menos expressivas para a pesquisa. No entanto, todo o áudio foi ouvido por três vezes a fim de que selecionássemos o que era pertinente. Os apontamentos provenientes das observações redundaram em quatro páginas escritas à mão (em caderno universitário). Foram trocadas mensagens de áudio que totalizaram 13 minutos de registros, bem como um total de 103 mensagens de texto, ambas por meio do aplicativo WhatsApp. Por fim, foram trocados dois e-mails.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

No que diz respeito à **análise dos dados**, reunimos todo o material coletado, o qual consistiu em: anotações de campo, áudios de entrevistas captados e transcritos, entrevistas respondidas por escrito, fotografias, algumas ligações telefônicas cujo teor foi resumidamente registrado, e mensagens de texto e de áudio via WhatsApp e e-mail – conforme discorreremos no item 3.4.

Tudo o que obtivemos por meio das interações realizadas foi revisitado com a finalidade de efetuarmos o tratamento das informações, que fizemos por meio de **análise qualitativa de conteúdo**. Buscamos seguir os pressupostos de Bardin (2016), todavia não consideramos os aspectos quantitativos relativos às regras de enumeração.

Ao vasculhar os dados coletados, intentamos avançar para além do que eles formal ou friamente poderiam nos apresentar. Procuramos retirar mais do que eles aparentemente podiam oferecer, pretendendo alcançar o que estava implícito e simultaneamente manifestado (BARDIN, 2016; BAUER; GASKELL, 2002; LINCOLN, 2006). Ao mesmo tempo, tentamos não desnaturar o que pudemos observar em relação ao tipo de organização da AU por parte das selecionadas: ações simples, trabalho árduo e essencialmente manual, realizado por sujeitos de perfis variados, alguns se sentindo surpresos por ver suas roças (como alguns as designam) serem pesquisadas. Por outro lado, verificamos também haver um tipo de AU diferente, inovadora em propósitos e práticas, mas igualmente simples e artífice. Porém, realizada por indivíduos aparentemente engajados a causas ambientais, sociais e políticas, e *a priori* insatisfeitos com o modo convencional de vida, aspectos manifestados por intermédio da AU que praticam.

Então, reunir informações e elaborar teoria enxergando o fenômeno a partir do campo, para depois estabelecer elos com a perspectiva da Administração, exigiu certo cuidado. A análise qualitativa de conteúdo foi realizada com o fito de a essência da AU, praticada e observada, ser preservada tanto quanto possível, nesse

caso direcionando a escolha da medida adotada (BARDIN, 2016), levando-se em consideração o contexto das investigadas.

A **estruturação das análises dos dados** foi realizada em momentos distintos. Primeiro procuramos finalizar a comparação das organizações pesquisadas, ocasião em que as caracterizamos, abordamos históricos, perfis de integrantes, descrevemos a AU praticada e discorremos sobre atuais momentos. Depois, transitamos para a principal etapa, relativa à análise crítica de dados em atendimento aos objetivos específicos do estudo. Segundo tal propósito, para que: (1) fossem descritas as organizações selecionadas, apontadas as suas características, seus modos de organizar e compará-las; (2) avaliada a proximidade das ações realizadas pelas organizações selecionadas com o modelo organizacional convencional ou com o alternativo; e (3) identificadas as premissas que orientam a AU praticada pelas organizações selecionadas. Para tanto, foi necessário estabelecermos bases de comparação, representadas pelas seguintes categorias de análise: 1) Lógica organizacional; e 2) Premissas que orientam as práticas de AU.

A primeira consistiu em uma base comparativa (identificadora) com o fim de avaliar a proximidade das ações das investigadas em relação à contemporânea concepção de organização e modelos convencional e alternativo. Para tal, consideramos a literatura respeitante aos modos de organizar, e também as relativas à AU selecionadas – de acordo com os subtópicos 2.1 a 2.3 e 2.5.

A segunda categoria correspondeu à outra base comparativa (identificadora) com a finalidade de examinar o alinhamento das investigadas com relação a: (1) questões relativas a aspectos organizacionais singulares; (2) relações com o poder público local; e (3) relativos à vida comunitária. A definição dos elementos constituintes da segunda categoria se deu, em grande medida, a partir da coleta e apresentação dos achados provenientes do campo – conforme subtópicos 4.2 a 4.5 do capítulo de apresentação/descrição das organizações.

Desta forma, a junção dos achados de campo, as concepções provenientes do quadro teórico de referência e os valores do pesquisador, entrelaçados, contribuíram no sentido de ser “responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto, tanto implícita, como explicitamente” (BAUER; GASKELL, 2002, p.

195). Assim, realizamos interpretação **por meio das categorias e dimensões analíticas**, estabelecendo uma triangulação entre dados primários, dados secundários, literatura sobre organizações e AU, e ponderações do pesquisador. Além disso, os achados do campo foram triangulados entre eles, inclusive nos momentos em que cada organização foi apresentada. Por fim, com vistas a conferir validade ao constructo, procuramos ser consistentes e coerentes por meio das análises e demonstração de resultados (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011), visando alcançar os objetivos da pesquisa.

Assim, uma vez descritos os procedimentos metodológicos adotados para a concretização da pesquisa, partimos para o capítulo de apresentação das organizações investigadas.

4 AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

Entre os meses de fevereiro e abril de 2019, conforme indicado no capítulo relativo aos métodos de pesquisa, foram realizadas as primeiras incursões no campo. Durante o período nos aproximamos de sujeitos e organizações envolvidas com AU na cidade.

Inicialmente nos reunimos com representantes do poder público local, e em seguida realizamos contato com organizações praticantes de AU e interagimos com suas lideranças. Em tais ocasiões observamos, dialogamos, fizemos perguntas e tivemos algumas percepções a respeito dos modos de organização da AU naqueles lugares. Esse movimento de aproximação gerou inquietações, tendo o fenômeno se apresentado primeiro sob o ponto de vista da administração pública e depois conforme a perspectiva dos outros envolvidos. Salientamos, ainda, que as referidas ações resultaram na escolha das organizações a serem investigadas inclusive.

Assim, após essa elucidação, procuramos estruturar o capítulo da seguinte maneira: 1) Inicia-se com as considerações advindas do contato efetuado com representantes do poder público local, devido à constatação de que iniciativas relativas à AU fazem parte da agenda da administração municipal, havendo conexões entre o ente público e as organizações selecionadas; e 2) Segue com a apresentação das organizações selecionadas: (i) assistida, (ii) vernacular, (iii) autônoma, e (iv) politizada, as quais serão descritas a partir de seus históricos, perfis de integrantes, aspectos da AU praticada e atuais momentos.

Antecipamos, ainda, que um critério utilizado quando da realização das apresentações/descrições das organizações selecionadas consistirá na presença de sete dimensões de análise. Tais dimensões não foram definidas previamente, tendo esse critério emergido ao longo do processo de coleta e análise de dados. Elementos como (i) a presença do poder público, (ii) a sustentabilidade financeira, (iii) a relação do que é cultivado, (iv) as técnicas e tecnologias empregadas, (v) o atendimento ou não de um potencial mercado por meio da comercialização de hortaliças, (vi) os efeitos da Lei de Agricultura Urbana, e (vii) as vantagens advindas

da prática de AU serão enfatizadas. Nesse sentido, aparecerão em negrito especialmente quando abordarmos as práticas de AU e o atual momento das organizações escolhidas.

Salientamos também que serão utilizadas as denominações “poder público local” e/ou “secretaria” quando nos referirmos ao órgão público responsável pelas ações atinentes à AU na capital, bem como a expressão “departamento” em referência à repartição a eles imediatamente vinculada.

Procedimento similar será adotado quanto aos nomes citados a partir do próximo tópico e dos demais, todos fictícios, objetivando preservar a identidade dos sujeitos com os quais interagimos.

Assim, iniciamos as apresentações começando pela abordagem proveniente do contato com o poder público local.

4.1 O PODER PÚBLICO LOCAL

O poder público local, por intermédio do secretário de abastecimento, apresentou um panorama da realidade da AU na cidade, naturalmente sob o ponto de vista da administração pública. Além disso, apontou algumas medidas em curso, além de outras que se pretendia implementar no futuro relativas à temática.

Na oportunidade, ele informou que há 28 anos o poder público local vem realizando trabalhos relacionados à AU e que à época de nosso contato houve uma mudança de paradigma, tendo exaltado alguns projetos que então se encontravam em fase de desenvolvimento, os quais subsequentemente acabamos conhecendo melhor. Com ar de satisfação, exaltou uma medida em curso considerada “uma vitrine, uma iniciativa que envolve inovação e pesquisa de ponta em AU”, segundo afirmou. Na ocasião, discorreu sobre a criação de um espaço de pesquisa, inclusão social e prática de agricultura que se encontrava adiantada, caminhando a par e passo com a LAU (Lei Municipal n. 15.300/2018), a qual, conforme já mencionado,

autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de AU. Em continuidade, enfatizou que essa e outras medidas vêm sendo tomadas com a finalidade de instituir um plano de segurança alimentar para a cidade de Curitiba.

Entre as medidas que envolveriam o acultramento da população frente à importância de se obter segurança alimentar, consoante a visão do secretário de abastecimento e tendo por base a criação do espaço mencionado no parágrafo anterior, ele afirmou ser necessário atender às seguintes demandas: 1) Criação de novos negócios por meio da AU; 2) Consideração de aspectos sociais; 3) Enfoque em políticas de segurança alimentar; 4) Inclusão e abertura para ações entre os participantes; 5) Integração entre os setores de pecuária e AU; 6) Desenvolvimento de tecnologias de gestão; e 7) Entrelaçamento de inteligências coletivas. Assim, de acordo essa perspectiva, um plano de segurança alimentar tendo a AU como um dos focos poderia ser viável, embora carecedor de uma estratégia de gestão efetiva. Ademais, seria necessário também considerar que existem 27 hortas comunitárias assistidas pelo poder público na cidade, surgidas ao longo de três décadas, as quais careceriam de melhor atenção. Ou seja, muito ainda havia a se realizar no que pertence a uma política de segurança alimentar.

Prosseguindo a respeito de ações atinentes à AU, a parceria com *chefs* de cozinha e horteiros integrantes de hortas comunitárias assistidas, como veremos mais adiante, foi exaltada pelo secretário de abastecimento, medida designada por ele como algo diferenciado. Entretanto, quando realizamos nossa observação junto à Organização Assistida, uma das hortas observada, nos foi relatado que os canteiros utilizados para atender à parceria com os *chefs* seriam os mais laboriosos, e, via de regra, os participantes da horta investigada preferiam cuidar de suas próprias hortas ao invés das hortas dos *chefs*. Ou seja, a perspectiva do secretário de abastecimento a respeito de um de seus programas, ao ser confrontada, isto é, quando vista sob o prisma de quem realiza o trabalho, não pareceu diferenciada e dali surgiu uma contradição. Oportunamente, quando da análise da Organização Assistida, voltaremos a tratar dessa situação.

Outro aspecto que redundou em contradição, e isso também adveio das observações realizadas na Organização Assistida, reside no fato de a AU ser enxergada por ele como “forma de empoderamento das comunidades envolvidas”. Todavia, o que se constatou mediante interações com os integrantes e observações foi algo diverso, como veremos mais à frente. Desta forma, nos pareceu que sua visão tendeu a ser um pouco exagerada, o que é compreensível se considerarmos o fato de ele ser um agente da administração pública local, cuja atuação tem viés político em função das características inerentes ao cargo. Somou-se a isso a alegação da dificuldade de acompanhar *in loco* as ações realizadas nas organizações assistidas, tarefa designada a outros agentes vinculados à referida secretaria.

A preocupação do poder público local com a questão da AU na cidade está relacionada com o quesito segurança alimentar como já dito, sendo esta, no campo das intenções que precisam ser postas em prática, tratada como prioridade pelo secretário de abastecimento. Por outro lado, a sua secretaria concentrava muitas ações, não contando com pessoal suficiente para desenvolver estratégias efetivas de gestão da AU, especialmente no que atine ao acompanhamento das ações realizadas nas hortas comunitárias assistidas. Havia, à época em que os dados foram coletados, 27 hortas assistidas estabelecidas, e, em termos de resultados, de eficiência por parte delas, o entendimento era de que algumas ações deveriam ser direcionadas no sentido de avaliar os seguintes aspectos: 1) Modos da organização e uso das hortas; 2) Relação dos agricultores que praticam AU (informações cadastrais); 3) Como as famílias de baixa renda poderiam obter ganhos a partir da AU; e 4) Que métodos poderiam ser adotados para organizar frentes de trabalho relativas às práticas de AU na capital.

Por fim, sendo a AU vista como um possível meio para contribuir com uma política pública de segurança alimentar, o secretário de abastecimento reafirmou não dispor de um método para organizar frentes de trabalho, ou seja, uma efetiva estratégia de gestão que se faz necessária para o atingimento do fim almejado, especialmente quanto ao melhor desempenho/desenvolvimento das organizações comunitárias assistidas.

A posteriori, dando continuidade à aproximação, realizamos contato com dois agentes, ambos gestores hierarquicamente vinculados ao poder público local, leia-se secretaria de abastecimento: Joaquim e Joana (nomes fictícios). As impressões obtidas no contato efetuado com eles irão compor a abordagem do próximo subtópico, e isso se deve à relação de ambos com as ações efetuadas nas organizações (hortas) comunitárias assistidas.

4.1.1 Os agentes públicos envolvidos

Uma vez no respectivo departamento vinculado ao poder público local, nos reunimos com Joaquim e Joana. As percepções obtidas a partir dessa interação redundaram em informações já conhecidas, até porque as atribuições dos agentes ora indicados se traduzem em ações que competem à secretaria indicada anteriormente. Contudo, devido ao contato direto deles com diversas hortas comunitárias, foi possível obter informações um pouco mais detalhadas e assim ter uma melhor noção da realidade da AU praticada pelas organizações comunitárias assistidas.

Naquele momento, Joaquim afirmou que a AU estava sendo resgatada em Curitiba, impulsionada pela então recente LAU. Em seguida argumentou que, embora essa lei seja um reforço importante, avanços maiores seriam provenientes da regulamentação ainda em curso¹⁵. Apesar disso, relatou se tratar de um movimento que envolve dedicação constante dos praticantes, gestão de resíduos orgânicos que acabam sendo utilizados nas hortas como adubo, e que gera efeitos quanto à organização social nos bairros onde a AU acontece. Discorreu sobre o incentivo do poder público local e de empresas apoiadoras, assim como de experiências agrícolas gradualmente reestabelecidas na cidade.

¹⁵ Durante a realização e finalização da presente pesquisa não foi apresentado um regulamento a respeito da Lei de Agricultura Urbana de Curitiba (Lei Municipal n. 15.300/2018), instrumento com o qual se espera definir as particularidades relativas à AU a ser praticada na capital paranaense.

Especificamente quanto às hortas comunitárias assistidas, Joaquim afirmou que algumas são articuladas e bem geridas, e, por conseguinte, eficientes, ao passo que outras não. Prosseguiu informando que bons resultados estão diretamente relacionados com a capacidade de ação de líderes, os quais atuam enquanto gestores das atividades realizadas. Nesse quesito, Joana indicou existir uma relação de dependência para com os líderes nas hortas comunitárias assistidas. Inclusive, ambos classificaram como problemáticas as organizações cujas práticas de AU eram ineficientes, atribuindo tal circunstância à falta ou má gestão dos respectivos líderes. Percebemos aqui uma convergência de posicionamento com o secretário de abastecimento, sobre a dificuldade momentânea de ser colocado em prática o plano de segurança alimentar conforme desejado em relação a tais organizações.

Ao discorrerem sobre os aspectos da AU em questão, ambos afirmaram que as hortas comunitárias cumprem função social, havendo inclusive ligações com instituições de assistência social, escolas, casas de recuperação e afins. Declararam não se tratar de atividades que visam auferir renda aos integrantes, a não ser quanto aos excedentes da produção que podem vir a ser comercializados. De acordo com a apreciação de ambos, o amparo do poder público local, cujas medidas serão demonstradas a seguir, visa assistir parcela da população de baixa renda, estimulando-a para que adira à atividade. Ainda, alegaram ser a AU essencialmente praticada por aposentados, algo sobre o que falaremos mais detidamente ao tratar do perfil dos integrantes da Organização Assistida.

No que se refere à gestão das hortas assistidas pelo poder público local, foi dito por Joaquim que ela ocorre de forma descentralizada, incumbindo às regionais dos bairros atenção às hortas que existem nas respectivas localidades. Quanto a isso, caberia às subsidiárias regionais oferecer apoio técnico, maquinários, mudas, sementes e adubo orgânico. Foi considerada também a parceria estabelecida com uma companhia estatal federal de energia elétrica, proprietária de terrenos com plantações por onde passam redes de transmissão. Nesse contexto, a formalização de associações de moradores nos bairros em que há hortas comunitárias seria determinante, segundo Joaquim. Além disso, por meio do contato com as lideranças das associações, seriam indicados/escolhidos os participantes das hortas, que para serem consideradas comunitárias, precisam ter no mínimo 20 integrantes ativos.

Nesse momento relatou-se que o problema de algumas seria justamente a quantidade inferior a esse limite.

Em continuidade, Joaquim e Joana mencionaram o caso de uma horta assistida que recebeu também o apoio de uma empresa privada. Esta autorizou o uso de um terreno seu para a prática de AU, considerando um benefício a ocupação. Tal conclusão guardava relação com o fato de outrora a propriedade ser tomada por mato, servir de refúgio para desocupados e acumular lixo, tendo sido regenerada quando da preparação e efetivação do plantio de hortaliças.

Ambos também se manifestaram sobre a parceria com *chefs* de cozinha da cidade. Conforme Joaquim, foi realizado um “protocolo de intenções tripartite” entre o departamento, agricultores urbanos de hortas comunitárias assistidas e *chefs* de cozinha, iniciativa descrita como diferenciada – assim como o secretário de abastecimento a enxergava, de acordo com o que relatamos no subtópico anterior. Indicaram ser uma experiência na qual havia participação de *chefs* de cozinha que acompanhavam o cultivo de alimentos orgânicos em hortas assistidas. Segundo relatado, os *chefs* poderiam indicar/introduzir o plantio de culturas diferentes daquelas já cultivadas, e até mesmo “ter” espaços reservados para eles na horta comunitária. Não haveria ingerência total por parte deles quanto ao trabalho realizado, bem como o objetivo não seria atender a todas as demandas por alimentos orgânicos em seus restaurantes. O que ocorreria seria a comercialização de parte do que era produzido para eles em canteiros voltados para esse fim.

Veio à tona novamente, conforme havia sido exposto pelo secretário de abastecimento, a questão da implementação do espaço de pesquisa, prática de agricultura e inclusão social voltado para a AU, sendo apresentada a nós a planta do empreendimento, que estava inclusive em curso. Explicaram que o objetivo seria difundir a AU por meio de um projeto modelo, visando formar e multiplicar agricultores urbanos. Embora tenha sido uma iniciativa do poder público local, no futuro poderia, quem sabe, contar com parceiros da iniciativa privada e ser estendida a cidades da região metropolitana de Curitiba. Considerado inovador, tal centro de pesquisa e prática teria um papel educacional e incentivador, reforçando a

importância da AU para o desenvolvimento da cidade em bases sustentáveis, mantido o foco na questão da segurança alimentar.

Prosseguindo, o papel do departamento do qual fazem parte no que tange à AU contemplaria as seguintes situações: 1) Contrapartida social (impacto positivo) por parte da administração pública local; 2) Estímulo que propicie cuidado com a saúde por meio do consumo de alimentos orgânicos (livres de agrotóxicos, adubos e demais componentes químicos); 3) Realização de atividade que ocuparia o tempo dos aposentados; 4) Integração das pessoas/famílias envolvidas; e 5) Geração de renda em caso de produção excedente, trocas e doações.

Ademais, pelos agentes foi reforçado que o foco do poder público local é subsidiar (apoiar, dar suporte) às hortas com a finalidade de atender às demandas sociais, auxiliando na produção de alimentos para famílias carentes, restringindo-se a atuação às hortas comunitárias assistidas. Não houve considerações a respeito de medidas específicas que alcançassem as práticas de AU não assistidas pelo poder público.

Em síntese, o poder público, no caso a secretaria de abastecimento representada por seus agentes, procura fomentar medidas de incentivo à AU, apoiando as comunidades organizadas em associações de moradores que almejam possuir uma horta. Uma vez atendidos os requisitos necessários, o poder público passa a oferecer a assistência que os agrupamentos de pessoas necessitam para realizar o plantio e a manutenção das hortas, como maquinário, mudas, consultoria e adubo orgânico. Em certos casos, o poder público empresta terrenos de propriedade de prefeitura municipal às comunidades interessadas, como chegamos a observar. Por fim, a assistência prestada, já de início, estabelece uma relação de dependência dos horteiros para com a administração pública, em uma perspectiva na qual uma série de regras precisa ser seguida.

Assim, após abordarmos o fenômeno com base nas informações levantadas inicialmente, devido ao contato realizado com o poder público local, passamos para a apresentação das organizações investigadas propriamente, as quais posteriormente serão comparadas e posicionadas. Iniciamos pela Organização Assistida.

4.2 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ASSISTIDA

Sob o ponto de vista de seu enquadramento institucional, trata-se de organização social sem fins lucrativos voltada apenas para a prática de AU, qualificada pelo poder público local como horta comunitária.

A Organização Assistida, a seguir também designada apenas por “horta”, está localizada em um bairro da região Sudoeste de Curitiba, o qual teve o seu primeiro loteamento aprovado na esfera municipal em 1965 (IPPUC, 2020). Em agosto de 1976 o distrito recebe a Central de Abastecimento (CEASA), e a partir do ano de 1993 vê sua população aumentar exponencialmente devido ao estabelecimento de grandes conjuntos habitacionais implantados pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB). Gerido regionalmente em conjunto com dois bairros contíguos, a localidade tem uma população de 81.959 habitantes (IBGE, 2010).

Situada embaixo dos fios de alta tensão que compõem uma rede de transmissão, administrada por uma companhia estatal federal de energia elétrica, proprietária do terreno e que os cede aos agricultores, a Organização Assistida possui uma área cultivável correspondente a 11.400m². A Figura 1 abaixo apresenta uma imagem panorâmica da horta, a partir de seu portão de acesso, tendo ao fundo uma das torres de sustentação das linhas de transmissão.

Figura 1 – Visão panorâmica da Organização Assistida, mar. 2019.



Fonte: O autor.

As interações realizadas junto à Organização Assistida, sempre por intermédio de sua líder, Sofia, ocorreram de forma e em momentos distintos. Primeiro em março de 2019 e depois em 2020, conforme indicado no capítulo de procedimentos metodológicos.

Os achados iniciais de pesquisa foram impactados pelo fator temporal, perspectiva na qual um “antes e um depois” se estabeleceram proporcionando algumas nuances, sendo tal circunstância considerada ao longo da apresentação da Organização Assistida. Com isso queremos dizer que informações obtidas em março de 2019, por meio do contato realizado com a líder Sofia, contrastaram com as que emergiram em fevereiro e meses subsequentes de 2020.

Nesse sentido, ressaltamos que Joana, gestora do departamento mencionado no subtópico anterior, esteve presente durante a aproximação realizada em março de 2019. Ainda, esclarecemos que foi ela quem intermediou nosso contato com a Organização Assistida, e nos apresentou Sofia, responsável pelo andamento das atividades de AU no local, sobre quem falaremos com mais profundidade adiante. Na ocasião notamos que Joana acabou exercendo uma espécie de mediação entre nós e Sofia, algo percebido após nova investida ao campo para a coleta de dados, posto termos verificado uma postura e reações diferentes ao realizarmos perguntas, agora sem a presença de Joana.

De acordo com o que enunciamos no início do capítulo, realizaremos a descrição da Organização Assistida por meio de informações obtidas em relação ao seu histórico, perfis dos integrantes, aspectos da AU que pratica e atual momento.

Posto isso, partimos para abordagem do histórico da Organização Assistida.

4.2.1 Histórico da Organização Assistida

Na região onde a Organização Assistida está situada já havia outras ações voltadas para a prática de AU, sendo ela a última (da localidade) a ser implantada

em convênio entabulado com a companhia estatal federal de energia elétrica e o poder público local.

De acordo com Sofia, participante e líder da horta, a qual responde perante os órgãos mencionados no parágrafo anterior, assim que autorizado o funcionamento da organização, em junho de 2011, iniciaram-se os trabalhos infraestruturais, sendo preparado o solo com uso de tratores, arquetados os canteiros, colocadas as cercas, portões e afins. Finalizadas essas obras, em setembro de 2011 foram entregues as hortas – como se designam os agrupamentos de canteiros ofertados a cada interessado – e iniciadas as plantações.

A horta surgiu, portanto, há 9 anos, por iniciativa de moradores do bairro, em especial Antonio (nome fictício), pessoa mencionada algumas vezes por Sofia quando das interações realizadas, em parceria com o poder público local.

Antes de a Organização Assistida ser estabelecida, Sofia relatou que havia na região as chamadas “lavouras”, plantações que compreendiam extensões de terra utilizadas para o cultivo de espécies como milho, mandioca, abóbora, quiabo, feijão e batata-doce, as quais, em regra, tendem a se desenvolver/crescer bastante, e, por conseguinte ocupar considerável espaço. Ainda hoje, as tais “lavouras” permanecem, havendo uma que faz divisa com a horta, localizada aos fundos dela ao tomarmos por base a imagem da organização apresentada anteriormente.

Após discorrermos sobre o surgimento da horta, em consonância com o que foi informado por sua líder, trataremos dos perfis dos participantes no subtópico seguinte.

4.2.2 Perfis dos integrantes da Organização Assistida

A Organização Assistida contava com 105 integrantes ativos no mês de março de 2019, havendo inclusive fila de espera com 10 interessados aguardando

desistências e/ou afastamentos, segundo relatado por Sofia. No entanto, em fevereiro de 2020 esse contingente caiu para 88 participantes.

Quanto aos participantes da horta, ou hortelões, como Sofia os designa, o que os move é o gosto pela terra, a ocupação do tempo com uma atividade útil, especialmente pelo fato de a maioria deles ter idade avançada, muitos já aposentados inclusive. Soma-se a isso a questão afetiva: a religião estabelecida com a terra por parte daqueles que vieram do interior para a capital e aqui nunca deixaram de realizar alguma atividade agrícola. Em nenhum momento foi dito que a realização das atividades ocorria devido à necessidade de complementar a alimentação dos participantes e suas famílias, fato que envolve a questão da segurança alimentar. Embora seja um complemento, não é a necessidade de plantar para comer que os motiva, e sim algumas razões adiante apresentadas.

No que diz respeito aos perfis dos integrantes propriamente, observamos se tratar, em regra, de pessoas simples na acepção da palavra, reservadas e focadas em suas rotinas de trabalho na horta. Quando perguntamos a idade da pessoa mais jovem a frequentar a horta, Sofia informou ser uma mulher com aproximadamente 30 anos, lembrando-se de outra que devia ter entre 30 e 40 anos, no entanto reforçando que 90% dos participantes são aposentados com idade superior a 60 anos.

Nesse sentido, com o intuito de checar tal afirmação e verificar perfis, empreendemos um objetivo levantamento de informações pessoais com 11 hortelões, fazendo a eles perguntas a respeito dos seguintes aspectos: nome completo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, razão principal para atuar na organização, periodicidade de participação e se havia direcionamento de resíduos orgânicos domésticos para os cultivos realizados. Curiosamente, o referido levantamento não demonstrou haver 90% de aposentados com idade superior a 60 anos como Sofia havia afirmado. Esclarecemos também, pelas razões já expostas preteritamente, que os indivíduos ora indicados tiveram seus verdadeiros nomes substituídos por outros fictícios, assim como Sofia, que, devido ao seu protagonismo frente à organização, terá o perfil descrito com maiores detalhes ao fim deste subtópico.

Integrantes e perfis:

1) **Marina**, casada, 50 anos, técnica em contabilidade, atua como cabeleireira. Participa da horta por gostar. Considera-se empreendedora e vende parte do que cultiva. Vai à horta diariamente para cuidar das plantas, lá permanecendo por no máximo 40 minutos. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

2) **Fernando**, casado, 57 anos, ensino fundamental incompleto (7º ano), vendedor autônomo. Participa da horta por hobby, porque gosta de lidar com as plantas. Comercializa o excedente para os vizinhos a preço sociável, para, conforme suas palavras, “animar a todos e que a pessoa possa fazer uma mudança na alimentação dela, nada mais do que isso”. Vai à horta quando tem vontade, no mínimo duas vezes por semana, lá permanecendo por no máximo uma hora e meia. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

3) **Alice**, divorciada, 46 anos, ensino fundamental completo, comerciante, tem um filho especial. Adora ir à horta para plantar e acompanhar os ciclos subsequentes. Afirma vender “alguma coisa” quando surge oportunidade, frequentando a horta duas vezes por semana quando possível. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

4) **Manuel**, casado, 43 anos, ensino médio completo, operador de máquinas. Participa da horta porque faz bem a ele que gosta de lidar com a terra, de plantar verduras. Valoriza a boa alimentação, já que a horta é orgânica. Planta para consumo próprio, doando excedentes para vizinhos e parentes. Sua frequência varia entre três e cinco dias a depender da semana, dedicando-se ao trabalho por duas horas. Direciona todo o resíduo orgânico gerado em sua casa para a horta.

5) **Cláudia**, união estável, 58 anos, ensino fundamental incompleto (4º ano do antigo primário), dona de casa. Teve depressão, e ao começar a participar da horta pegou gosto pela atividade e, segundo ela, isso contribuiu para a sua saúde auxiliando-a no combate à enfermidade. Doa os excedentes do que produz a amigos e vizinhos. Diariamente está na horta nos períodos da manhã e fim de tarde. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

6) **Jeremias**, casado, 46 anos, ensino médio completo, curso superior em Gestão Pública trancado (no momento da entrevista), vigilante. Mora em apartamento, é do interior e desde pequeno lida com horta. Considera uma terapia antiestresse a atividade e um privilégio consumir aquilo que é fruto do próprio esforço, aliado ao fato de que é saudável por ser livre de agrotóxicos. Como há excedentes, doa parte de sua produção para vizinhos e quem saiba que precise. Vai à horta a cada dois dias para cuidar das plantas, lá permanecendo por uma hora e meia nos fins de tardes. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta, tendo descrito algumas de suas técnicas de compostagem inclusive.

7) **Solange**, casada, 69 anos, ensino fundamental incompleto (3º ano do antigo primário), aposentada. Gosta muito de participar da horta, e o que produz contribui para sua saúde. “É tudo de bom”, e “ajuda muito na alimentação da gente”, diz ela. Por não conseguir consumir tudo o que cultiva, vende parte do que produz. Está presente na horta todos os dias pela manhã, e afirma sentir-se incomodada quando não pode ir por alguma razão. Afirmou nem sempre aproveitar resíduo orgânico doméstico na horta.

8) **Lauro**, casado, 73 anos, sem escolaridade formal, aposentado. Participa da horta por gostar e por se reencontrar com o passado interiorano, da roça. Sempre que possível, vende parte de sua produção. Vai à horta quase todos os dias para lidar com as plantas, exceto quando chove. Segundo ele, lá “sempre tem alguma coisa pra fazer”. Realiza as atividades por duas ou duas horas e meia a depender do dia. Não informou se aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

9) **Cristiane**, casada, 63 anos, ensino fundamental completo, dona de casa. Participa da horta porque é um lazer, uma distração que faz bem para a cabeça. Gosta muito. Não vende nada do que cultiva. Consome para si e compartilha bastante com os filhos. Atua na horta todos os dias pela manhã, lá permanecendo por cerca de três horas. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

10) **Iolanda**, solteira, 61 anos, ensino fundamental completo, aposentada. Participa da horta porque gosta de plantar. Foi criada em lavoura, adora plantas e cultiva para a família. Ao todo, atende a cinco famílias com o que produz em seus canteiros. Se possível, vai para a horta todos os dias. Segundo suas palavras,

“quando a gente começa a mexer na terra não dá vontade de parar”. Normalmente permanece por duas, às vezes três horas na horta. Aproveita resíduo orgânico doméstico.

11) **Breno**, união estável, 32 anos, ensino superior completo, pós-graduado em Business Intelligence e Business Analytics, engenheiro de produção. Atuar na horta é um *hobby* que adora, ao mesmo tempo em que se trata de uma válvula de escape para as pressões do cotidiano. Consome uma parte da produção e outra vai para doação. Frequenta a horta diariamente, de manhã, antes de ir para o trabalho, e no fim da tarde, quando retorna, dedicando cerca de uma hora por período. Aproveita resíduo orgânico doméstico na horta.

12) **Sofia**, casada, 57 anos, ensino fundamental completo, dona de casa. Ela reúne em si boa parte das características dos sujeitos anteriormente e brevemente descritos. Possui seus canteiros e também parte de uma “lavoura”. Sofia atua como gestora da Organização Assistida há oito anos, tendo a incumbência de acompanhar as ações dos integrantes da horta, zelando para que todos sigam as regras de segurança estabelecidas pela estatal de energia elétrica, e as orientações do poder público local, cujo departamento específico cuida de questões de AU. Sofia acompanha o dia a dia da horta, relacionando-se diretamente com todos os participantes, e, devido à sua função de líder, respondendo pela organização perante os órgãos públicos mencionados. Afirma “amar a horta”, mesmo que liderar a organização implique desgastes decorrentes da relação com os hortelões, custando tempo e interferindo em sua vida pessoal: visitas em sua casa para a retirada de mudas fornecidas pelo poder público local, as quais ela separa e organiza para a entrega; reclamações, ligações, mensagens e interações com os participantes no grupo de WhatsApp são produto do encargo assumido. Ademais, o trabalho na horta não propicia rendimentos, ainda que os excedentes de seus canteiros sejam comercializados – os preços, segundo afirmou, são irrisórios. Ao discorrer sobre o processo de eleição para o cargo de líder, Sofia informou ser eleita por aclamação, o que se deve ao fato de ser pessoa conhecida e residir no bairro há 25 anos. Ela relatou se sentir cansada e afirmou lidar com a pressão de ter que se manter no cargo, tendo em vista o fato de ouvir de pessoas próximas, um deles Antonio, seu amigo pessoal, mencionado no início deste subtópico, que não haveria

outra(o) líder para tocar a organização, que se ela saísse a horta acabaria. Essa circunstância, alimentada por conflitos e diferenças com participantes rebeldes, ou seja, que reiteradamente descumprem regras de atuação na horta, somados às situações conflitivas, seriam, pelo que relatou, razões que a fazem pensar em desistir da gestão da Organização Assistida, por mais que goste e que esteja no *front* diariamente. Quanto às tarefas específicas que realiza, elas serão indicadas em tópico específico, colocadas frente a frente com as atividades realizadas pelos líderes/gestores das demais organizações em perspectiva de comparação.

Antes de prosseguir, elucidamos que as interações, no caso as observações e entrevistas realizadas nas quatro organizações investigadas, priorizaram as visões de seus líderes, devido às ações de gestão que realizam, como é a situação de Sofia. Todavia, houve também contato com outros integrantes, algo que não poderia ser desprezado.

Em relação à organização ora descrita, as interações efetuadas com os 11 participantes da amostra proporcionaram descobertas a respeito de seus perfis, motivações e ações, mesmo que breves. Logo, por meio desses achados algumas percepções sobre suas atuações naquele ambiente vieram à tona.

Assim, após os dois últimos esclarecimentos sobre os perfis dos participantes, transitaremos para o subtópico concernente aos aspectos relativos à AU praticada na Organização Assistida.

4.2.3 Aspectos relativos à AU praticada na Organização Assistida

Conforme verificamos, o trabalho é realizado por aposentados, donas de casa e sujeitos com ocupações profissionais, os quais reservam parte de seu tempo para dedicar à horta. A origem de diversos deles é campesina e por meio das ações realizadas na organização promove-se um resgate de memórias e experiências que os reaproximam de suas raízes.

Em princípio, trata-se de atividade que faz bem para a saúde física e mental dos participantes, além disso recuperando e mantendo o local em condições adequadas (livre de lixo, mato e presença de desocupados) bem como produzindo também alimentos isentos de agrotóxicos. A companhia estatal federal de energia elétrica, proprietária do terreno, procura acompanhar as ações dos hortelões no que diz respeito à obediência de regras para utilização do local, das quais falaremos melhor quando abordarmos as categorias de análise. Ao poder público local cabe o fomento de políticas de incentivo e assistência aos participantes, tendo em pauta a questão da segurança alimentar. Os agentes públicos entrevistados afirmaram dar todo o apoio necessário, apesar de os relatos da líder apontarem divergências.

Quando de nossa (já mencionada) aproximação com o **poder público local e agentes envolvidos, eles afirmaram dar todo o apoio necessário** às hortas comunitárias vinculadas ao programa – ofertando mudas, disponibilizando maquinário e prestando orientação técnica por meio de especialistas. Todavia, Sofia relativizou a efetividade do apoio prestado pelo poder público, algo que optamos por abordar com o devido cuidado também no subtópico relativo ao atual momento da organização, assim como a questão da **sustentabilidade financeira da horta**, pois são pontos eivados de controvérsia.

Contudo, importa relatar que a agricultura realizada na horta é aquela que reside no imaginário das pessoas, a que é praticada costumeiramente nos quintais de residências há décadas, desenvolvida em escolas, mostrada em programas de tv e noticiários. Ou seja, convencional quanto ao modo e em relação ao que se cultiva. Porém, no caso em análise, é adaptada ao contexto da Organização Assistida no que tange às características do local e regras que precisam ser seguidas.

A agricultura em tela é caracterizada pela existência de canteiros retangulares em que se cultiva hortaliças comuns. O que se entende por horta corresponde a uma área de 8m x 15m – 8m de largura por 15m de comprimento. Dentro desse espaço há 5 canteiros de 1,10m de largura e 15m de comprimento, contendo quatro passagens, ou “carreiros” conforme Sofia denomina as separações entre eles, necessárias para movimentação de manejo. Cada hortelão possui uma horta conforme essas características.

Em linhas gerais, a organização é bem cuidada, limpa e produtiva, exigência do poder público local. A capacidade de consumo dos participantes é superada, fato confirmado inclusive por aqueles que informaram doar ou realizar vendas de seus excedentes. Normalmente as atividades são realizadas pela manhã, estendendo-se a até perto das 11 horas e/ou fim da tarde. **Em relação ao que é cultivado**, há pelo menos 32 tipos de hortaliças entre legumes, verduras, temperos e até PANCs indicadas pela líder e visualizadas por nós, cultivados continuamente ao longo do ano, e as variedades são as seguintes:

1) *Verduras*: alfaces americana, crespa, lisa e roxa, mimosa, mimosa-roxa; rúcula, almeirão-liso e pão-de-açúcar, radiche, couve-manteiga, kale e rabano;

2) *Legumes*: brócolis, repolho, beterraba, cenoura, abobrinha-de-árvore e rabanete;

3) *Temperos*: alho-poró, cebolinha, coentro, manjericão, manjerona, salsa, alecrim, orégano e hortelã;

4) *PANCs*: lambari, trevo, azedinha e peixinho – Sofia não soube identificar se há mais, tendo informado que nascem sozinhas e que não é o objetivo dos horteiros cultivar tais espécies na horta.

Quanto **às técnicas e tecnologias** empregadas, segundo palavras da líder, é “tudo manual, feito com as mãos, enxada e rastel. Antes a gente tinha o trator, mas como pusemos pvc não temos mais, então tudo é feito manual”. Nessa passagem, além de Sofia informar que o trabalho é essencialmente artesanal, ela indica, conforme observamos, que a estruturação e dimensionamento (bordas) dos canteiros utiliza resíduos reaproveitáveis como estacas de madeira e plásticos do tipo pvc¹⁶, com redução do uso de trator para preparação de canteiros em decorrência do emprego de tal técnica, que inclusive diminuiu a erosão do solo. Grande quantidade de lâminas de pvc, de acordo com Sofia, foi comprada por um preço módico de uma empresa vizinha, que estava se desfazendo delas, tendo sido também uma pequena parte adquirida de catadores de recicláveis da região. Além de enxada e rastel para plantar e manter os canteiros limpos, adubados e livres de

¹⁶ Material normalmente utilizado em forros de imóveis residenciais e/ou comerciais populares.

ervas daninhas, no local há um poço artesiano que bombeia água para uma série de caixas d'água onde os hortelões abastecem seus regadores para hidratar as plantações. Ainda, a totalidade dos integrantes entrevistados indicou realizar compostagem, assim como Sofia, embora ela tenha informado que há tempos vem comprando remessas de adubo orgânico para utilização no local, algo sobre o que discorreremos no subtópico relativo ao atual momento da organização, e, conforme se verá, é motivo de controvérsia.

As atividades realizadas na Organização Assistida **não visam atender às necessidades de um potencial mercado** voltado para a produção de hortaliças orgânicas, já que é expressamente proibida a utilização de agrotóxicos, no caso defensivos agrícolas, e aditivos químicos na horta. Ou seja, não é considerada a possibilidade de ser realizada uma feira de orgânicos, ou qualquer tipo de organização formal para comercializar parte da produção. Esta complementa a alimentação dos participantes e de suas famílias, também servindo a dois profissionais da área de gastronomia vinculados à parceria com os *chefs*.

A obtenção de lucro por meio de comercialização de hortaliças não é um objetivo da organização, apesar de alguns de seus praticantes desejarem e até realizarem pequenas vendas, como é o caso da própria líder. Ela relatou montar *kits* tendo por mote o fato de serem produtos orgânicos, os quais são vendidos por seu filho em um hospital em que ele trabalha como enfermeiro a R\$ 30,00 (trinta reais) cada. As vendas ocorrem sob encomenda, mas, por serem inconstantes, ela diz nem contar com isso, tratando-se mais de uma iniciativa de dever filial por parte de seu filho, que deseja auxiliá-la a obter renda. E, ainda, Sofia relatou que os vizinhos não integrantes da horta preferem adquirir hortaliças nos mercados próximos, ou até mesmo no CEASA, que se localiza no próprio bairro, não se importando com o fato de tais produtos serem cultivados à base de agrotóxicos. Segundo nos disse, “eles não querem comprar de nós, eles querem dado”.

Quanto aos **efeitos da Lei de Agricultura Urbana**, Sofia disse desconhecê-la. “Não sabia, essas coisas não passam pra gente”, disse ela, provavelmente se referido ao poder público local e seus agentes. Sobre as **vantagens** provenientes da atividade realizada na organização, o que parece ter mais relevo é a valorização da

alimentação saudável para as famílias participantes, que não precisam comprar legumes, verduras, temperos e até algumas PANCs, pois isso tudo é produzido lá. A alimentação de todos é complementada pelo que vem da horta. Ademais, em regra, há produção excedente, havendo inclusive a possibilidade de haver trocas entre os participantes e também doações. De acordo com Sofia, estas são as **vantagens** aos hortelões, reforçando que eles ocupam o tempo, a mente, cuidam da saúde, além de que, como já dito, religam-se com o passado rural.

Como havíamos antecipado ao longo desta passagem, alguns aspectos relativos às práticas de AU referentes à Organização Assistida serão aprofundados no próximo subtópico sobre seu atual momento, e isso se deve à relação aparentemente controvertida da horta com o poder público local, entre outros fatores, conforme veremos a seguir.

4.2.4 O atual momento da Organização Assistida

Em consonância com o que havíamos dito no tópico de apresentação da Organização Assistida, os achados de pesquisa foram influenciados pelo fator temporal, e na perspectiva de um “antes e depois” é que realizaremos a abordagem deste tópico.

De forma geral, o lapso de tempo decorrido não alterou de modo significativo o potencial produtivo da horta. Ao regressarmos em fevereiro de 2020, tudo parecia normal conforme descrevemos anteriormente. A horta continuava “bem cuidada, limpa e produtiva” e isenta de agrotóxicos e/ou qualquer tipo de aditivo químico, de acordo com o que espera o poder público local. Entretanto, a quantidade de integrantes ativos devidamente cadastrados reduzira para 88, sendo que em março de 2019 eram 105, existindo, à época, inclusive, uma fila de espera com 10 pessoas.

Em relação à horta do *chef*, ou seja, quanto à produção de hortaliças e até alguns tipos de PANCs para *chefs* de cozinha parceiros, algumas mudanças ocorreram.

Considerada uma iniciativa diferenciada pelo poder público local, opinião compartilhada por Marcelo, Joaquim e Joana, inicialmente contava com a adesão de quatro conhecidos *chefs* da cidade e de 26 hortelões dedicados ao projeto. Contudo, em março de 2019, Sofia informou que a iniciativa vinha perdendo força, pois os horteiros que preteritamente aceitaram participar da empreitada também tinham suas próprias hortas para cuidar e, alegando receberem pouco pela participação na parceria com os *chefs*, aos poucos foram deixando de colaborar. Vejamos o depoimento dela a respeito disso:

Na verdade, quando a gente implantou a horta do *chef*, era pra vir mais, [...] mais *chefs*, porque como a gente tem condição de atender vários *chefs*, era pra trazer mais. Só que daí outras hortas começaram a querer também, aí eles levaram pra outras hortas. Aí eu tinha que perguntar pra cada hortelão se queriam participar, entendeu. Então 26 pessoas participavam, daí eles viram assim, eles iam plantar, podiam comer, vender, porque sobra né, mas tinha que deixar a parte que eu tinha que colher pro *chef*. Daí eu colhia um pouquinho aqui, um pouquinho em cada horta. Mas daí teve muitos que sabe, queriam dinheiro, entendeu, e não é dinheiro. Se sobrasse, que nem chega final de ano, às vezes tem dinheiro acumulado e eu distribuo, divido. Mas não, aí esses queriam todo mês dinheiro, e não dá déizão. Te dou 10 reais e você não compra uma bandeja de muda. Eu junto tudo e compro um monte, entendeu. Daí esses daí foram saindo, foram saindo, alguns eu tirei porque não ajudavam, não faziam nada, não vinham nem pegar muda no dia em que eu trazia do viveiro.

Entendemos, a partir do relato, que inicialmente não havia hortas dos *chefs*, e sim hortas dos hortelões que forneciam a eles partes de sua produção. Em março de 2019 Sofia nos informou que o número de hortelões participantes era 26 no começo, passando em seguida para 16, e chegando a 6, e o motivo da redução referia-se principalmente ao descontentamento relativo à compensação financeira pelo trabalho. Conforme demonstrado acima, ela optara por utilizar o pagamento de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) mensais, pagos por dois *chefs* que permaneceram, isso declarado em março de 2019, para comprar espécies de mudas diferentes das costumeiramente cultivadas no local, e também para adquirir adubo.

Então, ainda em março de 2019, diante do abandono da grande maioria dos horteiros outrora envolvidos na parceria com os *chefs*, ela informou ter sido criada uma horta específica para o programa, ou seja, cinco canteiros bastante produtivos

conforme pudemos observar, com maior variedade que os demais, que, em regra, contavam/contam apenas com as espécies fornecidas pelo poder público local. Por fim, em fevereiro de 2020, Sofia informou haver sete colaboradores ativos participando, os quais, além de se envolver com a horta do *chef*, forneciam a eles parte do que produziam em suas hortas. Tais hortelões atuavam também na separação, preparação e entrega de hortaliças para os dois *chefs* que restaram, os quais fielmente compareciam à Organização Assistida para receber os alimentos frescos, todas as quartas-feiras de manhã, conforme pudemos observar *in loco* inclusive. Quanto ao valor atual pago pelos *chefs*, este foi ajustado para R\$ 300,00 (trescentos reais) a cada um, totalizando, portanto, R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

Quando de nossa interação com o poder público local, em março de 2019, especificamente o contato realizado com os gestores Joaquim e Joana, o primeiro afirmou ter prestado todo o auxílio necessário às organizações assistidas.

E por que resgatamos essa demonstração de compromisso com as hortas comunitárias assistidas por parte do gestor do departamento? Uma semana após o contato com ele, ocasião em que nos dirigimos à Organização Assistida e realizamos a primeira interação com Sofia, momento em que Joana estava presente, esta afirmou que o poder público local essencialmente auxilia com mudas de hortaliças e com tratores quando a horta inicia. Este seria utilizado a cada dois anos para requalificar o terreno da horta, segundo a líder, o que talvez não fosse mais necessário devido aos anteparos utilizados na atual configuração dos canteiros – as lâminas de pvc e estacas de madeira reaproveitáveis, conforme a própria líder ressaltou. Na ocasião, porém, um dado relevante emergiu: foi levantada a questão de o contrato de concessão para utilização da horta, renovado a cada cinco anos com a companhia estatal federal de energia elétrica, estar vencido.

Segundo Sofia, alguns dos participantes da Organização Assistida, inclusive ela própria, compunham uma antiga associação de moradores de uma localidade vizinha, e devido a esse vínculo, ela pôde firmar o contrato que acabara de vencer. Porém, em março de 2019 a referida associação tinha sido extinta e, diante dessa ocorrência, para que se firmasse um novo contrato com a companhia de energia,

seria necessário então criar uma associação de moradores. Essa medida precisaria ser realizada e formalizada junto à Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam). Após isso seria celebrado o novo contrato de utilização do terreno e a Organização Assistida deixaria de estar irregular.

De acordo com Joana e Sofia, ainda em março de 2019, ter o contrato assinado, cuja duração é de cinco anos, implicava ter ciência, aceitar e cumprir as normas de segurança obrigatórias para realizar as atividades de AU embaixo das linhas de transmissão o que, obviamente, se estendia a todos os integrantes da organização. Os signatários do contrato seriam a companhia de energia, o representante do poder público local e Sofia, que nesse caso acumularia as funções de líder da horta e presidente da associação de moradores que se objetivava criar. No momento em que essa situação foi relatada, Joana afirmou estar dando apoio à medida necessária, bem como Sofia relatou estar, junto com outros envolvidos, realizando diligências para a formalização da nova associação de moradores.

Em fevereiro de 2020, quando de nosso retorno, em conjunto com nossas observações, aproveitamos o ensejo para retomar algumas questões, que guardam relação com a situação descrita nos últimos parágrafos, e também outras. Fizemos perguntas a respeito: (1) das relações com o poder público local e a assistência prestada; (2) com a companhia estatal federal de energia elétrica; (3) sobre a criação da associação de moradores; (4) sobre a regularização do contrato; e (5) também sobre a sustentabilidade financeira da Organização Assistida, elementos que entendemos estar relacionados ao modo de organização da agricultura praticada na horta.

Quanto ao item 1, de acordo com Sofia, os agentes Joaquim e Joana, e outros ligados ao poder público local, visitaram a organização apenas em junho de 2019 e participaram de uma reunião com os membros da horta em clima de tensão. O motivo da assembleia seriam conflitos ocasionados em decorrência da formalização da associação de moradores, como já dito, necessária para a renovação do contrato de utilização do terreno para a prática da agricultura na horta. Segundo Sofia, vinham acontecendo desentendimentos severos entre alguns

hortelões que contestavam as ações realizadas, especialmente as despesas envolvidas, e as reclamações partiam de uma parcela dos integrantes da associação da horta. Apenas esclarecendo: essa associação interna não tem relação com aquela criada para a finalidade de renovar o contrato de utilização do terreno em bases estabelecidas pela companhia estatal federal de energia elétrica.

Em verdade, os agentes do poder público compareceram à tal reunião com a finalidade de mediar um conflito interno, posteriormente solucionado. Somado a isso, Sofia não concordava com o procedimento adotado pelo poder público local no que dizia respeito a uma doação de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à Organização Assistida, feita por um vereador no início do ano de 2019. A razão da discordância se deu pelo fato de o referido valor não ter sido entregue diretamente à horta, para, por ela, ser administrado em favor da horta. Segundo relatou Sofia, devido à pendência relativa à associação de moradores, que até então não havia sido formalizada, tal verba foi direcionada ao poder público local e por ele aplicada.

Conforme relatado pela líder, a referida importância ficou retida junto àquela instância, enquanto ela já havia elaborado uma lista de insumos (carrinhos, rastelos, adubo, etc.) necessários ao bom funcionamento da Organização Assistida, e já contando com a referida doação para adquiri-los. Nesse sentido, relatou a morosidade e fracionamento de entregas dos insumos por parte do poder público local, tendo informado que os hortelões tiveram que comprar adubo com o próprio dinheiro durante a espera, algo que poderia ter sido evitado caso ela administrasse a verba. Discorreu também sobre uma remessa de 105 sacos de adubo vindos tempos depois do Rio Grande do Sul, os quais, segundo informou, poderiam ser adquiridos em Araucária, cidade próxima e pertencente à região metropolitana de Curitiba, ou seja, com agilidade, praticidade e a menor custo. Ainda, a despeito da pouca presença/apoio dos agentes do poder público, Sofia informou que às vezes uma engenheira agrônoma comparece na horta para lhes prestar assistência, servindo de ponte com o poder público local inclusive.

No que tange aos itens 2, 3 e 4, ela informou ter acontecido um encontro/reunião com um diretor da companhia estatal federal de energia elétrica em meados de 2019. A verificação da situação da torre de sustentação das linhas de

transmissão, que apresentava avarias e, por conseguinte, poderia representar risco à vida dos hortelões, reuniu tanto o referido diretor, quanto Marcelo, representando o poder público local, assim como a líder da horta, Sofia. Na ocasião, também foi abordada a questão da renovação do contrato para utilização da propriedade, vez que a associação de moradores tinha sido constituída e se encontrava regular. Porém, o diretor preferiu deixar a questão contratual para outra oportunidade e, segundo Sofia, desde então o assunto não foi retomado, mesmo após várias tentativas (ligações e e-mails) para que a situação fosse ajustada.

O que trataram na ocasião foi a questão do estado da torre, afetada após atividade de terraplanagem¹⁷. Ainda, persistiu o *status* de irregularidade quanto ao contrato para utilização do terreno de propriedade da companhia e observação de normas obrigatórias de segurança, cabendo a Sofia cobrar diariamente cada integrante para segui-las, pois em regra são de conhecimento de todos.

Em relação ao item 5, como já descrito, a Organização Assistida possui uma associação interna, e cada participante contribui mensalmente com R\$ 5,00 (cinco reais) destinados à manutenção da horta. A totalidade dos valores arrecadados serve para pagar a conta de luz, realizar eventual reparo da bomba do poço artesiano, reparar as caixas d'água e/ou outra pequena despesa que possa surgir, e não se pode afirmar que confira **sustentabilidade financeira** à organização.

Quanto a isso, uma das razões que supostamente motivaram o conflito interno descrito anteriormente foi a alegação por parte de alguns descontentes de que a arrecadação mensal da horta estaria sendo indevidamente utilizada para a formalização da associação de moradores da localidade. Todavia, Sofia além de repudiar tal alegação, afirmou ter ela, assim como os demais envolvidos na regularização, utilizado recursos próprios nas diligências realizadas, sem sequer terem cobrado dos demais por isso, já que os interesses de todos viriam a ser atendidos com a constituição da associação de moradores.

Uma fonte de recursos propensa a conferir **sustentabilidade financeira** à Organização Assistida em 2019 seria, conforme a visão da líder, os R\$ 50.000,00

¹⁷ Até o momento em que realizamos as últimas observações e entrevistas, a situação da torre de energia elétrica que estava com avarias não tinha sido solucionada.

(cinquenta mil reais) sobre os quais já discorreremos, fruto da “emenda parlamentar” de um vereador disposto a colaborar com a horta, importância que não foi entregue diretamente à organização, conforme já exposto.

De forma geral, a sustentabilidade financeira ou propriamente a sustentação que é conferida à organização é proveniente de quatro fontes: 1) De recurso financeiro que a companhia estatal federal de energia elétrica encaminha ao poder público local, por meio do qual este adquire mudas de hortaliças convencionais e as repassa periodicamente à líder, que as entrega aos hortelões; 2) Da referida “emenda parlamentar” de um vereador; 3) Da contribuição mensal dos integrantes da associação interna da organização; e 4) Do valor mensal correspondente a R\$ 600,00 (seiscentos reais) pagos em função da parceria com os *chefs*. Ainda, quanto às eventuais vendas de excedentes realizadas pelos hortelões, é improvável afirmar que contribuam para a sustentação financeira da organização, tendo em vista o fato de serem direcionadas para eles próprios.

Como se percebeu ao longo deste último tópico relativo à apresentação da Organização Assistida, pouco se falou a respeito da AU praticada em seu atual momento, no caso fevereiro de 2020, pois as ações, o cultivo de hortaliças e os procedimentos simples e manuais não se modificaram apesar do lapso de tempo percorrido. Por outro lado, controvérsias, conflitos e aspectos burocráticos foram desvelados, revelando aspectos aparentemente ocultos, embora presentes nas práticas de AU na Organização Assistida.

Deste modo, passamos para a apresentação da Organização Vernacular, procurando descrevê-la em conformidade com os mesmos critérios adotados ao longo desta seção, sem que, com isso, deixemos de considerar suas singularidades.

4.3 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO VERNACULAR

Sob o ponto de vista de seu enquadramento, a Organização Vernacular se trata de um agrupamento familiar, cuja reunião objetiva realizar um tipo de AU que

ora se assemelha, ora se distancia do modelo anterior. A inexistência de vinculação ou dependência com o poder público local é a principal característica divergente, não possuindo qualquer traço institucional.

A Organização Vernacular, a seguir também designada como “horta familiar”, está localizada em um bairro da região Nordeste de Curitiba, um dos mais altos da cidade, considerado privilegiado devido a sua situação geográfica, e cuja característica determinou inclusive a sua denominação (IPPUC, 2020). Até meados do século XX apresentava extensa área de propriedade de uma tradicional família de origem italiana, a qual juntamente com outros moradores praticava atividades de pecuária e agricultura. A partir dos idos de 1950 iniciaram-se os loteamentos, e a população local aumentou seguidamente. Como região, gerido em conjunto com três bairros contíguos, o distrito tem uma população de 248.698 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito) habitantes (IBGE, 2010).

Situada tanto no quintal da residência de propriedade de André, líder da organização, onde com ele residem sua mãe e tia, quanto no terreno cedido para prática de agricultura, estabelecido em posição frontal àquele, a Organização Vernacular possui uma área cultivável total de aproximadamente 800m². A Figura 2 a seguir apresenta uma vista panorâmica da horta familiar, no caso o terreno emprestado à família, a partir de sua entrada.

Figura 2 – Visão panorâmica de um dos terrenos da Organização Vernacular, set. 2019.



Fonte: O autor.

Conforme descrito com maior detalhamento no capítulo relativo aos métodos de pesquisa, as interações realizadas junto à Organização Vernacular ocorreram durante os meses de agosto, setembro e dezembro de 2019, bem como em janeiro de 2020.

Ao contrário da experiência vivenciada junto à Organização Assistida, em que o fator tempo foi determinante quanto ao desenrolar dos eventos descritos, as observações e entrevistas realizadas aconteceram ao natural, sem maiores intercorrências em termos de descobertas. Devemos frisar que as organizações possuem constituição e enquadramento social diferentes: uma é assistida e mantém relação de dependência com o poder público local, ao passo que a outra é totalmente independente, gerida mediante esforços e recursos próprios. Em contrapartida, as práticas de agricultura são parecidas e há similaridade de perfis de integrantes, especialmente quanto às suas origens.

Na Organização Vernacular as ações que se realizam são caracterizadas como “atividade familiar informal”, consoante definido por André, seu líder. Nesse sentido, percebemos se tratar de reunião de indivíduos de um mesmo núcleo familiar

que se dedica conforme pode à AU. Esses atores desconhecem o espectro de tal movimento na atualidade, a existência de uma lei específica sobre AU e tampouco que se trata de iniciativa incentivada pelo poder público local, decorrente em boa parte do apreço à questão da segurança alimentar como uma de suas políticas.

Assim como realizado anteriormente, buscamos descrevê-la por meio do conhecimento de seu histórico, perfis dos integrantes, aspectos da AU que pratica e discorrendo sobre seu atual momento.

Desta forma, avançamos com a descrição nos deslocando para o próximo subtópico, o qual fará referência ao histórico da Organização Vernacular.

4.3.1 Histórico da Organização Vernacular

Na localidade em que a Organização Vernacular está situada, área residencial onde há muitas casas e também alguns prédios, percebe-se poucas ações relativas à AU, salvo pela ocupação de um terreno vazio próximo à residência da família, no qual se plantava milho.

Havia também, ao tempo da coleta de dados, um vizinho, morador próximo à horta familiar, que criava galinhas caipiras, inclusive motivo de dissensões entre os vizinhos conforme relatado brevemente por André, o qual tinha boa relação com o fundador da horta familiar, Marcos. A Organização Vernacular surgiu por iniciativa deste no ano de 2007, que além de plantar no quintal de casa, estendeu no ano subsequente o cultivo ao terreno localizado em frente à sua residência.

Consoante descrito por seu filho André, após conversas entre Marcos com o proprietário, este autorizou a utilização do referido terreno, enxergando benefícios na concessão, pois seria mantido em boas condições – sem lixo, roedores, presença de desocupados, mato, etc. –, logo, passaria a ter utilidade. Tratou-se de uma espécie de *land sharing*, modelo inglês de concessão/empréstimo de espaços urbanos/quintais para a prática de AU. Presume-se que tanto Marcos quanto o

proprietário do imóvel desconheciam tal denominação devido aos perfis simples de ambos. Na verdade, tratou-se de um acordo de cavalheiros a fim de utilizar o imóvel para realização de agricultura, a qual permaneceu até o momento desta pesquisa.

Inicialmente Marcos se dedicava a atividades típicas de agricultura doméstica, tendo em seu quintal canteiros de alface, cebolinha, salsinha, manjeriço, pimenta, couve, escarola e almeirão. Concomitantemente e no mesmo espaço, plantava milho, batata-doce, quiabo, pimenta, chuchu, maracujá, mamão, alguns pés de feijão e ervas medicinais, tudo em uma área de aproximadamente 200m². Todavia, devido à concessão do terreno frontal, para utilização, conforme relatado no parágrafo anterior, sua produção aumentou. Naquela propriedade, em uma área cultivável estimada em 600m² que ele regenerou ao limpar, recolher o lixo e preparar o solo, foram iniciadas plantações de abóbora, milho (com até duas safras anuais), batata-doce, mandioca e feijão do tipo rosinha, inclusive uma qualidade não disponível em mercados convencionais.

Nos anos subsequentes, segundo relatado por sua viúva, Maria, ele seguiu diariamente lidando com as plantações nos dois ambientes, tanto no quintal de casa, onde ela se dedicava mais, e também no terreno emprestado. Neste ele contava com a participação de sua esposa especialmente nos momentos de lançar as sementes de milho, feijão e nas respectivas colheitas de ambos. Eventualmente um ou outro de seus filhos colaboravam com as atividades, normalmente a seu pedido, segundo relatado por André e Filipe. O convívio com a família era muito valorizado, o preparo de doces caseiros e principalmente especialidades provenientes de milho verde como cural, pamonha, bolo eram motivo para a reunião dos filhos, cônjuges e parentes, e por sua vez também justificava a existência da “lavoura”.

Os vizinhos eram presenteados com os frutos do que era costumeiramente produzido, e muitas vezes pediam também. Segundo Maria, seu marido “era muito falante, e fazia amizade com tudo mundo”. “Plantar era uma coisa que animava ele”, disse ela, lembrando que ele fazia questão de mostrar a roça para todos (parentes e amigos) que os visitavam.

Entre os anos de 2007 a 2013, Marcos, em conjunto com sua esposa e eventualmente acompanhado dos filhos, atuou ininterruptamente na “lavoura”.

Porém, durante a passagem do ano de 2013 para 2014, de acordo com a viúva e seus filhos, ele adoeceu e, em decorrência da gravidade de sua enfermidade, veio a falecer no mês de abril do último ano.

Como se notará no subtópico seguinte, relativo aos perfis dos participantes da organização, a AU realizada prosseguiu, tanto pelo desejo de preservar a memória do pai, quanto pelo desvelar da importância da atividade para os envolvidos.

4.3.2 Perfis dos integrantes da Organização Vernacular

A Organização Vernacular contava inicialmente com dois integrantes, Marcos e sua esposa Maria, e eventualmente mais dois colaboravam, no caso André e Filipe, e assim a agricultura foi conduzida de 2007 até o início de 2014. Durante a realização das observações e entrevistas, a horta familiar reunia seis integrantes ativos.

Quanto aos participantes da horta, de acordo com o indicado no tópico de apresentação da organização, a AU praticada provém das ações dos integrantes de uma única família, atualmente mãe, com seus quatro filhos e irmã. Os perfis são variados, Maria é aposentada e os demais atuam em seus seguimentos profissionais. Assim como verificado em relação aos integrantes da Organização Assistida, também os participantes da horta familiar são movidos por questões afetivas, pela manutenção de laços com suas tradições camponesas, pela valorização da terra e dos frutos que ela oferece. Assim, mais uma vez não se verificou nas observações e entrevistas a AU praticada por eles ter a necessidade de complementar sua alimentação, e isso remete à questão da segurança alimentar, sabidamente uma política do poder público local como já discorremos.

Em continuidade, procuramos checar os perfis dos integrantes efetuando o levantamento de informações pessoais, fazendo a eles perguntas a respeito dos seguintes aspectos: nome completo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, razão principal para atuar na organização, periodicidade de participação e se havia

direcionamento de resíduos orgânicos domésticos para os cultivos realizados. Salientamos que os sujeitos a seguir apresentados tiveram seus verdadeiros nomes substituídos por fictícios. Porém, diferente de como procedemos em relação à Organização Assistida, aqui não nos ocuparemos tanto com o perfil de André, líder da horta da família, posto que as ações realizadas por ele frente à Organização Vernacular não são equiparáveis às praticadas por Sofia diante da Organização Assistida.

Integrantes e perfis:

1) **Maria**, viúva, 77 anos, ensino fundamental incompleto (3º ano do antigo primário), dona de casa. Assim como o seu esposo, até chegar em Curitiba em 1977 não tinha exercido outra atividade profissional que não fosse relacionada à agricultura. Trabalhou como uma espécie de boia-fria, colhendo diariamente batatas na região metropolitana de Curitiba, como auxiliar de serviços gerais por longo tempo e por alguns anos como diarista, tendo se aposentado em 2006. Sobre seu trabalho na organização, afirma não trabalhar com a mesma intensidade com que o marido trabalhava, e tampouco do mesmo jeito que “os meninos”, em referência a seus filhos. Ela considera importante plantar no quintal e no terreno da frente, ter a sua couve, alface, rúcula, temperos e ervas medicinais. “Faz parte da minha vida”, diz ela, que afirma não sentir tanta falta dos tempos do interior como o marido sentia, embora garanta gostar de plantar e colher os seus legumes e verduras, além de cuidar de seus afazeres domésticos.

2) **Pedro**, casado, 55 anos, ensino médio completo, realiza manutenção de elevadores. Pelo que foi observado, é um dos integrantes mais ativos da horta. Sempre que pode, aos sábados, nas manhãs de domingo e às vezes em feriados, passa tais períodos no que ele chama de “lavoura”. Em relação ao trabalho, informou se tratar de uma terapia para ele. Além de gostar de lidar com a terra e com plantas, coisa que chegou a fazer quando criança no tempo em que viviam no interior, Pedro relatou também que a lida o auxilia a gastar energia e a ocupar a mente. Além disso, por meio da atividade ele afirma ter encontrado uma forma, entre outras, de administrar o enfrentamento de um grande drama pessoal vivido no ano

de 2015: a perda de seus dois filhos em situação trágica. Não convém aqui relatar a situação por ele declarada, sendo, no entanto, possível compreender em alguma medida o porquê de a atividade para ele ser considerada terapêutica.

3) **João**, casado, 51 anos, ensino fundamental incompleto (5º ano), estofador automotivo. Assim como Pedro, costuma ocupar sábados, manhãs de domingo e alguns feriados para atuar na “lavoura”. Percebemos nele certa paixão no que diz respeito à atividade. Entre os observados foi aquele que, na maioria do tempo, fez questão de mostrar de perto as plantas se desenvolvendo, as espécies, os cuidados necessários e até suas propriedades culinárias. Em certos momentos, a despeito do gosto pela realização do trabalho, queixou-se um pouco da dureza que envolve capinar terrenos, controlar o crescimento de ervas daninhas, e dos desencontros dos integrantes que nem sempre conseguem estar juntos ao mesmo tempo na tarefa. Isso é enxergado por ele como algo desanimador. De acordo com suas próprias palavras, “às vezes dá vontade de parar, dá muito trabalho [...] mas no fim das contas vale a pena”. Ainda, por ele foi dito que cultivava hortaliças em um pequeno espaço no quintal de sua casa.

4) **André**, solteiro, 48 anos, ensino superior completo em Administração, bancário. Pessoa ativa, é o tipo de sujeito que não para nunca segundo ele. “Faço muitas coisas”, afirma, o qual recentemente concluiu bacharelado em Pedagogia. No entanto, encontra tempo para se dedicar à horta, considerado o líder da empreitada. É ele o responsável pela organização dos trabalhos, compra de sementes e mudas, adubo orgânico quando necessário e de equipamentos como enxadas, pás, cortadeiras, rastelo, ancinho, foice, peneiras, entre outros. Todo o investimento financeiro é feito por ele. Ao longo das observações e conversas, André declarou que o prosseguimento da atividade é uma forma de preservar a memória do pai, reunir a família e consumir alimentos saudáveis.

5) **Filipe**, casado, 42 anos, ensino superior completo em Direito, professor. Tardamente identificou o gosto pela agricultura, apesar de sua conexão devido ao histórico familiar. Compreendeu que tais laços não seriam desfeitos mesmo que circunstâncias desfavoráveis tenham deslocado seus pais e seis irmãos do ambiente rural para o urbano décadas atrás. Sempre cobrado pelos irmãos para colaborar

mais com as atividades, ocupa partes de seus fins de semana para cultivar hortaliças e alguns legumes no quintal de propriedade de sua família, e sempre que possível leva sua filha de cinco anos junto. De acordo com ele, “quero que ela compreenda desde cedo a importância de lidar com a terra, de plantar. Plantamos tomates, abóboras e vamos acompanhando o desenvolvimento. Para ela é uma festa”, diz. Filipe entende a cobrança que recebe por parte dos irmãos, reconhecendo que deveria se empenhar mais.

6) **Ester**, solteira, 56 anos, ensino fundamental incompleto (3º ano do antigo primário), empregada doméstica. No final de 2016, Ester mudou-se do interior do Paraná para a capital, onde passou a residir com Maria, sua irmã. Ao lembrar suas origens camponesas, afirma não ter saudade das agruras vividas por longo tempo no interior. Pelo que percebemos, sua adesão ao trabalho na horta tem relação com o desejo de retribuir, de ser grata à família que a recebera em Curitiba. Ester se considera ativa e disposta, seja colaborando nos serviços domésticos, estudando pintura aos sábados de manhã, e também capinando a “lavoura”, plantando, colhendo e auxiliando na preparação dos alimentos recolhidos.

Quando veio à tona a questão do direcionamento dos resíduos domésticos utilizáveis e/ou sobre a realização de compostagem, André afirmou que todo o lixo orgânico passível de utilização é aplicado na horta. Segundo suas palavras, “todo o lixo é enterrado e tempos depois revolvemos e aplicamos a terra adubada em diversas porções da horta para as plantas se desenvolverem melhor”.

À vista disso, posto que foram realizadas as abordagens sobre os perfis dos componentes, passamos para o tópico pertinente aos aspectos relativos à AU praticada na Organização Vernacular.

4.3.3 Aspectos relativos à AU praticada na Organização Vernacular

Conforme verificado, o trabalho é realizado por pessoas de perfis variados e que integram uma mesma família: uma senhora aposentada e demais sujeitos que

possuem ocupações profissionais, e que mesmo assim encontram tempo e disposição para se dedicarem à agricultura. A origem de todos é campesina e, assim como verificado em relação à Organização Assistida, há uma reaproximação com suas raízes por meio das ações na horta.

Em dois espaços que totalizam uma área cultivável de aproximadamente 800m² realiza-se o plantio. Desse total, 600m² correspondem ao espaço utilizado relativo ao terreno emprestado e 200m² ao quintal da casa onde residem Maria, André e Ester.

Organizados em dupla, trio e eventualmente quarteto, especialmente no terreno maior, os irmãos lavram a terra do jeito tradicional, conforme aprendido que receberam de seus ancestrais. As tarefas são simples, embora árduas. Constituem essencialmente no manejo da terra por meio de enxadas, pás cortadeiras, rastelo, foice e roçadeira. O trabalho é totalmente artífice, e exceção feita à roçadeira que é motorizada, não há emprego de nenhum outro tipo de máquina. Entre os artefatos mencionados, a enxada é o mais utilizado. A roçadeira é empregada para cortar o mato que costuma crescer em frente à horta e também dentro dela (no que tange ao terreno emprestado), tendo sido relatado que a prefeitura demora muito para fazê-lo, então André de tempos em tempos toma a iniciativa e faz o serviço. No interior da horta, e estamos nos referindo ao manejo realizado no terreno grande, quando os encontros dos irmãos são espaçados, se o mato cresce, normalmente André e até mesmo Pedro é que realizam o controle utilizando a roçadeira. Tanto o mato que é removido da frente do terreno, quanto o que é contido no interior dela são aproveitados como adubo, sendo depositados no terreno para fertilizar naturalmente o solo – nas duas hortas. André informou também haver um senhor que exerce atividades de jardinagem, e que, de tempos em tempos deposita ali resíduos, no caso galhos de árvores, mato e grama cortados, provenientes da limpeza de terrenos e quintais que ele realiza na região, estando autorizado a fazê-lo sempre que desejar.

No quintal da casa onde residem Maria, André e Ester, a horta menor, o plantio e manutenção das espécies acontece ao natural e com bastante simplicidade. Maria e Ester sistematicamente limpam os canteiros com enxadas e até mesmo

arrancam o mato com as mãos. De tempos em tempos os canteiros são rearranjados, as mudas renovadas e/ou sementes lançadas. Quanto a isso, as duas senhoras relataram utilizar todo o lixo doméstico orgânico gerado, o qual consiste em todos os tipos de cascas de legumes e frutas, restos de hortaliças, cascas de ovos, pó de café passado, entre outros, os quais são direcionados para a horta menor. Em determinados espaços do quintal esses componentes são enterrados, e as reações advindas da mistura entre resíduos com o solo se transforma em terra adubada, a qual é utilizada para a formação de canteiros que, de tempos em tempos, são renovados. É uma “terra especial” como diz Ester sobre o cuidado cotidiano de separar todo o resíduo orgânico em baldes e posteriormente direcioná-los para a formação de adubo. Segundo informado pelos entrevistados, a casa é bastante movimentada nos finais de semana. Parentes e agregados comparecem e participam de almoços em família aos domingos, e dessa forma a geração de resíduos orgânicos é considerável.

O que se pratica na horta provém de uma iniciativa privada e a Organização Vernacular **não recebe apoio do poder público local e de agentes envolvidos**, os quais desconhecem qualquer ação da administração pública nesse sentido. Ainda, consoante os depoimentos dos participantes, a questão da **sustentabilidade financeira da horta** nunca foi um aspecto preocupante, pois tudo é realizado com muita simplicidade e gosto pelo trabalho com a terra, dos cultivares, dos resultados. As atividades são realizadas de maneira informal, sem agenda ou cronograma. Os integrantes se organizam por si próprios, normalmente nos dias mencionados quando da descrição dos perfis de cada um, e, quando possível e desejável, durante suas férias. E dessa forma, conforme palavras de André “as coisas simplesmente vão acontecendo”. Salientamos que alguns desses aspectos serão retomados quando da abordagem sobre o atual momento da Organização Vernacular.

A agricultura efetuada é comum, convencional quanto ao modo e em relação ao que se cultiva, e, na medida do possível, são replicadas as práticas oriundas do tempo em que viviam na roça (eles gostam de utilizar o termo “roça”). Há uma mescla de agricultura de quintal em que frutas, verduras, legumes e temperos coexistem. Realiza-se plantio em pequenos canteiros, com espécies de hortaliças convencionais neles dispostas na horta menor, mas não se restringindo apenas a

ela, pois a parte vistosa do trabalho e, por conseguinte, mais laboriosa, se dá no terreno emprestado, onde se maneja a chamada “lavoura” com o plantio em maior quantidade devido à dimensão da área.

Em relação ao que é cultivado, há pelo menos 40 espécies entre verduras, temperos, ervas medicinais, árvores frutíferas e culturas anuais, a maioria concentrada no terreno menor. Não houve qualquer menção às PANCs, sendo, as variedades indicadas pelo líder e visualizadas por nós, as seguintes:

- 1) *Verduras*: couve, alface e escarola;
- 2) *Temperos*: cebolinha, salsinha, orégano, manjericão, manjerona, alecrim e pimenta;
- 3) *Ervas medicinais*: hortelã, bálsamo, babosa, arruda, capim-limão e boldo;
- 4) *Árvores frutíferas*: limão-rosa e limão-siciliano, laranja, lima, mexerica, banana, abacate, mamão, jabuticaba, pêssego, goiaba, uvaia, nêspera, amora e figo;
- 5) *Culturas anuais*: feijão-rosinha, milho, abóbora (4 tipos), chuchu, mandioca, batata-doce, quiabo e cana-de-açúcar.

No que diz respeito à periodicidade do cultivo e colheita das espécies indicadas nos itens 1, 2 e 3, ela é contínua, sendo realizada durante todo o ano. Já as descritas no item 4 carecem de manutenção, especialmente por meio de podas e colheita de frutos em épocas específicas. Em relação às consideradas anuais, mencionadas no item 5, André informou colher mandioca (sempre replantadas), batata-doce e cana-de-açúcar o ano todo, sendo que em relação às demais espécies elas são plantadas em determinadas épocas e após atingida a maturidade, colhidas, ficando apenas para o próximo ano um novo ciclo de plantio e colheita.

Quanto às **técnicas e tecnologias** empregadas, o trabalho é essencialmente artífice, como chegamos a indicar anteriormente. André, líder da Organização Vernacular, discorreu a respeito disso ao informar que:

As técnicas utilizadas não são nada sofisticadas, apenas o conhecimento transmitido de forma empírica pelos nossos avós e nossos pais, migrantes do norte pioneiro. Consiste basicamente no preparo da terra de forma rudimentar e manual onde o terreno é carpinado, o mato é juntado e enleirado, a terra é virada com o uso da cortadeira e pás. Para o cultivo das hortaliças são montados canteiros e as mudas são compradas em hortos, floricultura ou casas de suprimentos agrícolas. Quanto à abóbora, milho, feijão, pimenta, quiabo, as sementes são guardadas de uma safra para outra, no caso da mandioca os ramos são armazenados na entressafra, e situação similar ocorre com a batata-doce, em que são deixadas as batatas pequenas na terra para que brotem durante a entressafra e os ramos brotados são plantados na estação seguinte. As frutíferas são oriundas de mudas provenientes de sementes excetuando as bananeiras que já estavam plantadas quando adquirimos a propriedade. A tecnologia utilizada se dá pelo uso de equipamentos, os mesmos utilizados no interior na agricultura de subsistência, consistem em: enxada, pá, cortadeira, rastelo, ancinho, foice, enxadão. Não são usados adubos, fertilizantes ou pesticidas. Os fertilizantes são substituídos pelas cascas de frutas, legumes e pelo próprio mato, que quando cortados cobrem o solo gerando adubo orgânico, um meio de enriquecer solo.

Nessa passagem, André explica resumidamente as ações realizadas, as quais como já dito, são essencialmente manuais, não dispendo a horta da família de aparatos tecnológicos avançados, tampouco de técnicas modernas e elaboradas. Costumes e tradições familiares são colocados em prática, os quais norteiam as atividades. A questão do aproveitamento de resíduos orgânicos domésticos direcionados ao cultivo é enfatizada, bem como se deixa claro que a produção é orgânica, no caso isenta de agrotóxicos e/ou qualquer tipo de aditivo químico. Ainda, foi relatado que não se realiza nenhum tipo hidratação das plantas cultivadas no terreno maior¹⁸, as quais dependem de elementos climáticos como sol e chuva para se desenvolverem a contento. Quanto à horta estabelecida no terreno menor, Maria se encarrega de realizar a hidratação das plantas no fim da tarde com a “água da rua” como diz ela, tendo o cuidado de fazê-lo moderadamente, especialmente em tempos de estiagem.

A agricultura praticada na Organização Vernacular **não visa atender às necessidades de um potencial mercado** voltado para a produção de orgânicos, vindo, contudo, a complementar a alimentação da família, a qual realiza doações a vizinhos e amigos. Ademais, conforme mencionado por alguns dos participantes no

¹⁸ No terreno maior, cultiva-se: mandioca, abóbora (quatro espécies), milho, batata-doce e feijão-rosinha. O plantio de mandioca é realizado entre os meses de agosto e setembro, à medida que o inverno atenua, assim como o milho, o feijão e a abóbora. No terreno menor, todas as demais espécies preteritamente indicadas.

subtópico relativo aos perfis, não é a necessidade de complementar a alimentação que os move, as motivações são outras e foram demonstradas ao longo da abordagem, e pelos próprios participantes quando entrevistados. Conseqüentemente, não há **comercialização de parte da produção nem é o objetivo da organização** realizá-la por meio de seus membros.

Quando perguntamos a André se este conhecia a **Lei de Agricultura Urbana** vigente, ele informou nunca ter ouvido falar disso. Sobre as **vantagens** advindas das atividades empreendidas na horta da família, argumentou que os ganhos estão na economia propiciada por não precisarem comprar alimentos que eles próprios produzem, que além de tudo são saudáveis, livres de agrotóxicos. Outra vantagem seriam os encontros com familiares e amigos motivados pelas ações realizadas na horta, conforme veremos melhor no subtópico seguinte. Por fim, reforçou ser a agricultura praticada pela família um elo com sua ancestralidade, além de a lida com a terra ser relaxante.

Ainda mais foi observado e extraído da imersão realizada junto à Organização Vernacular, cuja descrição será retomada no subtópico seguinte pertinente ao seu atual momento.

4.3.4 O atual momento da Organização Vernacular

Durante o período de observações, realizado em agosto, setembro e dezembro de 2019, bem como em janeiro de 2020, percebemos algumas mudanças em curso devido ao lapso temporal, contudo, sem qualquer relação com os eventos descritos em relação à Organização Assistida.

Para o caso da Organização Vernacular, de forma geral, o tempo decorrido demonstrou o potencial produtivo da horta, especialmente aquela realizada no terreno emprestado. Os eventos decorrentes do fator temporal e climático (transição inverno-primavera-verão) relacionaram-se diretamente com o desenvolvimento dos cultivares, associado ao trabalho de manutenção da horta com o fito de que os

objetivos almejados sejam alcançados. Manutenção, segundo André, implica capinar o mato e adubar o solo, verificar se pragas estão consumindo as plantas, se as sementes de milho estão germinando, em suma, se tudo está correndo bem, e se não estiver, é preciso buscar alternativas, deixando claro que o uso de agrotóxico e/ou aditivos químicos é descartado.

Nesse sentido, um relato curioso surgiu por ocasião das interações realizadas. André e Pedro relataram ser preciso “driblar a ação de algumas aves”, especialmente saracuras. De acordo com André:

[...] deixamos sementes à disposição no terreno, geralmente milho que sobrou da safra anterior, pois na nossa região ocorre a incidência de aves silvestres: jacus, saracuras e rolinhas. Essas aves costumam arrancar os brotos das sementes plantadas para se alimentar delas.

Essa passagem, que poderia ter sido inserida no momento em que relatamos as técnicas e tecnologias empregadas, consiste na busca de soluções, de alternativas que possam culminar no alcance da produção desejada, contudo em uma perspectiva de equilíbrio com o meio ambiente.

Ao longo dos meses que se passaram, não observamos nem foram apontadas, especialmente por André, a ocorrência de conflitos ou situações controversas. Atribuímos esse estado de aparente harmonia às seguintes particularidades: (1) proeminência de valores afetivos que motivam as ações; (2) simplicidade do trabalho; (3) a naturalidade com que se realiza; (4) a ausência de rigor e cronograma específico; (5) existência de um compromisso tácito entre os participantes; e (6) o envolvimento entre familiares, aliado ao fato de não se desejar obter lucro com a produção da horta da família. Ao que tudo indica, tais peculiaridades parecem contribuir para o andamento e resultados no que tange à agricultura realizada.

Quando das visitas realizadas em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, visualizamos o auge da produção no terreno maior. Verificamos, e foi relatado por André, que os períodos mencionados são os mais movimentados na horta da família,

ocasião em que todos os participantes são demandados. De certa forma, isso se coaduna com a passagem em que o entrevistado nos informou que:

Os trabalhos funcionam na forma de mutirão nos finais de semana, quando é possível reunir maior contingente de pessoas. Durante a semana no final do dia, principalmente durante o verão, muito propício para a prática, e também nas férias de cada um. Sempre que alguém está com tempo livre, bota a mão na massa.

Assim, a despeito de as observações não terem sido ostensivas ao longo de quatro meses, notamos haver maior envolvimento por parte dos integrantes durante os meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, pois se tratou da época em que duas das espécies mais caras aos integrantes da Organização Vernacular estavam em avançado grau de maturação, a ponto de serem colhidas. As referidas espécies são o feijão-rosinha e o milho.

A qualidade de feijão mencionada, de acordo com Maria, não comum em mercados convencionais, é muito apreciada pela família. Além disso, há uma questão afetiva presente no plantio, colheita e preparo do referido alimento. Durante décadas os antepassados e a própria família cultivaram tal espécie de feijão no interior, porém deixaram de fazê-lo desde que chegaram a Curitiba no final da década de 1970. Contudo Maria informou que seu marido, o iniciador da horta, adquiriu sementes vindas de Minas Gerais e, “feliz da vida” passou a plantá-las a partir de 2009. Uma de suas maiores satisfações era cultivar essa espécie de feijão, que para ele foi resgatada, e em nossa incursão foi relatado que haviam colhido tal produto em meados de janeiro de 2020.

André aproveitou o ensejo para informar que após a colheita, os pés de feijão são deixados ao sol por vários dias até secarem bem sob uma grande lona. Em seguida são batidos com uma barra de ferro, normalmente utilizada em construção civil, varridas as cascas e recolhidos os feijões. Essa técnica, conforme a resumimos, é considerada rudimentar por André, contudo satisfatória para a finalidade a que se propõe. “Era assim que meu pai fazia”, disse ele, que inclusive informou já terem

produzido 45kg de feijão-rosinha no terreno maior, cuja plantação foi registrada na imagem demonstrada no início da apresentação da Organização Vernacular.

As abóboras, já maduras no início do verão, são colhidas e consumidas pela família de diversas formas, especialmente pela realização de doces. Muitas são distribuídas aos vizinhos. Contudo João relatou que a produção diminuiu pela metade em janeiro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, não sabendo especificar a razão. Ainda segundo ele, milho e feijão eram as culturas prediletas de seu pai.

Quanto à questão da **sustentabilidade financeira da horta da família**, André reforçou o que já havia mencionado em outras ocasiões em que as observações e conversas foram realizadas. Afirmou não haver preocupação com isso, pois não se objetiva aferir qualquer tipo lucro a partir da agricultura realizada, mesmo que seja orgânica. Trata-se de algo que nunca passou pela cabeça deles. Conforme salientou:

Nossa prática não nos propicia retorno financeiro e tampouco temos esse intuito de geração de renda com essa prática. Vimos na horta da família uma forma de mantermos os terrenos limpos e cultivados, e também um *hobby*. Um meio de manter, mesmo que de forma singela, uma tradição comum dos nossos ancestrais. Poder mostrar para nossas crianças essa prática e, além de tudo, é algo muito prazeroso. Um meio de ter em nossa mesa alimentos frescos, livres de pesticidas e agrotóxicos. Um bom doce de mamão verde, bolo de milho verde, pamonha, doce de abóbora, mandioca frita, compota de pêssegos, salada de alface, couve refogada, batata-doce cozida [...] iguarias preparadas com produtos oriundos do nosso quintal, isso não tem preço. Nossa família é grande e temos muitos agregados. O que o núcleo familiar não consome é doado.

Com relação ao excerto supra, por ocasião de nossa última visita à horta da família, registramos uma reunião familiar, na qual havia bastante movimentação. Na ocasião, Maria disse que era época de “mexer com milho”, ou seja, em função da produção de milho estar no ponto adequado para a produção de “iguarias”, conforme expressado por André na citação acima, tanto os participantes da Organização Vernacular, quanto alguns parentes, juntavam-se para preparar pamonha, bolo de milho, cural e doce de abóbora. Segundo André, trata-se de uma celebração anual,

em que o trabalho é recompensado e a família se organiza em torno da preparação de tais alimentos, fruto exclusivo da agricultura que realizam.

Diante da descrição realizada até aqui, se compararmos a experiência da organização ora descrita com a Organização Assistida, algo que faremos adiante com profundidade em tópico específico, notamos semelhanças no que diz respeito às questões ancestrais e afetivas, e até mesmo com o *modus operandi* artesanal. Contudo há diferenças entre o modo de organização de uma horta e da outra, e isso tem relação com a autonomia com que a horta da família pratica a sua AU. Fora isso, notamos, em princípio, uma aparente ausência de conflitos e controvérsias na Organização Vernacular, algo muito presente na Organização Assistida.

Assim, finalizando a descrição da horta da família, transitamos no subtópico seguinte para a apresentação da Organização Autônoma.

4.4 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA

Sob o ponto de vista de seu enquadramento institucional, a Organização Autônoma difere das duas anteriores tendo vista o fato de ser uma Organização Não Governamental (ONG), ou seja, uma entidade do terceiro setor.

A Organização Autônoma, a seguir também designada apenas por “comunidade”, encontra-se atualmente localizada em uma região contígua ao Centro de Curitiba, localidade onde uma das imediações inclusive tem proximidade com o marco zero da capital. O surgimento do distrito se confunde com a própria história da fundação da cidade, sendo que lá residiram os seus primeiros moradores (IPPUC, 2020). O bairro é gerido regionalmente pela matriz, em conjunto com outros 18 circunvizinhos, que somados totalizam uma população de 205.722 (duzentos e cinco mil, setecentos e vinte e dois) habitantes (IBGE, 2010).

Uma singularidade a respeito da comunidade é o seu caráter impermanente, no que diz respeito aos lugares em que se instala, e dinâmico, em relação às

atividades que realiza, as quais não são adstritas apenas à AU, embora todas tenham conexão com ela. Quanto à característica de impermanência, a Organização Autônoma mudou-se, no final do ano de 2019, da sede em que iniciamos nossa aproximação em março de 2019, para a atual indicada no parágrafo anterior. À época, estava instalada em um bairro da região Noroeste de Curitiba, mais retirado, conhecido pela influência de imigrantes italianos que lá se estabeleceram a partir 1878.

Em março de 2019, a AU praticada se desenvolvia em uma propriedade particular alugada, onde as edificações existentes bem como o terreno onde se plantava compunham um antigo convento.

Em fevereiro de 2020, ocasião em que nova incursão foi realizada, novamente a comunidade se localizava em uma propriedade particular alugada, agora em um bairro adjacente ao centro da cidade e com menores área edificada e terreno, tendo o espaço cultivável reduzido para 300m². A Figura 3 abaixo apresenta uma face interna da horta da Organização Autônoma, nos fundos da propriedade.

Figura 3 – Visão interna da horta da Organização Autônoma, fev. 2020.



Fonte: O autor.

As interações realizadas junto à Organização Autônoma ocorreram durante o mês de março de 2019 e fevereiro de 2020. Nela as ações que se efetivam são baseadas na valorização da convivencialidade (ILLICH, 1976) e preceitos judaico-cristãos. Verificamos que a organização busca alternativa ao modo de vida convencional, por ela visto como extrativista e que esgota o meio ambiente, no qual prevalece a lógica da economia de mercado (produtivista e consumista), moldada e aperfeiçoada constantemente pelo sistema de capital.

As ações realizadas, além da agricultura, são revestidas de intenções comuns a todos os participantes, abarcando preocupação com a natureza, vida saudável, trabalho artífice, orientação religiosa judaico-cristã, bem como questões antropológicas e filosóficas. Nada parecido despontou por ocasião das observações e entrevistas realizadas nas organizações anteriores.

A título de esclarecimento, informamos que a descrição da Organização Autônoma contará também com a utilização de dados secundários, baseados no recente trabalho de Adversi (2018) e de Feniman (2014), procedimento não adotado em relação aos demais casos.

Ademais, tal qual procedemos antes, buscamos descrever a comunidade por meio de seu histórico, perfis dos integrantes, aspectos da AU que praticam e abordagem sobre o seu atual momento.

Assim, avançamos com o trabalho abordando o histórico da Organização Autônoma, nos termos do subtópico seguinte.

4.4.1 Histórico da Organização Autônoma

Entre as organizações investigadas, a comunidade é a que se localiza no ambiente mais urbanizado de todos. Apesar da proximidade com o centro da cidade, a região possui características de bairro residencial e também comercial, pois há muitas casas e prédios.

Em se tratando de sua origem, ele surge e ganha corpo em contextos e lugares distintos com o passar do tempo. Sua razão de existir e objetivos distinguem-no das duas organizações anteriores, com suas ações não se restringindo apenas às práticas de AU, nosso interesse de pesquisa. Desse modo, abordar seu histórico implica considerar tais feições. A respeito disso, de acordo com Adversi (2018, p. 59), a Organização Assistida:

[...] é uma ONG (Organização Não Governamental) que busca oferecer respostas práticas às demandas sociais locais. No histórico da organização, observa-se uma não linearidade de frentes de atuação, tais como: trabalho com moradores de rua, atividades religiosas, realização de oficinas à comunidade, projetos audiovisuais, criação de porcos, agricultura e pecuária urbana, compostagem entre outros. A organização, que existe oficialmente desde 2003, esteve envolvida em diversos projetos distintos surgidos de demandas locais.

Surgida oficialmente em 2003, conforme excerto acima, discorreremos sobre a origem da comunidade abarcando resumidamente a sua trajetória desde os idos de 1993 até os dias atuais. Por se tratar de uma sequência de eventos que

percorreram considerável lapso temporal, a descrição de seu histórico será um pouco diferente das descrições realizadas anteriormente, já que parte dela será sequenciada (conforme se verá abaixo), indicando-se os acontecimentos ano após ano.

Surgimento da Organização Autônoma (ADVERSI, 2018):

- Em 1993 um grupo de jovens (precursores da comunidade) se organiza e passa a servir lanches às pessoas em situações de vulnerabilidade no centro da cidade, bem como nas proximidades da igreja que frequentavam;

- Em 1995, da ação supra origina-se o primeiro albergue público para moradores de rua de Curitiba;

- Em 2001, uma medida de atendimento social a uma comunidade carente (favela) é criada com o objetivo de dar apoio àqueles necessitados;

- Em 2003, a Organização Autônoma é oficializada, passando a possuir um CNPJ. Ao alugar um imóvel em um bairro residencial da cidade, inicia ações de auxílio a jovens da localidade oferecendo atividades culturais, profissionalizantes e atuando como Igreja;

- Em 2006, passa a realizar um trabalho de aproveitamento de resíduos orgânicos e compostagem em ambiente urbano denominado “lixeira viva”, ação modelo que lhe possibilitou obter rendimentos;

- Em 2008, após a consolidação das técnicas de manejo de praticamente todo o lixo orgânico produzido dentro da comunidade, surge a iniciativa “do meu lixo cuido eu”, medida relacionada com a reputação e operações da organização;

- Entre 2006 e 2009, inaugura as primeiras ações de AU e de jardinagem comunitária, oportunidade em que se estabelece o projeto intitulado “comunidades verdejantes”, associando o manejo/direcionamento do lixo orgânico à produção agrícola em contexto urbano.

Destarte, passaram-se 13 anos desde que ações caritativas foram realizadas por um grupo de amigos que procurava atender às pessoas em situação de

abandono nas ruas até o momento em que, formalizada a Organização Autônoma, esta decide se dedicar também à agricultura. Durante e depois desse período, a comunidade transformou-se e prosseguiu com o seu caráter impermanente e dinâmico (ADVERSI, 2018). Atuar nesses termos implicou a insatisfação com o caráter assistencialista que um dos trabalhos realizados proporcionou, fazendo com que a comunidade e seus integrantes privilegiassem a convivencialidade, ou seja, o vínculo edificante entre as pessoas, tanto da organização como vizinhos (ADVERSI, 2018). Tal redirecionamento propiciou novos deslocamentos para outros bairros e redundou na iniciativa caracterizada como “segurança rima com vizinhança”, ação convivencial que oportunizaria segurança comunitária, tendo por mote a possibilidade de os moradores se conscientizarem de que todos podem cuidar de todos.

Em determinada ocasião, ao longo de seu percurso, a Organização Autônoma fixou-se em um bairro de alto padrão da cidade, onde, rodeada de edifício luxuosos, praticava pecuária e AU, procurando demonstrar ser possível a realização de tais atividades inclusive em condições sanitárias adequadas (ADVERSI, 2018). Em 2014, segue em movimento, dessa vez dirigindo-se para os Campos Gerais, região Centro-Leste do Paraná. Lá se estabelecendo, passa a criar porcos da raça Moura e procura intensificar suas relações com os moradores locais, medida impulsionada à época pelo programa designado “comida relacional”, em que mediante vivência com vizinhos realizava trocas, as quais eram efetuadas também com parceiros em Curitiba (ADVERSI, 2018).

Por fim, em 2017, momento em que poderiam renovar o contrato de locação do imóvel em que a comunidade se encontrava na região dos Campos Gerais, ponderaram a respeito da necessidade de alguns integrantes semanalmente terem que se dirigir até Curitiba para a realização de compromissos inadiáveis. Tal circunstância implicava um distanciamento entre alguns dos participantes, e o grupo ficava dividido (ADVERSI, 2018). Então, ainda em 2017, decidiram encerrar as atividades lá e retornar para a capital, abrigando-se onde realizamos as primeiras observações e entrevistas, tendo em dezembro de 2019 partido para sua nova habitação.

Assim, uma vez realizada a abordagem sobre o histórico da Organização Autônoma, em continuidade trataremos dos perfis de seus integrantes.

4.4.2 Perfis dos integrantes da Organização Autônoma

A Organização Autônoma contava com 10 integrantes em março de 2019, contingente que não se alterou em fevereiro de 2020. Todavia, além dos moradores que nela residem e realizam tarefas, de acordo com e Fernando, um dos iniciadores, e Adversi (2018, p. 61), há também “apoiadores que participam de atividades esporadicamente, ou ajudam financeiramente por meio de doações, compra dos alimentos produzidos pela ONG e amizade”.

Quanto aos participantes da Organização Autônoma, residem e trabalham diariamente na sede, guiados por práticas solidárias de acolhimento e afeto, aliado ao fato de a comunidade congregar características de ONG, comunidade e Igreja (ADVERSI, 2018). Devido a esse último aspecto, são comuns leituras de estudos bíblicos e orações, todos os dias. Tais feições singularizam a comunidade, que é diferente das organizações antes investigadas, assim como seus integrantes. Fora isso, se os perfis dos praticantes de AU relatados nos casos antecedentes eram, na grande maioria, de pessoas com média ou baixa escolaridade, exceção feita àqueles poucos que se graduaram, os perfis dos participantes da Organização Autônoma podem ser considerados elitizados sob o ponto de vista da escolaridade/formação acadêmica. Por esse motivo, esclarecemos não termos adotado o mesmo procedimento a respeito da análise de perfis, conforme feito com as duas organizações anteriormente investigadas¹⁹.

¹⁹ No caso da Organização Autônoma, optamos por um procedimento diferente quanto à questão dos perfis dos integrantes, até porque se trata de uma comunidade que não lida apenas com agricultura urbana. Logo, não abordamos todos com a finalidade de obter dados sobre: nome completo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, razão principal para atuar na organização, periodicidade de participação e se havia direcionamento de resíduos orgânicos domésticos para os cultivos realizados. Entendemos que esses aspectos possuíam relação com a lógica de organizar a agricultura urbana praticada nas Organizações Assistida e Vernacular, em princípio diferentes da Organização Autônoma, e também da Organização Politizada, como veremos a seguir.

Outro aspecto distintivo são as razões, as insatisfações que motivaram a adesão dos participantes, parecendo ser a comunidade uma resposta às necessidades antes não atendidas nos contextos de vida em que se encontravam (ADVERSI, 2018). Logo, presume-se haver uma similaridade de anseios (não exatamente de perfis) que, por meio da comunidade e seus propósitos existenciais enquanto organização, uniu seus integrantes em torno de uma proposta alternativa ao estilo de vida convencional que reúne: orientação religiosa judaico-cristã, valorização do meio ambiente, vida saudável, protagonismo em relação ao que se produz e consome, cooperação e fraternidade.

Segundo constatamos, não houve mudança na composição dos integrantes desde a finalização do recente trabalho de pesquisa empreendido por Adversi (2018), desse modo, conforme se verá a seguir, primeiramente descreveremos genericamente os perfis de todos os integrantes. Em seguida, nos ateremos com maior averiguação aos perfis de Plínio e Fernando (nomes fictícios). O primeiro é o iniciador da organização, e seu líder, ao passo que o segundo é um dos colaboradores da comunidade, cuja atribuição principal é a lida com a agricultura. Informamos ainda que as observações e entrevistas foram realizadas com a cooperação de ambos, especialmente de Fernando.

Integrantes e perfis:

A Organização Autônoma reúne 10 integrantes em sua sede, na qual moram e trabalham. Suas idades variam entre 7 a 59 anos. A comunidade apresenta a seguinte configuração em relação aos envolvidos: Duas famílias representadas por marido, esposa e filha; um casal, marido e mulher sem filhos; e duas moças solteiras. A escolaridade dos participantes abarca as seguintes formações acadêmicas: Pedagogia, dois integrantes; Medicina, uma integrante; Odontologia, um integrante; Medicina Veterinária, uma integrante; Química, uma integrante; Matemática, um integrante; Design, uma integrante cursando. Ainda, há dois integrantes em idade escolar. Ademais, todos os membros da Organização Autônoma têm origem urbana.

1) **Plínio**, casado, 59 anos, dentista, mestre em educação, agricultor urbano. Iniciador da comunidade, em certo ponto de sua existência concluiu que uma nova forma de viver e enxergar a vida poderia ser alcançada, e seu inconformismo residia

na padronização do estilo de vida característico da sociedade de consumo, tipicamente capitalista. Influenciado pelo pensamento religioso anarquista-cristão, aliado ao descontentamento com uma sociedade que “vive no piloto automático”, aliado, também ao fato de ter perdido seu primeiro filho, Plínio iniciou a comunidade, tendo feito parte do grupo de amigos que atendia pessoas em situação de fragilidade e que perambulavam pelas ruas de Curitiba, conforme indicado no subtópico anterior. A trajetória que culminou na fundação da Organização Assistida, bem como as ações que se passaram a realizar posteriormente, segundo sua concepção, são uma alternativa, uma resposta positiva em oposição ao estilo de vida da grande maioria de pessoas, além de ser uma forma de se encontrar com Jesus Cristo e seguir Seus passos. Juntamente com ele, vivem também sua esposa e uma filha menor de idade. A alternativa encontrada a partir da vivência na comunidade trata-se de uma iniciativa de busca por vida saudável, trabalho constante e consciência de que o meio ambiente oferece tudo o que se necessita para viver equilibradamente, até porque todos são parte dele, e não seria diferente no contexto urbano. Segundo o iniciador da comunidade, “é preciso ressignificar as práticas afeitas à agricultura tradicional e à jardinagem”. De acordo com o seu entendimento, o que se denomina AU, ou a utilização de espaços urbanos para tal finalidade, em verdade se trata de jardinagem, algo que será trabalhado adiante quando compararemos as práticas de AU de todas as organizações investigadas.

2) **Fernando**, casado, 38 anos, pedagogo, mestre em meio ambiente e desenvolvimento, agricultor urbano. Declarou ter se encaminhado naturalmente para uma vida diferente da convencional, algo ocorrido há aproximadamente 17 anos. Fernando partiu de uma cidade do norte pioneiro do Paraná para a capital ao completar 18 anos, passando em seguida a trabalhar como pastor evangélico. Meses depois, sua esposa, também pedagoga, aportou em Curitiba. Algum tempo depois, assim que encerrada a atividade religiosa que o trouxe a cidade, ele partiu para um emprego convencional. Todavia, suscetíveis às oscilações pelas quais os contextos de crise submetem inúmeros brasileiros, Fernando, juntamente com sua esposa, passou por dificuldades até conhecerem Plínio. Este, segundo Fernando, os acolheu e a eles apresentou seu projeto enquanto opção para uma perspectiva de vida convencional com a qual os três não concordavam. Após a inclusão de ambos à

comunidade, deram continuidade aos estudos e graduaram-se em pedagogia, tendo Fernando se tornado mestre algum tempo depois.

Feitas essas explicações, passaremos para o tópico seguinte concernente aos aspectos relativos à AU praticada na Organização Autônoma.

4.4.3 Aspectos relativos à AU praticada na Organização Autônoma

Conforme verificado, o trabalho na Organização Autônoma é realizado por pessoas que comungam entendimentos, no caso a insatisfação com a lógica convencional de vida, sendo a adesão à comunidade uma alternativa encontrada.

Ainda em relação aos perfis dos envolvidos, na sede da Organização Assistida pudemos notar um clima religioso, de vertente judaico-cristã, como já mencionamos, além de aparente harmonia e cooperação dos integrantes. Quanto a isso, apesar de haver designação de funções específicas para cada participante, como é o caso do próprio Fernando, responsável pela agricultura, isso não é fixo e se necessário uns colaboram com os outros. Todos os membros adultos possuem curso superior, três deles realizaram mestrado, uma integrante está na graduação, e duas menores em idade escolar. Tal conformação tem relação direta com as ações praticadas pela comunidade.

Além disso, a Organização Autônoma contrasta com as duas anteriormente investigadas, estando mais próxima em termos de práticas e intenções da Organização Politizada, conforme veremos em tópico específico adiante. Além disso, discorrer sobre os aspectos relativos à agricultura desempenhada pela coletiva implica considerar outras operações que efetua. Segundo Fernando, lá se realizam atividades especializadas que envolvem panificação, produção de kombucha (bebida artesanal, produzida na comunidade), culinária, bazares e a horta.

Em março de 2019, quando realizada a interação na antiga sede da comunidade, o espaço utilizado para a agricultura correspondia a uma área de

aproximadamente 600m². Na atual, onde realizamos observações e entrevista em fevereiro de 2020, a área cultivável correspondia a 300m². Tanto na propriedade que era mais afastada do centro de Curitiba, quanto na atual, muito próxima, realizam-se a agricultura, o manejo de resíduos orgânicos e a compostagem, medidas estas relacionadas aos projetos “lixeira viva” e “do meu lixo cuida eu” já mencionados.

O trabalho realizado na horta, como tudo o que se desempenha na comunidade, na medida do possível, é artesanal. Quando da preparação, maneja-se a terra com o uso de ferramentas simples, como enxada e rastelo. O que se planta é totalmente orgânico, isento, portanto, de aditivos químicos e pesticidas.

O que se cultiva na Organização Autônoma provém do conhecimento e esforço de seus próprios integrantes, e a comunidade **não recebe apoio do poder público local e agentes envolvidos**. Segundo Fernando, não há participação alguma do poder público junto à organização, ao contrário: a comunidade é quem colabora com plantas, técnicas e compartilha o conhecimento adquirido ao longo de anos praticando AU²⁰. Os entrevistados têm conhecimento das ações que são realizadas pelo poder público local, contudo têm discordâncias a respeito do modelo aplicado, considerando-o assistencialista e limitante devido à relação de dependência que se evidencia com as hortas que fazem parte do programa. Ainda, ao averiguarmos se as ações realizadas na comunidade, atinentes à AU, conferiam **sustentabilidade financeira**, Fernando afirmou o seguinte:

Indiretamente sim. Pois muitos dos nossos produtos utilizam os frutos do nosso jardim, como os vegetais que colorem as massas e as frutas da kombucha, além de reduzir significativamente nosso custo com supermercado.

Conforme relatos e observações, a horta da Organização Autônoma produz quantidade de alimento que em parte atende aos seus integrantes, servindo também

²⁰ Nesse sentido, lembramos que durante o contato realizado com Marcelo (representante do poder público local), este destacou o protagonismo da Organização Autônoma no que pertine às ações por ela realizadas, com ênfase para a AU praticada.

de insumo para a elaboração de uma bebida refrescante (kombucha), e na panificação, ambos de fabricação artesanal. Todavia, em virtude de a comunidade realizar diversas ações para além da AU como já relatado, há outras fontes que lhe conferem certa **sustentabilidade financeira**, até porque, diferente das organizações anteriormente analisadas, uma das despesas fixas da comunidade é o aluguel mensal que precisa ser pago.

Ao abordar tal questão, Adversi (2018, p. 61) informa que a Organização Autônoma “mantêm-se financeiramente por meio de doações e vendas de sua produção local”, que consistem na venda de pães artesanais de fermentação natural, cursos de panificação, bazares e almoços com amigos e simpatizantes, dos quais participamos inclusive, não tendo para tal um valor fixo. Cada convidado paga/contribui com o que entender justo.

Novamente quanto à agricultura efetuada na comunidade, procura ser não convencional quanto ao modo e em relação ao que se cultiva. Apesar de alguns instrumentos habituais serem utilizados, como a enxada, por exemplo, e de haver canteiros onde se cultivam algumas hortaliças comuns, não há uma preocupação com a constante remoção das ervas daninhas, e isso tem relação com as técnicas e tecnologias aplicadas. **Em relação ao que é cultivado**, há uma pequena quantidade de espécies comuns como batata-doce, beterraba, aipo, temperos tradicionais entre outros. Contudo, a não convencionalidade prevalece devido à preferência pelas PANCs, e cerca de 86 espécies compõem a horta, cujas variedades principais integram a relação abaixo:

- 1) *Solanaceae*: muricato, maria-pretinha, phisalis;
- 2) *Cactaceae*: ora-pro-nóbis;
- 3) *Talinaceae*: major-gomes;
- 4) *Lamiaceae*: peixinho, shissô;
- 5) *Malvaceae*: vinagreira flor-de-veludo, vinagreira cuxá, malvavisco;
- 6) *Cucurbitaceae*: chuchu-de-vento, pepininho-do-mato;

- 7) *Portulacaceae*: beldroega;
- 8) *Tropaeolaceae*: capuchinha;
- 9) *Polygonaceae*: língua-de-vaca, azedinha;
- 10) *Commelinaceae*: trapoeraba;
- 11) *Amaryllidaceae*: hananirá, alho-silvestre;
- 12) *Basellaceae*: bertalha, bertalha-coração;
- 13) *Alstroemeriaceae*: lírio-dos-incas;
- 14) *Amaranthaceae*: caruru; bredo-d'água;
- 15) *Apiaceae*: mitsubá;
- 16) *Araceae*: inhame, taioba;
- 17) *Asteraceae*: picão-preto, capiçoba, guasca, radite, serralha, dente-de-leão, assa-peixe;
- 18) *Balsaminaceae*: beijo-turco;
- 19) *Begoniaceae*: begônia;
- 20) *Cannaceae*: ararutão;
- 21) *Convolvulaceae*: batata-doce;
- 22) *Crassulaceae*: kalanchoe fantasma;
- 23) *Euphorbiaceae*: chaya;
- 24) *Fabaceae*: lab-lab, feijão-borboleta;
- 25) *Marantaceae*: araruta;
- 26) *Plantaginaceae*: tansagem;
- 27) *Violaceae*: amor-perfeito;

28) *Zingiberaceae*: lírio-do-brejo, miogá.

No que diz respeito à periodicidade de cultivo e à prevalência das PANCs, o entendimento é de que são mais vantajosas, mais produtivas, resistentes a doenças e ataques de insetos, adaptam-se melhor a variados tipos de solos e condições climáticas, além de serem nutritivas. Ademais, grande parte pode ser cultivada continuamente, a despeito das variações climáticas.

Quanto às **técnicas e tecnologias** empregadas, o trabalho é artífice, utilizam-se aparatos comuns, resíduos orgânicos como adubo, sementes, mudas e água. Aproveita-se intensivamente os compostos orgânicos gerados na própria comunidade, além de ser contínua a realização de compostagem por meio da técnica denominada minhocultura, representada pela iniciativa “lixeira viva”, e ao mesmo tempo componente do projeto “do meu lixo cuida eu”. Ainda, não se efetiva cultivo em canteiros geométricos convencionais, reservados para espécies únicas, onde o solo deve ser constantemente limpo com o fito de conter o crescimento de ervas daninhas, o qual não é revirado conforme a tradição europeia. Nesse sentido, realiza-se diversos tipos de coberturas do solo com materiais recicláveis e compostos orgânicos com função de adubação da terra e contenção do mato, que pode ser roçado de tempos em tempos e posteriormente depositado sobre o solo para adubá-lo. Ainda, ao não revolver a terra quando da preparação para um novo plantio, opta-se por cobri-la com significativa quantidade de bagaços de cana semanalmente recolhidos pela comunidade, quando da realização de suas buscas em carrinhos de caldo de cana da cidade. Por fim, alguns materiais reaproveitáveis como tábuas, telhas, tapetes, lonas e similares também são colocados sob porções do solo em preparação, com o fito de conter o crescimento do mato e ao mesmo tempo potencializá-lo para receber plantações subsequentes.

Sobre as técnicas e tecnologias direcionadas para a AU, Fernando reforçou se tratem de:

Compostagem, adubação orgânica, técnicas de conservação de água no solo (canteiro de capilaridade, canteiro esponja, cobertura do solo), desenvolvimento de sistemas de produção de panc [...]. Temos um bom resultado de produtividade em pequenos espaços, mostrando que a AU é

sim viável quanto estratégia de segurança alimentar. As técnicas citadas [...] fazem com que nosso sistema de produção seja de baixa manutenção, facilitando a atividade diária. E as técnicas que a gente usa aqui, com resíduo, principalmente por causa do resíduo, é reduzir muito o nosso trabalho em termos de manutenção, de manejo, necessidade de instrumentos. Então, por exemplo, a gente não faz revolvimento de solo, a gente tem um trabalho muito pequeno aqui de limpeza de canteiro e coisas do tipo, né, porque essa quantidade de resíduos, essa cobertura do solo que a gente realiza, a gente faz diminuir muito esse tipo de manejo que a gente tem.

Tais demonstrações, para além de indicarem técnicas, expressam um aspecto inovador no que tange à AU efetuada pela Organização Autônoma se colocada ao lado de práticas comuns. Nestas o trabalho embora simples e manual, contando usualmente com o uso de enxada e normalmente com adubos químicos e pesticidas, para seu prosseguimento e manutenção, acaba sendo árduo, pesado – motivo de desânimo e até de conflitos, conforme verificado junto a alguns participantes das organizações anteriores. Acrescente-se também que a agricultura da Organização Autônoma é realizada em área de pequena dimensão. Logo, o entendimento de Fernando, e da comunidade em si, é o de que ela é um caminho para uma provável obtenção da segurança alimentar em contexto urbano e espaço reduzido.

No mais, a agricultura praticada na Organização Autônoma **não visa atender necessidades de um potencial mercado** voltado para a produção de orgânicos, embora parecendo ser central no sentido de complementar a alimentação de seus membros. Nesse caso, por conta das feições da organização, do entendimento e condutas de seus participantes, a horta existe para esse fim.

Muito do que necessitam é produzido na comunidade, plantado por eles. Todavia, não há **comercialização de parte da produção nem é o objetivo da organização** realizá-la, pelo menos não diretamente. Em contrapartida, obtêm-se recursos financeiros e isso tem relação com a horta na medida em que ela fornece insumos para a produção de kombucha, pães e compõem o menu de almoços e jantares, e isso envolve a questão da **sustentabilidade financeira**. Realizam-se almoços para amigos e para a comunidade, ocasiões nas quais muito do que é cultivado é servido aos convidados. Além disso, como já dito, comercializa-se pães

artesanais e de fermentação natural, realiza-se bazares e recebe-se doações de parceiros alinhados com a causa da AU.

Ao abordarmos a questão dos prováveis efeitos da **Lei de Agricultura Urbana** para a Organização Autônoma, foi dito não haver nenhum. Todavia, deve-se aguardar a regulamentação da referida lei para aí sim serem avaliadas possíveis influências na comunidade. Nesse quesito, soubemos que as ações realizadas, bem como o ativismo de seu líder, Plínio, redundou na colaboração para com o projeto de lei posteriormente convertido na lei ora citada.

Sobre as **vantagens** advindas da AU realizada pela comunidade, há entendimento corrente sobre o papel do meio ambiente enquanto elo central para a vida em sociedade, com o qual se deve preocupar e preservar com sensatez. Ele, o meio ambiente, oferece tudo o que se necessita, mesmo na perspectiva do urbano. Outra seria a obtenção de uma alimentação e estilo de vida saudáveis, a partir de recursos e esforços próprios, com autonomia e acolhimento, tanto dentro como nos arredores da organização, mas isso não significa que a organização deseje servir de modelo. Segundo Fernando, ela pode até ser enxergada como algo inspirador, que eventualmente possa atrair as pessoas, mas não enquanto mecanismo conscientizador de que o modo de organização e vida da comunidade seja uma referência. Colaboração com a comunidade, eventual adesão ou até mesmo replicação de suas premissas deve ser algo genuíno, partindo daquele(a) que se sente tocado(a) pela proposta.

Desta forma, após explorarmos os aspectos relativos à AU praticada pela Organização Autônoma, transitaremos para o subtópico seguinte, relativo ao atual momento dela, oportunidade em que retomaremos alguns aspectos sobre suas práticas.

4.4.4 O atual momento da Organização Autônoma

Durante o período de observações, realizado primeiro em março de 2019 e posteriormente em fevereiro de 2020, o que se notou em termos de mudança foi a transferência da sede da organização, conforme já indicamos em passagens anteriores. Nesse caso, junto com a transição veio a necessária adaptação às novas instalações para a continuidade das atividades de agricultura, além das demais ações.

De forma geral, não verificamos movimentos que atestassem modificações relativas aos modos de organizar os cultivos, a *expertise*, as técnicas e as tecnologias para tal, conforme descritas no subtópico anterior, já então consolidadas. O que estava ocorrendo, de fato, era a vinculação com o novo lugar, a vizinhança e o terreno onde se passou a realizar a agricultura, antes comportada em propriedade com maior extensão. Sobre isso, devemos frisar que pode ser normal, em se tratando de AU, a utilização de pequenas áreas em ambiente urbano. Fora isso, a preocupação com a agricultura que costumeiramente se realizava nos quintais das casas de antigamente nas grandes cidades, conforme relatamos no início dessa dissertação e também nos referenciais bibliográficos, perdeu força. Assim, parece vanguardista a ação da comunidade no sentido de resgatar e ao mesmo tempo contextualizar a AU que realizam no contexto urbano, tirando deste o que necessitam para continuar.

A tendência de a comunidade se readequar, de se adaptar a mudanças, considerada a sua vocação para atuar conforme a realidade urbana, distancia-se do habitual conceito de **desenvolvimento sustentável** vigente, tema abordado ao longo das interações, antes e depois. Segundo o posicionamento de Plínio e Fernando, desenvolvimento sustentável, embora pareça ser uma diretriz seguida pela comunidade, em verdade não se coaduna com as premissas dela. Isso porque ambos enxergam nele uma proposta “do mais do mesmo”, ou seja, o sistema econômico vigente buscando saídas para estimular o consumo, o extrativismo, a subjugação da natureza pelo homem com a única finalidade de servi-lo, conforme a lógica capitalista. Nesse sentido, Fernando apontou que:

A gente está completamente em desacordo com o que está posto, pelo governo, pelas organizações internacionais quanto a isso, porque na prática o que todo mundo quer é o desenvolvimento sustentável de um modelo que está falido. [...] A gente vive no mundo, mas não vive para este mundo. [...] Então, o que se fomenta com o desenvolvimento sustentável é a sustentabilidade do mesmo, de um sistema de produção, de um mesmo sistema de produção, o mesmo sistema de consumo, o mesmo sistema de indústria que só causa destruição no nosso planeta. Então, a gente entende que o papel biomático do ser humano é cuidar da terra na sua integralidade, e isso é o mais importante do que a economia. Aliás, economia, a palavra economia significa mordomia da casa, o cuidado da casa, está diretamente ligado com o conceito de ecologia. Então, a economia serve à ecologia. E o que acontece hoje na sociedade é uma inversão, onde a ecologia serve à economia. É a isso que a gente se põe diretamente contrário.

E assim a Organização Autônoma procura trilhar um caminho alternativo, ao que parece, em uma perspectiva de comunhão com o ambiente onde se instala, e colaborando para que essa relação de produção e consumo seja equilibrada. Presumimos também haver o entendimento, tanto ao ouvirmos Plínio quanto Fernando, de que a natureza serve a todos, sem que, no entanto, seja domesticada para servir ao homem, que nas condições postas, prioriza as relações movidas pela lógica econômica. O *slogan* “um outro mundo acontece”, ao mesmo tempo em que representa a comunidade em sua essência, visa também expressar o seu caráter não convencional.

Desde o primeiro contato realizado até o último, notamos que as abordagens relativas à agricultura praticada pela comunidade buscavam certo distanciamento do conceito vigente de AU. As falas de Plínio e Fernando atestavam isso nos momentos em que se referiam às plantas alimentícias como jardim e agricultura de forma geral como jardinagem. Embora o termo AU seja difundido comumente na atualidade, tendo em Curitiba inclusive uma Lei de Agricultura Urbana, a qual, como já dito, inclusive contou com a colaboração da Organização Autônoma quando de sua elaboração, o entendimento de ambos vai no sentido de que jardinagem é o que se pratica, e não exatamente AU, e isso tem relação com a forma inovadora de cultivar alimentos em grandes cidades.

Entender o conceito e realizar a jardinagem, nos moldes da Organização Autônoma, implica considerar os caminhos que a sociedade percorreu em

perspectivas anterior e posterior ao fenômeno da industrialização. Essa consideração redundante no entendimento de que é preciso ressignificar as práticas convencionais de agricultura e as de jardinagem. Para tanto, faz-se necessário refletir a respeito de nossa ancestralidade, pensar sobre o modo de vida dos caçadores coletores inclusive, época em que comunidades viviam e alimentavam-se da natureza – anterior ao momento histórico em que se iniciam os primeiros movimentos de agricultura organizada. Os caçadores coletores retiravam da natureza tudo o que ela oferecia e de que necessitavam para viver, e, segundo Plínio, colaborando instintivamente na diversificação da fauna e da flora, realizando misturas de espécies, proporcionando a atração de animais, que, por sua vez, colaborariam também instintivamente com a cadeia alimentar.

Nesse sentido, esses arranjos, que se iniciam no período indicado, garantem a sobrevivência natural de populações, em um contexto no qual se poderia viver de forma equilibrada já que todos somos seres vivos coexistindo em biomas. A separação entre homem e natureza, empreendida ao logo da história e intensificada a partir da Primeira Revolução Industrial, alterou drasticamente o modo de se viver e de produzir alimentos, o que, posteriormente, e conforme já visto no capítulo de referencial teórico deste trabalho, tratou de industrializar a agricultura, desnaturalizando dessa forma o processo natural.

Logo, a visão de Fernando, e da comunidade como um todo no que pertence ao que costumeiramente se entende por AU, é retornar ao sentido etimológico da palavra *jardim*, o qual remete a “um terreno cercado em que se cultivam vegetais ornamentais ou comestíveis”, à abundância do “Jardim do Éden”, conforme as Sagradas Escrituras, superando dessa forma o caráter meramente paisagístico, ornamental e até mesmo decorativo que se construiu a respeito do que se enxerga convencionalmente ser um jardim. Essa concepção se soma à proposta da organização, de comunhão com o meio ambiente, entre as pessoas e com quem simpatize com o seu escopo, sem que, com isso, deseje ser um modelo ou sirva para arregimentar adeptos.

Ainda quanto ao entendimento de que na Organização Autônoma se realiza jardinagem ao invés de agricultura, expressa-se cuidado e busca-se uma relação

equilibrada com o meio ambiente, onde este é priorizado e não a lógica econômica. Por isso é que, conforme afirmou Fernando, a organização “entende que o papel biomático do ser humano é cuidar da terra na sua integralidade”, o que realizam cotidianamente, não só na horta, mas nas diversas ações realizadas na casa, incluindo os giros para obtenção de resíduos orgânicos, que servem de adubo para a terra, que alimentam os animais (cabras e galinhas) e, quanto àqueles obtidos junto às feiras de hortifrutigranjeiros, que às vezes servem de alimento aos próprios integrantes. Cuidar da terra em sua integralidade, nesse caso, significa também reduzir sensivelmente a quantidade de resíduos orgânicos que teria como destino o aterro sanitário da cidade.

Essa lógica inovadora de organizar a agricultura no que é considerado o jardim da Organização Autônoma e que para ela se trata de jardinagem, redundou em uma compreensão oposta ao que até então havíamos identificado a respeito da AU.

Antecipamos que linha semelhante é seguida pela quarta e última organização que será apresentada. Assim, transitamos para o subtópico que inicia a descrição da Organização Politizada, como se verificará a seguir.

4.5 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLITIZADA

Em relação ao seu enquadramento institucional, a Organização Politizada difere das três anteriores, sendo classificada pelo seu líder (um dos fundadores) como ocupação pública, com reconhecimento inclusive do poder público local quanto à AU que realiza.

A Organização Politizada, a seguir também designada apenas por “ocupação”, está localizada em uma região próxima ao Centro de Curitiba, na qual foi instalado um Hospital Psiquiátrico no ano de 1946, estabelecimento que influenciou na escolha do nome do bairro onde a horta se encontra (IPPUC, 2020). À época pouco habitado, o distrito se desenvolveu em decorrência de relações estabelecidas com a instituição mencionada e outras a ela relacionadas. É gerido regionalmente pela

matriz, em conjunto com 18 bairros circunvizinhos, que somados totalizam uma população de 205.722 (duzentos e cinco mil, setecentos e vinte e dois) habitantes (IBGE, 2010).

Uma especificidade a respeito da ocupação é o fato de ser totalmente aberta aos interessados. Por interessados, leia-se integrantes ativos, comunidade local e demais indivíduos que desejem conhecê-la, aderir ao projeto ou somente usufruir do que ela produz. É assim em relação aos vizinhos, que costumam colher verduras, legumes e até PANCs, que lá são produzidas em grande número. Não havia ao tempo da coleta de dados restrição alguma ao acesso à horta, inclusive no que pertine a horários. As premissas da ocupação são os aspectos democrático, inclusivo, acolhedor e disruptivo no que diz respeito ao tipo de agricultura, conforme abordaremos oportunamente. Ainda, lá quem não planta também colhe, ao passo que nas anteriores o critério era diferente.

A agricultura efetuada pela Organização Politizada se assemelha à praticada pela Organização Autônoma, e isso se deve também ao contato que periodicamente realizam. Na ocasião em que fizemos as observações e entrevistas, tivemos a notícia de que ambas trocam experiências mediante interações entre seus líderes. Havia também proximidade de entendimento a respeito de como enxergam o atual momento da AU na cidade de Curitiba, técnicas e tecnologias adotadas, entre outros fatores sobre os quais discorreremos ao longo desta apresentação.

Situada em um terreno de propriedade do município, portanto público, a ocupação tem sua atividade reconhecida pelo poder público local, para o qual o líder colabora compartilhando seus conhecimentos e até prestando serviços. A Organização Politizada possui uma área cultivável correspondente a aproximadamente 400m. A Figura 4 abaixo apresenta uma vista panorâmica da ocupação, a partir de seu portão de acesso.

Figura 4 – Visão panorâmica da Organização Politizada, jan. 2020.



Fonte: O autor.

As interações realizadas junto à Organização Politizada ocorreram de forma e em momentos distintos. Primeiro em abril de 2019, depois em novembro do mesmo ano e por fim em janeiro de 2020.

Tal qual ocorrera para os casos das organizações anteriores, também os achados iniciais de pesquisa foram impactados pelo fator temporal, perspectiva em que um “antes e um depois” se estabeleceu proporcionando algumas nuances, sendo tal circunstância considerada ao longo da apresentação da ocupação.

Novamente, de acordo com o que enunciamos no início do capítulo, realizaremos a descrição da Organização Politizada por meio de informações obtidas em relação ao seu histórico, perfis dos integrantes, aspectos da AU que pratica e atual momento.

Realizada essa abordagem inicial, partimos para a descrição do histórico de surgimento da Organização Politizada.

4.5.1 Histórico da Organização Politizada

A localidade em que a Organização Politizada está situada é essencialmente residencial, e como já dito, próxima ao centro da cidade, mas apesar disso não possui prédios nas suas imediações.

De acordo com Henrique, líder da ocupação e morador do bairro, por aproximadamente 10 anos, ele e um grupo de amigos vinham acompanhando a situação do terreno onde viria a se estabelecer a Organização Politizada. Fora isso, a respeito das condições do local, ele informou ser “um terreno assim, como todas as histórias que a gente conhece sobre AU: violência, tráfico, criminalidade, assaltos, roubo. Enfim, isso aqui era um salseiro. O pessoal do bairro tinha medo de passar na frente aqui”. Tal condição por si só exigiria algum tipo de esforço de reparação, que normalmente se esperaria do poder público a pedido da comunidade local, todavia não foi o que aconteceu.

À época em que nosso entrevistado presenciava a situação, entre 2015 e 2016, floresciam na cidade alguns movimentos que encampavam a prática da AU, no caso os independentes, cuja reivindicação não tinha qualquer vinculação com as medidas até então executadas pelo poder público local a respeito do tema. O líder, embora acompanhasse os desdobramentos e mantendo-se atento à situação do terreno, por ser morador próximo à propriedade, tinha noção das consequências do que se passava, mas informou não ter, por ele apenas, desejado iniciar uma plantação no local. Em contrapartida, mantinha uma relação próxima com outros sujeitos envolvidos com a “onda” de AU que à época ganhou força. Então, em dezembro de 2017, ele e demais amigos se reuniram e decidiram realizar as primeiras ações voltadas à regeneração do local, fazendo com que, segundo Henrique, este pudesse cumprir com sua função social. Esse momento foi o ponto de partida, considerado o surgimento da Organização Autônoma. Uma vez tomada essa decisão, iniciaram as atividades que resultaram na limpeza do terreno e consistiram na derrubada do mato, que na ocasião estava tomado por uma espécie conhecida como capim-elefante, alta e densa, a qual pode atingir até 4m de altura.

Recolheram muito lixo, que variava de garrafas de PET, sacolas, cacos de vidro, entre outros, para, enfim, iniciarem os primeiros canteiros e plantações.

A propriedade em questão é fruto de uma compensação realizada entre o dono do terreno e o município. Segundo Henrique, na década de 1990, houve uma enchente que alagou a parte inferior do bairro, nesse caso, rio abaixo, pois há um que perpassa os fundos da Organização Politizada – a característica da localidade onde está a ocupação é descendente em relação à parte dos fundos do terreno, em condição de declive. Devido aos prejuízos decorrentes de tal incidente para os moradores e cumprindo um dever administrativo, o município interveio realizando a canalização de parte do rio a fim de evitar que o evento se repetisse. Dessa forma, houve uma divisão do terreno, passando a pequena parte onde se estabeleceu a ocupação a pertencer ao município e a outra mantida sob domínio privado. Salienciamos que, devido ao processo de canalização realizado, revolveu-se parte do solo, que inclusive modificou significativamente a condição original da propriedade, sobre o que falaremos melhor quando discorrermos a respeito dos aspectos da AU praticada na organização.

Também compõe o histórico da ocupação o ativismo de seus iniciadores, Henrique e seus quatro amigos. Sujeitos conhecidos na cidade devido ao envolvimento com ações voltadas à AU, eles uniram esforços junto a outros sujeitos, incluindo Plínio, da Organização Autônoma, com o objetivo de contribuir com a elaboração da Lei de Agricultura Urbana, que entrou em vigor em 2018. Apenas para constar: a líder da Organização Assistida, Sofia, nunca ouvira falar da referida lei, assim como André, da Organização Vernacular.

Mas, retornando ao histórico da ocupação, assim como Plínio, Henrique não vê com bons olhos o modo de organização das hortas comunitárias assistidas pelo poder público local, devido à dependência que se cria, bem como por conta do caráter assistencialista que se estabelece. Nesse sentido, Henrique entende que, apesar da legitimidade conquistada a partir da Lei de Agricultura Urbana, a legalidade agora conferida à prática ficou atrelada a uma relação meramente dual. Nesse caso, em havendo um terreno sem uso ou de propriedade do poder público local, basta solicitar a este e, sendo aprovado o pedido, organiza-se uma associação

de moradores, em seguida regulariza-se tudo, chegam os técnicos, formam-se canteiros retangulares, fornece-se o adubo, chegam as mudas de hortaliças comuns como alface, couve, rúcula, etc. Dessa forma, segundo o entrevistado, não há autonomia, perde-se o *status* de marginalidade, e o que antes era reivindicado, fundamentado, passa a ser normalizado, burocratizado, como já vimos, aliás, quando da apresentação da Organização Assistida. Isso, conforme a visão dele, redundou em assistencialismo, ou seja, “tirou essa autonomia do tipo, agora vamos pegar e fazer”.

Desse modo, e isso será demonstrado com mais clareza nas próximas passagens, a Organização Politizada surge com uma lógica ou motivação afetiva, no sentido de que buscou uma resolução para os problemas que envolviam o espaço anteriormente abandonado, e como descrito, problemático. Além disso, não parece haver a incidência de uma perspectiva técnica, como no caso das hortas comunitárias assistidas, especialmente aquela que pudemos investigar de perto, em que se infere prevalecer o assistencialismo e a dependência a ele associada. Assim, aparenta haver uma não convencionalidade no que pertine ao modo de organização da AU realizada pela ocupação.

Entretanto, ao realizarmos observações e retornarmos com nossas indagações, notamos haver mudanças no modo de condução das ações de AU junto à ocupação durante o lapso de tempo percorrido (abril e novembro de 2019, e janeiro e fevereiro de 2020), inclusive no que pertine à redução no contingente de participantes ativos.

Então, com o fito de dar continuidade a nossa abordagem, discorreremos no próximo subtópico sobre o perfil dos integrantes da Organização Politizada.

4.5.2 Perfis dos integrantes da Organização Politizada

A Organização Politizada, iniciada e inaugurada por um grupo de cinco amigos, incluso seu líder Henrique, em dezembro de 2017, conforme indicamos na

passagem anterior, passou a contar no ano seguinte com aproximadamente 20 integrantes ativos.

Entre os participantes, havia *chefs* de cozinha, um deles inclusive vinculado à parceria estabelecida com a Organização Assistida, conhecedores de práticas tradicionais de agricultura, simpatizantes e demais interessados. Pelo que percebemos dos relatos obtidos, trata-se de indivíduos com perfil elitizado, se comparados às pessoas simples, especialmente das duas organizações primeiramente investigadas. Também no sentido de estarem atentos a um movimento que tem ganhado força e visibilidade nos últimos cinco anos. Parece haver uma rede estabelecida entre esses sujeitos, os quais comungam de um interesse comum pela agricultura “vanguardista” que vem sendo realizada na cidade.

A informação supra foi obtida em abril de 2019, quando de nossa primeira incursão. Como se perceberá a seguir, algumas mudanças ocorreram, inclusive em relação à quantidade de integrantes ativos durante o lapso de tempo percorrido até que realizássemos a última observação e entrevista em fevereiro de 2020. Essa perspectiva de um “antes e depois”, entretanto, será tratada com robustez no subtópico relativo ao atual momento da Organização Politizada.

Em continuidade, quando da incursão realizada em fevereiro de 2020, ao perguntarmos a respeito da quantidade de participante ativos, o líder informou serem dois e, às vezes, até três naquele momento, ou seja, houve uma redução drástica. Ainda, nas outras oportunidades em que lá estivemos, encontramos apenas Henrique, exceção feita a uma ocasião em que Fernando, da Organização Autônoma, lá estava em tratativa com o líder da ocupação. Queremos informar com isso que não realizamos contatos diretos com os outros integrantes da Organização Politizada nas ocasiões em que lá estivemos por não ter encontrado ninguém mais. Esclarecemos, ainda, que tentamos contatar os dois indivíduos participantes, inclusive com o auxílio de Henrique, o que não se realizou também por não ter havido compatibilidade de agendas e/ou razão que desconhecemos²¹.

²¹ Com o auxílio de Henrique, procuramos nos comunicar com os outros dois participantes, até mesmo por telefone e WhatsApp, contudo sem sucesso.

Aproveitamos para esclarecer, por fim, tal qual fizemos em relação à descrição dos participantes da Organização Autônoma, não ter adotado o mesmo procedimento a respeito da análise dos perfis aplicados às Organizações Assistida e Vernacular, por entender serem incompatíveis aqueles modos com os de organizar a AU praticada pela Organização Politizada²².

Logo, nossas percepções a respeito do modo de organizar a AU na ocupação provêm totalmente de Henrique, pessoa com a qual a organização praticamente se confunde.

Integrantes e perfis:

1) **A Organização Politizada** atualmente reúne dois, às vezes três, integrantes residentes em suas imediações. Suas idades variam entre 35 e 45 anos. Quanto à escolaridade, há um administrador, um psicólogo e um terceiro que não se sabe ao certo se possui curso superior, presume-se que tenha. Henrique, o administrador, é casado, o psicólogo é solteiro e o terceiro não se sabe a respeito de seu estado civil.

2) **Henrique**, casado, 38 anos, administrador, profissional de marketing e consultor. Sua residência é bem próxima à ocupação, local onde informou possuir um sistema agroflorestal estabelecido há seis anos, onde colhe alimentos cultivados em pequeno espaço. Com experiência de 10 anos em AU, Henrique envolveu-se com a Organização Politizada em função de acompanhar a situação do terreno antes de ele ser ocupado, tanto quanto pelo fato de manter relações próximas com outros sujeitos envolvidos com o movimento de implantação da AU na cidade. Devido à opção por não regularizar a organização, a qual não recebe assistência do poder público local, ele afirma utilizar de intuição, trocas de experiências com outros

²² No caso da Organização Politizada, optamos por um procedimento diferente quanto à descrição dos perfis dos integrantes, que, conforme observamos, se limitou a Henrique. Logo, não pareceu haver razão para obter dados sobre: nome completo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, razão principal para atuar na organização, periodicidade de participação e se havia direcionamento de resíduos orgânicos domésticos para os cultivos realizados em relação aos demais membros, que inclusive não conseguimos contatar. Ainda, entendemos que esses aspectos possuíam relação com a lógica de organizar a agricultura urbana praticada nas Organizações Assistida e Vernacular, em princípio dissonantes se comparadas às realizadas pela ocupação.

sujeitos afeitos ao tipo de AU que a ocupação realiza, bem como sua bagagem de gestão. Ele entende que bons resultados foram obtidos em um curto espaço de tempo, no caso após um ano de trabalho, provando ser possível quebrar paradigmas do contexto imperante em que se vive nos dias atuais, inclusive nas organizações. Tais paradigmas seriam a não competitividade em relação ao trabalho realizado na ocupação, a forma inovadora com que se realiza, o envolvimento da comunidade local e os desdobramentos da ação que, conforme relatou, iriam além da questão da produção de alimentos, englobando aspectos da segurança do entorno, lazer e religação com a natureza, provedora de tudo o que se necessita, conforme a visão de Henrique. Alguns desses aspectos (ou paradigmas quebrados) são comungados pelos integrantes da Organização Autônoma, conforme já discorremos, os quais buscam uma forma alternativa de vida e, em parte, realizam isso na ocupação. De acordo com a perspectiva do líder, a junção de tais elementos propiciaria segurança alimentar, podendo ainda alçar a um patamar superior, no caso o da soberania alimentar. Inicialmente (2017 e 2018), Henrique permanecia na ocupação diariamente, nos períodos da manhã ou tarde, pois tinha mais disponibilidade. Atualmente (meados de 2019 em diante), frequenta o quanto pode devido a realizar atividades profissionais que lhe ocupam considerável parcela de tempo. Por fim, Henrique contou que o trabalho realizado junto ao poder público local tem trazido ganhos pessoais e conhecimentos sobre segurança e soberania alimentar.

Em prosseguimento, pelas razões anteriormente expostas, depreendemos ser mais efetivo prosseguir discorrendo sobre o que é praticado na ocupação. Ainda, como discorreremos mais adiante, a ocupação parece não subsistir caso Henrique deixe de exercer o papel de líder. Entretanto, como qualquer indivíduo comum, ele tem vida pessoal, família, sua horta doméstica e um trabalho de consultoria que vinha prestando ao poder público na ocasião em que realizamos nossa última entrevista.

Deste modo, continuamos com a apresentação da Organização Politizada no subtópico seguinte, procurando descrever os aspectos relativos à AU por ela realizada.

4.5.3 Aspectos relativos à AU praticada na Organização Politizada

Conforme verificamos, o trabalho realizado começou em meio a um contexto de ebulição e engajamento. Inicialmente por amigos que tinham uma visão comum a respeito da AU, ativistas que, tal qual Henrique, já haviam participado de outras iniciativas conhecidas na cidade, realizadas nos últimos cinco anos. Todos cidadãos residentes na capital e adaptados ao contexto urbano, ligados a movimentos sociais locais e até políticos, os quais se mostram insatisfeitos com o modo convencional de vida e consumo de alimentos.

Em abril de 2019, quando realizada a primeira interação junto à ocupação, o espaço utilizado para a agricultura correspondia aproximadamente a uma área de 300m². Com o lapso de tempo decorrido ao longo das observações e entrevistas, a área cultivada foi ampliada, passando a ser aproveitado algo perto de 100m² a mais, situados na parte elevada do terreno, aos fundos. Anteriormente tal porção estava coberta de capim-elefante. Ao utilizar algo próximo de 400m², houve um aumento na produção, todavia, esse não parece ser o objetivo da ocupação.

O trabalho efetuado na Organização Politizada é artífice. A realização de compostagem é intensa, contando com a participação da comunidade local que diariamente leva até a ocupação o seu lixo orgânico doméstico. No local não há água encanada e a compostagem é fundamental no sentido de enriquecer/adubar o solo onde os compostos são depositados, bem com hidratá-lo. São utilizadas ferramentas simples como enxadas e rastelos, contudo por meio da compostagem e constante cobertura do solo com resíduos orgânicos, por exemplo, oriundos das podas e roçadas realizadas pelo poder público local, reduz-se a necessidade de limpar/capinar o terreno. Aliás, a preparação dos ninhos, ao invés dos tradicionais canteiros, é uma inovação que visa otimizar tempo e esforços dos integrantes. Cada ninho é arranjado com o aproveitamento de madeiras em seu entorno, normalmente troncos e galhos de árvores aproveitados para tal fim. Tem formato circular e sua preparação conta com dezenas e mais dezenas de quilos de resíduos orgânicos que ao longo de meses se decompõe e conferem nutrição suficiente para potencializar as espécies a serem plantadas.

Entre as quatro organizações observadas, a Politizada foi a que em princípio apresentou o maior grau de não convencionalidade quanto ao jeito de realizar a agricultura. Tudo o que se cultiva é totalmente isento de agrotóxicos e/ou qualquer aditivo químico. Há uma clara opção pelas PANCs, não há canteiros e sim arranjos de variados tipos de plantas, seguindo uma lógica de cultivo peculiar que descreveremos nos parágrafos a frente, além de uma infinidade de espécies que listaremos também adiante.

O que se cultiva na Organização Politizada provém do conhecimento e do esforço dos integrantes, especialmente de Henrique. Devido às conexões estabelecidas com sujeitos que detêm conhecimentos teóricos e práticos acerca de sistemas agroflorestais, como é o caso da ocupação, há troca de experiências, recebimento de sementes e mudas provenientes do Brasil inteiro, de tribos indígenas a comunidades quilombolas. Inclusive, os conhecimentos tradicionais desses outros povos são considerados e na medida do possível aplicados. Nessa perspectiva, a Organização Politizada **não recebe apoio do poder público local e de agentes envolvidos**. De acordo com Henrique, não há participação alguma do poder público, até porque a organização optou por estar à margem do processo de regularização pelo qual muitas hortas comunitárias de Curitiba se submeteram. Segundo afirmou, a AU institucionalizada desemboca no assistencialismo e na dependência, no recebimento de hortaliças convencionais como alface, rúcula, couve, etc., canteiro horizontal, trabalho árduo com enxada para deixar o terreno limpo entre outros aspectos, algo que não se coaduna com as práticas da ocupação. A respeito da **sustentabilidade financeira** da organização, esse tema ficou oculto em um primeiro momento, tendo eclodido, porém, quando da derradeira oportunidade na qual dialogamos. Por uma questão de adequação à nossa narrativa e ao que constatamos, deixaremos para tratar disso no subtópico relacionado ao atual momento da ocupação.

Conforme relatado por Henrique, 70 por cento do que ele e sua família consomem em casa em termos de alimentos provém da Organização Politizada. Logo, indiretamente lhe é conferida certa **sustentabilidade financeira** familiar no sentido da economia gerada pela desnecessidade de comprar no supermercado uma série de alimentos. Todavia, salientamos que a ocupação em si não recebe,

embora precise, segundo o posicionamento de seu líder, nenhum tipo de recurso, nenhum apoio, nenhuma doação, nenhum investimento externo, algo que poderia ser benéfico para a continuidade e aperfeiçoamento das ações.

Como já dito, a agricultura efetuada apresenta forte aspecto de não convencionalidade, e isso tem relação com o modo e com o que se cultiva. Alguns artefatos comuns são utilizados, como a enxada, o rastelo e a roçadeira para cortar o mato, porém as técnicas de plantio são diferentes das demais que até então havíamos observado. Por exemplo, não há uma preocupação com o crescimento das ervas daninhas, as quais são vistas como uma provocação àqueles membros da comunidade que se incomodam com isso, que preferem ver uma horta “bem cuidada e limpinha”. Essa provocação, segundo Henrique, seria um motivo para aqueles que se incomodam aderirem ao projeto, contribuindo com a manutenção e melhoria de condições do local, que segundo ele é por essência democrático e acolhedor, e que por isso inclusive não tem portão.

Em relação ao que é cultivado, há presença de hortaliças comuns, entretanto a não convencionalidade prevalece. Mais de 90 espécies compõem a ocupação, entre hortaliças comuns, PANCs, árvores frutíferas, árvores tradicionais, espécies não nativas do Brasil, entre outras. Tal configuração se deve ao fato de a Organização Politizada ter feições de sistema agroflorestal. Abaixo segue uma relação dos principais tipos de plantas cultivadas:

- 1) *PANCs*: ora-pro-nóbis, peixinho, capuchinha, major-gomes, caruru, cariru, jambu, ginseng, feijão-guandu, tansagem, fisális, canela, cará, araruta, inhame, taioba, vinagreira;
- 2) *Hortaliças comuns*: alface, couve, repolho, salsinha, chuchu, almeirão, rúcula, agrião, ervilha, tomate, linhaça, berinjela, pimenta;
- 3) *Ervas medicinais*: hortelã, capim-limão, boldo, boldo-do-chile, alecrim, alecrim-branco, alecrim-do-campo, sálvia, manjeriço, alfavaca, guanxuma, mirra, assa-peixe, beldruega, babosa, pata-de-vaca;
- 4) *Temperos*: manjeriço, cebolinha, açafreão;

5) *Culturas anuais*: abóbora, feijão-preto, milho, milho-pipoca, mandioca, maracujá, mamão, quiabo, batata-doce;

6) *Frutas (árvores frutíferas)*: banana, nêspera, gabioba, grumixama, araçá, pitanga, acerola, araticum, aroeira, café, limão, maçã, abacate, cerejeira, bacaba, juçara, amora-espinhuda, butiá, uvaia (uvalha), astrapeia;

7) *Árvores (madeiras/não frutíferas)*: carvalho, peroba, imbuia, cedro-rosa, araucária, fumo-bravo, juçara, canelinha, erva-mate, mamona;

8) *Flores*: lírio, lírio-do-brejo, cosmo;

9) *Outras*: trapoeraba-branca, picão, cana-de-açúcar.

Suspeitamos haver mais tipos de cultivares, especialmente de PANCs, não indicados na relação supra. Todavia, Henrique informou não catalogar todas as espécies, não realizando, portanto, controle formal algum do que cultiva, diferente de Fernando, da Organização Autônoma, que realiza esse tipo de controle. Henrique costuma receber sementes e mudas e em seguida plantar. Quando consultado a respeito das espécies, recorreu à memória, inclusive visual, pois diante de nós indicava os nomes e fazia comentários sobre uma infinidade de espécies cultivadas.

Quanto às **técnicas e tecnologias** empregadas, elas têm relação com a opção por realizar o plantio de espécies diferentes que compartilham um mesmo espaço, em regra dentro de um ninho já preparado, como discutiremos em parágrafo anterior. Quanto a isso é que Henrique afirma seguir “uma ótica de altura, estratos diferentes, numa escala de tempos diferentes”, cuja lógica é a de que uma planta de determinada espécie é acompanhada de outra, e de outra em uma cadeia, na qual todas se beneficiam mutuamente ocupando um mesmo espaço. Conforme essa perspectiva, por exemplo, baseada em um estrato primário, secundário e terciário, visa-se obter plantios de espécies cuja duração é permanente, algo pensado, de acordo com Henrique, para durar por, pelo menos, cinco anos.

Outra técnica empregada é a de rodear os ninhos com espécies desvalorizadas, como o boldo, que viça (cresce muito), mas ao mesmo tempo protege das ervas daninhas as demais culturas que vieram antes dele no local, além

de, por sua constituição (o **boldo**), manter a terra com bom substrato. O costume de revirar a terra, trazido à região Sul por influência de imigrantes europeus, é descartado. Segundo o líder, em alguns países da Europa onde o solo congela faz sentido essa técnica, mas não aqui, onde o clima é tropical úmido. Deste modo, bastaria acumular material orgânico na superfície para potencializar o solo. Ainda haveria o aditivo proveniente dos processos de compostagem também realizada frequentemente na ocupação. Seja aquela realizada em grandes recipientes plásticos reaproveitados na organização, ou nas caixas de madeira onde compostos orgânicos domésticos são depositados e se processam naturalmente.

Aproveitamos o ensejo para enfatizar a questão da compostagem no que pertine à agricultura realizada pela Organização Politizada. Segundo Henrique, apesar de originalmente a ocupação surgir com o fito de produzir alimentos em contexto urbano, não foi isso que chamou a atenção da comunidade local. Após a divulgação da iniciativa e pedidos para que o lixo doméstico fosse direcionado à organização, os vizinhos aderiram em peso e constantemente passaram a deixar sacolas com resíduo orgânico no local. A quantidade chegou a atingir 100kg por semana, o que intensificou as ações voltadas para a compostagem, especialmente a laminar, pois a partir da compostagem, além de adubo, hidrata-se o solo, considerado o fato de que o local não possui água encanada. Sobre a peculiaridade a respeito da colaboração dos vizinhos, Henrique afirmou o seguinte: “A gente pensou que seriam as plantas, e o que mais motivou as pessoas foi o resíduo, a compostagem. A compostagem que trouxe esse tom maior”.

Não há emprego de técnicas e tecnologias sofisticadas no âmbito da organização, e sim uma visão peculiar, que aplica técnicas diferentes das comuns, e que não faz uso de tecnologias convencionais. Trata-se de trabalho artífice, com mão de obra reduzida, em bases sustentáveis (não ao modo convencional), pautado no resgate de tradições, contando com troca de experiências e intuição. Há uma técnica, há tecnologias simples, mas, parece importante frisar, baseada em afeto e compreensão na natureza do ser humano e do contexto natural onde se vive. No momento em que Henrique discorreu sobre esses aspectos, mencionou Plínio, líder da Organização Autônoma, tendo inclusive tocado em algo que parece ser enxergado sob o mesmo prisma por ambos. Ele afirmou que:

A gente foi buscar uma coisa da natureza do ser humano que é o jardim, que a gente sai do *farming pro gardening*. Tipo, um ajardinamento, a gente troca essa posição. Aí a gente vira um grande jardineiro e começa a fazer pequenos biomas e começa a trazer a nossa natureza mais intrínseca, de qualquer caçador coletor. Você entra no ambiente totalmente ordenado ao bioma, meio ordenado meio desordenado... é um caçador coletor. Aí é o que a gente sente um caçador coletor, por que aí eu construí um ambiente que é isso que é muito legal da agrofloresta, que aí é uma escala de tempo onde tudo tá ordenado, organizado e aí então toda vez que eu venho vai ter coisa diferente produzindo e colhendo, e coisa diferente crescendo. Aí a gente sempre traz novidade, sempre traz e olha que legal, olha o que veio, nossa!

Essa passagem sintetiza a visão de Henrique e dispõe sobre o conceito que ele tem da agricultura que realiza. Na verdade, ele também aborda a questão do *farming vs. gardening*. O primeiro representa a agricultura cooptada pela onda industrial, que a tornou mais um produto moldado conforme a lógica econômica, cujo modo de organizar, portanto, orientar-se-ia por uma racionalidade técnica, instrumental. O segundo seria um movimento de libertação, de reencontro com as tradições, ao mesmo tempo que disruptivo. Congregaria o cultivo em contexto urbano como a jardinagem, uma combinação que vai além da questão decorativa e ornamental, mas também acrescentando ao jardim plantas alimentícias, medicinais, árvores frutíferas, entre outras, em uma junção de beleza e praticidade, afetividade e integração com a natureza, ou seja, de forma integral.

Em continuidade, a agricultura ou jardinagem praticada na Organização Politizada **não visa atender necessidades de um potencial mercado** voltado para a produção de orgânicos e até PANCs, as quais têm sido valorizadas ultimamente, inclusive por *chefs* de cozinha. Ainda, apesar de 70 por cento da dieta de Henrique e sua família ser proveniente da ocupação, não foi a necessidade de complementar sua alimentação e de sua família que o motivou a ingressar na empreitada, embora seja consequência do trabalho efetuado na organização²³. Inicialmente não havia interesse na **comercialização de parte da produção nem é o objetivo da**

²³ Seu papel perante a sociedade, a ligação com a natureza, a busca de uma alimentação saudável em um movimento comunitário e inclusivo seriam razões plausíveis.

organização, contudo esse entendimento mudou por parte de Henrique, algo a ser tratado no subtópico relativo ao atual momento da ocupação.

A respeito da **Lei de Agricultura Urbana** vigente, conforme já afirmamos resumidamente, tanto Henrique quanto um grupo de sujeitos envolvidos em causas sociais e políticas e, claro, que envolviam a AU na cidade, integraram um movimento e participaram dos debates que culminaram na aprovação da referida lei. Logo, ele teve participação direta na elaboração de tal instrumento legal, embora questione um efeito decorrente da normatização proveniente havida. Trata-se do assistencialismo e dependência àqueles que pleiteiam uma horta comunitária junto ao poder público local, algo sobre o que já discorreremos anteriormente.

Sobre as **vantagens** advindas do que se empreende na Organização Politizada, segundo seu líder:

A gente consegue abarcar todos os campos sociais, políticos e econômicos dentro da horta né. Sociais se a gente consegue abarcar todas as relações com a comunidade, né. Econômicos entra todo o processo de reestruturação de uma nova economia e políticos que, assim, a gente consegue resolver várias questões desde saneamento, segurança pública, saúde, educação. Enfim, é um prato cheio de vantagens que é difícil listar todas elas assim, porque a gente consegue fazer um trabalho bem complexo aqui e a complexidade fica difícil mensurar em dados, tanto a questão da reestruturação e a questão do meio ambiente aí também.

Consoante o entendimento de Henrique, as vantagens teriam relação com uma espécie de inovação social que poderia vir a surgir a partir da experiência com a ocupação, que não se limitou apenas à questão da produção de alimentos saudáveis em contexto urbano. Durante o primeiro ano de sua existência, a Organização Politizada obteve adesão da comunidade local quanto à questão da compostagem, a qual aderiu fortemente direcionando resíduos orgânicos domésticos para a ocupação. Com isso o espaço ganhou notoriedade, recebendo sistematicamente alunos da rede pública e professores interessados em conhecer a experiência, tornando-se um *case*. De tempos em tempos são feitas reportagens em um jornal local de Curitiba, Henrique tem prestado serviço de consultoria ao poder público, tudo isso em função do trabalho desenvolvido junto à Organização

Politicizada. Logo, poderia a ocupação ser uma ponte para uma nova experiência comunitária, sendo a AU apenas um ponto de partida, um pano de fundo nesse caso.

No primeiro ano da organização, conforme relatado, houve considerável movimentação, e não só de alunos da rede pública. Houve reuniões, confraternizações, feiras de trocas de utensílios, projeção de filmes, já que a ocupação também objetivava ser um lugar para lazer e entretenimento. Contudo, exceção feita às visitas de alunos da rede pública que continuam, a movimentação e envolvimento da comunidade recrudesceram, estando o horizonte imaginado por Henrique temporariamente estagnado.

Essa parte final, entre outros aspectos, tem conexão com o que será abordado no subtópico seguinte a respeito do atual momento da Organização Politizada conforme se perceberá.

4.5.4 O atual momento da Organização Politizada

Tal qual ocorrera anteriormente com as outras organizações investigadas, informamos que os achados de pesquisa foram influenciados pelo fator temporal, tendo em vista o fato de nossas observações e interações terem iniciado em abril de 2019 e findado em fevereiro de 2020. Logo, discorrer sobre o atual momento da Organização Politizada implica considerar a incidência de um “antes e depois” no que tange às considerações que realizaremos nessa passagem.

A Organização Politizada, decorridos 10 meses, continuava sendo uma ocupação pública, um “ato de resistência” segundo Henrique, e, assim mantida, permaneceriam também as razões que a originaram, conforme discorremos anteriormente. Algumas mudanças se operaram no espaço, que além de continuar produtivo, teve um ganho já mencionado de 100m², no qual, curiosamente investiu-se no cultivo de plantas convencionais, contrariando um pouco a vocação alternativa da ocupação que privilegia as PANCs. Outra mudança foi um direcionamento para projetos de educação ambiental, intensificado com o passar do tempo, o qual se deu

em uma perspectiva de ampliação da relação da ocupação com o poder público local – apenas lembrando: o terreno ocupado é de propriedade do município.

Os moradores seguiram deixando sacolas com lixo orgânico doméstico no espaço, totalizando algo em torno de 100kg de resíduos aproveitáveis por semana. Quanto à compostagem, um dos carros-chefes da organização e motivo de sensibilização da comunidade na chamada “revolução das sacolinhas”, conforme brincou Henrique, a iniciativa foi ampliada.

No final do ano de 2019, foi realizada uma parceria com a administração municipal envolvendo o trabalho periódico de manutenção da vegetação (mato) em vias públicas. Conforme relatado por Henrique, após realizarem tal manutenção os servidores direcionavam todo o resíduo varrido (e colocado em sacos) para a ocupação. Ato contínuo, todo o objeto da “varreção” era utilizada para a realização de compostagem laminar, ativando novos ninhos, e de forma geral, requalificando o solo cultivável de toda a ocupação. Segundo informado, a cada 15 dias, ao longo de dois meses, algo próximo de três toneladas de resíduos de “varreção” foram entregues até que se atingisse um limite. Então os recebimentos foram suspensos temporariamente, a fim de que a decomposição dos materiais seguisse em seu processo de enriquecimento dos espaços cultiváveis onde foram depositados.

A circulação de pessoas segue alta no local. Curiosos, pessoas que têm notícia da experiência realizada, simpatizantes da causa da AU, de produção de PANCs e alimentos orgânicos é comum. Fora isso, as visitas guiadas de professores e seus alunos prosseguiram, dentro do já informado contexto de educação ambiental a que tem se prestado a organização. Quanto a isso, prepondera a lógica do *gardening* em lugar do *farming*. Ou seja, ao invés de uma prática eminentemente agrícola, limitada por técnicas já conhecidas e hortaliças, isto é, na perspectiva da agricultura convencional, prefere-se o horizonte do ajardinamento, da mistura, da lógica do quintal que comporta tudo, de flores a alimentos comestíveis, árvores frutíferas e não frutíferas, ervas medicinais e temperos, proporcionando acolhimento, alimento e lazer. Isso, conforme discorreu Henrique desde nossas primeiras interações, corresponderia ao *gardening*, que, no caso da ocupação equivaleria a um sistema agroflorestal.

Se por um lado mantém-se uma certa convicção a respeito do modo com que se coordenam as ações dentro da ocupação, por outro Henrique mostrou alguns sinais de cansaço quando de nossa última interação. Administrar a Organização Politizada, segundo ele, tem sido bastante difícil, e isso se deve ao funcionamento, à manutenção das premissas da ocupação. Trabalho realizado quase que apenas por ele, a gestão do local tem se mostrado complexa. Segundo informou, optar pelo acesso irrestrito, ou seja, pela inexistência de um portão, de mecanismos de controle, é desafiadora, pois nem todo mundo que frequenta o lugar tem consciência, cuidado, apreço pelo que lá se realiza. Muitas vezes, o interesse é apenas de fruição sem cuidado, danificando canteiros, deixando lixo no local, e sem demonstrações de interesse em colaborar para a continuidade e melhorias das ações.

Ainda sobre a gestão da ocupação, foi relatado haver um planejamento mínimo no que pertine às técnicas empregadas no plantio. Os processos evoluíram, houve um melhor entendimento acerca dos ritmos e ciclos das espécies, observados ao longo dos experimentos realizados. Há um planejamento específico relativo às visitas de alunos da rede pública que periodicamente são recebidos na organização, e também a realização de oficinas para interessados. Contudo, apesar desse enfoque educacional, que na atualidade é o maior objetivo da organização, o líder afirmou estar sendo quase inviável voluntariar-se a receber alunos devido ao tempo que ele afirma não dispor para realizar tais atividades. Ele diz seguir sendo intuitivo e holístico, mais que convencional, trabalhando com demandas que surgem e na busca de respostas a elas.

Em prosseguimento a respeito da gestão da Organização Politizada, ele informa ser bom não ter hierarquia nem controle, bem como considera importante aplicar conhecimentos de gestão para administrar a horta. Não há burocracia, nem relação de autoridade. Nesse sentido, houve uma situação na qual colegas de um restaurante foram alertados a respeito de problemas com o lixo orgânico e resúduos que levavam e colocavam inadequadamente no local, mas ele não enxerga isso como uma relação de autoridade, apenas um alerta. Sobre o desejo de exponenciar, a experiência é um anseio ainda não alcançado.

Sobre o aspecto holístico (acolhedor, integrador) da ocupação, Henrique comentou ter cessado os encontros que especialmente no primeiro ano da Organização Politizada eram comuns. Ao longo de 2019 não houve nenhuma feira de trocas (em geral, de badulaques), confraternizações, ações sociais, projeção de filmes, enfim, encontros até então constantes nos meses subsequentes ao início da ocupação. Curiosamente, tal movimentação foi exaltada por Henrique quando de nosso primeiro contato. Porém, segundo o próprio, com o tempo se notou que tais iniciativas em praticamente nada contribuíram para a geração de adeptos à causa, de adesões ao trabalho, de cooperação, de participação na agricultura/jardinagem. De acordo com suas palavras, “não houve ganha-ganha”. Durante aquele período eufórico da organização, foi elaborado um mecanismo próprio de comunicação denominado “zine”, intensificada a divulgação por mídias sociais, assim como foi criada uma moeda social. No momento atual, o “zine” foi descontinuado, a comunicação se dá por meio do Facebook e “boca a boca”, e a moeda social, que à época chegou a circular em uma feira, foi mantida em *stand by*, guardada para um momento mais oportuno, de acordo com o líder.

Em relação ao diminuto contingente de participantes, isso não parece incomodar, mesmo tendo Henrique, em princípio, que atuar mais do que os outros, inclusive permanecendo no local com mais frequência. Os três participantes ativos têm em comum o descontentamento com o modo de vida habitual, baseado em consumo e extrativismo sem precedentes. Os três, conforme informou, têm visões parecidas no sentido de buscarem uma vida diferente, alternativa. Quando perguntado se em algum momento da existência da Organização Politizada houve a participação de jovens, Henrique informou que não. De acordo com ele, “para jovens é um mundo que não existe”, não questionam o modo de vida prevalente, não pensam em alimentação saudável, agroecologia e coisas do tipo em ambiente urbano.

A respeito de haver alguma modificação no entendimento inicial de as ações realizadas na Organização Politizada não estarem focadas em produtividade e eficiência, Henrique reforçou que isso nunca foi almejado. Em primeiro lugar viria o propósito educativo, informativo, de sensibilização e conexão da comunidade local com o espaço que passou a ter uma finalidade social por meio da AU – por ele

enxergada como jardinagem. Desse modo, a produtividade tenderia a ser uma consequência natural da iniciativa, que, uma vez compreendida, seria cada vez mais produtiva.

Ainda, a ocupação, de acordo com ele, tem potencial para ser vista como um projeto inovador no sentido social devido à possibilidade de avançar para além da prática da agricultura, indo nas seguintes direções: 1) Apresentando-se como alternativa à gestão de resíduos orgânicos domésticos e realização de compostagem; 2) Apontando para novas formas/técnicas de cultivo e de diferentes tipos de alimentos (não convencionais); 3) Regenerando o ambiente onde se instala; 4) Reunindo a comunidade e estreitando laços entre os vizinhos; 5) Proporcionando segurança pública (similar ao “vizinhança rima com segurança”, iniciativa da Organização Autônoma); 6) Melhorando a qualidade de vida dos praticantes, tanto pela utilização do tempo na ocupação, quanto em relação ao consumo de alimentos orgânicos; e, 7) Inovando ao integrar um conjunto de medidas surgidas a partir da AU/jardinagem (visão de conjunto, holística).

Por fim, no ponto que toca à questão da **sustentabilidade financeira** da ocupação, originalmente ela não visava lucro, mas isso passou a ser considerado devido à necessidade de investimentos em infraestrutura, para ter pessoas mais disponíveis, para o espaço ser mantido em movimento, estar “vivo”. A visão do líder mudou, tendo ele estabelecido um paralelo com o mundo da música ao se referir a isso. Ele mencionou o movimento Punk Rock, inicialmente questionador e marginal, mas que aos poucos foi incorporado pela indústria musical e acabou sendo consumido pelas massas, deixando claro que uma incorporação (no sentido exemplificativo) não precisa ocorrer no contexto da ocupação. O que a Organização Politizada precisa é avançar para além do reconhecimento que não lhe confere recursos e dificulta a continuidade. Isso daria uma injeção de ânimo aos participantes e novas perspectivas, por isso tem se pensado em formas de trazer recursos financeiros, mas não se sabe exatamente como. Cogita-se a realização de feiras de comercialização, oficinas pagas a valores módicos e até parcerias com investidores, mas sem nenhum tipo de concretude, estando tais possibilidades ainda em estágio embrionário.

Quanto ao interesse do **poder público local e seus agentes** em relação à Organização Politizada, ou ao seu modo de organizar a AU, foi relatado que não costumam ir ao local. Contudo, devido à prestação de serviço de consultoria ao departamento que cuida das questões relativas à AU na cidade, Henrique informou ter tido contatos seguidos com eles. Ainda, informou que eventualmente algum servidor entra em contato quando precisa de uma entrevista, gravar vídeos, etc., e/ou realizar ações de publicidade sobre AU na cidade. Em dezembro de 2019 dois gestores da secretaria de abastecimento foram até lá com o fito de obter declarações e imagens sobre a ocupação, as quais integrariam um estudo sobre cidades sustentáveis (ao iCities). Na ocasião abordaram a AU praticada pela ocupação, mas visando atender ao interesse do município (lembramos que o terreno pertence a ele) quanto à questão. Henrique apresentou a organização, falou das espécies, técnicas e objetivos.

Desse modo, após termos procurado descrever com profundidade as organizações, neste subtópico especialmente a Organização Politizada, partimos agora para uma nova seção, voltada especificamente para o modo de organizar as ações de AU por parte das organizações investigadas sob o ponto de vista da Administração.

4.6 O MODO DE ORGANIZAR A AGRICULTURA URBANA DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

Nesta seção descreveremos os modos de organizar a AU praticados pelas investigadas tendo por base a perspectiva de Child (2005). Esse autor indica uma série de componentes estruturais, no caso elementos que comporiam a estrutura básica de uma organização. Mediante adaptação dos componentes por ele enunciados, procuramos caracterizar o modo de organizar a AU por parte das novas formas organizacionais (Child, 2005), no caso Assistida, Vernacular, Autônoma e Politizada.

Assim, sob o ponto de vista do que Child (2005) denomina serem alternativas organizacionais básicas, descreveremos os modos de organizar das selecionadas por intermédio de seis categorias de análise, a seguir descritas: 1) Hierarquia: níveis/camadas, autoridade e linhas de subordinação; 2) Especialização; 3) Regras e cronogramas; 4) Integração; 5) Recompensa; e 6) Controle, este em especial contendo subcategorias, algo semelhante ao que Bardin (2016) designa como grade de categorias, ao discorrer sobre exemplos de conjuntos de categorias. Dessa forma descrevemos o funcionamento das organizações por meio de inter-relações com as categorias indicadas.

Esses elementos balizadores foram utilizados enquanto categorias analíticas propensas a viabilizar um provável alinhamento do fenômeno na perspectiva da Administração. Os casos apresentaram modos diversos de organizar suas atividades, ora contendo traços convencionais ora alternativos, todavia tendo sido verificadas proximidades com as práticas enunciadas por Child (2005).

Tais considerações serão demonstradas nas seções seguintes, sendo que as abordagens a respeito das organizações são feitas separadamente.

4.6.1 O modo de organizar da Organização Assistida

Nos termos acima citados, neste subtópico discorreremos sobre o modo de organização da AU por parte da Organização Assistida, e o faremos conforme observado em campo, a partir da visão dos entrevistados, procurando realizar um alinhamento com as categorias analíticas indicadas.

4.6.1.1 Hierarquia: níveis/camadas, autoridade e linhas de subordinação

A Organização Assistida, conforme relatado por sua líder, e também verificado por ocasião da entrevista realizada com o poder público local e agentes responsáveis pela coordenação de ações voltadas para a prática de AU em Curitiba, é permeada por relações de autoridade e, conseqüentemente, é hierarquizada.

A horta em questão ocupa uma extensão de terras de propriedade de uma companhia estatal federal de energia elétrica, situando-se embaixo das linhas de transmissão de tal operadora. Esta, por sua vez, permite que os horteiros realizem o plantio de hortaliças mediante condições estipuladas em contrato. Pelo que observamos, reside aqui o maior traço de autoridade no que diz respeito às atividades realizadas.

Entre a estatal de energia, o poder público local e a horteira líder da organização é firmado um contrato com regras a respeito do que pode e não pode ser feito na horta, especialmente relacionadas às questões de segurança dos praticantes devido às características do local, por onde passam fios de alta tensão, bem como relativas aos tipos de plantas a serem cultivados. Por exemplo, é proibido o cultivo de espécies de médio e alto porte como por exemplo mandioca, milho e quiabo, e demais qualidades com características de arbusto sob o argumento de que a concentração desses tipos de plantas possa vir a se tornar refúgio para bandidos. Segundo a horteira líder, “a gente já teve problema com ladrão, de se esconder na horta, se escondiam embaixo das mandioca, dos quiabo”. Uma constatação a respeito disso é o fato de a líder ter sua autoridade desafiada por boa parte dos integrantes, ao insistirem no cultivo das plantas não indicadas e ou ignorarem as regras de segurança indo realizar os trabalhos calçando chinelos, cientes de que é obrigatório o uso de botas, obrigatoriedade estipulada pela estatal de energia.

Como as práticas proibidas são reiteradas por parte dos participantes da horta, malgrado várias tentativas de sua gestora no sentido de dissuadi-los, ela já foi repreendida pelo técnico da estatal de energia quando de visitas periódicas ao lugar. Certa feita ele a advertiu de que há um contrato firmado, e com regras claras,

dizendo o referido funcionário a ela, segundo palavras dela própria: “se vocês não estão contentes, vocês vieram aqui, eu já estava aqui. Arrume outro terreno e saia!”. Reprimendas surgem também por parte de uma engenheira agrônoma vinculada ao poder público que vai ao local de tempos em tempos e demonstra desagrado ao se deparar com plantas de média e alta estatura.

Em resumo, há papéis determinados e uma relação hierárquica delineada, níveis/camadas, relações de autoridade e linhas de subordinação. A principal autoridade é a estatal de energia, seguida do poder público local por meio de seus agentes bem como a líder na condição de gestora da organização. Ela realiza seu papel e procura coordenar as ações dos demais participantes da horta conforme os termos estipulados em contrato (que não foi renovado até a conclusão da pesquisa), sendo ao mesmo tempo, por analogia, orientada/supervisionada pelos técnicos da estatal de energia e servidores do departamento de hortas da prefeitura, em uma relação de subordinação.

4.6.1.2 Especialização

Quanto à lógica de especialização das funções realizadas na Organização Assistida, são efetuados o plantio e a manutenção sistemática dos canteiros dentro de condições esperadas, ou seja, produtivos, limpos (sem ervas daninhas), e livres de agrotóxicos. Trata-se de trabalho simples e reiterado, praticado manualmente em especial com o emprego de enxadas.

Nesse quesito destaca-se o papel da líder, que conforme já relatado deve seguir e repassar aos demais as orientações dos técnicos da prefeitura quanto ao emprego de adubo orgânico, recebendo mudas cujas espécies são adquiridas e entregues pela prefeitura, sempre hortaliças comuns, as quais são repassadas aos demais agricultores por ela. Realiza-se compostagem, estando consignado que em hipótese alguma devem ser utilizados adubos químicos e pesticidas, e nem cultivadas espécies proibidas, como já mencionado. Em linhas gerais, conhecimentos basilares a respeito de agricultura compõem as ações da líder e dos

demais praticantes que, espera-se, sigam suas orientações, e que conforme já relatado em parte apresentam algum tipo de desobediência.

As ações praticadas na horta não parecem ser organizadas mediante consideração de conhecimento especializado e definição de papéis específicos, à exceção da líder, que é a responsável pela coordenação dos trabalhos conforme regras determinadas, mas que não foi eleita por sua *expertise*, e sim por viver há 25 anos no bairro, por seu carisma e gosto por agricultura.

4.6.1.3 Regras e cronogramas

A Organização Assistida é fechada e seu acesso é permitido apenas aos participantes, que possuem chaves para abrir o portão. Ninguém além deles pode frequentar a horta, embora familiares eventualmente o façam com a ciência da líder. O acesso de quem não é hortelão depende de autorização dela, como nós próprios fizemos para realizar observações e entrevistas, residindo aqui inclusive um traço de autoridade devido ao encargo assumido por Sofia.

A prática de AU no contexto da Organização Assistida obedece a regras previstas em um contrato firmado entre a estatal de energia elétrica, o poder público local e a gestora da horta, válido por cinco anos. Contudo, durante a coleta de dados o contrato estava vencido e, conforme discurremos na parte de apresentação da organização, precisaria ser renovado. Até o final da pesquisa essa situação não mudou, estando a horta em condição irregular, mas com os plantios seguindo normalmente.

A despeito de tal situação e curiosamente, segundo relatado pela líder e também pelos agentes do departamento que cuida da AU em Curitiba, o funcionamento da horta dependeria da assinatura do contrato, estando os envolvidos (especialmente a líder) cientes de que as normas estabelecidas pela estatal são inegociáveis. Trata-se de regras de caráter obrigatório, em sua maioria relacionadas às questões de segurança e saúde dos envolvidos. Inclusive, esse

aspecto foi notado no momento em que ela afirmou que “o pessoal fica doente e dizem que a culpa é **da estatal de energia**”. A expressão grifada constitui adaptação da fala da líder, com a finalidade de não divulgar o nome da empresa proprietária do terreno. Tal passagem realça uma entre outras preocupações dela, que trava uma batalha ora vencida, ora perdida, ao se deparar constantemente com situações de afronta às orientações de segurança. Ainda sobre o contrato, ao pedirmos acesso ao mais recente, que por sinal está vencido, Sofia informou ter assinado mas não ficado com cópia.

No mais, foi relatado haver espaço para ações discricionárias, oriundas do aprendizado e compartilhamento de experiências em relação às formas de realização dos trabalhos, conforme informado no capítulo e tópicos em que apresentamos a Organização Assistida e discorremos sobre seus modos de se relacionar e produzir.

Quanto aos cronogramas, estariam relacionados com as ações da prefeitura, conforme agenda do respectivo departamento. À líder da horta e aos demais cabe seguir as regras de funcionamento da Organização Assistida, com visitas periódicas dos agentes do poder público para verificação, orientações e apoio ao desenvolvimento das atividades que devem estar dentro dos padrões esperados – visitas que foram escasseando, de acordo com informações prestadas por Sofia.

Há também, como já informado, visitas semanais dos *chefs* de cozinha nas quartas-feiras, ocasiões em que, segundo a líder: “No dia que vem *chef*, eu chego aqui às 6 horas e fico aqui até à 1, 2 horas da tarde, porque até eles colher e levar e sair. A gente tem que molhar, limpar [...]”. Em geral, não há um cronograma a ser seguido. Conforme indicamos ao descrevermos os perfis dos participantes, cada um estabelece sua rotina de trabalho na horta.

Por fim, e em conformidade com Child (2005, p. 13), nota-se na horta a influência de uma “filosofia burocrática da organização”, em que, fora a necessidade de formalização contratual da atividade com requisitos obrigatórios a serem observados, estão presentes questões relativas às previsibilidades de comportamentos. Presumimos que não poderia ser diferente, já que se trata de uma relação de: (1) assistência, em que é preciso obedecer às regras impostas pela

estatal de energia elétrica; e, (2) de dependência, na qual seguir as determinações dos agentes e técnicos do departamento de hortas urbanas da prefeitura implica receber apoio de ordem técnica por meio da presença de artefatos (maquinários) para realização da AU quando necessário. Lembramos, contudo, que o tópico relativo ao atual momento da organização mostrou que as relações com o poder público andam um tanto conflitivas.

4.6.1.4 Integração

Remetendo a Child (2005), a questão da hierarquia é relacionada sob os pontos de vista vertical e horizontal, na qual a comunicação é elemento fundante, e o objetivo é a busca de entendimento. Nesse sentido, a comunicação direta é preferível, sendo esta uma escolha típica da abordagem horizontal para a integração.

Na Organização Assistida, por analogia um empreendimento em que se pratica AU sem a finalidade de lucro, a qual, no tempo da coleta de dados contava com 105 participantes ativos, e depois passou a ter 88, a lógica da comunicação direta em grande medida é aplicada em âmbito interno, na relação entre a líder e os horteiros. A abordagem vertical para integração se dá mediante relação com a estatal de energia elétrica e com os agentes do poder público, em uma relação hierárquica já descrita.

A comunicação vertical, por vezes contendo traços de horizontalidade, está presente nas relações estabelecidas de forma triangular entre estatal de energia, poder público local e a líder. Segundo essa configuração, a líder reporta-se tanto à estatal quanto aos agentes do departamento afeito à AU em Curitiba. Devido às atribuições que lhe são conferidas, relaciona-se com os demais integrantes (horteiros), comunicando-se diretamente com eles, os quais, por sua vez, em movimentos constantes estabelecem elos entre si.

A horta do *chef*, já mencionada em diversos momentos, é a demonstração de uma ação integrada dentro da horta, mas que no momento da coleta de dados dava sinais de enfraquecimento.

Em linhas gerais, a Organização Assistida promove pouca integração com os moradores das imediações, bem como de localidades próximas e até de “outras vilas”, conforme proferido pela líder.

Prosseguindo, reforçamos que a integração com agentes públicos, líder e horteiros segue normas pré-estabelecidas. Para além da dependência estabelecida, a horta tem em sua líder um pilar de sustentação, apesar do peso que demonstra carregar ao liderar a empreitada.

Em suma, a lógica da Administração parece estar presente no fenômeno observado. Há organização, integração de indivíduos, hierarquia, horizontalidade e comunicação visando entendimentos, mesmo que imperfeitos. Existe um objetivo comum que é a prática da AU, mesmo que a empreitada não aufera lucro e seus participantes não enxerguem com clareza que se trata de um movimento organizado.

4.6.1.5 Recompensa

Devido aos traços da organização, não se busca reconhecimento e posições específicas, como crescimento e/ou papéis para além do executado pela líder. Não há cargos, nem progressão de carreira no sentido formal. Contudo, conforme nossa interpretação, em diversos momentos notamos ser importante para Sofia ser notada, ser reconhecida pelo que realiza na horta enquanto gestora. Todavia, não há salário, nem qualquer tipo de compensação financeira. A recompensa parece ser afetiva, trazendo ganho em sentido cumunitário aos praticantes e mesmo a ela, que afirma amar o que faz, embora tenha reclamado de certas dificuldades.

Em geral, pode ser vista como recompensa a alimentação saudável proporcionada para as famílias participantes, que não precisam comprar legumes, verduras e temperos, sendo sua alimentação complementada pelo que vem da horta.

Em regra, há produção excedente, havendo inclusive a possibilidade de haver trocas e doações. De acordo com a líder, e conforme observamos, uma possível recompensa (ou vantagem) seria o ato de plantar e colher, com foco nos resultados e consequências. Ocupa-se o tempo, a mente, faz bem para a saúde, resgata-se as ligações com o passado rural, doa-se parte do que é produzido para amigos, etc.

4.6.1.6 Controle

Quanto ao controle, procuramos utilizar os elementos relacionados às possibilidades organizacionais indicadas por Child (2005), subdivididas em cinco estratégias: (1) Controle centralizado na pessoa; (2) Controle burocrático; (3) Controle de produção; (4) Controle cultural; e (5) Controle por meio de gestão de pessoas, as quais foram adaptadas conforme os dados obtidos junto à Organização Assistida. Esse é o ponto mais próximo da lógica de uma organização formal/empresa que empregamos dentro do tópico das categorias de análise.

Elaboramos o Quadro 4 com a finalidade de estabelecer conexões (tanto quanto possível), entre os dados e o sistema de controle proposto por Child (2005). Mediante adaptação, reproduzimos os itens indicados pelo autor britânico e inserimos duas colunas com as opções “sim” e “não” para efetuar uma contextualização com o modo de organizar utilizado pela Organização Assistida, de forma objetiva.

Quadro 4 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Assistida

1. Controle centralizado na pessoa	Sim	Não
1.1 Tomada de decisão centralizada	X	
1.2 Supervisão direta	X	
1.3 Liderança pessoal: fundamentada na propriedade, no carisma ou no conhecimento técnico	X	
1.4 Punição e recompensa reforçam a obediência à autoridade pessoal		X
2. Controle burocrático	Sim	Não
2.1 Divisão das tarefas em elementos facilmente definíveis	X	

2.2 Definição formal de métodos, procedimentos e regras aplicados à realização de tarefas		X
2.3 Controles orçamentário e contábil		X
2.4 Tecnologia voltada a limitar a variação de ritmo, sequência e, possivelmente, método físico na realização de tarefas		X
2.5 Delegação do processo de tomada de decisão dentro dos limites estabelecidos	X	
2.6 Sistemas de punição e recompensa reforçam a obediência a procedimentos e regras		X
3. Controle de produção	Sim	Não
3.1 Cargos e unidades definidos para assumir a responsabilidade por toda a produção		X
3.2 Especificação de padrões e metas de produção		X
3.3 Uso de sistemas de “responsabilidade contábil”		X
3.4 Delegação de decisões em questões operacionais: semiautonomia		X
3.5 Punição e recompensa associadas às metas de produção alcançadas		X
4. Controle cultural	Sim	Não
4.1 Desenvolvimento de forte identificação com as metas gerenciais		X
4.2 Trabalho semiautonomo: poucos controles formais	X	
4.3 Forte ênfase na seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal		X
4.4 Recompensas voltadas à estabilidade no emprego e desenvolvimento de carreira		X
5. Controle por meio da gestão de pessoas	Sim	Não
5.1 Critérios de seleção voltados às características pessoais e sociais desejadas		X
5.2 Uso de sistema de avaliação e recompensa para reforçar o desempenho desejado		X
5.3 Treinamento com finalidade de socialização bem como de obtenção de novo conhecimento e qualificação		X

Fonte: Adaptado de Child (2005).

4.6.2 O modo de organizar da Organização Vernacular

Neste subtópico, discorreremos sobre o modo de organizar da Organização Vernacular, nos termos já mencionados.

4.6.2.1 Hierarquia: níveis, camadas, autoridade e linhas de subordinação

As ações realizadas pela Organização Vernacular são caracterizadas por seu líder, André, como “atividade familiar informal”. Logo, mesmo que ele esteja à frente da horta, essa liderança não parece redundar em qualquer tipo de subordinação dos demais envolvidos em relação ao papel realizado por ele, ou em divisão de tarefas específicas a serem efetuadas pelos demais. Trata-se de relação constituída entre irmãos, mãe e tia com a finalidade de plantar para manter uma tradição de família, preservar a memória do pai, o iniciador da atividade, ocupar o tempo, bem como consumir alimentos saudáveis, produzidos mediante esforços próprios e com simplicidade.

Não vislumbramos uma linha ou níveis de subordinação propriamente. Prevalece a colaboração e linearidade de ações em perspectiva horizontal e descentralizada, aliada à comunicação direta. O trabalho não parece exigir algum tipo de especialização no sentido formal, técnico, sendo realizado com liberdade. Embora tenhamos observado em André uma figura de autoridade, esta se deve ao fato de ele custear as despesas relativas à compra de mudas, sementes, ferramentas e o que for necessário, e quando requisitado responder enquanto responsável pela horta.

4.6.2.2 Especialização

O conhecimento posto em prática para realização das tarefas é genuíno, tendo relação com a origem campestre de todos os integrantes, adaptado ao contexto urbano. Ademais, não se trata de atividade principal a nenhum deles. Devido às feições da organização e forma com que a atividade é realizada, não se exige definição de papéis com o máximo de *expertise*, embora pareça haver postura flexível no sentido de serem implementadas mudanças e adaptação para novas tarefas.

O trabalho é artífice, simples e repetitivo, e não impede os praticantes, se quiserem, de alterar os modos de realizá-lo. Quanto a isso, chegamos a presenciar diálogos no sentido de as duas hortas serem cultivadas ao longo de todo o ano, mesmo com a incidência do inverno, já que parece habitual para eles intensificar o cultivo, especialmente no terreno grande, de agosto até janeiro ou fevereiro do ano seguinte. Contudo, esse aspecto guarda relação com a questão das regras e tomada de decisão, que veremos adiante.

4.6.2.3 Regras e cronogramas

A regra principal é dar continuidade ao trabalho pelas razões já mencionadas: afeto, manutenção da tradição familiar, ocupação do tempo e complemento da alimentação com produtos saudáveis. À exceção do líder e um dos irmãos, os demais participantes são pessoas simples e de pouca instrução formal, não nos parecendo haver obrigatoriedade ou discricionariedade quanto ao trabalho. Como a autoridade do líder não é exercida formalmente, não visualizamos uma relação de obediência, não com o peso de regras postas. Assim, a previsibilidade de comportamentos ocorre no compromisso em realizar o trabalho.

Em relação aos cronogramas, ou a um possível cronograma de trabalho, o que parece haver é comprometimento entre os familiares para atuar conforme suas vontades. Algo próximo de um cronograma seria a predominância de atividades nas manhãs e tardes de sábado, às vezes domingos e até feriados, pela manhã e por vezes à tarde, aliada ao fato de os trabalhos no terreno maior serem intensificados a partir de agosto, se estendendo até janeiro e fevereiro do ano seguinte. Contudo, isso não é antes estabelecido. Simplesmente é realizado conforme a disposição de cada um em estar na roça, como gostam de designar a horta.

Quanto aos cultivos realizados no terreno menor, são feitos continuamente pela mãe e pela tia dos entrevistados, no começo ou ao fim do dia, as quais colaboram também na secagem do feijão, manejo e produção de bolos, doces e derivados de milho, entre outros afazeres. As regras, pode-se dizer, são tácitas. Por

exemplo, segundo André, eles sabem que em agosto é época de plantar feijão, milho, abóbora, replantar mandiocas, e sabem que “se a natureza colaborar” o feijão deve ser colhido no final de janeiro, do mesmo modo o milho. Nesse caso, o que se segue é a regra ou ciclo da planta, e não o que poderia ser definido por eles formalmente. Há, portanto, nesse sentido um respeito à natureza.

4.6.2.4 Integração

O desenvolvimento da agricultura se dá mediante comunicação direta e ação entre os integrantes. Logo, busca-se entendimento em perspectiva horizontal, sendo colocados em prática conhecimentos relevantes e já intrínsecos aos participantes da Organização Vernacular, relacionados às suas origens camponesas. Conforme já dito, trata-se de ação colaborativa entre os familiares, não havendo uma formalização de atividades com regras e cronogramas.

Não parece haver trocas de conhecimentos com outros sujeitos, ao menos que nos tenham sido relatadas – algo comum entre as Organizações Autônoma e Politizada como veremos adiante. Não há integrantes externos além dos familiares, exceção feita ao senhor que, segundo informado, despeja carrinhos de resíduos provenientes da atividade de jardinagem que realiza na vizinhança, depositando-os periodicamente sobre o terreno maior com a autorização de André a fim de adubar o solo.

Ainda, segundo o relato, há moradores em situação de pobreza que eventualmente pedem autorização para colher mandioca, milho e abóbora no terreno maior, assim como vizinhos próximos, para quem se realiza doações. Entretanto, integração efetiva no sentido de haver outros envolvidos no cultivo, isso foi relatado não acontecer.

4.6.2.5 Recompensa

A Organização Vernacular é uma espécie de arranjo coletivo, que com seu modo de praticar AU não visa atingir um potencial mercado e com isso obter lucro, tal qual fazem as organizações de agricultura familiar que comercializam seus produtos em feiras de orgânicos, por exemplo. Podemos afirmar que a recompensa está presente no ato de lidar com a terra, realizar o plantio, de ver crescer, colher, de reviver memórias e preservá-las, de preparar alimentos saudáveis oriundos do quintal, e também de reunir familiares e amigos para celebrarem a vida, tudo isso segundo relatado pelo líder André.

Não se busca reconhecimento, funções de destaque, premiações ou promoções, elementos presentes em organizações formais – baseadas em hierarquias, cargos e salários. Logo, conforme já dito ao início, a recompensa é afetiva, tendo relação com as razões que movem os familiares a organizarem sua AU. Contudo, há comprometimento e regras tácitas, as quais se resumem na convivencialidade e colaboração entre os membros da família.

4.6.2.6 Controle

Quanto ao controle, aplicaremos o mesmo procedimento de análise dirigido à Organização Assistida, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Vernacular

1. Controle centralizado na pessoa	Sim	Não
1.1 Tomada de decisão centralizada	X	
1.2 Supervisão direta		X
1.3 Liderança pessoal: fundamentada na propriedade, no carisma ou no conhecimento técnico	X	
1.4 Punição e recompensa reforçam a obediência à autoridade pessoal		X
2. Controle burocrático	Sim	Não

2.1 Divisão das tarefas em elementos facilmente definíveis	X	
2.2 Definição formal de métodos, procedimentos e regras aplicados à realização de tarefas		X
2.3 Controles orçamentário e contábil		X
2.4 Tecnologia voltada a limitar a variação de ritmo, sequência e, possivelmente, método físico na realização de tarefas		X
2.5 Delegação do processo de tomada de decisão dentro dos limites estabelecidos		X
2.6 Sistemas de punição e recompensa reforçam a obediência a procedimentos e regras		X
3. Controle de produção	Sim	Não
3.1 Cargos e unidades definidos para assumir a responsabilidade por toda a produção		X
3.2 Especificação de padrões e metas de produção		X
3.3 Uso de sistemas de “responsabilidade contábil”		X
3.4 Delegação de decisões em questões operacionais: semiautonomia		X
3.5 Punição e recompensa associadas às metas de produção alcançadas		X
4. Controle cultural	Sim	Não
4.1 Desenvolvimento de forte identificação com as metas gerenciais		X
4.2 Trabalho semiautonomo: poucos controles formais	X	
4.3 Forte ênfase na seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal		X
4.4 Recompensas voltadas à estabilidade no emprego e desenvolvimento de carreira		X
5. Controle por meio da gestão de pessoas	Sim	Não
5.1 Critérios de seleção voltados às características pessoais e sociais desejadas		X
5.2 Uso de sistema de avaliação e recompensa para reforçar o desempenho desejado		X
5.3 Treinamento com finalidade de socialização bem como de obtenção de novo conhecimento e qualificação		X

Fonte: Adaptado de Child (2005).

4.6.3 O modo de organizar da Organização Autônoma

Neste subtópico, trataremos do modo como a Organização Autônoma realiza a sua agricultura. Porém, como já discorremos, ela atua em diferentes frentes, posicionando-se no sentido de “oferecer respostas práticas às demandas sociais locais” (ADVERSI, 2018, p. 59). Logo, suas atribuições superam a questão da AU,

embora tudo o que realizem esteja conectado com a agricultura. Então, a seguir haverá passagens em que não será possível avaliar a questão do modo de organização da agricultura isoladamente, embora tenhamos nos esforçado nesse sentido.

4.6.3.1 Hierarquia: níveis/camadas, autoridade e linhas de subordinação

A figura do fundador da organização é proeminente. Além de ser um dos iniciadores da ONG, sua liderança é exercida dentro e fora dela, sendo um nome conhecido entre os grupos praticantes da agricultura não assistida realizada na cidade. Cumula a função de representante em eventos especiais e de líder religioso (ADVERSI, 2018), orientando os trabalhos, mas ao mesmo tempo deixando claro que os integrantes devem se autogerir em relação ao que precisa ser feito.

Há entendimento no âmbito da organização de que a educação nos moldes convencionais tende a cercear a autonomia das pessoas, vinculando-as a figuras de autoridade que mormente lhes dizem o que fazer. Por essa razão, embora o iniciador seja uma figura central, as responsabilidades são divididas entre os participantes, e conforme Adversi (2018), as lideranças tendem a ser compartilhadas entre eles, desde que tenham adquirido com o passar do tempo certa clareza quanto à possibilidade de se autogerirem.

Assim, as manifestações do ato de administrar a organização (CHILD, 2005), devido às feições da Organização Autônoma, parecem não se coadunar com a lógica dos cargos definidos e tidos como exclusivos. A autoridade lá guarda relação com conhecimentos prévios que os integrantes detenham, e não especificamente com a questão de estar em um nível superior dentro da organização comandando e tendo comandados. Por exemplo, uma das participantes é Médica Veterinária, logo, possui *expertise* para lidar com animais, naturalmente em melhores condições que os demais. Desse modo, não parece haver níveis hierárquicos e linhas de subordinação, sendo as relações presididas por um senso de cooperação e atenção

para com a organização como um todo, da qual todos fazem parte, da qual todos seriam responsáveis. Ainda, especificamente no que pertine à AU:

Quem trabalha na horta diariamente e organiza as atividades e a rotina sou eu. Sou eu quem responde pelo jardim da casa. Têm pessoas que ajudam, né, não existe uma escala onde em cada dia da semana tem alguém ajudando, o horário, né, mas é comum ter alguém é, ajudando sim. Às vezes na forma de mutirão, né, quando tem alguma coisa muito pesada, muito grande pra ser feita, a gente chama o mutirão entre os internos da casa. [...] Então, é praticamente eu com a ajuda de um outro mas sem uma regularidade tão grande assim, uma agenda.

Em relação ao relato supra, Fernando se enxerga responsável pela atividade de AU no contexto da organização, e embora valorize o aspecto grupal e o senso de colaboração estabelecidos, pode se afirmar que está presente nele a figura de autoridade quanto à prática da AU. Todavia, soubemos por ocasião da coleta de dados que o líder, Plínio, também possui *expertise* a respeito, chegando a discorrer sobre isso publicamente, inclusive em meios virtuais.

4.6.3.2 Especialização

Ao contrário do que ocorre nos moldes formais, em que papéis e/ou cargos são hierarquicamente definidos mediante constatação de máxima *expertise*, a agricultura praticada na Organização Autônoma conta com conhecimentos adquiridos ao longo de seus quase vinte anos de trajetória.

A agricultura, ou jardinagem como também a designa Fernando, é essencialmente baseada na utilização de resíduos orgânicos. A coleta de bagaços de cana, de coco e de itens não aproveitados em feira de hortifruti vizinha à comunidade, realizada semanalmente, resulta em compostagem. Ao depositarem grandes quantidades de resíduos orgânicos sobre o solo, reduz-se muito o trabalho na horta, de acordo com Fernando. O emprego de tal técnica, além de nutrir as plantas, diminui o investimento de tempo em manutenção de canteiros.

Em princípio parece haver certa simplicidade na realização do trabalho na horta, que, contudo, exige esforços contínuos no sentido de se obter resíduos para direcioná-los aos cultivos. Simplicidade à parte, relembramos que os perfis dos integrantes da Organização Autônoma são diferenciados, se comparados aos das demais, e isso tem relação com a formação acadêmica de todos eles, inclusive com realização de mestrado por alguns. Logo, o conhecimento prático adquirido é valorizado e direcionado à organização, havendo disposição para aprender mais, e também contribuir com outras organizações e sujeitos praticantes de agricultura semelhante àquela realizada por eles, como inclusive chegamos a verificar.

4.6.3.3 Regras e cronogramas

A organização possui regras gerais que envolvem os horários de início e término de atividades diárias, indicando-se intervalos para refeições, escalas para trabalhos rotativos, reuniões e afins, iniciando às 6 horas da manhã e encerrando às 19 horas da tarde, conforme apontado por Adversi (2018). Todavia, quanto à atividade de agricultura propriamente, como já mencionamos, é organizada e basicamente realizada por Fernando, que conta com o auxílio de outros integrantes quando necessário, havendo inclusive uma escala para esses auxiliares. Contudo, o próprio nos informou que atualmente a atividade não conta com um cronograma rígido, “uma regularidade tão grande assim” conforme suas palavras. Segundo a lógica da autogestão presente no jeito de os membros da Organização Autônoma realizarem suas atividades, Fernando se limitou a afirmar que trabalha diariamente na horta, organizando as rotinas.

4.6.3.4 Integração

No sentido convencional, integração implica administração/gestão de relacionamentos entre pessoas, funções e unidades no âmbito de uma organização.

Também, em intercâmbio entre sujeitos e equipes, interna e externamente, terceirização de atividades consideradas não fundamentais e alianças (CHILD, 2005).

A integração presente no modo de ser da Organização Autônoma segue uma lógica baseada na valorização da vida comunitária, no auxílio mútuo entre os participantes, mesmo havendo designação de papéis para cada um, como é o caso de Fernando. Adversi (2018) apresenta um quadro de atividades diárias em que há integração entre participantes, momentos que envolvem refeições diárias, leitura de trechos da Bíblia, escalas para tarefas corriqueiras, reuniões e momentos de orações. Ademais, no que tange à tomada de decisões, a pesquisadora também discorreu sobre a busca de consensos quanto aos rumos da Organização. Logo, há um direcionamento no sentido de todas as ações ocorrerem de forma integrada, por meio de comunicação direta, assemelhando-se à proposta de abordagem horizontal para integração.

Há integração nas parcerias já estabelecidas com comerciantes de caldo de cana-de-açúcar e de água de coco, e também com feirantes para coleta de resíduos orgânicos, como já indicado. Ainda, conforme pudemos observar e Henrique chegou a relatar, a atividade de agricultura conta com eventuais participações de voluntários interessados em colaborar e aprender as técnicas empregadas. Há também integração com a comunidade local no sentido de compreenderem a natureza do trabalho realizado, nesse caso, de todo ele e não apenas a AU, mediante realização de bazares, almoços, cafés e vendas de pão de fermentação natural.

Por fim, há relações entre o líder e o poder público local, que por meio de seu representante conhece o trabalho realizado, e com o qual a organização contribui com seus saberes sobre AU. Dessa forma, “informação e conhecimentos relevantes estão dispersos entre as pessoas” (CHILD, 2005, p. 15) envolvidas, no caso os membros da organização, e as que as visitam com a finalidade de interagir para algum fim.

Um exemplo de integração verificado por ocasião das entrevistas, nesse caso com a sociedade, foi a participação do líder da Organização Autônoma quando das deliberações para a formulação da LAU de Curitiba, bem como da relação que é

mantida com o líder da Politizada, já que ambas compartilham experiências a respeito da AU que praticam.

4.6.3.5 Recompensa

A configuração da Organização Autônoma não condiz com a perspectiva de reconhecimento e progressão de carreira, cargos e salários, conforme o modelo convencional, até porque é justamente dessa lógica que desejam se afastar.

Entretanto, a recompensa dos integrantes, e aqui nos atemos às figuras de Fernando e do líder, Plínio, por não ser caso de tratar dos demais membros, reside na crença de que o trabalho que realizam condiz com a razão de existirem no mundo, de servirem a Deus, que por meio da natureza oferece tudo o que é necessário para viver. Para isso basta se reconhecer como parte dela trabalhando no sentido de restaurar uma harmonia original, que, inclusive, remeteria ao tempo dos caçadores-coletores.

No que diz respeito a algum tipo de salário eventualmente pago aos membros da Organização Autônoma, Adversi (2018) informa em sua pesquisa que eles não são remunerados. Indica, contudo, a referida autora, haver um caixa único no qual doações e receitas provenientes de atividades realizadas pela organização são reunidas, as quais são direcionadas para o atendimento de demandas gerais – fato que não diz respeito somente à prática de agricultura realizada.

4.6.3.6 Controle

Quanto ao controle, aplicaremos o mesmo procedimento de análise dirigido à Organizações Assistida e Vernacular, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Autônoma

1. Controle centralizado na pessoa	Sim	Não
1.1 Tomada de decisão centralizada		X
1.2 Supervisão direta		X
1.3 Liderança pessoal: fundamentada na propriedade, no carisma ou no conhecimento técnico	X	
1.4 Punição e recompensa reforçam a obediência à autoridade pessoal		X
2. Controle burocrático	Sim	Não
2.1 Divisão das tarefas em elementos facilmente definíveis	X	
2.2 Definição formal de métodos, procedimentos e regras aplicados à realização de tarefas		X
2.3 Controles orçamentário e contábil	X	
2.4 Tecnologia voltada a limitar a variação de ritmo, sequência e, possivelmente, método físico na realização de tarefas		X
2.5 Delegação do processo de tomada de decisão dentro dos limites estabelecidos		X
2.6 Sistemas de punição e recompensa reforçam a obediência a procedimentos e regras		X
3. Controle de produção	Sim	Não
3.1 Cargos e unidades definidos para assumir a responsabilidade por toda a produção		X
3.2 Especificação de padrões e metas de produção		X
3.3 Uso de sistemas de “responsabilidade contábil”		X
3.4 Delegação de decisões em questões operacionais: semiautonomia		X
3.5 Punição e recompensa associadas às metas de produção alcançadas		X
4. Controle cultural	Sim	Não
4.1 Desenvolvimento de forte identificação com as metas gerenciais		X
4.2 Trabalho semiautônomo: poucos controles formais	X	
4.3 Forte ênfase na seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal		X
4.4 Recompensas voltadas à estabilidade no emprego e desenvolvimento de carreira		X
5. Controle por meio da gestão de pessoas	Sim	Não
5.1 Critérios de seleção voltados às características pessoais e sociais desejadas		X
5.2 Uso de sistema de avaliação e recompensa para reforçar o desempenho desejado		X
5.3 Treinamento com finalidade de socialização bem como de obtenção de novo conhecimento e qualificação		X

Fonte: Adaptado de Child (2005).

4.6.4 O modo de organizar da Organização Politizada

Neste subtópico, descreveremos o modo de organizar a agricultura realizado pela Organização Politizada. Entre os modos descritos até aqui, a Politizada aparenta ser a que está mais distante do modelo convencional, conforme discorreremos a seguir.

4.6.4.1 Hierarquia: níveis/camadas, autoridade e linhas de subordinação

As ações realizadas pela Organização Politizada estão centralizadas na figura de seu líder, Henrique. Conforme havíamos mencionado na passagem em que a descrevemos, a organização confunde-se com seu líder, até porque nas ocasiões em que os dados foram coletados era reduzido o número de participantes, apenas três, o menor contingente entre as selecionadas.

No que pertine à divisão do trabalho na horta, quem trabalha com regularidade é o próprio líder, aliado ao fato de não haver uma divisão formal de tarefas, níveis e linhas de subordinação. Provavelmente isso se deve à perspectiva denominada “jardinagem libertária”, linha de pensamento a que está filiado o líder, conforme nos relatou. Nesse sentido, assim como verificado junto à Organização Autônoma, a denominação jardinagem estaria mais adequada com o que propõe e realiza a Organização Politizada quanto ao que, em regra, é tratado como agricultura urbana.

De acordo com Henrique, “não existe divisão de trabalho dentro da horta. Na verdade, a gente dialoga e define no dia qual vai ser a atividade. Mas não existe uma divisão de trabalho aqui dentro da horta”. Essa perspectiva guarda relação com a configuração da organização, completamente aberta a qualquer interessado, com acesso livre e nenhum tipo de restrição, sequer havendo um portão inclusive.

Quando da coleta de dados, tivemos a impressão de que a sobrevivência da organização depende quase que exclusivamente das ações de Henrique. A despeito de a horta ter sido iniciada por ele e mais quatro amigos adeptos da “jardinagem libertária”, apenas ele permaneceu, e desde então procura acolher todos os interessados em aderir aos trabalhos. Desta forma, construiu-se em torno dele uma figura de autoridade, passando a ser o responsável pela organização.

4.6.4.2 Especialização

Devido às feições da organização e à forma com que a atividade é realizada, e em grande parte pelo líder, não é exigida definição de papéis com o máximo de *expertise*. Todavia, posturas flexíveis no sentido de serem implementadas mudanças e adaptação para novas tarefas são bem-vindas.

Conforme nos informou, Henrique é graduado em Administração e sua bagagem em gestão contribui para o planejamento das ações na horta, que consistem no resgate de tradições, no emprego de técnicas diferentes de agricultura, quase totalmente baseadas em compostagem, e na opção pelo cultivo de PANCs, assim se pensando nas estratégias para realizar o plantio. Nesse sentido, a não convencionalidade tomou corpo ao longo da experiência iniciada em dezembro de 2017. Conforme descrito no capítulo de apresentação dessa Organização, primeiro realizava-se o cultivo de hortaliças comuns até que a opção por PANCs se tornou mais interessante.

As práticas de compostagem se intensificaram até alcançar toneladas de resíduos orgânicos, ampliando-se o conhecimento a respeito das mais variadas espécies de plantas que passaram a ser cultivadas. Provavelmente aqui reside o principal aspecto relativo à *expertise* necessária para o emprego de práticas específicas de cultivo.

A *expertise* de Henrique, e nesse caso a figura de autoridade em torno dele, culminou em uma concepção na qual, ao menos no começo, não havia competição

entre os integrantes. Plantavam juntos, preferindo, com o passar do tempo, cultivar PANCs, seguindo perspectivas de altura, espécies, estratos e escalas diferentes de tempo. Há planejamento em relação aos cultivares de determinado canteiro se desenvolverem ao longo de cinco anos, uma vez aplicada a lógica de cultivo baseada em estratos primário, secundário e terciário.

Esse conhecimento (práticas de AU) representa um tipo de especialização apenas visto em parte na agricultura praticada pela Organização Autônoma, adquirido, segundo Henrique, mediante estudo individual, intuição, troca de experiências com outros agricultores urbanos, contato com tradições indígenas e comunidades quilombolas. Ainda, nessa Organização, apesar do reduzido número de participantes ativos, tais saberes são entre eles difundidos.

4.6.4.3 Regras e cronogramas

Não há regras formalizadas, tampouco um cronograma de trabalho específico. Cada participante realiza suas atividades conforme sua disponibilidade e vontade, lembrando que o acesso à horta é irrestrito, inclusive em relação ao horário. Contudo, a figura de autoridade do líder se faz presente no sentido de orientar ações relativas ao tipo de compostagem, tipo de agricultura e demais práticas realizadas. O modo de organizar a agricultura distinto do convencional tende a falar por si no que pertine à aparência da Organização Politizada, bem como é explicado pelo próprio líder ou a quem desejar participar ou conhecer melhor a iniciativa.

4.6.4.4 Integração

A integração ocorre, em regra, mediante interações com sujeitos adeptos do mesmo tipo de agricultura praticada na organização (“jardinagem libertária”), em perspectiva de hierarquização horizontal. Nesse sentido, é considerado o relato do

líder sobre estabelecer contato com outros líderes envolvidos com AU na cidade, inclusive com alguns deles tendo contribuído para a fundação da Organização Politizada.

Por ocasião da coleta de dados, chegamos a verificar um contato entre o Henrique e Fernando (da Organização Autônoma), os quais, como já dito, trocam experiências. Tal situação guarda relação com a perspectiva de Child (2005, p. 15) em que “informação e conhecimentos relevantes estão dispersos entre as pessoas”, envolvidas ou não diretamente com a atividade da organização. No caso da Organização Politizada, devido à sua configuração, há proximidade com a abordagem horizontal de integração, mediante comunicação direta com os envolvidos.

Henrique relatou haver ampla participação dos vizinhos, os quais diariamente deixam sacolas com resíduos orgânicos domésticos, posteriormente utilizados para compostagem e conseqüente potencialização dos canteiros para plantios, os chamados “ninhos”. Aliás, nesse sentido, ele frisou que a sensibilização da comunidade local está essencialmente relacionada com a questão do direcionamento do lixo doméstico, não havendo interesse propriamente em plantar, embora exista a possibilidade de qualquer um entrar na horta e colher o que quiser.

Ainda, a integração, nos moldes em que se organiza a horta, contava com a presença de grupos organizados em ocasiões nas quais se realizaram feiras de trocas, confraternizações, encontros em geral, bem como por meio de visitas guiadas com alunos de escolas públicas. Todavia, exceção feita quanto às visitas de alunos, não se realizaram as demais integrações descritas ao longo de 2019, pois elas não resultaram em uma maior adesão à iniciativa, que desde o seu surgimento perdeu muitos integrantes, segundo informado pelo líder.

4.6.4.5 Recompensa

Nenhuma das organizações investigadas visa atender a algum tipo de mercado, e conseqüentemente, não objetiva ter lucro, como é o caso da Politizada. Logo, não se espera algum tipo de reconhecimento, funções, progressão de carreira e, por conseguinte, algum retorno ou recebimento de salário pelas atividades realizadas.

Ademais, uma espécie de compensação decorrente da AU realizada na Organização Politizada advém da filosofia de vida do líder, que alinha suas convicções pessoais ao trabalho realizado na horta. Sua perspectiva é de reconexão do homem com o meio ambiente no contexto urbano, proporcionando a regeneração do meio ambiente local e o aproveitamento de lixo doméstico orgânico, além de estimular também a vida comunitária, mais ou menos nos moldes apreçados pela Organização Autônoma em relação à lógica da “vizinhança rima com segurança”. Para Henrique, o maior ganho não é a produção de alimentos, mesmo que a horta forneça 70 por cento do que ele e sua família consomem em casa, por exemplo.

Nesse sentido, a remuneração seria afetiva, uma conquista para a comunidade local, em que o ganho seria o relacionamento entre as pessoas na busca por um estilo de vida alternativo, tendo com ponto de partida a horta, mas indo além dela.

A gente consegue abarcar todos os campos sociais, políticos e econômicos dentro da horta né. Sociais se a gente consegue abarcar todas as relações com a comunidade, né. Econômicos entra todo o processo de reestruturação de uma nova economia e políticos que, assim, a gente consegue resolver várias questões desde saneamento, segurança pública, saúde, educação. Enfim, é um prato cheio de vantagens que é difícil listar todas elas assim, porque a gente consegue fazer um trabalho bem complexo aqui e a complexidade fica difícil mensurar em dados, tanto que a questão da reestruturação e a questão do meio ambiente aí também.

Trata-se de proposta inovadora no sentido social, por contemplar aspectos em geral recorrentes nas falas dos entrevistados acerca das questões de

abastecimento (segurança alimentar), sociais, econômicas e políticas, tendo em vista o fato de o movimento de AU não assistida ter um viés político.

Henrique possui reconhecimento, tanto da comunidade vizinha à horta, quanto do poder público local, devido à sua atuação frente a organização, bem como devido à sua *expertise* entre agricultores urbanos da cidade. Todavia, a atividade não lhe confere especificamente uma renda – a ele e aos demais. Nesse sentido, quando de nossa última entrevista, ele demonstrou certo cansaço, tendo apresentado certa mudança de entendimento a respeito de não “receber nada pelo trabalho”, algo que será explorado nas considerações finais da pesquisa.

4.6.4.6 Controle

Quanto ao controle, aplicaremos o mesmo procedimento de análise dirigido à Organizações Assistida, Vernacular e Autônoma, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Cinco estratégias de controle relativas ao modo de organizar da Organização Politizada

1. Controle centralizado na pessoa	Sim	Não
1.1 Tomada de decisão centralizada	X	
1.2 Supervisão direta	X	
1.3 Liderança pessoal: fundamentada na propriedade, no carisma ou no conhecimento técnico	X	
1.4 Punição e recompensa reforçam a obediência à autoridade pessoal		X
2. Controle burocrático	Sim	Não
2.1 Divisão das tarefas em elementos facilmente definíveis	X	
2.2 Definição formal de métodos, procedimentos e regras aplicados à realização de tarefas		X
2.3 Controles orçamentário e contábil		X
2.4 Tecnologia voltada a limitar a variação de ritmo, sequência e, possivelmente, método físico na realização de tarefas		X
2.5 Delegação do processo de tomada de decisão dentro dos limites estabelecidos		X
2.6 Sistemas de punição e recompensa reforçam a obediência a procedimentos e regras		X
3. Controle de produção	Sim	Não

3.1 Cargos e unidades definidos para assumir a responsabilidade por toda a produção		X
3.2 Especificação de padrões e metas de produção		X
3.3 Uso de sistemas de “responsabilidade contábil”		X
3.4 Delegação de decisões em questões operacionais: semiautonomia		X
3.5 Punição e recompensa associadas às metas de produção alcançadas		X
4. Controle cultural	Sim	Não
4.1 Desenvolvimento de forte identificação com as metas gerenciais		X
4.2 Trabalho semiautonomo: poucos controles formais	X	
4.3 Forte ênfase na seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal		X
4.4 Recompensas voltadas à estabilidade no emprego e desenvolvimento de carreira		X
5. Controle por meio da gestão de pessoas	Sim	Não
5.1 Critérios de seleção voltados à características pessoais e sociais desejadas		X
5.2 Uso de sistema de avaliação e recompensa para reforçar o desempenho desejado		X
5.3 Treinamento com finalidade de socialização bem como de obtenção de novo conhecimento e qualificação		X

Fonte: Adaptado de Child (2005).

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

Aqui procuraremos realizar a comparação entre as organizações investigadas, destacando as semelhanças e diferenças entre elas, tendo por referência os perfis dos integrantes, a agricultura praticada e os modos de organizar. Apesar de envidarmos esforços no sentido de enxergar o fenômeno em sua totalidade (FARIA, 2014), entendemos ser necessário avaliar esses itens separadamente para melhor compreendê-lo.

Daremos ênfase aos aspectos mais pertinentes, pois ao longo do capítulo de apresentações buscamos descrever as organizações detalhadamente, inclusive realizando algumas comparações de forma antecipada.

5.1 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS PERFIS DOS INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

No que pertine às **semelhanças entre os perfis** dos integrantes das organizações investigadas, elas residem especialmente na valorização da atividade agrícola em contexto urbano. Os integrantes de todas as organizações demonstraram certo apego à atividade, enxergando-a como algo importante em suas vidas, conforme razões expostas quando da abordagem dos seus perfis.

Em relação à personalidade dos entrevistados, os participantes das Organizações Assistida e Vernacular possuem similaridade quanto ao jeito simples de ser²⁴. Há também semelhança em relação à origem campesina da maioria e certa

²⁴ “Jeito simples de ser” tem relação às posturas de reserva, de acanhamento, talvez devido à baixa escolaridade da maioria, e/ou alguma razão que não sabemos identificar precisamente. Talvez vergonha pela condição social desfavorável. No caso da Organização Assistida especialmente, é provável que isso tenha relação também com às características da localidade onde residem, menos abastada que as demais investigadas e consideravelmente distante do centro da cidade de Curitiba. Infere-se, local para onde foram

oscilação quanto à escolaridade dos membros de ambas. Já os integrantes das Organizações Autônoma e Politizada apresentaram um nível intelectual diferenciado, elevada escolaridade²⁵, visão crítica, engajamento na causa da AU – ou jardinagem como preferem designar –, e também certo ativismo, como já descrevemos. Ainda, segundo os relatos, todos têm origem urbana.

Quanto às **diferenças entre os perfis**, a Organização Assistida contava ao fim da coleta de dados com 88 participantes ativos, sendo, conforme palavras da líder, “noventa por cento” deles aposentados. Contudo, quando de nossas entrevistas com 11 participantes: cinco informaram trabalhar fora; três disseram ser donas de casa; e três declararam ser aposentados(as). A líder informou ser dona de casa. As idades dos entrevistados variaram entre 32 a 73 anos.

A Organização Vernacular, por sua vez, tinha seis participantes ativos, cinco com profissões regulares, tendo apenas uma senhora aposentada. As idades oscilaram entre 42 a 78 anos.

Já a Organização Autônoma era composta por 10 participantes. Todavia, conforme já discorremos, trata-se de local onde se realizam outras atividades e não apenas AU, exercendo cada integrante um papel, vigendo um senso de colaboração entre todos. O líder, Plínio, de 58 anos, dedicava-se exclusivamente à organização, assim como Fernando, de 37 anos, responsável pela AU/jardinagem da casa.

A Organização Politizada contava com o trabalho de seu líder, Henrique, de 38 anos, e de mais dois participantes (que não conseguimos contatar). Inicialmente o líder informou ser profissional de marketing e facilitador de conversas, dedicando-se diariamente à horta. Atualmente informou estar prestando consultoria sobre AU ao poder público local, estando com menor frequência na organização – a qual não lhe confere remuneração. De acordo com ele, as idades dos membros variavam entre 35 e 45 anos.

direcionados devido a sua condição, nos moldes costumeiros da urbanização intensificada no Brasil após meados do Século XX.

²⁵ Na Organização Autônoma todos os adultos possuem curso superior, alguns inclusive mestrado, duas jovens estão em idade escolar. Na Politizada há um administrador formado, um psicólogo e um terceiro cuja escolaridade se desconhece.

Por fim, quanto aos perfis colocados frente a frente, as semelhanças e diferenças tiveram relação com a forma de pensar e realizar a agricultura, conforme a compleição de cada sujeito. A visão em sentido amplo, ou seja, aquela relacionada aos aspectos afetivo, comunitário, ambiental, econômico e social, entre outros, inferimos, estaria conectada com a forma, o quê, como e por que se cultiva na cidade, de acordo com a visão de cada um e sua respectiva organização. Nesse sentido, apresentamos aqui uma síntese do que foi possível indicar e comparar em se tratando de perfis.

Deste modo, em continuidade às comparações, caminhamos para o subtópico referente às semelhanças e diferenças entre a AU praticada pelas organizações investigadas, seara onde há mais elementos a serem confrontados.

5.2 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE A AGRICULTURA URBANA PRATICADA NAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

Em relação às **semelhanças entre a AU praticada** pelas organizações comparadas, tanto a Assistida quanto a Vernacular realizavam seus cultivos por meio de canteiros retangulares (comuns), os quais continham hortaliças usuais como alface, couve, rúcula, manjericão, salsa, alecrim, entre outros.

As espécies plantadas no terreno maior da Organização Vernacular²⁶ eram praticamente as mesmas que as cultivadas em uma área denominada “lavoura”²⁷ nas imediações da Assistida. Nesse local havia plantações de mandioca, abóbora, milho, quiabo, feijão e batata-doce, entre outros, as mesmas que a Vernacular mantinha no terreno maior, que curiosamente seus membros também chamavam de

²⁶ Relembramos que a Organização Vernacular realizava suas atividades em dois terrenos: o menor onde residem o líder, sua mãe e tia, e em outro maior, emprestado, localizado em frente à casa onde moram.

²⁷ O espaço denominado “lavoura” corresponde a uma área separada da horta propriamente. Nele, espécies proibidas no horto, que viçam muito ou que têm características de arbusto (milho, mandioca, quiabo, etc.), são permitidas. No entanto, a pesquisa não abrangeu, com profundidade, essa modalidade no âmbito da Organização Assistida. Nosso foco foi a horta propriamente, tal qual a descrevemos.

“lavoura”. Além disso, os cuidados para manter o solo limpo (sem ervas daninhas), por meio da técnica de capinagem, eram realizados pelos participantes de ambas – com a diferença de que na Assistida isso é algo obrigatório, uma regra a ser seguida. Lá o mato não pode crescer. De acordo com a líder, o local precisa estar bonito.

Nas quatro organizações, o plantio e o manejo de cultivares são realizados sem utilização de agrotóxicos (veneno) e/ou qualquer tipo de aditivo químico, produzindo-se alimentos orgânicos. Em todas é empregada a tecnologia de compostagem, e os integrantes informaram direcionar resíduos orgânicos domésticos para as hortas. Entretanto, na Assistida isso ocorre em menor intensidade, já que o poder público local fornece sacos de adubo orgânico, conforme pudemos observar – motivo de controvérsia inclusive. Na Vernacular todo o resíduo orgânico doméstico é direcionado para a horta do terreno menor. Há também o aditivo proveniente de podas e roçagem de mato que posteriormente são depositados sob o solo do terreno maior para enriquecê-lo (compostagem laminar). Quanto às Organizações Autônoma e Politizada, ambas fundamentam sua agricultura no aproveitamento de resíduo orgânico (próprio, do entorno e de terceiros), por meio do qual ostensivamente realizam compostagem²⁸. Ainda quanto a essas duas organizações, frisamos que ambas têm similaridades em relação à AU/jardinagem que praticam, bem como quanto aos modos de organizarem a agricultura.

Em continuidade, todas aparentaram ter regenerado os ambientes onde se estabeleceram – limpando, recuperando o solo e mantendo atividades de plantio e conservação. Em suma, buscando conferir função social a tais ambientes. Embora variável conforme a organização investigada, pareceu haver um sentimento de comunidade, certa comunhão de esforços para que a agricultura se desenvolvesse.

Quanto aos cultivares, em geral, tanto a Organização Assistida quanto a Vernacular plantam apenas espécies comuns, no caso hortaliças comuns. A existência de PANCs se deve a processos naturais, pois os líderes de ambas informaram não investir nelas. No quesito espécies, é preciso mencionar que na Vernacular há árvores frutíferas e variedades outras que não são cultivadas e até

²⁸ As iniciativas “lixeria viva” e “do meu lixo cuido eu”, indicadas no capítulo de apresentação, demonstram a importância de tal medida para o funcionamento da Organização Autônoma.

proibidas na Assistida. No caso das Organizações Autônoma e Politizada, a preferência é pelas PANCs, sendo as hortaliças comuns secundárias para ambas. A Politizada realiza seus cultivos segundo uma perspectiva inovadora, baseada em princípios agroecológicos, juntando diversas espécies em um mesmo ambiente (sistema de ninhos/policultivo). A Organização Autônoma segue uma lógica parecida, sendo que ambas trocam experiências.

Por fim, as duas organizações por último citadas comungam do entendimento de que a agricultura que praticam em verdade se trata de jardinagem (*gardening*). Tal perspectiva, segundo os entrevistados, aludiria a um conceito de integração com o meio ambiente, superando a concepção ornamental e paisagística de jardins. Plantar sob essa ótica implicaria estabelecer maior vínculo com a natureza, com a terra e todas as possibilidades e espécies que ela permite cultivar. Assim, unem-se flores, árvores, plantas alimentícias, propicia-se convivência e lazer, e todos os elementos, inclusive humanos, agiriam de forma integrada, formando um todo – visão holística. Nesses termos, avançaria-se para além da produção de alimentos a que se restringe a agricultura em moldes convencionais (*farming*).

Ao longo das observações e nos termos das entrevistas realizadas, não surgiram questões envolvendo a preocupação dos integrantes das investigadas para com a produtividade das organizações no sentido da eficiência. Todavia, quando de nossa reunião com o secretário de abastecimento do município, esse aspecto foi enfatizado, tanto que surgiram comentários acerca de hortas comunitárias assistidas cuja produtividade era deficitária. Tal perspectiva está relacionada com o quesito segurança alimentar, muito presente no discurso do secretário de abastecimento.

No que tange **às diferenças entre a AU praticada** pelas investigadas, a perspectiva do *gardening vs. farming*, trazida à tona pelos líderes das organizações Autônoma e Politizada, respectivamente, era totalmente desconhecida por parte dos integrantes da Assistida e Vernacular. Nestas prevalece a técnica da capinagem constante para manter terrenos limpos, canteiros retangulares, plantios de espécies comuns e, por conseguinte, uma visão menos sofisticada de agricultura.

Na Organização Assistida, a agricultura se desenvolve de forma padronizada, pré-estabelecida pela companhia estatal de energia e poder público local, regrada e

em ciclos repetitivos. Na Vernacular, também há certa padronização. No entanto, não há limites e regras definidoras. O trabalho é livre e os acordos, tácitos. Além disso, um aspecto elementar e que diferencia a AU praticada em todas as organizações diz respeito aos espaços em que se realizam, consideravelmente distintos em extensões de terra. A Assistida é estabelecida em uma grande área, de 11.400m². A Vernacular se divide em dois espaços, um de aproximadamente 200m² e outro maior, com 600m². A Organização Autônoma conta atualmente²⁹ com 300m², ao passo que a Politizada iniciou com 300m² e ao longo da pesquisa incorporou mais 100m² à sua empreitada.

No contexto da Organização Assistida, o aspecto afetivo emerge no sentido de a prática da agricultura remeter ao passado, às origens dos participantes, para ocupar o tempo e proporcionar (parcial) alimentação saudável. Na Vernacular estão presentes tais elementos, mas é motivada pelo forte vínculo entre os membros que preservam tradições da família, em consonância com as reuniões/confraternizações citadas pelo líder, por exemplo. A Autônoma pratica uma AU/jardinagem essencialmente ligada à compostagem, estabelecendo vinculações entre esta e as demais atividades realizadas. Procura harmonizar visões relativas à preservação e valorização do meio ambiente, princípios religiosos judaico-cristãos e aspectos sociais, bem como uma vida comunitária, em princípio, consistente. A Politizada trilha um caminho similar, todavia sem ênfase em elementos religiosos, bem como não demonstrando êxito na constituição de uma vida comunitária estável com vistas a manter o funcionamento regular da horta, algo fulcral para a Organização Autônoma.

A agricultura praticada na Organização Assistida, a despeito da simplicidade de que se reveste, não a isenta de conflitos no que pertine às relações entre os participantes, conforme relatos da líder. Estes eclodiram em decorrência da parceria com os *chefs* de cozinha (demanda solicitada pelo poder público local), no plantio de espécies proibidas, no descumprimento das normas de segurança relativas ao uso de botas de borracha e superação de tempo de permanência no local – este devido à radiação emitida pelas linhas de transmissão –, para ficarmos nestes exemplos.

²⁹ Quando iniciamos a coleta de dados, a propriedade em que a Organização Autônoma se localizava conferia a ela 600m² de área que era destinada à agricultura e criação de animais como cabras e galinhas.

Em sentido contrário, a agricultura realizada pela Organização Vernacular aparentou ter baixíssima incidência de conflitos, pelo menos que viessem à tona durante as observações e entrevistas. É provável que isso se deva à informalidade característica das ações e ao nível de entendimento entre os envolvidos, como se sabe, todos da mesma família. Exceção feita ao relato de João, que demonstrou certo desagrado ao descrever situações em que houve desencontros dos integrantes, a agricultura praticada parece ocorrer em bons termos.

Em relação à AU/jardinagem praticada pela Organização Autônoma, em princípio não enxergamos conflitos. Inferimos que isso se justifique em decorrência da proposta de vida comunitária implementada, e também pela confluência de visões dos integrantes sobre os princípios que norteiam a organização como um todo (ADVERSI, 2018; FENIMAN, 2014). Além disso, emprega-se diferentes técnicas de cultivo privilegiando as PANCs, plantando-se flores e até algumas hortaliças comuns.

Os relatos do líder da Organização Politizada quanto à AU/jardinagem efetuada aludiram a conflitos de várias ordens. Primeiro, atinentes à inobservância, desconhecimento e/ou desídia por parte dos vizinhos que direcionavam resíduos orgânicos domésticos inadequados ao processo de compostagem (vital para a organização). Apesar dos constantes avisos, restos de alimento, como carne, por exemplo, eram depositados nas composteiras. Segundo, devido ao acesso irrestrito à horta, em determinada época todas as mudas do palmito da espécie juçara, típica da mata atlântica brasileira, foram levadas por terceiros, assim como toda a produção de peixinho (PANC), entre outras, conforme discorreu o líder. Terceiro, os últimos eventos realizados no local, que tinha na AU/jardinagem um propósito maior (de integração), no caso de fomentar vida comunitária, e que não sensibilizou os participantes no sentido de aderirem à causa, gerando conflitos internos (subjetivos) no líder.

Na oportunidade em que apresentamos as organizações, discorreremos sobre diversos conflitos. Por exemplo, indicamos os vivenciados pela líder da Organização Assistida em sua tumultuada relação com o poder público local, assim como o

experimentado pelo líder da Politizada, quanto ao desejo de vê-la sustentável financeiramente.

Entretanto, tais aspectos, e demais, guardam relação com os modos de organização das investigadas propriamente, cujas semelhanças e diferenças serão abordadas no subtópico seguinte.

5.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS MODOS DE ORGANIZAR DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

As semelhanças e diferenças entre os modos de organizar das investigadas têm relação com a influência do poder público local, perfis dos participantes, técnicas e tecnologias empregadas, tipos de cultivos e premissas que orientam suas existências e ações. Ao longo do trabalho, especialmente no capítulo de apresentação das organizações, procuramos abordar esses pontos.

Vale lembrar que examinamos as organizações tendo por base os elementos estruturantes de Child (2005), que, mediante adaptações, foram utilizados enquanto categorias de análise. Na ocasião, procuramos avaliar os modos de organização sob o ponto de vista da Administração, segundo uma lógica indutiva, conforme proposições daquele autor. Contudo, aqui realizaremos uma análise em perspectiva dedutiva, ou seja, calcada nos achados do campo, que é, segundo nosso entendimento, mais rica em termos obtenção de resultados e, por conseguinte, mais adequada aos propósitos do estudo.

Assim sendo, em relação **às semelhanças entre os modos de organizar** das selecionadas, um aspecto comum a todas elas residiu na gestão centralizada na figura de seus líderes. A despeito das particularidades de cada uma, as ações das lideranças pareceram vitais para o funcionamento das organizações. Por exemplo, na Assistida, a influência de uma filosofia burocrática pareceu evidente. Apesar da simplicidade das ações, tudo o que se realiza necessita ser controlado pela gestora da horta. Sofia, a líder, é quem compra as mudas e distribui para os demais, adquire

e repassa os equipamentos de segurança e cobra sua utilização, entrega as chaves de acesso ao portão, orienta sobre os cuidados obrigatórios em relação aos cultivos nos canteiros e adverte ser terminantemente proibido utilizar agrotóxicos (veneno) e aditivos químicos, entre outras ações. Além de alegar não poder contar com outros parceiros, o que torna seu trabalho cansativo, ela responde pela horta junto à companhia estatal de energia elétrica (proprietária do terreno) e poder público local (que fornece insumos, oferece apoio técnico, etc.). Em verdade, há uma relação de dependência com estes, especialmente com o poder público.

Na Vernacular, o papel do líder se assemelha ao de um gestor no sentido de ele ser o responsável pela compra de mudas, sementes, equipamentos e demais insumos necessários. Ele próprio, ao longo das conversas, informou que os demais não precisam se preocupar com isso, que os gastos/investimentos ficam por conta dele. Ele é quem responde pela horta, quem trata das questões relativas à utilização do terreno emprestado com o proprietário e quem se posicionou enquanto líder quando nos apresentamos para realizar as interações. Todavia, a centralidade de suas ações não avança para além desses aspectos, e isso se deve às características de informalidade relativas ao funcionamento da organização.

No âmbito da Organização Autônoma, há proeminência da figura do líder, pessoa conhecida no meio devido ao seu pioneirismo e posicionamento em prol da AU/jardinagem. Ele é quem a representa publicamente. Contudo, a configuração da organização, que por sinal é uma ONG, caracterizada pela horizontalidade nas relações entre os membros parece não constituir situações de dependência, de subordinação hierárquica para com o líder. Vigem na Autônoma uma lógica de integração baseada em princípios de vida comunitária (colaboração, mutirões) e aprendizados no sentido de fomentar a autogestão por parte dos participantes, o que diz respeito à condução das atividades de AU/jardinagem, que se encontravam sob responsabilidade de Fernando quando de nossas interações.

Para a Organização Politizada, a centralidade do líder é fundamental. Na verdade, conforme discorremos anteriormente, parece haver uma simbiose entre ele e a organização, que já foi maior e diminuiu de intensidade – devido a sua necessidade de ter uma remuneração. Ele é o responsável pela organização, e a

despeito de que no momento tem se dedicado menos a ela, era o participante mais ativo. Recordemos que a Politizada foi fundada em dezembro de 2017 por cinco pessoas, entre elas o líder Henrique, e que em 2018 contava com 20 integrantes. Porém, entre 2019 e início de 2020 o contingente reduziu para apenas três. Ainda, Henrique afirmou ser quem planeja as ações na horta no que diz respeito às tecnologias de policultivo, gestão de resíduos orgânicos para compostagem (fundante), e de educação ambiental – ao receber professores e alunos de escolas públicas. Por fim, as características da horta, totalmente aberta e acessível a todos, inclusive em qualquer horário, não lhe confere qualquer tipo de autoridade e/ou controle em relação às ações dos frequentadores.

Há semelhanças entre todas as organizações quanto ao estabelecimento de rotinas para realização das atividades, utilização de equipamentos como enxadas, rastelos, roçadeiras e manejo de resíduo orgânico que culmina em compostagem. Ainda, há efeitos decorrentes da existência de vida comunitária a direcionar os modos de as investigadas organizarem suas ações. Todavia, em diferentes níveis e intensidade, estando muito presente na lógica das organizações Autônoma e Vernacular, pouco na Assistida, e se esvaindo na Politizada, em princípio a mais inovadora quanto aos modos de se organizar. Inclusive, a presença e/ou ausência de inovação é um elemento que distingue as organizações, e por ele começaremos a abordagem sobre as diferenças entre elas.

As diferenças entre os modos de organizar das investigadas em relação à inovação, ou seja, quanto à possibilidade de apresentarem mudanças em relação às formas de gerirem e praticarem sua agricultura, esteve bastante presente na experiência realizada pela Organização Politizada. Neste domínio, tivemos contato com uma lógica diferenciada, segundo o líder, norteadas pela perspectiva da jardinagem libertária. Lá, a concepção de horta convencional, retangular, contendo hortaliças comuns, realização de limpeza constante por meio de enxadas, hidratação com uso de regadores ou mecânica, entre outros métodos usuais, não é praticada.

O líder relatou ter planejado ações que privilegiassem PANCs, ervas medicinais, árvores frutíferas, não frutíferas, flores diversas e afins, com o fim de se instituir um sistema agroecológico. Afirmou ter planejado também os sistemas de

ninhos – técnica de policultivo de espécies diferentes em conjunto, ter instituído o processo de obtenção de resíduos domésticos junto à comunidade local, bem como material orgânico remanescente de podas, roçada e varreção realizadas pelos agentes da prefeitura. Estes redundaram em toneladas de resíduos processados por meio de compostagem. Já a iniciativa de reunir moradores próximos e simpatizantes por meio de eventos, em um movimento que superasse a questão da AU/jardinagem praticada, foi por ele considerada uma inovação em perspectiva social. Entretanto, reiteramos que o momento atual da Organização Politizada é de arrefecimento, devido à inexitosa tentativa de constituir uma vida comunitária que lhe conferisse um horizonte mais próspero.

Em contrapartida, o tentame de inovar socialmente foi algo também presente na experiência da coirmã, a Organização Autônoma. Esta ao movimentar os moradores (coloca-los em contato) dos arredores onde se instala, dissemina naturalmente um entendimento de que “vizinhança rima com segurança”. Tal mote aludiria à diminuição da sensação de insegurança de pessoas que saem de suas casas e interagem umas com as outras nas cercanias onde residem. Conforme a lógica da “vizinhança rima com segurança”, além de se integrarem, as pessoas também protegeriam umas às outras, resgatando desse modo a perspectiva de vida comunitária ou convivencialidade (ILLICH, 1976), que no contexto urbano é superada pelo medo da violência. Na ocasião em que entrevistamos o líder da Autônoma, ele discorreu a respeito de como a organização procura contribuir por meio de suas concepções e atuação.

Antes de prosseguirmos, um esclarecimento se faz necessário: quando da escolha das investigadas, desconhecíamos o fato de que tanto a Autônoma quanto a Politizada mantinham laços e trocavam experiências devido ao contato de seus líderes. Essa descoberta justifica o emprego da expressão “coirmã” acima, e isso só foi identificado quando de nossa ida ao campo.

Assim, a inovação social em perspectiva de integração comunal, interna e externa no sentido de gerar sensibilização das pessoas do entorno, e seu consequente envolvimento, pareceu propensa a manter estável a Autônoma, apesar

de sua característica de impermanência³⁰ (ADVERSI, 2018). Além disso, seu líder costuma postar nas redes sociais os alimentos e os eventos que têm origem no jardim da casa, ou seja, fruto da agricultura que realizam. Entretanto, ainda no que tange às diferenças entre a Politizada e a Autônoma, quando estivemos nesta, não verificamos cultivos conforme o sistema de ninhos, ou mesmo uma AU/jardinagem estabelecida nos termos de um sistema agroecológico. Contudo, Henrique, o líder da Organização Politizada, quando de nossas entrevistas, declarou ter compartilhado suas experiências e conhecimentos³¹ com Plínio, líder da Autônoma. Esta, porém, conforme já mencionamos, mudou-se recentemente para uma nova sede no mês de dezembro de 2019, estando em processo de adaptação quando da finalização da coleta de dados.

Se por um lado as duas organizações mencionadas procuraram inovar socialmente em seus modos de organizar, por outro o que identificamos de inovação em relação às organizações Assistida e Vernacular revelou-se diminuto. Na primeira, exceção feita à solução encontrada para formar as bordas que sustentam canteiros, à base de placas de pvc reaproveitado, adquirido a preço baixo, tudo remeteu ao convencional. Nesse sentido, é importante lembrar que lá vige uma filosofia burocrática a nortear as ações devido à dependência estabelecida com o poder público e regras impostas pela companhia de energia elétrica. Na segunda, em princípio, pode ser considerado inovador o método utilizado para driblar as ações das aves que costumam arrancar pequenas mudas de plantas para comer as sementes, conforme relatado pelo líder. O restante é organizado de forma simples e em moldes convencionais. No entanto, a presença de um vínculo familiar, afetivo, parece influenciar de modo determinante as ações, o que é um traço peculiar à Organização Vernacular.

³⁰ Característica peculiar à Organização Autônoma, que busca se adaptar aos locais e à vizinhança onde se instala, mas que não a impede de mudar, de procurar outras instalações e localidades caso isso lhe seja demandado.

³¹ Recaptulando: as técnicas e tecnologias empregadas na AU/jardinagem realizada pela Organização Politizada, segundo Henrique, são provenientes de trocas de informações entre praticantes e estudiosos de sistemas agroecológicos na cidade, de estudos e contato com tradições indígenas e quilombolas. Deve-se, ainda, à conexão com uma rede de sujeitos que compartilham conhecimentos, sementes e mudas Brasil afora. Ainda, durante as conversas, ele informou realizar experimentações e agir também por intuição, considerar as fases da lua, etc.

Nesse sentido, o gosto pela terra e agricultura, o bem-estar, entre outros, relatado por quase todos os membros da Organização Assistida, parece não ultrapassar as fronteiras dos canteiros (individuais) em que cultivam, em relação aos laços que poderiam estreitar com os sujeitos ao redor (demais hortelões). A despeito de haver 88 pessoas ativas, cada uma parece estar muito preocupada apenas com o seu espaço e não com a organização como um todo. Um exemplo disso foi a dificuldade em reunir pessoas para aderir à parceria com os *chefs*, declarada pela líder. Afeto pela terra e pela agricultura, na Assistida, não implica afeto de uns pelos outros a ponto de gerar mudanças e/ou progresso em sentido comunitário, a ponto de oferecer rumos melhores para a organização. Nesse caso, gerando inovações em se tratando de diversificação de cultivares, exclusiva utilização de resíduo orgânico doméstico para compostagem ao invés da compra de adubo realizada pelo poder público local, entre outras medidas que poderiam ser implementadas.

Aliás, as restrições observadas quanto ao modo de organizar da Assistida podem ser resumidas em uma palavra: dependência. A dependência com o poder público que a assiste e a mantém em um horizonte restrito, nos termos que discorreremos até aqui, algo não observado em relação à Vernacular, totalmente independente, e de feições opostas em sua conformação. As organizações Autônoma e Politizada não sofrem ingerência do poder público local, havendo, porém, semelhança nos seus modos de organizar. Entretanto, a primeira encontra-se em uma condição de estabilidade, ao passo que a segunda tem demonstrado sinais de fraqueza. Isso se deve à sua juventude e, até o momento da coleta de dados, dificuldade em estabelecer vínculos de convivencialidade que lhe conferissem sustentação. Situação diferente da Autônoma, que além de ter um percurso mais longo, conta também com outras ações decorrentes da AU/jardinagem que realiza, que lhe conferem inclusive parcial sustentabilidade financeira. Porém, para ela, a vida comunitária aparenta ser um elemento crucial.

Antes de transitarmos para o capítulo final da presente dissertação, realizaremos uma síntese dos aspectos centrais relativos ao estudo, proveniente do exame crítico acerca dos resultados.

5.4 RESULTADOS

Quanto aos modos observados de organizar a agricultura, a iniciativa de AU mais questionável pareceu ser a norteada por uma intervenção técnica da própria gestão, no caso aquela materializada pela mediação do poder público local em relação à Organização Assistida.

No contexto da Organização Assistida, a intervenção do poder público é desfavorável no sentido de racionalizar, burocratizar e formalizar excessivamente ações que em essência são revestidas de simplicidade. Nesse sentido, a ingerência do poder público acaba atrapalhando, mesmo que suas medidas sejam, *a priori*, recheadas de boas intenções como a anseada segurança alimentar, tão presente na fala do secretário municipal de abastecimento.

Os problemas (conflitos e contradições) relatados acabaram, conforme nossa interpretação a respeito dos dados obtidos, colocando o poder público e a Assistida em lados apostos. Além disso, a mediação realizada faz com que sejam diminutas as quantidades de espécies (não quantidades totais) de cultivares, reduzindo-as às qualidades de sempre (alface, couve, rúcula e afins). Quanto às regras postas pela companhia estatal federal de energia elétrica, aludem especialmente a questões de segurança dos hortelões. Entretanto, igualmente cerceiam a capacidade de inovação em relação à agricultura praticada. Ainda, ao compararmos o modo de organizar da Assistida frente aos da Autônoma e Politizada, é flagrante a ausência de inovação por parte dela, e isso tem uma relação direta com a lógica assistida de AU encampada pelo poder público local. Lógica, aliás, contestada pelos líderes daquelas organizações, cuja cultura de assistencialismo proveniente da dependência, conforme palavras de ambos, tira das pessoas a capacidade de autogerir suas hortas, de inovar e estabelecer vínculos mais concretos em termos de construção de vida comunitária.

Em contrapartida, a Organização Vernacular, apesar da ausência de inovação no que pertine à convencionalidade da agricultura que realiza, o faz procurando valorizar a afetividade e convivencialidade (ILLICH, 1976). Em tal iniciativa

visualizamos a existência de laços tradicionais vinculados às origens dos integrantes, e ao mesmo tempo afetivos, que os engaja, fazendo permanecer no seio da família a tradição de plantar e interagir com a terra. Há também preocupação com o meio ambiente no que tange à horta (do terreno menor), ao destinarem todo o resíduo orgânico doméstico utilizável para ela, realizando compostagem. Os integrantes já ouviram falar de sustentabilidade, todavia sem profundidade ou questionamento, não avançando para além da visão presente nos meios de comunicação. Independentemente de saberem ou não do que se trata em moldes convencionais, instintiva ou principalmente por uma questão de tradição, reconhecem a importância de utilizarem tais resíduos em suas plantações, ao invés de os dispensarem em sacolinhas de plástico para a coleta do lixo.

As Organizações Autônoma e Politizada têm proximidade em ações e propósitos no que pertine aos modos de organizar sua AU/jardinagem. Ambas possuem mais semelhanças do que diferenças. Em determinados momentos, como descrevemos, até se confundem, como na forma inovadora sob perspectiva social observada, por exemplo. Isso pôde ser visto na opção pelas PANCs, na troca de conhecimentos entre ambas, na realização de experiências, no resgate de tradições indígenas e quilombolas, na visão de sustentabilidade não convencional que defendem, entre outros aspectos. Na Organização Autônoma a agricultura praticada contempla o elemento político da jardinagem libertária, a religião, a contestação do modelo extrativista de produção, redundando no entendimento de que é possível encontrar alternativa à lógica consumista imposta pelo sistema de capital. Nela as ações superam o gostar da agricultura simplesmente, pois há uma comunidade estabelecida, e isso confere sustentação, continuidade e certa perenidade à organização como um todo. Assim como na Vernacular, as pessoas que fazem parte estão engajadas em outras atividades que não só a agricultura, e isso é muito forte.

Na Vernacular, à exceção de uma senhora idosa, já aposentada, os demais exercem atividades profissionais remuneradas. Os integrantes da Autônoma nela residem, cada um realizando um papel estabelecido, mas também atuando em regime de colaboração inclusive com a agricultura se necessário. Henrique, responsável pela AU/jardinagem da Organização Politizada, durante vários meses conciliou sua atuação profissional em marketing e facilitação de conversas com a

agricultura/jardinagem, que realizava diariamente. Todavia, por questão de necessidade, precisou trabalhar como consultor sobre AU, e isso diminuiu consideravelmente a intensidade com que se dedicava à horta. Ademais, como discorreremos anteriormente, a participação dos outros dois membros por ele relatada era esporádica.

Em continuidade, a Organização Politizada, pelas razões que expusemos, parece estar próxima do fim devido ao seu esmaecimento. Inferimos também que isso tenha relações com a ausência de unidade, com a dificuldade em constituir uma comunidade de indivíduos alinhados com os seus propósitos. Contudo, entendemos que se trata de uma experiência a ser valorizada, que em sua gênese também foi inspirada pela chamada jardinagem libertária. Ainda, podemos afirmar que seus objetivos foram atingidos, além de ter cumprido o propósito de ter desenvolvido uma série de tecnologias inovadoras. Porém, resta saber até quando permanecerá ativa devido às condições relatadas.

Deste modo, partimos para o último capítulo, de análises adicionais e discussões derradeiras. Nele resgataremos a literatura levantada, apontaremos as implicações dos modos de organizar das investigadas, conclusões, algumas contribuições e limitações do trabalho.

6 ANÁLISES ADICIONAIS E DISCUSSÕES

Ao longo da pesquisa, procuramos compreender como se manifestam alguns modos de organização das atividades de AU na cidade de Curitiba. Para tanto, à medida que o estudo foi sendo desenvolvido, intentamos caracterizar as Organizações selecionadas por meio de descrições que consideraram seus históricos, perfis de integrantes, agricultura praticada e os momentos que viviam.

A opção por um método indutivo de análise dos dados redundou na adaptação dos elementos estruturantes de Child (2005), enquanto categorias de análise propensas a examinar os modos de organizar das investigadas sob o ponto de vista da Administração. Por outro lado, adotamos também um procedimento dedutivo, com o fito de analisar os achados do campo a partir das nuances do próprio campo. Deste modo, as dimensões de análise³² que constam das descrições das investigadas, inclusive as indicadas na introdução³³ do trabalho, foram fulcrais no sentido de propiciar resultados capazes de trazer luz ao fenômeno estudado. Isso tem relação com a decisão de tentarmos preservar a essência dos achados em conformidade com os seus contextos, a fim de que, conforme Faria (2014 p. 20) não pareçam “abstratos, superficiais e teoricamente enganadores”.

Assim, nesta etapa final realizaremos análises adicionais e discussões consoante os objetivos da pesquisa. Em conformidade com o procedimento metodológico adotado (YIN, 2005; BARDIN, 2016), realizaremos uma triangulação considerando as particularidades e contextos de onde os dados foram extraídos (FARIA, 2014), resgataremos o referencial teórico e contemplaremos também a visão do pesquisador.

³² 1) Presença do poder público; 2) Sustentabilidade financeira; 3) Relação do que é cultivado; 4) Técnicas e tecnologias empregadas; 5) Atendimento ou não de um potencial mercado por meio da comercialização de hortaliças; 6) Efeitos da Lei de Agricultura Urbana; e 7) Vantagens advindas da AU.

³³ Dimensões de análise propícias a descrever os modos de organização da AU das investigadas: 1) Considerando suas relações com o poder público; 2) Como meio de obter segurança alimentar; e 3) Fomentar vida comunitária.

Por fim, abordaremos questões relativas à contribuição do estudo para a área de Administração, bem como apontaremos as limitações da pesquisa.

6.1 AS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS E SEUS MODOS DE ORGANIZAR

Quando do início dos trabalhos, após realizarmos o primeiro contato com a temática, por meio do levantamento de produções acadêmicas locais (teses e dissertações) sobre o assunto, nos reunimos com o secretário local de abastecimento.

Naquela oportunidade o secretário discorreu sobre algumas medidas em curso, dando ênfase aos seguintes pontos: 1) Criação de novos negócios por meio da AU; 2) Consideração de aspectos sociais; 3) Enfoque em políticas de segurança alimentar; 4) Inclusão e abertura para ações entre os participantes; 5) Integração entre os setores de pecuária e AU; 6) Desenvolvimento de tecnologias de gestão; e 7) Entrelaçamento de inteligências coletivas. Nesse sentido, a preocupação com a questão da segurança alimentar, ou mais precisamente com a obtenção de segurança alimentar por meio da AU, foi algo recorrente em sua fala.

Ainda conforme a perspectiva dele, precisariam ser consideradas/coordenadas iniciativas a respeito de: 1) Modos da organização e uso das hortas; 2) Relação dos agricultores que praticam AU (informações cadastrais); 3) Como as famílias de baixa renda poderiam obter ganhos a partir da AU; e 4) Quais métodos poderiam ser adotados para organizar frentes de trabalho relativas às práticas de AU na capital. Entretanto, alegou não dispor de ferramentas e pessoal (servidores) para organizar frentes de trabalho, que ele considera uma estratégia de gestão necessária para o atingimento da obtenção de segurança alimentar nas hortas assistidas.

Conforme relato supra, em nome de uma suposta obtenção de segurança alimentar, o referido secretário almejava inserir uma dose extra de burocracia à já engessada coordenação das ações relativas às hortas assistidas pelo poder público

local. Curiosamente, ao realizarmos tempos depois uma reunião com dois gestores a ele vinculados, os quais lidavam diretamente com as organizações de AU assistidas na capital, ao perguntarmos sobre as relações que mantinham com as hortas não assistidas, portanto livres da ingerência do poder público, eles informaram não ter qualquer contato com elas. Contudo, após realizarmos as análises e obtermos os resultados provenientes do campo, concluímos que o poder público local teria muito a aprender com as experiências de AU não assistidas em curso.

Em continuidade, e agora estabelecendo conexões com as organizações investigadas, lócus onde os resultados da pesquisa culminaram nas discussões finais, sob a Organização Assistida paira uma perspectiva de convencionalidade que lhe é imposta. Assim, uma racionalidade dita instrumental (SERVA, 1996; VIZEU, 2010; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012), proveniente da coordenação exercida pelo poder público, que intenta organizar o funcionamento da Assistida de modo que seja produtiva, eficiente e bonita, mesmo que o propósito não seja o de maximização de ganho econômico, parece evidente.

Nesse caso, a influência de um modelo otimizado de produção, típico do sistema de capital (BOEHS, 2016; VIZEU, 2010), burocratiza as ações da Organização Assistida, estabelecendo relações de autoridade, hierarquia, normas, procedimentos e padrões que tornam a AU previsível, padronizada e repetitiva (CHILD, 2005; BOEHS, 2016). Esse nível de homogeneização e padronização, inclusive, pode ser percebido na Figura 1, indicada no capítulo de apresentação da Assistida, onde tudo o que é cultivado é muito parecido. Logo, a despeito da simplicidade característica do tipo de agricultura realizada, há presença de orientação técnica e busca de eficiência (ELLUL, 1968; SCHWANTES, 2018). Vale lembrar, ainda, que a presença de uma filosofia burocrática (CHILD, 2005), que permeia o modo de organizar da Assistida, está presente nas relações que a líder, Sofia, mantém com os representantes do poder público e da companhia estatal de energia elétrica. A estes Sofia está subordinada hierarquicamente. De outro lado, os hortelões subordinam-se a ela.

Mediante cumprimento de regras estabelecidas em contrato assinado entre Sofia e representantes dos dois órgãos mencionados, a líder assumiu o compromisso de conduzir a horta, conforme encargos sobre os quais discorreremos no decorrer do trabalho.³⁴

Assim, quanto ao posicionamento da Assistida, ou seja, sua proximidade com o modelo convencional de organizar, não reputamos exagerado considerar que a AU praticada é influenciada por uma lógica utilitarista, em que há padronização, estipulação e normatização de condutas (SERVA, 1996) que, embora não visem satisfazer leis de mercado, se coadunam com a perspectiva racional instrumental. Dessa forma, reafirmamos que no contexto da Assistida, a intervenção do poder público é desfavorável no sentido de racionalizar, burocratizar e formalizar excessivamente ações que em essência são revestidas de simplicidade.

Aspectos como o gosto pela terra, ocupação do tempo, bem-estar, produção de alimentos orgânicos, religação com as origens, valorização de alimentação saudável, entre outros, identificados nas entrevistas realizadas com os integrantes, são as premissas, ou elementos subjetivos que justificam o envolvimento dos integrantes junto à Organização Assistida, inclusive o da líder. Todavia, essas premissas, essas subjetividades, são relegadas a segundo plano devido à presença de um modelo formal de gestão, imposto pelo poder público em conjunto com a companhia estatal de energia elétrica. A consequência disso é a total ausência de inovação em relação à agricultura praticada, limitação da quantidade de cultivares, insatisfatório nível de integração com a vizinhança (e entre os próprios horteiros), secundarização da compostagem obtida por meio de aproveitamento de resíduos orgânicos domésticos passíveis de utilização como adubo, alta incidência de conflitos e contradições.

Ao contrário da anterior, a Vernacular possui convencionalidade apenas no que diz respeito às espécies que cultiva, bem como quanto às técnicas de plantio, comuns (nada inovadoras). Em relação ao seu modo de organizar a agricultura, vige

³⁴ Quanto ao referido contrato, embora tenhamos solicitado por mais de uma oportunidade, não tivemos acesso a ele. Frisamos também que, ao longo da coleta de dados, a situação da horta estava irregular, pois o contrato vencera, e apesar dos esforços descritos pela líder no sentido de buscar a devida regularização, até o término da presente pesquisa a situação permanecia irregular.

uma lógica informal, afetiva, que valoriza saberes ancestrais, mantém tradições da família, além de estar calcada em um forte enlace familiar. Relembramos que tal experiência é realizada por membros de uma única família (mãe, filhos e sua irmã).

Ainda conforme a Organização Vernacular, elementos como o gosto pela terra, o plantar em respeito à memória do pai (iniciador da horta), a ocupação do tempo, a realização de compostagem, o complemento da alimentação com o consumo de orgânicos, a gratidão, a função terapêutica que a atividade proporciona, entre outros, são aspectos que consideramos premissas a nortear a agricultura realizada. Além disso, as relações afetivas constituídas, a manutenção de tradições familiares, bem como a convivencialidade (ILLICH, 1976; FENIMAN, 2014) são atributos essenciais que conferem aparente perenidade às ações e caracterizam o modo de organizar da Vernacular. Nela, subsiste uma lógica de cooperação, que nada tem a ver com eficiência (SILVA; GUEDES, 2017), há um compromisso ético e moral dos integrantes, além de total desinteresse em se obter lucro (ROTHSCHILD-WHITT *apud* SERVA, 1996) a partir da atividade realizada.

Não há regras rígidas ou qualquer tipo de formalidade no que diz respeito à agricultura praticada pela Vernacular. Lá vige um acordo tácito entre os envolvidos, valores pessoais, familiares, morais, éticos, ou seja, substantivos. Diante desse cenário, aduzimos que seu posicionamento em relação ao modo de organizar a agricultura tem proximidade com a lógica não convencional ou alternativa (SILVA; GUEDES, 2017; HOCAYEN-DA-SILVA; VIZEU; SEIFERT, 2015). Em oposição à Organização Assistida, em que o modo de organizar é influenciado por uma concepção racional instrumental, a Vernacular, por sua vez, seria permeada por uma razão substantiva (SERVA, 1996), em que, por meio da agricultura, se busca autorrealização. Por fim, a orientação mediada pela razão substantiva enquanto modo alternativo ou não convencional de organizar contemplaria os valores do indivíduo, que age, produz, vive e realiza seu trabalho considerando a ética, a religião, aspectos afetivos e tradições (BOEHS, 2018). Aliás, também a Organização Autônoma aparenta gerir suas ações, especialmente a AU/jardinagem, nos termos de uma razão substantiva.

A influência de uma razão substantiva, mesmo que não presida todo o modo de organizar da Autônoma, já que Adversi (2018) constatou em seu estudo haver lá traços de burocracia, é muito presente. Isso se justifica pelo fato de a organização apresentar os elementos substanciais indicados no parágrafo anterior. Logo, a Autônoma posiciona-se próxima à lógica alternativa ou não convencional de organizar, tendo em vista o seu declarado movimento no sentido de buscar um rompimento com a lógica racional instrumental (DELAGNELLO; MACHADO-DASILVA, 2000; ADVERSI, 2018; FENIMAN, 2014; SCHNEIDER, 2014). Quanto à sua conformação alternativa ou não convencional, reforçamos que a comunhão entre os integrantes, a comunidade estabelecida em termos convencionais e afetivos (ILLICH, 1976; FENIMAN, 2014; ADVERSI, 2018), são um pilar de sustentação e aparente garantia de continuidade de suas ações, especialmente a agricultura, que lhe é central.

Como discorremos ao longo das últimas seções, tanto a Organização Autônoma quanto a Politizada têm mais semelhanças que diferenças em relação aos seus modos de organizar a AU/jardinagem. Inclusive, a Politizada, de acordo com as declarações de seu líder, e conforme pudemos observar, também se posiciona próximo à lógica alternativa ou não convencional de organizar. Em ambas parece haver um movimento na direção de um rompimento com a perspectiva racional instrumental, e também quanto à forma de enxergar um mundo tal qual ele se conformou ao longo dos últimos séculos, devido à onipresença da lógica capitalista.

Enquanto diferença, a dificuldade de constituição de uma vida comunitária estável é o ponto fraco da Politizada, situação que deixa dúvidas a respeito de sua continuidade. Por outro lado, é preciso considerar a influência da perspectiva da jardinagem libertária (HARDMAN; LARKHAM, 2014), contrária à lógica da agricultura industrial, implementada pela RV. Também por essa razão, entre outras, é que os líderes da Politizada e da Autônoma disseram ser adeptos da jardinagem (*gardening*) ao invés da agricultura comum, influenciada pela lógica industrial (*farming*).

Entre as premissas identificadas em relação ao modo de se organizar, considerado o fato de que a Politizada é bem mais jovem que a Autônoma, cujo percurso é de quase duas décadas, destacamos: a compostagem como elemento fundante, a valorização da natureza, a busca de vida saudável, acolhimento, visão holística, autonomia, resposta às demandas sociais locais, relações afetivas e preceitos religiosos³⁵. Em ambas vige a opção pelas PANCs (entre espécies de hortaliças comuns e árvores frutíferas), convivencialidade e, por fim, uma premissa ou traço distintivo que as torna diferentes das organizações Assistida e Vernacular: a presença de inovação em seus modos de organizar a AU/jardinagem, e nesse caso é a opção por realizar jardinagem ao invés de agricultura, nos termos já descritos, que acentua a vocação inovadora de ambas. Nesse sentido, mesmo que a Politizada esteja um tanto quanto enfraquecida, especialmente durante a fase final de coleta de dados, as espécies cultivadas, os procedimentos e as tecnologias por ela experienciadas são singulares, inclusive podendo indicar novos direcionamentos ao poder público.

A inovação presente especialmente nas ações realizadas pela Politizada, baseada em estudos sobre sistemas agroecológicos, saberes quilombolas e indígenas, contato com outros praticantes, bem como devido ao resgate de tradições, culminaram no emprego da técnica de ninhos. Similar à prática de policultivo realizada em Cuba (ALTIERI et al., 1999; HERNANDEZ et al. 2010). Nesse caso, tal técnica, sobre a qual discorreremos na seção de apresentação da AU realizada pela Politizada, representaria “a máxima expressão da agricultura sustentável tropical” (HERNANDEZ et al. 2010, p. 5). Aqui, a sustentabilidade referenciada é aquela que procura se distanciar do modelo hegemônico, do mais do mesmo, relativa ao mantra do desenvolvimento sustentável. Quanto a isso, evocamos mais uma vez o responsável pela jardinagem no âmbito da Organização Autônoma, Fernando:

A gente está completamente em desacordo com o que está posto, pelo governo, pelas organizações internacionais quanto a isso, porque na prática o que todo mundo quer é o desenvolvimento sustentável de um modelo que está falido. [...] A gente vive no mundo, mas não vive para este mundo. [...] Então, o que se fomenta com o desenvolvimento sustentável é a sustentabilidade do mesmo, de um sistema de produção, de um mesmo sistema de produção, o mesmo sistema de consumo, o mesmo sistema de

³⁵ Presente de forma explícita no modo de organizar da Autônoma.

indústria que só causa destruição no nosso planeta. Então, a gente entende que o papel biomático do ser humano é cuidar da terra na sua integralidade, e isso é o mais importante do que a economia. Aliás, economia, a palavra economia significa mordomia da casa, o cuidado da casa, está diretamente ligado com o conceito de ecologia. Então, a economia serve à ecologia. E o que acontece hoje na sociedade é uma inversão, onde a ecologia serve à economia. É a isso que a gente se põem diretamente contrário.

Assim, a inovação estaria presente não apenas na forma de realizar a jardinagem pelas organizações Autônoma e Politizada, mas no desejo de romper com uma lógica industrial que retirou da terra (natureza) sua vital importância, e da produção de alimentos (não apenas comida) o seu completo sentido. Nessa experiência, reside um tipo de inovação, porém, diversa daquela enunciada por Schumpeter (1997), para o qual inovar implicava promover a chamada destruição criativa, iniciativa que alcançaria a organização, os empreendedores e afetaria mercados. Atualmente, inovar implica uma imperiosa necessidade de realizar mudanças a fim de se obter vantagem competitiva para organização que inova (TIDD; BESSANT, 2015). Ou seja, visando lucro, crescimento e avanço em direção a outros mercados de forma continuada – diga-se de passagem, conforme a lógica racional instrumental sobre a qual discorremos nesta parte final. Entretanto, após essa brevíssima contextualização, a inovação a que se prestam as organizações Autônoma e Politizada tem caráter social, na medida em que, segundo seu emergente conceito, portanto, em construção, “refere-se a atividades e serviços inovadores que são motivadas pela meta de atender a uma necessidade social e que são predominantemente difundidos por meio de organizações cujos objetivos principais são sociais” (MULGAN, 2006 *apud* BEZERRA-DE-SOUSA; SEGATTO; MORAIS-DA-SILVA, 2017). Nesse sentido, Henrique ainda enxerga haver um propósito de inovação social em relação aos desdobramentos das realizações da Organização Politizada.

Além disso, caso parem questionamentos a respeito de um possível descaixe quanto à comparação entre os modelos latino americanos, prevalentes no referencial teórico a respeito da AU que realizamos, e as experiências investigadas em Curitiba, cidade em princípio muito diferente de Havana, por exemplo, tal comparação não é inadequada. Em Havana a AU foi fortemente motivada por um contexto de crise, o que, no entanto, não impediu que a tecnologia

de policultivo (entre outras) lá desenvolvida, fosse, por exemplo, aplicada aqui pela Organização Politizada. Outra tecnologia, igualmente desenvolvida no país caribenho, foi a dos organopônicos, nesse caso aplicada à AU/jardinagem realizada pela Organização Autônoma. Ainda, verificamos recentemente uma postagem do líder da Autônoma em uma rede social, na qual ele mostrava aos seus seguidores o andamento de uma experiência de plantio de batatas em galões reaproveitáveis de plástico. Situação análoga encontra-se relatada no estudo de Castro (2015), em que batatas foram plantadas em galões e dispostas no terraço da Faculdade de Engenharia do Programa de Engenharia da Corporação Universitária *Minuto de Dios*, em Bogotá, Colômbia.

Em linhas gerais, e isso superou a nossa capacidade de alinhar os achados da pesquisa com tudo o que o referencial teórico apontou, a quase totalidade da literatura levantada procurou demonstrar que as práticas de AU têm ido ao encontro de questões como (i) segurança alimentar, (ii) saúde e bem-estar das pessoas, (iii) engajamento, (iv) resiliência social, (v) vida comunitária e (vi) ação política (ALTIERI et al., 1999; CANTOR, 2010; COMASSETTO et al., 2013; FENIMAN, 2014; SCHNEIDER, 2014; COSTA et al. 2015; CISNEROS, 2016; NAGIB, 2016; HARDMAN; LARKHAM, 2014). Apesar de tais perspectivas, entendemos ser vital questionar a produção agrícola de base técnica, no caso a agricultura industrial, devido aos seus malefícios e influência quanto ao modo tradicional de organizar a agricultura.

Ainda, apesar da não obtenção de uma segurança alimentar conforme anseio do poder público local, concluímos que a AU pode propiciar uma gradual desalienação das pessoas no que diz respeito às origens e a produção de alimentos. E mais que isso: permitir que sejam reatados laços convencionais, tradições e o afeto presentes em boa parte das experiências observadas em campo, as quais entendemos ter atribuído um sentido mais completo à agricultura organizada em contexto urbano.

Logo, o que consideramos o maior achado da pesquisa foi a constatação de que o resgate e/ou manutenção de tradições, as ligações afetivas (com a agricultura, natureza e pessoas), bem como a convivencialidade, são determinantes. Conforme

nossas interpretações acerca dos resultados, tais aspectos emergiram e caracterizaram as manifestações relativas ao modo de organizar a AU em relação às investigadas, ao menos quanto àquelas que procuraram (deliberadamente ou não) se distanciar do modo de produção de base técnica (racional instrumental).

A intensidade dos aspectos supra variou conforme o caso, estando presentes no modo de organizar da Vernacular devido ao vínculo familiar dos envolvidos. Muito presentes na experiência da Organização Autônoma, que tem conhecimento de tais pressupostos e procura aplicá-los em sua atividade. Presentes na Organização Politizada, ao menos enquanto ela durar, compondo também suas diretrizes. E por fim, pouco presentes no modo de organizar da Organização Assistida, devido à relação de dependência estabelecida com o poder público local, que resulta em formalização, burocratização e racionalização.

Posto isso, caminhamos agora para o subtópico final da pesquisa, em que apresentamos nossas considerações finais, indicando também a contribuição do estudo para a área de Administração e as limitações da pesquisa.

6.2 DISCUSSÕES GERAIS

Os esforços empreendidos com o fim de compreender as manifestações dos modos de organizar a AU por parte das investigadas resultou na constatação de que existe ao menos três perspectivas distintas de se produzir alimentos em Curitiba.

A primeira, da Organização Assistida, foi aquela em que a lógica técnica e a filosofia burocrática de gestão influenciaram as ações. A lógica técnica esteve presente em relação ao cuidado com as formas, as linhas retas, os canteiros tradicionais e os tipos de plantas cultivadas, no caso hortaliças comuns (alface, couve, repolho, rúcula, etc.). A filosofia burocrática se manifestou quanto ao modo de gerir a horta, especialmente no que pertine à intervenção/assistência do poder público.

A segunda, a Organização Vernacular, apresentou uma experiência em um primeiro momento semelhante à anterior quanto à convencionalidade em relação à forma de cultivar e ao que era plantado. Contudo, as semelhanças se restringiram a isso, pois a forma de organizar a agricultura ocorre em um contexto de informalidade, convivencialidade familiar, de manutenção de tradições e afetividade, não havendo qualquer ingerência do poder público.

A terceira perspectiva, representada pela atuação das organizações Autônoma e Politizada, apresentou uma experiência diferente das duas anteriores em relação aos seus modos de organizar a agricultura que realizam, a qual preferem chamar de jardinagem. Além de os valores afetivos, o resgate de tradições e a convivencialidade estarem presentes, nas práticas, o desejo de conferir à agricultura/jardinagem um aspecto maior, integrativo, atribuiu às ações de ambas um caráter inovador, tanto nas tecnologias empregadas, quanto no quesito social. Em ambas não havia qualquer ingerência do poder público, embora o terreno em que se realizam as atividades da Organização Politizada seja de propriedade da prefeitura de Curitiba. Na Organização Autônoma há também influência de premissas religiosas, inclusive no sentido de considerar as relações com a natureza algo sagrado.

No início da pesquisa, ocasião em que conversamos com o secretário de abastecimento e em seguida com dois gestores a ele vinculados, os mantras da obtenção da segurança alimentar e da sustentabilidade, entre outros, estiveram presentes em suas falas. As descrições feitas por eles a respeito do funcionamento das hortas assistidas pelo poder público consistiram em relatos de experiências bem-sucedidas, que contavam com a atuação de bons líderes, que cumpriam bem as regras impostas. Já as experiências ditas insatisfatórias se deviam à ausência ou má condução por parte de líderes ou à pouca dedicação de integrantes, que nesse caso devolvia o problema do mau desempenho à má condução dos líderes, dos quais o poder público deveria cobrar um melhor desempenho. Por fim, ainda, as experiências malsucedidas se deviam também ao número inferior a 20 integrantes nas hortas assistidas, que seguiam de mal a pior.

Tempos depois, quando de nossas interações com os hortelões na Organização Assistida, todos expressaram satisfação e discorreram sobre as razões (premissas) que os levaram a participar dele. Até mesmo a líder externou sua paixão pela terra, pela atividade, apesar das agruras vividas nas relações com os hortelões, poder público e com a companhia estatal de energia elétrica, devido às suas responsabilidades frente à horta. Não se dão conta todos eles de que a AU gerida pelo poder público e por eles realizada é reduzida, circunscrita a uma lógica racional instrumental totalmente desnecessária devido ao tipo de agricultura que realizam: simples, artesanal e a ao mesmo tempo valorosa devido à preocupação com a não utilização de agrotóxicos e aditivos químicos.

Após termos compreendido melhor as manifestações dos modos de organizar das outras três investigadas, concluímos que o modelo empregado em relação à Organização Assistida, e por conseguinte a leitura que a secretaria de abastecimento tem feito em termos de condução das hortas comunitárias assistidas, é falho. Será mesmo necessário beber na fonte de uma filosofia burocrática de gestão³⁶ para que se organize um tipo de agricultura tal qual a que se realiza na Organização Assistida? A agricultura praticada, sob o ponto de vista dos hortelões, precisa ser gerida com uso de tamanho aparato? O trabalho artesanal e a simplicidade que o reveste deveriam acontecer em um contexto de crises e controvérsias sucessivas? O modelo de gestão relativo à condução das hortas assistidas por parte do poder público poderia ser alterado, e inclusive ser inspirado pela lógica das experiências não assistidas, no caso as que tivemos contato?

Por certo, não temos intenção nem seríamos pretensiosos a ponto de responder satisfatoriamente a tais perguntas, que inclusive podem vir a inspirar futuras pesquisas a respeito do tema.

Porém, os dados, as análises, as interpretações e os resultados obtidos nos autorizam a declarar que o poder público deveria colocar limites ao seu modo de gerir as hortas comunitárias assistidas. Nesse sentido, uma opção seria buscar novas orientações a partir das experiências realizadas pelas Organizações

³⁶ Exceção feita às regras impostas pela companhia estatal de energia elétrica que visam resguardar a saúde dos hortelões, devido ao risco que correm ao realizar suas atividades embaixo das linhas de transmissão.

Vernacular, Autônoma e Politizada, inspirando-se nos modos de organizarem sua agricultura.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciativas de agricultura realizadas em contexto urbano são um campo novo de pesquisa para a Administração, tanto para as áreas de estudos organizacionais, quanto de inovação. Conforme declaramos anteriormente, o levantamento de publicações a respeito do tema revelou ser praticamente inexistentes os estudos de Administração. Nesse sentido, a AU apresentou-se majoritariamente enquanto assunto analisado por pesquisadores de áreas como Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Geografia, Economia, Biologia, Meio Ambiente e afins.

Além disso, a pesquisa contribui com as áreas de estudos organizacionais no sentido de tentar demonstrar que a racionalidade técnica ao caminhar a par e passo com a Administração, no caso que examinamos, constituiu um fator desagregador da autonomia e da convivencialidade. Uma atividade simples como a agricultura praticada na Organização Assistida torna-se algo complexa, conflitiva e contraditória devido ao intento de ser gerida pelo poder público.

Quanto à contribuição para os estudos da área de inovação, as experiências observadas nas organizações Autônoma e Vernacular apresentaram novas tecnologias e métodos para cultivos, inclusive inovando na escolha de espécies, a maioria não convencionais, bem como em relação aos procedimentos realizados (ninhos/policultivos, estratos variados, etc.). O intenso aproveitamento de resíduos orgânicos domésticos para compostagem e o intento de integrar comunidades em perspectiva de uma possível inovação social também são contributos relevantes.

No que é pertinente às limitações da pesquisa, a principal reside na impossibilidade de o pesquisador não ter realizado observação participante, conforme inicialmente decidido. Imergir nas organizações, ter integrado as iniciativas de acordo com o originalmente planejado traria ganhos mais expressivos em relação

à coleta de dados, análises e resultados posteriores. Tal impossibilidade se justificou pela obtenção de um emprego formal, que reduziu sua disponibilidade de tempo a partir de agosto de 2019.

Ainda no que diz respeito às limitações, após a solicitação e deferimento do pedido de dilação de prazo para realização de coleta de dados, o pesquisador teve que interromper algumas visitas às organizações que estavam programadas para o fim do mês de março e primeira quinzena do mês de abril. Tais visitas não ocorreram devido ao estabelecimento do isolamento social em função da pandemia do novo Coronavírus. Em razão disso, as organizações suspenderam suas atividades e se mantiveram fechadas. Assim, o pesquisador viu-se obrigado a encontrar alternativas passando a realizar ligações telefônicas, intensificando o envio de mensagens de áudio e textos por WhatsApp, e-mails e visitas à página do Facebook do líder de uma das investigadas.

Por fim, é possível que o pesquisador tenha falhado em sua tentativa de triangular os dados com as concepções de racionalidade instrumental burocrática e de racionalidade substantiva quanto aos modos de organizar das investigadas. Contudo, o fez assumindo a possibilidade de ainda não estar preparado para compreender tais perspectivas em profundidade. Contudo, sentiu-se desafiado a fazê-lo, assumindo o risco de ter incorrido em alguns equívocos de ordem interpretativa e epistemológica.

REFERÊNCIAS

- ADVERSI, L. G. **Organizações não convencionais**: um estudo comparativo de casos. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- ALTIERI, M. A.; COMPANIONI, N.; CAÑIZARES, K.; MURPHY, C.; ROSSET, P.; BOURQUE, M.; NICHOLLS, C. I. The greening of the “barrios”: urban agriculture for food security in Cuba. **Agriculture and Human Values**, Holanda, v. 16, p. 131-140, 1999.
- ALVES, M. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas**: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ARTÍFICE. In: HOUAISS eletrônico. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, jun. de 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, H. G. A volta por cima de Detroit, quatro anos após concordata. **O Globo**, 27 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/a-volta-por-cima-de-detroit-quatro-anos-apos-concordata-21752168>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEATRIZ, V. O. Agricultura urbana y sustentabilidad en Valdivia, Chile. Una nueva alternativa microempresarial. **Urbano**, Concepción, v. 12, p. 7-12, nov. 2009.
- BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; SEGATTO, A. P.; MORAIS-DA-SILVA, R. L. As fases do processo de inovação social: Um estudo no contexto dos negócios de impacto. In: EnANPAD, 42, Rio de Janeiro, **Anais...** out. 2018.
- BOEHS, C. G. E. **A orientação da ação nos modos de organizar a produção agrícola entre famílias de agricultores no município de São Bonifácio – SC**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Positivo, Curitiba, 2016.
- BOEHS, C. G. E. Para além dos limites da organização formal como objeto: a discussão de referências renegadas. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 13, ago. 2018.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.
- BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento

humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

BRITISH Library. **Dig of victory 1941**. Disponível em: <https://www.bl.uk/learning/timeline/item107597.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Business research methods**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

CAITANO, D. O.; SERVA, M. **Racionalidade substantiva nas organizações: Consolidação de um modelo metodológico de pesquisa teórico-empírica**. In: EnANPAD, 36, Rio de Janeiro, **Anais...** set. 2012

CANTOR, K-M. Agricultura urbana: elementos valorativos sobre su sostenibilidad. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n. 65, p. 61-87, 2010.

CASTRO, D. A. V. Evaluación de la producción de papa criolla *Sollanum phureja* clon paisa en contenedores de polietileno de alta densidad bajo el marco de agricultura urbana. **Revista Luna Azul**, Caldas, n. 40, p. 35-46, ene./jun. 2015.

CHILD, J. **Organização**. Princípios e práticas contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2005.

CISNEROS, A. C. Agricultura urbana familiar en una ciudad media en Chiapas. Implicaciones para la sustentabilidad urbana. **Estudios Sociales**, Hermosillo, v. 26, p. 102-129, jul./dic. 2016.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. S.; FREITAS, N. Q.; PRESTES, F. C.; TONEL, J. Z. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2016.

COMASSETTO, B. H.; SOLALINDEZ, G. P.; SOUZA, J. V. R. Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: a agricultura urbana. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, p. 364-375, jul./ago. 2013.

COSTA, C. G. A.; GARCIA, M. T.; RIBEIRO, S. M.; SALANDINI, M. F. S.; BÓGUS, C. M. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, p. 3099-3110, 2015.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CPRA. Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, 2018. Disponível em: <http://www.cpra.pr.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CURITIBA. **Lei n. 2.828 de 31 de julho de 1966**. Institui o plano diretor de Curitiba e aprova as suas diretrizes básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município, revogando as leis n. 1875/60; 1951/60; 1908/60; 2100/61; 2123/62; 2154/62. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1966/282/2828/lei-ordinaria-n-2828-1966-institui-o-plano-diretor-de-curitiba-e-aprova-as-suas-diretrizes-basicas-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio-revogando-as-leis-n-1875-60-1-951-60-1-908-60-2-100-61-2-123-61-2-154-62>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CURITIBA. **Lei n. 6.817 de 29 de março de 1986**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração municipal. Diário Oficial Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1986/681/6817/lei-ordinaria-n-6817-1986-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-municipal>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CURITIBA. **Lei n. 11.266 de 16 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a adequação do plano diretor de Curitiba ao estatuto da cidade – Lei Federal n. 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1126/11266/lei-ordinaria-n-11266-2004-dispoe-sobre-a-adequacao-do-plano-diretor-de-curitiba-ao-estatuto-da-cidade-lei-federal-n-10257-01-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio.html>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CURITIBA. **Lei n. 14.771 de 17 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do estatuto da cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2015/1477/14771/lei-ordinaria-n-14771-2015-dispoe-sobre-a-revisao-do-plano-diretor-de-curitiba-de-acordo-com-o-disposto-no-art-40-3-do-estatuto-da-cidade-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio>. Acesso em: 9 ago. 2020.

DAVISON, D. How urban agriculture is transforming Detroit. **TED.com**. apr. 2017. Disponível em: https://www.ted.com/talks/devita_davison_how_urban_agriculture_is_transforming_detroit. Acesso em: 10 jun. 2019.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. Urban agriculture and sustainable cities. **Researchgate**, 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/284992045>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: Onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, set./dez. 2000.

DOCUMENTÁRIO Sementes Urbanas. **Universo Musical**, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://youtu.be/ir4jao0P5J8>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ELLUL, J. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO no Brasil**. Brasília, Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FARIA, J. H. (Org.) **Análise crítica das teorias práticas organizacionais**. São Paulo, Atlas, 2007.

FARIA, J. H. Economia política do poder em estudos organizacionais. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 65-112, jun. 2014.

FARIA, J. H. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16 n. 5 p. 15-40, set./out. 2015.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Burocracia como organização, poder e controle. In: EnANPAD, 34, Rio de Janeiro, **Anais...** set. 2010.

FENIMAN, E. H. **Hortas curitibanas**: as representações simbólicas do cultivo de alimentos na cidade. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GEAE. Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica da UFPR, 2018. Disponível em: <http://agroecologiaemrede.org.br/instituicoes.php?inst=433>. Acesso em: 31 maio 2019.

GITTLESON, K. Após êxodo e falência, Detroit ensaia “ressurreição”. **BBC News**, Vancouver, Canadá, 7 fev. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150206_detroit_ressurreicao_lgb. Acesso em: 20 jul. 2019.

MATTOS, P. L. C. L. Análise de entrevistas não estruturadas: Da formalização à pragmática da linguagem. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. de (Orgs.) Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro**. Oficina de Atualização Temática: ocupações rurais não agrícolas. Campinas: Unicamp, 2000.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM Editores, 2015.

HARDMAN, M.; LARKHAM, P. J. **Informal urban agriculture**: the secret lives of guerrilla gardeners. New York: Springer, 2014.

HEGEMÔNICO. In: **Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa**. 2020.

HERNANDES, C. A. **A organização do trabalho artesanal e a questão do não-crescimento**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Positivo, Curitiba, 2016.

HERNANDES, L.; PINO, M. A.; VARELA, M. Experimentación campesina endógena asociada a la agricultura urbana de las provincias Ciudad de La Habana y la Habana. **Cultivos Tropicales**, La Habana, v. 31, p. 5-11, 2010.

HIRAKURI, M. H. **Sistemas de produção**: conceitos e definições no contexto agrícola. Londrina: Emprapa Soja, Documentos 335, set. 2012.

HOCAYEN-DA-SILVA, A.; VIZEU, F.; SEIFERT, R. E. A tensão intrínseca à proteção e à manutenção do território comunitário em formas não convencionais de organização: os faxinais. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 3, n. 4, jul./dez. 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil**: uma primeira aproximação. Estudos & Pesquisas (Informação Geográfica). Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Ed. 4116/2148. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, 1976.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Disponível em: <https://ippuc.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

JURGILEVICH, A.; BIRGE, T.; KENTALA-LEHTONEN, J.; KORHONEN-KURKI, KAISA.; PIETIKÄINEN, J.; SAIKKU, L.; SCHÖSLER, H. Transition towards circular economy in the food system. **Sustainability**, Helsinki, v. 69, jan. 2016.

KUMAR, R. **Research methodology**: a step-by-step guide for beginners. London: Sage, 2005.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA. Câmara Municipal de Vereadores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/camara/pr/curitiba>. Acesso em: 24 fev. 2019.

LIEPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.

MARTINS, A. P. B. É preciso tratar a obesidade como um problema de saúde pública. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 58, p. 337-341, maio/jun. 2018.

MEDINA, L. M. Agricultura urbana: espacio de encuentro entre procesos de educación no formales y la comunicación para el cambio social (CPCS). **Colección Adadémica de Ciencias Sociales**, Palmira, v. 4, p. 61-70, ene./jun. 2017.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study**. Applications in education: revised and expanded from case study research in education. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração. Potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Horta das Corujas. 2016. 431 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NICHOLS, J. “Perdemos Detroit”. **Diplomatique Brasil**, 2 out. 2013. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/perdemos-detroit/>. Acesso em: 20 jul. 2019. ONU – Organização das Nações Unidas. **ONU-HABITAT**. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Rio de Janeiro, Brasil, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

OTTMANN, M. M. A. **Agricultura urbana**: um estudo multicaso dos quintais da favela do Parolin e bairro Fanny em Curitiba, PR, Brasil e dos “Community Gardens” no Bronx, Nova Iorque, EUA. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

QUINTERO, J. J.; MATÍAS, A. A. Prácticas de intervención en la agricultura familiar urbana mediante la articulación interinstitucional y el trabajo voluntario. El programa Pro-Huerta e la ciudad de Bahía Blanca. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 112, p. 103-112, set. 2013.

RAMOS, P. (Org.). **Agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 730/743, 2015.

ROMEIRO, A. R. **Perspectivas para políticas agroambientais**. In: RAMOS, P. (Org.). **Agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

ROTHSCHILD-WHITT, J. The collectivist organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 14, n. 4, p. 509-527, ago. 1979.

RUAF. **Parceria Global sobre Agricultura Urbana Sustentável e Sistemas Alimentares**. 2019. Disponível em: <https://www.ruaf.org/ipes-agricultura-urbana>. Acesso em: 22 fev. 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 3 ed. São Paulo: Record, 2000.

SCHNEIDER, T. C. **Comunicação, meio ambiente e alimentação**: a construção de sentidos a partir de uma experiência de agricultura urbana em Curitiba (PR). 2014.

245 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: Em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, número 107, 109-135, jul./dez. 2005.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SCHWANTES, R. **Hortas comunitárias**: uma prática urbana. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – PPGTU, da Escola de Arquitetura e Design da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento organizacional: uma ideologia gerencial? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 127-141, jan./fev. 2015.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. *Buen vivir* andino: resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul./set. 2017.

SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A.; ARCE, A. M. A política externa cubana nos anos 90: condicionantes internos e inserção internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, p. 99-112, mar. 2014.

SILVEIRA, J. M. F. J.; BORGES, I. C.; FONSECA, M. G. D. **Biotechnologia e desenvolvimento de mercados**: Novos desafios, novos conceitos? In: RAMOS, P. (Org.). Agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

SLATER, R. Urban agriculture, gender empowerment: an alternative view. **Development Southern Africa**, v. 18, p. 635-650, 2001.

SMAB - Secretaria Municipal do Abastecimento de Curitiba. **Segurança alimentar e nutricional**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/equipe-smab/242>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TIDD, J.; BESSANT, **Gestão da inovação**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VIZEU, F. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do *Management*. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 780-797, set./out. 2010.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, out. 1996.

YIN, R. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ANEXO

Roteiro de entrevista

1. Qual é o endereço completo da horta?
2. Qual é a extensão/tamanho da área cultivável?
3. O que se cultiva/cria nesse ambiente? Gostaria que você apontasse o número total de espécies, entre PANCs e convencionais, listando-as.
4. Quais são as técnicas e tecnologias empregadas na agricultura urbana realizada?
5. Quantos eram no início e quantos são hoje os integrantes ativos e seus perfis (idade, estado civil, ocupação, escolaridade, origens)?
6. Como funciona a divisão do trabalho entre os integrantes?
7. Qual é o papel da Prefeitura por meio da SMAB?
8. As ações realizadas, atinentes à agricultura urbana, lhe conferem sustentabilidade financeira? (Peço que justifique a resposta conforme seja possível)
9. Quais são os insumos necessários para a realização dos trabalhos de agricultura urbana?
10. Quais são os efeitos da Lei Municipal da Agricultura Urbana (Lei n. 15.300/2018) para a organização?
11. Quais são inovações em relação às práticas de agricultura urbana realizadas?
12. O que a organização entende por desenvolvimento sustentável?
13. Quais (e para quem) são as vantagens e benefícios obtidos por meio da agricultura urbana praticada?